Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CDPA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura
Período de Análise: 01 a 29 de Fevereiro de 2008
Área Temática: Território e Sustentabilidade

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

Omissão amazônica – Folha de São Paulo – Opinião – 01/02/2008 10
Governo Lula isenta assentado de sanção contra o desmate – Mart Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 01/02/2008 10
Dados de satélites rápidos estão de acordo sobre alta no desmate – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 01/02/2008 13
Pará tem novas regras para compensação – Folha de São Paulo – Ciência – 01/02/2008 14
Pesquisador do Inpe confirma aumento de desmatamento – O Globo – O País – 01/02/2008 14
ONGs reagem às provocações feitas por Lula – O Globo – O País – 01/02/2008 15
Territórios da Cidadania: R$ 9 bilhões para as regiões mais pobres do País – Sitio eletrônico do MDA - 01/02/2008 15
Aliança de governo e agronegócio impulsiona desmatamento – João Alfredo Telles Melo – Sitio eletrônico do MST – 01/02/2008 17
PF vai agir na Amazônia contra desmatamento – Valor Econômico – Brasil - 01/02/2008 20
PF não coibiu desmate de julho a setembro de 2007 – Andréa Michel – Folha de São Paulo – Ciência – 02/02/2008 21
Produtor diz que só refloresta se área de reserva diminuir – Silvia Freire – Folha de São Paulo – Ciência – 02/02/2008 22
Pesquisadores defendem Inpe em manifesto – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 02/02/2008 23
Embrapa quer usar soja para evitar desmatamento – Silvia Freire – Folha de São Paulo – Ciência – 03/02/2008 24
Brasil pode perder mais 21% de floresta até 2030 – O Globo – Capa – 03/02/2008 25
Amazônia em perigo - Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 03/002/2008 25
O conflito tende a aumentar, diz presidente do Ibama sobre Amazônia – Entrevista Bazileu Margarido – O Globo – O País – 03/02/2008 27
Combate ou incentivo ao desmatamento? – Fabio Feldmann e Roberto Smeraldi – Folha de São Paulo – Opinião – 04/02/2008 29
MST faz 4 invasões e planeja mais 10 em SP – Cristiano Machado – Folha de São Paulo – Brasil – 04/02/2008 31
Governo descarta reduzir reserva legal na Amazônia – Cláudio Ângelo - Folha de São Paulo – Ciência – 04/02/2008 32
Mudança climática não é prioridade de empresas – Sítio Eletrônico da CPT – 08/02/2008 34
Empresas de celulose são responsáveis pelo aquecimento global – Sitio Eletrônico da CPT – 08/02/2008 34
Carvão vegetal para siderurgia ameaça o Pantanal, diz FGV – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 09/02/2008 35
Governo de MS descarta risco ambiental – Eduardo Geraque - Folha de São Paulo – Ciência – 09/01/2008 36
CNA: não se trata de anistia, mas de incentivo à recuperação – Sitio Eletrônico da CNA – 11/02/2008 37

Governo quer recuperar áreas desmatadas com plantio de dendê – Sitio Eletrônico da CPT – 11/02/2008 38
Governo federal planeja anistiar desmatadores – Sitio Eletrônico da CPT – 11/02/2008 38
Geografia da felicidade - Eliana Cardoso – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 11/02/2008 38
Anistia é 'capitulação' do governo a quem desmata, afirma oposição - Adriana Fernandes, Rosa Costa e Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Vida & - 11/02/2008 40
'**Redução da reserva é um direito dos produtores**' – Fabiula Salvador – estado de São Paulo – Vida & - 11/02/2008 43
Perdão é 'confissão de inoperância', diz ONG - Alexandre Gonçalves e Filipe Serrano – Estado de São Paulo – Vida & - 11/02/2008 45
Governo apóia dendê em área desmatada – Folha de São Paulo – Ciência – 11/02/2008 46
Nota à Imprensa- Sítio Eletrônico do MMA – 11/02/2008 47
Bancos vão auxiliar no combate ao desmatamento - Gisele Teixeira – Sitio Eletrônico do MMA – 11/02/2008 48
Lula quer suspender crédito a produtores que desmatam - Maurício Thuswohl - Carta Maior – 12/02/2008 49
Projeto 'Floresta Zero' – Estado de São Paulo – Notas e Informações- 12/02/2008 51
Após má repercussão, governo recua de anistia a desmatador - João Domingos e Alexandre Gonçalves – Estado de São Paulo – Vida & - 12/02/2008 52
Planalto discute ações para regular financiamento - Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Vida & - 12/02/2008 54
Lula quer endurecer crédito na Amazônia – Felipe Seligman – Folha de São Paulo – Ciência – 12/02/2008 55
Os beneficiários da devastação – Kátia Abreu – O Globo – Opinião – 12/02/2008 57
Marina amplia ações contra desmatamento – Evandro Éboli – O Globo – O País – 12/02/2008 58
Territórios da Cidadania: Bahia aposta no turismo e produção – Sito Eletrônico do MDA - 12/02/2008 59
Brasil participa no Japão de reunião sobre mudanças climáticas - Grace Perpétuo – Sitio Eletrônico do MMA – 12/02/200/ 61
Cantuquiriguaçu (PR) fará parte dos Territórios da Cidadania – Sitio Eletrônico do MDA - 12/02/2008 61
Para combater desmatamento, aperto no crédito deve atingir cadeia produtiva - Bettina Barros – Valor econômico – Brasil - 12/02/2008 62
Ministros negam anistia a desmatadores ilegais – Sitio Eletrônico da CPT – 13/02/2008 64
'**Amazônia não é um santuário', diz Lula** - Leonêncio Nossa Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Vida & - 13/02/2008 64
ONG aponta falta de interesse - Felipe Werneck – Estado de São Paulo – Vida & - 13/02/2008 65
O santuário profanado – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 14/02/2008 66
Operação no PA autua madeireiras ilegais - Eduardo Nunomura – Estado de São Paulo – Vida & - 14/02/2008 67

Ibama deve fazer 120 fiscalizações conjuntas em 2008 - Eduardo Nunomura – Estadod e São Paulo – Vida & - 14/02/2008 69
A lógica econômica do desmatamento - Paulo R. Haddad – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/02/2008 69
Recordistas de desmate receberão mais fiscais – Silvia Freire - Folha de São Paulo – Ciência – 14/02/2008 71
Ibama confisca 10 mil m3 de madeira no PA – Folha de São Paulo – Ciência – 14/02/2008 71
Presidente Lula lança o Programa Territórios da Cidadania no próximo dia 25 – Sitio Eletrônico do MDA – 14/02/2008 72
Estados terão papel de destaque no combate ao desmatamento - Gisele Teixeira – Sitio Eletrônico do MMA – 14/02/2008 75
Marina Silva quer vetar empréstimos a desmatadores - Eduardo Nunomura – Estado de São Paulo – Vida & - 15/02/2008 76
BNDES fará 'especulação do bem' - Felipe Werneck – Estado de São Paulo – Vida & - 15/02/2008 77
'Amazônia será novo argumento contra carne' - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Vida & - 15/02/2008 79
Grupo contraria teorias sobre o aquecimento global e critica IPCC – Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Ciência – 15/02/2008 80
CLIMATOLOGISTA RATIFICA CULPA DO CARBONO – Folha de São Paulo – Ciência – 15/02/2008 81
A lógica do Floresta Zero – Frank Guggenheim e Pulo Adário – O Globo – Opinião – 15/02/2008 81
Lista dos 150 maiores desmatadores do país será divulgada pelo governo – O Globo – O País – 15/02/2008 82
Agronegócio às custas do trabalho escravo e do desmatamento – Vinicius Mansur – Sitio Eletrônico do MST – 15/02/2008 83

Segunda Quinzena

Recurso para áreas protegidas deve dobrar – Eduardo Geraque **-** Folha de São Paulo – Ciência – 16/02/2008 83
Governo reabre concessão de floresta em RO – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 16/02/2008 84
Operação na Amazônia sob ameaça – Jailton de Carvalho – O Globo – O País – 16/01/2008 85
Mais de 500 caminhões de madeira já cortada na Tailândia da Amazônia – Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 16/02/2008 86
Os mares pedem ajuda - João Lara Mesquita – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 17/02/2008 88
Marina Silva: a equilibrista - João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 17/02/2008 90
Ministério optou por dar impacto a dados de desmate - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 17/02/2008 93

'Chegamos à era dos limites' - João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 17/02/2008 94
Pode a humanidade ainda ser salva? – Koïchiro Matsuura – Folha de São Paulo – Opinião – 17/02/2008 97
Infantilidade amazônica – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 17/02/2008 99
O Brasil na agenda do aquecimento global – Antonio Palocci – O Globo – Opinião – 17/02/2008 100
Atitudes que fazem a diferença no dia-a-dia – O Globo – Rio – 17/02/2008 101
Incra recadastra municípios campeões em desmatamento – Sítio Eletrônico da CPT – 18/02/2008 102
Territórios Digitais: discussões avançam em Brasília – Sítio Eletrônico do MDA – 18/02/2008 103
Territórios da Cidadania: desenvolvimento para a Zona Sul do RS – Sítio Eletrônico do MDA – 18/02/2008 104
O Brasil é parte da solução - Pamela Cox – Valor Econômico – Opinião – 18/02/2008 106
Prazo para recadastramento é insuficiente, avalia CNA – Sítio Eletrônico da CNA – 19/02/2008 108
Comissão irá acompanhar desmatamento em Mato Grosso – Sítio Eletrônico da CPT – 19/02/2008 108
Fazendas na Amazônia Legal terão de passar por recadastramento - Ana Paula Scinocca – Estado de São Paulo – Vida & - 19/02/2008 109
'Incra pulou do arcaico ao sofisticado', diz especialista - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 19/02/2008 111
G8+5 e o debate sobre mudanças climáticas – Elliot Morley e Serys Slhessarenko – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 19/02/2008 111
Programa é apresentado a secretários estaduais – Sítio Eletrônico do MDA – 19/02/2008 113
Recadastramento de imóveis na Amazônia – Sítio eletrônico do MDA – 19/02/2008 114
Programa discute práticas alternativas às queimadas - Grace Perpétuo – Sítio Eletrônico do MMA – 19/02/2008 115
A principal lição da mudança climática – José Eli da Veiga - Valor Econômico – Opinião - 19/02/2008 116
Pecuária e desmatamento da Amazônia - André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 20/02/2008 118
Pente-fino em fazendas custará R$ 50 milhões - Ana Paula Scinocca – Estado de São Paulo – Vida & - 20/02/2008 120
Retirada de madeira ilegal no PA gera protesto - Eduardo Nunomura e Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 20/02/2008 121
Aquecimento global é tema de reunião da ONU - Andrei Netto – Estado de São Paulo – Vida & - 20/02/2008 122
'Selo verde' chega a produtos de consumo - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/02/2008 123
Madeireiros reagem e governo adia operação – O Globo – Capa – 20/02/2008 124
Madeireiros derrubam operação – Ronaldo Brasiliense e Jailton de Carvalho – O Globo – O País – 20/02/2008 124
Propriedades serão recadastradas – Carolina Brígido – O Globo – O País – 20/02/2008 125

Justiça bloqueia bens e quebra sigilo de funcionários do Incra no Pará – Ronaldo Nrasiliense - O Globo – O País – 20/02/2008 127
Stephanes diz que aquecimento global preocupa a agricultura – Sítio Eletrônico do MAPA – 20/02/2008 127
Dirigentes do MDA debatem novo programa – Sítio Eletrônico do MDA – 20/02/2008 128
Territórios da Cidadania reforça produção de cesta básica em RO – Sítio Eletrônico do MDA – 20/02/2008 129
Procedimentos florestais serão padronizados - Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 20/02/2008 130
Governo de Minas quer mudar leis ambientais para atrair investimentos - Ivana Moreira – Valor Econômico – Brasil - 20/02/2008 131
Polícia Federal adia operação na Amazônia – Sítio Eletrônico da CPT – 21/02/2008 . 132
Conflito impede apreensão de madeira ilegal no Pará – José Eduardo Rondon – Folha de São Paulo – Ciência – 21/02/2008 133
Queda-de-braço na floresta – Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 21/02/2008 .. 134
O governo não pode ser intimidado – Jaílton de Carvalho – O Globo – O País – 21/02/2008 135
No Rio, transportadoras são alvo do Ibama – Maiá Menezes – O Globo – O País – 21/02/2008 136
China boicota documento sobre clima – Demétrio Weber – O Globo – Ciência – 21/02/2008 137
Norte do ES fará parte do Programa Territórios da Cidadania – Sítio Eletrônico do MDA – 21/02/2008 138
Lula e Marina pedem a parlamentares do G8+5 apoio ao Fundo da Amazônia - Lucia Leão – Sítio Eletrônico do MMA – 21/02/2008 139
Assembléia debate os desafios enfrentrados na Amazônia - Luiz Cláudio Teixeira – Sítio Eletrônico do MST – 21/02/2008 140
Parlamentares não chegam a acordo sobre aquecimento global - Maurício Thuswohl - Carta Maior – 22/02/2008 141
Fechamento de serrarias ameaça "quebrar" Tailândia, diz secretário – Fábio Guibu e Matheus Pichonelli – Folha de São Paulo – Ciência – 22/02/2008 143
Empresário não deve priorizar a soja, diz Lula – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Ciência – 22/02/2008 144
Baixo Amazonas (PA) enfoca a regularização fundiária – Sítio Eletrônico do MDA – 22/02/2008 144
Territórios: BA verá lançamento em Valente – Sítio Eletrônico do MDA – 22/02/2008 145
Ministérios discutem lançamento no Palácio do Planalto – Sítio Eletrônico do MDA – 22/02/2008 148
Sudeste do PA receberá R$ 228 milhões de Programa – Sítio Eletrônico do MDA – 22/02/2008 149
Grande Dourados (MS) está no Territórios da Cidadania – Sítio Eletrônico do MDA – 22/02/2008 150
Rio Preto da Eva recebe lançamento do Territórios da Cidadania – Sítio Eletrônico do MDA – 22/02/2008 152
Mais ações no Território da Reforma (MS) – Sítio Eletrônico do MDA – 22/02/2008 153

Roraima aposta na capacitação do homem do campo – Sítio Eletrônico do MDA – 22/02/2008 155
Nordeste do Pará busca assistência técnica para diversificar produção – Sítio Eletrônico do MDA – 22/02/2008 156
Sul do Amapá investirá em infra-estrutura educacional – Sítio Eletrônico do MDA – 22/02/2008 158
Programa ampliará desenvolvimento no Tocantins – Sítio Eletrônico do MDA – 22/02/2008 159
MDA e MDS discutem lançamento do Territórios da Cidadania – Sítio Eletrônico do MDS – 22/02/2008 161
Programa Territórios da Cidadania vai melhorar a vida nas regiões mais pobres do País – Sítio Eletrônico do MDS – 22/02/2008 162
Lobby verde de Lula convence ricos - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Brasil - 22/02/2008 164
Protesto leva Força Nacional ao Pará - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Vida & - 23/02/2008 165
Noruega financiará preservação no Brasil - Andrei Netto – Estado de São Paulo – Vida & - 23/02/2008 166
Tailândia, Brasil – Folha de São Paulo – Opinião – 23/02/2008 166
Governo prepara megaoperação para retirada de madeira ilegal – Fabio Guibu e Matehus Pichonelli – Folha de São Paulo – Brasil – 23/02/2008 167
Seis empresas disputarão floresta em RO – Folha de São Paulo – Ciência – 23/02/2008 168
Resfriamento global é mito, diz estudo – Doyle Rice – Folha de São Paulo – Ciência – 23/02/2008 168
Aquecimento ameaça as zonas de pesca – Folha de São Paulo – Ciência – 23/02/2008 170
'Militantes' do desmate – Estado de São Paulo – Opinião – 24/02/2008 170
Amazônia é tema de exposição no Mube – Estado de São Paulo – Vida & - 24/02/2008 172
'População vê alterações no ambiente' - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 24/02/2008 173
PM garante transporte de madeira no Pará – Estado de São Paulo – Vida & - 24/02/2008 174
Pará inicia a retirada de madeira ilegal de empresas de Tailândia – Fabio Guibu – Folha de São Paulo – Brasil – 24/02/2008 174
Cidade vive das motosserras – Evandro Éboli – O Globo – 24/02/2008 175
Sem protestos, Polícia Militar retira caminhões de madeira de Tailândia – Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País- 24/02/2008 177
Assentamentos são responsáveis por derrubada de 500 mil hectares no PA – O Globo – O País – 24/02/2008 178
Territórios da Cidadania será lançado amanhã – O Globo – O País – 24/02/2008 179
Aquecimento global - Carlos Aguiar – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 25/02/2008 180
Lula lança hoje pacote de R$ 7 bi para campo - Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo – Nacional – 25/02/2008 182
Força Nacional chega ao Pará para reforçar megaoperação - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Vida & - 25/02/2008 183

CARVOARIAS SERÃO FISCALIZADAS NO PARÁ – Folha de São Paulo – Brasil – 25/02/2008 184
AMAZÔNIA – O Globo – Capa – 25/02/2008 184
'**O crime ambiental compensa**' – Evandro Éboli – O Globo – O País – 25/02/2008 184
Madeireiras impedidas de atuar por 2 meses – Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 25/02/2008 186
'**Não é justo que só nós paguemos**' – Ricardo Galhardo – O Globo – O País- 25/02/2008 186
Florestas valiosas – George Vidor – O Globo – Economia – 25/02/2008 188
Sustentabilidade é foco da discussão no Portal da Amazônia (MT) – Sítio Eletrônico do MDA – 25/02/2008 189
Cassel fala aos territórios por videoconferência – Sítio Eletrônico do MDA – 25/02/2008 189
Presidente Lula lança programa para reduzir as desigualdades no meio rural – Sítio Eletrônico do MDA – 25/02/2008 190
Lançado o Territórios da Cidadania. Ações integradas de governo garantirão direitos básicos a cidadãos de 958 municípios – Sítio Eletrônico do MDS – 25/02/2008 193
Projeto pode retribuir produtores por serviços ambientais – Sítio Eletrônico da CNA – 26/02/2008 194
Rapina ambiental - Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 26/02/2008 195
Lula anuncia R$ 11 bi para zona rural e mais viagens - Lisandra Paraguassú e Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Nacional – 26/02/2008 197
Amazônia Legal terá vigilância permanente – Fabio Guibu e Andrea Michael – Folha de São Paulo- Brasil – 26/02/2008 198
Governadora diz que Pará vai perder R$ 2 Bi – Folha de São Paulo - Brasil- 26/02/2008 200
A oito meses da eleição, Lula lança novo programa social – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 26/02/2008 200
Projeto pode ser contestado, diz Marco Aurélio –Silvana de Freitas e Maria Clara Cabral – Folha de São Paulo- Brasil – 26/02/2008 201
Cidade desmata sem pedir licença – O Globo – O País – 26/02/2008 203
Assentados exploram madeira ilegal em MT – Evandro Éboli – O Globo – O País – 26/02/2008 204
Caminhões disfarçavam carga ilegal – O Globo – O País – 26/02/2008 205
Arco de fogo – Míriam Leitão – O Globo – Economia – 26/02/2008 205
População poderá controlar novo programa – Sítio Eletrônico do MDA – 26/02/2008 207
"Territórios" não substitui reforma agrária – Sítio Eletrônico do MST – 26/02/2008 208
Conferência debate desigualdade social e degradação ambiental – Sítio Eletrônico do MST – 26/02/2008 209
Operação Arco de Fogo é deflagrada na Amazônia – Sítio Eletrônico da CPT – 27/02/2008 210
O Estado chega à Amazônia – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 27/02/2008 210
Falta de fiscais emperra operação - João Domingos e Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Vida & - 27/02/2008 212

Captura de carbono só avança com preço melhor, diz Shell - Terry Macalister – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/02/2008 214
Territórios ocupados - Melchiades Filho – Folha de São Paulo – Opinião – 27/02/2008 215
Marca registrada – O Globo – Opinião – 27/02/2008 216
Ibama ocupa primeira madeireira em Tailândia – Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 27/02/2008 217
Motosserras sem licença – Evandro Éboli – O Globo – O País – 27/02/2008 218
O veio da mina – Míriam Leitão – O Globo – Economia – 27/02/2008 218
Só 4% do território da Amazônia Legal é regularizado, revela estudo - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 28/02/2008 220
Manoel possui 50 hectares e nenhum documento - João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 28/02/2008 222
Governo ignora municípios e divide verba de programa – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 28/02/2008 222
Moradores de locais mapeados por novo programa social cobram mais chances – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 28/02/2008 224
MT vê "erro de 100%" em dados de desmate – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Brasil – 28/02/2008 225
Inpe diz estar preparado para debate técnico – Folha de São Paulo – Brasil – 28/02/2008 226
Fracassa tentativa de apreensão de madeira – Fabio Guibu e Matheus Pichonelli – Folha de São Paulo – Brasil – 28/02/2008 226
Buscar alternativa – O Globo – Opinião – editorial – 28/02/2008 227
Nas duas pontas – Míriam Leitão – O Globo – Economia – 28/02/2008 228
Para conter desmatamento, novas regras dificultam crédito rural - Fabio Graner – Estado de São Paulo – Vida & - 29/02/2008 230
Posseiros ocupam 7,6% da Amazônia Legal - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 29/02/2008 231
Em estudo, bolsa para demitidos por madeireiras – Estado de São Paulo – Vida & - 29/02/2008 232
O erro de Marcelândia – Folha de São Paulo – Opinião – 29/02/2008 233
Bancos restringem empréstimos a produtor ligado a desmatamento – Folha de São Paulo – Brasil – 29/02/2008 234
Madeireiros dizem que população reagirá a operação em Mato Grosso – Evandro Éboli e Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 29/02/2008 235
Recadastramento na Amazônia Legal – Sítio Eletrônico do MDA – 29/02/2008 235
Começa recadastramento de imóveis rurais na Amazônia – Sítio Eletrônico do MDA – 29/02/2008 236

Omissão amazônica – Folha de São Paulo – Opinião – 01/02/2008

EM SETEMBRO, quando discursou perante a Assembléia Geral da ONU, o presidente Lula alardeava a redução do desmatamento na Amazônia a menos da metade em seu governo. Usou para isso dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que monitora o corte da floresta desde a década de 1980. A mesma instituição que agora critica, por anunciar um câncer antes de fazer a biópsia, segundo suas palavras.
O presidente se referia à informação de que entre agosto e dezembro pereceram 7.000 km2 de mata, de acordo com as imagens de satélite analisadas pelo Inpe. Um sinal claro de que o desmate voltou a subir (e de maneira acentuada em novembro e dezembro, meses mais úmidos, quando em geral não se desmata). Como previam, de resto, todos os especialistas, diante da rentabilidade revigorada da pecuária e da sojicultura, à qual se soma estiagem mais prolongada.

Ainda que transferindo as metáforas do campo familiar ou esportivo para o da clínica, Lula se equivoca. Não lhe cabe censurar a conduta de cientistas, pois estaria obrigado a fazê-lo também quando a divulgação dos dados lhe agrada. Já foi o tempo em que informações do Inpe se prestavam a manipulação.

O ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, ao qual se subordina o Inpe, saiu em defesa do órgão, dizendo que ninguém criticava os dados enquanto o desmate caía. Reagia não ao presidente, mas a Blairo Maggi, sojicultor e governador de Mato Grosso (onde ocorreram 54% da devastação), que questionou a metodologia do instituto.

Maggi defende o ponto de vista dos produtores, em geral insensíveis ao problema ambiental. Ao chamá-lo de "parceiro" e inocentar o agronegócio de modo precipitado, Lula preferiu palavras ociosas de contemporização a novas ações para controlar o desmatamento. Omitindo-se, colherá dados mais alarmantes do Inpe até o final do ano.

Governo Lula isenta assentado de sanção contra o desmate – Mart Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 01/02/2008

Responsáveis por até 18% do corte de florestas, pequenos proprietários não correm risco de bloqueio de crédito - Terras de até 100 hectares têm prazo prolongado para cadastrar mapa de precisão; segundo ministro, reforma agrária ajuda a preservação

A política de combate ao desmatamento do governo Lula isentou assentados da reforma agrária e pequenos produtores rurais nos 36 municípios que mais abatem árvores na Amazônia do risco de bloqueio de crédito e de dificuldades de comercialização de seus produtos nos próximos anos. Isso foi feito apesar dos estudos que atribuem aos assentados e proprietários de até 100 hectares a responsabilidade por 15% a 18% da devastação da floresta.

Decreto editado por Luiz Inácio Lula da Silva estabeleceu prazo de dois anos, "prorrogável por mais um ano", para a indicação da posição geográfica precisa dos imóveis até 400 hectares. O georreferenciamento é a base para o governo monitorar o desmatamento e punir os responsáveis até com o embargo da produção.

Nos municípios que mais desmataram a Amazônia, as pequenas propriedades e assentamentos somam 10,2 milhões de hectares, o equivalente a 13% de seu território. Os demais imóveis rurais terão até meados de março para apresentar os documentos sem enfrentar problemas.

"O decreto alcança [os assentados e pequenos produtores], mas num segundo momento", disse a ministra Marina Silva (Meio Ambiente). Ela justificou a opção: "A sociedade brasileira sempre disse: vocês não conseguem combater o desmatamento porque só fiscalizam os pequenos. A nossa estratégia foi priorizar os grandes".

Nos 36 municípios listados como alvo das ações de combate ao desmatamento, 8,3% da área total está em projetos de reforma agrária. São 279 assentamentos, com 6,5 milhões de hectares. Cinco deles -Coutinho União, Pingos D'água, São Manoel e Brasil Novo, em Querência (MT), e Rio Campo Alegre, em Santana do Araguaia (PA)- tiveram no mínimo 1 km2 (até 16,34 km2) de desmate apenas em novembro de 2007. Esse foi o mês mais crítico do período coberto pelo último alerta do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Latifúndios e grileiros - "A reforma agrária ajuda na preservação da floresta; todos os especialistas, eu, a ministra Marina e o governo acreditamos nisso", insiste Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário). Para o ministro, o desmatamento é provocado por "latifundiários, madeireiros e grileiros". O ministério informa que caiu em 51,2% o desmatamento nos assentamentos entre 2006 e 2007, de acordo com dados do Inpe.

Mas estudo apresentado há um ano e meio pelo Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) apurou que o ritmo de abate de árvores nos assentamentos (1,8% ano ano) era quatro vezes maior se comparado à taxa média de desmatamento na Amazônia. O estudo estimou em 15% a participação dos assentamentos na devastação da floresta até 2004. Mostrou ainda que 43% dos assentamentos mapeados apresentaram mais de 75% de sua área desmatada.

Em auditoria votada em dezembro, o TCU (Tribunal de Contas da União) cobrou medidas para conter a multiplicação de assentamentos sem controle ambiental na Amazônia, como forma de reduzir a devastação da floresta. De acordo com a auditoria, propriedades com até 100 hectares são responsáveis por 18% do desmatamento. "Esses dados se mostram alarmantes, na medida em que o número de famílias assentadas na região com lotes dessa dimensão chega a 750 mil, o que pode representar grandes ameaças de futuras degradações ao meio ambiente", relatou o ministro Aroldo Cedraz.
O TCU determinou ao Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que não promova assentamentos sem licença prévia ambiental. Em toda a Amazônia Legal, foram assentadas 535 mil famílias, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Na região, a lei autoriza o desmatamento de até 20% dos lotes.

Dados de satélites rápidos estão de acordo sobre alta no desmate – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 01/02/2008

O Brasil dispõe hoje de três sistemas de detecção via satélite para monitorar o ritmo da devastação amazônica. Os dois que enxergam a floresta com mais agilidade, independentemente das margens de erro (ver quadro à. esq.), registram uma aceleração no desmate, tendência que é contestada pelo ministério da Agricultura e pelo governo de Mato Grosso.

"O ponto central é que existe um reaquecimento [do desmate]", afirma Carlos Souza Jr., da ONG Imazon. A instituição paraense é a única no Brasil com um sistema não-governamental, o SAD (Sistema de Alerta do Desmatamento), para observar o estado da floresta amazônica. Esse projeto, porém, funciona apenas no monitoramento de Mato Grosso e do Pará.

Os dados processados pelo Imazon são registrados pelo sensor Modis, no satélite Terra, da Nasa. O mesmo registro alimenta o Deter (Detecção de Áreas Desflorestadas em Tempo Real), do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Ambos usam as mesmas imagens captadas do espaço, mas geram produtos diferentes.

O Inpe -que usa o Deter como sistema de alerta, mas não para obter uma medida precisa de área desmatada- estimou em 7.000 km2 a área alterada na Amazônia entre agosto e dezembro de 2007.

O sistema usado para cálculo efetivo da área desmatada é o Prodes (Projeto de Estimativa de Desflorestamento da Amazônia), mais lento.

"A estimativa do Deter é meramente indicativa de tendência e seu objetivo é orientar os esforços de fiscalização do governo", disse Gilberto Câmara, diretor do Inpe, à Folha.

Segundo ele, a extrapolação divulgada na semana passada é bem confiável. "Esse cálculo é feito com base na proporção entre os números do Prodes e do Deter observada em anos anteriores. Em 2006, esta proporção foi de 60% e em 2007, de 40%. A extrapolação tem como base um histórico".

A margem de erro do Deter é de 20%, segundo o Inpe. É o dobro da estabelecida para o SAD, segundo Souza Jr.

O Prodes -que usa dados dos satélites das famílias CBERS (do Brasil e da China) e Landsat (da Nasa)- divulga números só no segundo semestre, mas indica qual foi a área florestal ceifada com apenas 4% de margem de erro.

"Existem várias questões técnicas que podem levar ao erro. Mas tem também uma questão quase semântica importante", afirma Souza Jr.

Segundo o pesquisador, é fundamental informar ao modelo matemático usado no processamento das imagens o que deve ser visto como floresta e o que precisa ser registrado como área "degradada".

"Em Mato Grosso, às vezes, uma área detectada pelo SAD como degradada não virou ainda pastagem. Para nós [do Imazon] houve perda de biomassa florestal, mas, para a secretaria [do Estado] aquele área ainda não é alterada", disse Souza Jr.

Pará tem novas regras para compensação – Folha de São Paulo – Ciência – 01/02/2008

O governo do Pará deverá arrecadar cerca de R$ 100 milhões nos próximos três anos para aplicar na preservação e implantação de unidades de conservação. O dinheiro virá da regulamentação da lei que permite a cobrança de uma compensação ambiental de todos os empreendimentos que se instalem no Estado e que tenham grande impacto. Pela regra vigente até o mês passado, era cobrado 0,5% do total investido na obra como compensação ambiental. Agora, o reparte pode chegar a 2%. O primeiro empreendimento a ser enquadrado na nova regulamentação é a mina de Juruti, da Alcoa, para exploração de bauxita.

Pesquisador do Inpe confirma aumento de desmatamento – O Globo – O País – 01/02/2008

SÃO PAULO. Uma das principais autoridades brasileiras em clima, o pesquisador Carlos Nobre, do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos (Cptec), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), garantiu ontem que são confiáveis as informações captadas por satélite que mostram que houve aumento do desmatamento na Amazônia, na comparação entre o segundo semestre de 2006 com o mesmo período de 2007: — O que pode ser dito com segurança, e esses dados foram checados com muito cuidado no último mês, é que os desmatamentos observados pelo satélite no segundo semestre de 2007 são bastante superiores aos observados pelo satélite no segundo semestre de 2006.

Segundo informações coletadas pelo sistema Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter) do Inpe, a Amazônia pode ter perdido sete mil quilômetros quadrados de matas em cinco meses, no segundo semestre de 2007. A maior parte em Mato Grosso (53,7%), Pará (17,8%) e Rondônia (16%).

— Esse sistema não é feito para medir com precisão a área total desmatada, ou para detectar todos os desmatamentos que ocorrem. Ele é feito de certo modo para guiar o governo, guiar a fiscalização dos órgãos governamentais para tendências, se o desmatamento aumentou ou diminuiu — explicou o pesquisador, que também integra o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU.

De acordo com Nobre, o sistema utilizado pelo Mato Grosso, que contratou a organização não-governamental Imazon, e contestou as informações do Inpe, é semelhante ao Deter.

— Não são idênticos, mas dentro do erro que esse tipo de medida apresenta normalmente, os dados são muito parecidos e indicam, sim, quando olhamos os cinco meses de desmatamento, um aumento.

ONGs reagem às provocações feitas por Lula – O Globo – O País – 01/02/2008

BRASÍLIA. Ambientalistas reagiram ontem com indignação às críticas do presidente Lula às ONGs que atuam na Amazônia.

Quarta-feira, ao reclamar de suposto exagero no anúncio da alta no desmatamento entre agosto e dezembro do ano passado, Lula atacou as ONGs que ligaram o aumento das derrubadas à expansão da fronteira agrícola.

Antes de defender o setor agropecuário, ele fez uma provocação a pesquisadores e ativistas: — Eu topo brigar com essas ONGs por causa disso. Vão plantar árvore no país deles.

O coordenador da campanha Amazônia do Greenpeace, Paulo Adário, acusou Lula de tentar desviar o foco da discussão sobre o futuro da floresta: — O presidente investe contra as ONGs, mas quem divulgou a alta no desmatamento foi o próprio governo. Plantar árvores na Europa ou nos Estados Unidos não resolve o problema do Brasil. Do total de emissões de carbono do país, 70% são fruto das queimadas na floresta.

O diretor da ONG Amigos da Terra, Roberto Smeraldi, afirmou que documentos do próprio governo, como o pacote de ações contra desmatamento anunciado semana passada, apontam a expansão da agropecuária como o principal fator de pressão sobre a floresta: — Talvez o presidente desconheça os documentos que ele mesmo assinou. Se não são essas as atividades que mais desmatam, é preciso perguntar a ele quem são os culpados.

Smeraldi disse que, apesar das falhas já admitidas pelo Inpe, não há motivos para duvidar do alerta do órgão sobre a nova alta na derrubada de árvores.

Territórios da Cidadania: R$ 9 bilhões para as regiões mais pobres do País – Sitio eletrônico do MDA - 01/02/2008

Em fevereiro o Brasil irá conhecer o Territórios da Cidadania, um programa de desenvolvimento regional e garantia de direitos sociais voltado às regiões mais pobres do Brasil que prevê 110 ações de 10 Ministérios nas áreas de apoio às atividades produtivas, acesso a direitos e ações de infra-estrutura, totalizando R$ 9,3 bilhões no ano de 2008. O Programa Territórios da Cidadania trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território com a participação da sociedade. Em cada território um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinará o plano de desenvolvimento territorial e uma agenda pactuada de ações – estimadas em mais de 6 mil obras e serviços em todo o território nacional

"O Territórios da Cidadania é um esforço concentrado do Governo Federal para superar de vez a pobreza no meio rural. É uma soma de investimentos, políticas públicas coordenadas e participação popular, que busca construir um outro mundo rural, com mais

igualdade e mais produção. O País está crescendo e agora é necessário fazer um programa desta magnitude a fim de que cresça para todos", ressalta o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

Para este ano, foram selecionados 60 territórios de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), abrangendo cerca de mil municípios em todos os estados da federação. Em 2009, serão 120 territórios alcançados pelo programa.

O Governo Federal já definiu e orçou as ações que irão compor o programa. Serão R$ 2,9 bilhões para 58 ações de apoio às atividades produtivas; R$ 5,0 bilhões para 42 ações de cidadania e desenvolvimento social; R$ 1,4 bilhão para 10 ações na área de infra-estrutura.

Em 2008, serão desenvolvidas ações de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); ampliação da assistência técnica; construção de estradas e recuperação de infra-estrutura de assentamentos; Bolsa Família; ampliação do Programa Luz para Todos; implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS); ampliação dos programas Saúde da Família, Farmácia Popular, Brasil Sorridente; construção de escolas; saneamento básico e construção de cisternas, entre outros.

Órgão federais que participam do Programa:

Casa Civil; Secretaria-Geral da Presidência da República; Ministérios do Planejamento (MP), do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Educação (MEC), da Cultura (Minc), de Minas e Energia (MME), da Saúde (MS), da Integração Nacional (MI), do Trabalho e Emprego (MTE), do Meio Ambiente (MMA) e das Cidades (MCidades); Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP); Fundação Nacional do Índio (Funai); Fundação Nacional de Saúde (Funasa); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Todos integram o Comitê Gestor Nacional, coordenado pela Casa Civil, Ministério do Planejamento e MDA.

Como funcionará:

Primeiro passo: LISTA DE INVESTIMENTOS

O detalhamento das ações está feito. Os órgãos do Governo Federal no programa apresentaram uma lista de ações concretas para cada um dos territórios. Ao todo são 110 ações nos três eixos de atuação, com um volume de recursos da ordem de R$ 9,3 bilhões.

Segundo passo: PARTICIPAÇÃO POPULAR

Esta fase começa a partir do lançamento pelas comunidades dos 958 municípios. A população de cada território discute com representantes dos governos federal, estadual e municipal quais as ações devem ser adotadas naquela comunidade, levando em conta as características de cada região. Poderão ser incluídas ações dos governos estaduais e municípios a serem realizadas nos territórios, ampliando a agenda pactuada entre governo e sociedade.

Terceiro passo: EXECUÇÃO E CONTROLE SOCIAL

É a fase de execução e controle das 6 mil obras e serviços . Mais uma vez a população participa ativamente. As obras, programas e investimentos aprovados farão parte de uma agenda detalhada das ações nas regiões. Todo controle da execução dessa agenda será público, através do Portal Territórios da Cidadania. Qualquer cidadão poderá acompanhar cada projeto, via internet e em tempo real, desde a licitação até a conclusão.

Aliança de governo e agronegócio impulsiona desmatamento – João Alfredo Telles Melo – Sitio eletrônico do MST – 01/02/2008

A notícia do recrudescimento do desmate na Amazônia vem em pior hora para o governo federal, que vinha comemorando, desde o ano passado, a redução, pelo terceiro ano seguido, do índice de desmatamento, pois este havia chegado a um dos menores números – embora ainda extremamente elevado – desde que se começou a medição por satélite: 11.224 km², para o período 2006/2007.

O alerta dessa retomada já vinha sendo feito desde meados do segundo semestre de 2007. No dia 23 de setembro, o jornal "O Globo" estampava: "Devastação da Amazônia volta a crescer: queimadas em áreas de floresta sobem 30% este ano em relação a 2006 e serrarias operam a todo vapor" (Rodrigo Taves).

Em 16 de outubro, era a vez do "Estado de São Paulo" denunciar, a partir de dados do Sistema de Alerta do Desmatamento (SAD), operado pelas Ongs Imazon e ICV: "Desmatamento volta a crescer e faz governo rever plano para Amazônia". Ali, informa-se que a devastação no estado de Mato Grosso (ao lado do Pará e de Rondônia, os campeões de desflorestamento) "saltou 107% na comparação de junho/setembro com o mesmo período de 2006" (Cristina Amorim).

A própria ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, reconheceu, agora, que "já é possível dizer que o aumento do preço da soja, o avanço do gado na Amazônia e a derrubada de árvores para as siderúrgicas de ferro-gusa são as causas principais do desmatamento. Seus assessores lembraram que a derrubada da floresta aconteceu principalmente em Mato Grosso, Rondônia e no Pará, estados onde esses setores da economia têm avançado muito nos últimos anos" (O Estado de São Paulo, 24.01.2008).

O que evitou o desmatamento de 2004 a 2007?

A questão da variação do preço das commodities agrícolas já vinha sendo apontada pelas Ongs como uma das causas – embora o governo à época não quisesse admitir – da queda do desmatamento a partir de agosto de 2004 (após o pico de 26.130 km2, verificado entre agosto de 2003 e agosto de 2004).

Na publicação "Faltou Ação ao Plano de Ação", o Greenpeace apontava, dentre os fatores que tinham contribuído para a queda dos índices, o "momento desfavorável para as commodities agrícolas brasileiras no mercado internacional. O otimismo dos produtores que estimulou o forte desmatamento do período 2003/2204 foi abalado pela redução dos preços da soja e pela sobrevalorização do Real em relação ao dólar. O faturamento do setor de grãos em geral no país – US$ 47 bilhões na safra 2004/2005 – caiu US$ 13 bilhões em relação à safra anterior" (Greenpeace, 2005, pág. 7).

Evidentemente, não se pode desconhecer que ações do governo contribuíram, também, para a queda que se verificou de 2004 a 2007. Assim, a criação de grandes áreas protegidas; a realização de grandes operações conjuntas do Ibama com a Polícia Federal, que levaram à apreensão de madeira ilegal e à prisão de servidores públicos corruptos, além de madeireiros e lobistas; dentre outras medidas impactantes – algumas delas desencadeadas após o assassinato da Irmã Dorothy, em fevereiro de 2005 -, devem ser reconhecidas como medidas importantes no combate ao desmate, à grilagem e à violência na região amazônica.

No entanto, a retomada vigorosa do desflorestamento mostra que nem a presença de Marina Silva no comando da pasta do Meio Ambiente do governo brasileiro é suficiente para dar conta do desafio que é uma política efetiva para a questão do combate ao

aquecimento global. Símbolo da luta ambiental, a ponto de, recentemente, ter sido citada pelo jornal britânico "The Guardian" como uma das 50 personalidades que podem ajudar a salvar o planeta, Marina – que tem uma histórica política e pessoal de superação emblemática – é herdeira de outro ícone da luta sócio-ambiental brasileira, o seringueiro, como ela, Chico Mendes, assassinado, no século passado, por sua luta em defesa da floresta.

A questão é outra. Ou, para usar um conceito que a própria ministra gosta de utilizar, falta "transversalidade ambiental" nas ações do governo, como um todo, voltadas para o binômio meio ambiente/desenvolvimento, vis a vis a questão das mudanças climáticas. Basta que se diga que enquanto Marina responsabilizava o gado e a soja pela devastação, outro ministro do governo Lula, Reinold Stephanes, da Agricultura, fazia a defesa enfática do agronegócio.

Abra-se, aqui, parêntesis para aludir que esse integrante do governo defende o plantio de cana para o etanol na Amazônia e sua pasta é responsável por todas as políticas do setor que tem sido responsabilizado pela degradação da floresta (em outro enfrentamento com o titular anterior da mesma pasta de agricultura, Roberto Rodrigues, Marina foi derrotada com a introdução das plantas transgênicas no país).

A aliança do governo com o agronegócio

A aliança social e política celebrada pelo governo com o agronegócio, que tem, no parlamento brasileiro, como seu representante, a bancada ruralista, é fundamental para o modelo econômico adotado e para a chamada "governabilidade".

Na economia, a exportação de produtos oriundos da agricultura e da pecuária tem um peso importante para o equilíbrio da balança comercial. No Congresso, a presença na base de sustentação do governo confere à bancada ruralista posição privilegiada na concessão de favores e privilégios – quase sempre traduzidos, além de cargos na estrutura de governo, em generosos abatimentos em suas dívidas agrícolas junto às instituições financeiras oficiais – para garantir a aprovação de matérias legislativa de interesse do Executivo.

É essa aliança que, com um falso discurso "verde", incentiva a monocultura da cana-de-açúcar para a produção do etanol combustível, que tem se mostrado insustentável, tanto do ponto de vista social – pela superexploração dos cortadores de cana e pela substituição de culturas de subsistência –, como ambiental, já que sua expansão, além de empurrar a soja e o gado ainda mais para dentro da floresta, é responsável pela degradação de outro grande bioma brasileiro, o Cerrado, que é a savana com maior biodiversidade do planeta.

Estudo do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) concluiu que "importantes áreas para a conservação e uso sustentável da biodiversidade do Cerrado que deveriam ser protegidas estão sendo tomadas pelas lavouras de cana-de-açúcar para produção de etanol. Isso significa que pode haver comprometimento dos recursos naturais, das populações rurais e da segurança alimentar na região".

Ali se denuncia que o Cerrado, que abrange cerca de dois milhões de quilômetros quadrados, já perdeu metade de sua cobertura vegetal, estando as causas do desmatamento "relacionadas à agricultura e pecuária praticadas inclusive sobre áreas que deveriam estar sob proteção e que são a base do estudo do ISPN". Segundo Nilo Dávila, assessor de políticas públicas da entidade, "apesar de não haver monitoramento oficial, estima-se que o desmatamento na região gire em torno de 1,1% ao ano, o que equivale à destruição de cerca de 22 mil Km2 por ano, sendo maior que o desmate na Amazônia" (www.ispn.org.br).

É essa sólida aliança governo Lula com o capital agropastoril que explica o fato de que um dos maiores beneficiários do chamado Plano de Aceleração do Crescimento (conjunto de ações, políticas, empreendimentos, que formam o carro-chefe da política desenvolvimentista do governo brasileiro), na atilada análise de Gerson Teixeira, seja "o agronegócio exportador, em particular, na sua trajetória expansiva na fronteira Norte" ("O Programa de Aceleração do Crescimento e o Meio Ambiente", mimeo, 2007, pág. 7). Ali, Teixeira constata que, para "pavimentar, de vez, a expansão do agronegócio na Amazônia, o PAC prevê investimentos de peso no binômio 'energia e asfalto', afora em hidrovias, que, entre outros efeitos, romperão as principais barreiras para essa atividade naquela região e da sua transformação em via de acesso a mercados internacionais de produtos de outras regiões" (idem, ibidem).

Uma no cravo outra na ferradura

Ou seja, o mesmo governo que anuncia medidas duras de combate ao desflorestamento, como o recente Decreto 6321/2007 – que "dispõe sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle do desmatamento no Bioma Amazônia" –, realiza pesados investimentos públicos em infra-estrutura (rodovias, hidrovias, energia) que poderão fazer da Amazônia, segundo ainda a percuciente análise de Teixeira, não apenas a grande fronteira da energia elétrica, mas, também, "a última fronteira do agronegócio brasileiro" (idem, pág. 8).

Isso para não falar nas linhas de financiamento, a juros subsidiados, do Banco da Amazônia, do PRONAF e do FNO, para a pecuária, conforme já noticiado pela imprensa, a partir do estudo realizado pelos Amigos da Terra – Amazônia, onde se constatou que é, naquela região, que se encontra, hoje, 94% do crescimento do número de cabeças registrado no país entre 2003 e 2006. Das 10.334.668 novas cabeças de gado registradas no Brasil pelo IBGE, no período considerado, 9.680.511 estavam na Amazônia Legal (www.amazonia.org.br: "O Reino do Gado. Uma nova fase na pecuarização da Amazônia").

Além desses impactos sobre a fauna e a flora, o próprio governo reconhece, segundo informações do Conselho Indigenista Missionário, que 201 empreendimentos do PAC interferem em terras indígenas, dessas, 21 com povos isolados. Dentre essas obras, encontram-se as barragens de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira (RO), que vai impactar grupos de índios isolados que vivem na região; a hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), que atinge terras dos povos Arara, Xincrin e Juruna; a hidrelétrica de Estreito, no rio Tocantins, que traz impactos sobre as terras indígenas Avá Canoeiro, Kraolândia, Filni-ô, Xerente, Apinayé, Krikati e Mãe Maria; a finalização da BR-156 no Amapá, que corta 40 km de terra dos povos Galibi-Marworno, Palikur e Karipuna; a finalização da BR – 242, no Tocantins, que atinge os povos da Ilha do Bananal: Avá Canoeiro, Javaé, Karajá e Cara Preta. Em nenhum momento, até agora, houve qualquer consulta prévia a esses povos, o que denota o profundo desrespeito com o direito dos povos indígenas.

A insustentabilidade da 'política de desenvolvimento' do governo

A comprovação maior de que não há política ambiental integrada transversalmente com os outros setores do governo é, exatamente, esse Plano de Aceleração de Crescimento, que, efetivamente, é o nome do projeto de desenvolvimento para o segundo mandato do presidente Lula. Ali, estão previstas, além do que acima foi listado, outras ações que atentam contra o meio ambiente e o clima do planeta, tais como a construção de 77 usinas termoelétricas (a maioria a carvão e a óleo), a retomada do programa nuclear brasileiro, a transposição do rio São Francisco, a construção das já referidas usinas hidrelétricas do Rio

Madeira (cujo parecer inicial do órgão de meio ambiente era contrário, pelos impactos sócio-ambientais causados), o incentivo à siderurgia (com a desoneração do Impostos sobre Produtos Industrializados – IPI - para o aço) etc.

Portanto, a insustentabilidade da política de desenvolvimento do governo brasileiro não se encontra somente na Amazônia – onde o PAC incentiva a continuidade do desmate da floresta –, mas, também, nos outros setores – energia, indústria, transportes - causadores da emissão de gases do efeito-estufa. De nada adianta a elaboração, por um ou dois ministérios, apenas, de um plano de enfrentamento às mudanças climáticas – em seus aspectos de prevenção, mitigação e adaptação –, se, no centro das políticas públicas levadas a cabo ou estimuladas pelo governo - com investimentos, créditos, incentivos fiscais e subsídios -, se encontra a ideologia do crescimento a qualquer custo, onde a economia se sobrepõe ao social e ao ecológico, onde o governo se rende à lógica do mercado, onde as políticas ambientais ainda estão – e como estão! – à margem dos grandes processos decisórios.

João Alfredo Telles Melo é advogado, professor de Direito Ambiental, ex-deputado federal e consultor de políticas públicas do Greenpeace.

PF vai agir na Amazônia contra desmatamento – Valor Econômico – Brasil - 01/02/2008

O governo federal vai lançar este mês a Operação Arco de Fogo para patrulhar a Amazônia e deter o desmatamento na região. Os trabalhos terão a participação da Polícia Federal, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Polícia Rodoviária Federal.

Segundo o delegado-chefe de Crimes Ambientais da Polícia Federal, Álvaro Palharini, a idéia é instalar dez postos móveis de fiscalização nos nove Estados da região. "Nesses postos, a Polícia Federal vai fazer um trabalho de polícia judiciária, o Ibama vai fiscalizar e a Senasp vai fornecer segurança. E não vai ser simplesmente barreira. Nós vamos fazer trabalhos de inteligência em toda essa região, que é praticamente desprovida de atuação estatal."

O delegado disse que, além de frear o desmatamento da floresta, essas ações podem contribuir para inibir outros problemas na região, como a grilagem de terras e a pistolagem. "Vai fazer com que outros delitos deixem de acontecer, como pistolagem, tráfico de drogas, grilagem, matador de aluguel. Com a polícia no local, investigando e atuando, seguramente haverá um declínio desses crimes." Vão participar da Operação Arco de Fogo 800 agentes dos órgãos envolvidos.

PF não coibiu desmate de julho a setembro de 2007 – Andréa Michel – Folha de São Paulo – Ciência – 02/02/2008

Número de policiais para combate a crimes ambientais caiu de 740 para 89 - Autuações foram reduzidas após ida de equipes para os Jogos Pan-Americanos, diz governo, que promete mais ações conjuntas em 2008

Entre os meses de julho e setembro, período em que tradicionalmente ocorrem as ações mais intensas de desmatamento, a Polícia Federal não participou de nenhuma ação de repressão a crime ambiental de caráter nacional.

Conforme os dados fornecidos pela assessoria de imprensa da PF, em 2007 o órgão comandou sete operações nacionais que tiveram como alvo o combate à exploração de madeira e o desmatamento ilegais.

Houve um período de vacância de ações entre 29 de junho e 18 de outubro, datas em que ocorreram as operações Ouro Verde II, no Pará, e Wood Stock, em Minas Gerais. Em 2006, a PF participou de 12 operações conjuntas com o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), entre outros órgãos de investigação. Três delas ocorreram entre agosto e setembro e levaram 126 pessoas à prisão. O total do ano foi de 260 prisões, contra 127 realizadas no ano passado.

O efetivo da PF destacado para a repressão a crimes ambientais também diminuiu drasticamente entre 2006 e 2007. Caiu de 740 para 89 homens, conforme a contabilidade feita pelo Ibama para as ações integradas com a PF.

Chefe da Divisão de Repressão a Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Histórico, o delegado federal Álvaro Palharini disse à Folha que, "se houve diminuição das ações, um dos fatores responsáveis foram os Jogos Pan e Para-Pan-Americanos", para os quais foram destacados, entre julho e agosto do ano passado, cerca de 1.800 policiais federais para atuar no Rio de Janeiro -aproximadamente 20% de todo o efetivo de que a PF dispõe para atuar no país inteiro.

"É fato que isso pode ter tido uma repercussão no desmatamento. Mas os prejuízos, se é que existiram mesmo, não foram somente na área ambiental. Além disso, os números não podem ser lidos de uma maneira simples assim. É preciso verificar a complexidade das ações desenvolvidas pela PF e não apenas avaliá-las pela quantidade", disse Palharini. Já o balanço feito pelo Ibama aponta um aumento de 27% no número de ações de fiscalização entre 2006 e 2007 (de 105 para 134 investidas contra ilegalidades), apesar da drástica redução da participação da PF neste tipo de trabalho.

Houve uma redução no número de autos de infração emitidos, de 6.640, em 2006, para 5.745, em 2007. Ainda assim, as multas aplicadas subiram de R$ 1,12 bilhão para R$ 1,45 bilhão no mesmo período.

"Em 2007, o número de ações conjuntas foi reduzido porque tivemos os jogos no Rio", concorda Flávio Montiel, diretor de Proteção Ambiental do Ibama. "Mas eu não posso afirmar se isso tem um reflexo direto sobre o desmatamento. Com certeza a presença maior da polícia, a repressão, isso inibe o desmatamento, mas, para nós, o principal fator responsável por esse aumento está nas atividades agropecuárias." Ainda segundo Montiel, as ações conjuntas entre Ibama e PF serão retomadas em 2008. "E em grande quantidade, eu posso lhe garantir. Vamos fechar esse cronograma em breve", afirmou.

Produtor diz que só refloresta se área de reserva diminuir – Silvia Freire – Folha de São Paulo – Ciência – 02/02/2008

Um grupo de 72 produtores rurais do sul do Pará condicionou a implantação de um projeto de reflorestamento em áreas desmatadas à redução da exigência de reserva legal (área que não pode ser desmatada), que na Amazônia é de 80% de cada propriedade rural. "É inviável economicamente fazer reflorestamento na Amazônia enquanto só pudermos fazer reflorestamento em, no máximo, 20% da propriedade", disse Luciano Guedes, presidente da Cooperativa de Reflorestamento Carajás.

Segundo ele, os produtores vão aguardar a tramitação na Câmara do projeto de lei que prevê mudanças nos percentuais de reserva legal em propriedades da Amazônia. Pelo texto aprovado em dezembro na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, a reserva legal pode ser reduzida a até 50% da área do imóvel, de acordo com a orientação contida no ZEE (Zoneamento Ecológico Econômico) -estudo que disciplina a ocupação das áreas.

Se esse projeto de lei for aprovado, os produtores dizem que utilizariam 350 mil hectares para o reflorestamento de diversas espécies florestais. Essa proposta reúne pecuaristas de 15 municípios do sul do Pará.

O objetivo dos produtores é criar uma alternativa à pecuária, com a comercialização de madeira e de créditos de carbono -mercado que gira em torno de projetos que reduzam a emissão de gases-estufa. "Queremos criar uma alternativa econômica compatível com o novo momento em que vivemos no Brasil e no mundo", disse Guedes. "Uma das alternativas que queremos é o mercado de carbono, o que não exclui o uso da madeira."

Para Guedes, os produtores do Estado poderão ter dificuldades para comprovar a reserva legal de 80% em suas propriedades. Na semana passada, o governo federal anunciou um cadastramento dos imóveis rurais dos 36 municípios -12 deles no Pará- que lideram o desmatamento na Amazônia, no qual será exigida a comprovação da reserva legal. "É possível [que os produtores tenham dificuldade em comprovar a reserva legal de 80% das propriedades]. Se a lei do zoneamento ecológico econômico for aprovada, talvez consigam. Do jeito que está agora, quem consegue, em São Paulo, [mostrar] que tem 20% de reserva legal, ou no Pará, que tem 80%? Ninguém. É uma hipocrisia", diz Guedes.

Pesquisadores defendem Inpe em manifesto – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 02/02/2008

EM BRASÍLIA - Cientistas de vários centros de pesquisa do governo divulgaram ontem uma carta em defesa do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), cujos dados sobre a aceleração do desmatamento na Amazônia de agosto a dezembro foram criticados pelo Ministério da Agricultura, pelo governo de Mato Grosso e até pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O sistema Deter (Detecção do Desmatamento em Tempo Real), do Inpe, estimou que só nos últimos cinco meses de 2007 a área desmatada na Amazônia foi da ordem de 7.000 quilômetros quadrados. A cifra equivale a 62% de tudo o que se desmatou no período de agosto de 2006 a julho de 2007.

O número foi considerado alto demais por Lula -que não se conforma com uma aceleração tão grande, após três anos seguidos de queda no ritmo de desmatamento- , que pediu ao Inpe uma checagem dos dados.

A carta assinada por cem cientistas, de seis institutos e três universidades, diz que pôr em dúvida a eficácia do Deter e "a lisura, a competência e a isenção do Inpe (...) serve a ninguém mais que os desmatadores ilegais da floresta amazônica".

"O fato de que os números do Inpe estariam sob investigação para minimizar o impacto do aumento do desmatamento acaba se voltando contra os cientistas que produzem informações com todo rigor metodológico", disse à Folha Ima Vieira, diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi, instituição, como o Inpe, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

"O problema não reside nas pesquisas e nos programas de monitoramento e sim na profunda falta de convergência entre as políticas públicas de desenvolvimento regional." Para Antônio Donato Nobre, do Inpe, a "desmoralização oficial" da ciência, "sob encomenda do agronegócio", lembra o que aconteceu nos EUA na década de 1990, quando os lobbies do carvão e do petróleo tentaram solapar a ciência da mudança climática.

"Graças a essa não-aceitação, perdemos 15 anos de ações no combate ao aquecimento global. Vamos fazer mais pesquisa para documentar a destruição final da Amazônia? Por quantos anos? Até quando já for tarde demais, como é o caso para o clima?" **(CLAUDIO ANGELO)**

Embrapa quer usar soja para evitar desmatamento – Silvia Freire – Folha de São Paulo – Ciência – 03/02/2008

Planta ajuda a reavivar solo destruído pelo gado, que deixa de avançar na mata - Vegetal usado em projeto experimental é o mesmo que, agora, desponta como um dos principais vilões da devastação na Amazônia

O cultivo de grãos na Amazônia -entre eles a soja, apontada como uma das vilãs do desmatamento- pode ser uma alternativa para a recuperação de áreas já degradadas da floresta.

Uma tecnologia desenvolvida pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), que consiste na integração de culturas como cultivo de grãos, pecuária e reflorestamento, começará a ser implementada neste mês em fazendas experimentais na região Norte do país.

É o chamado Sistema Integrado de Produção.

As áreas degradadas são áreas já desmatadas da floresta que foram usadas para pecuária, mas que agora estão abandonadas em decorrência da exaustão do solo aproveitado pelo gado. Para recuperá-las é preciso investimentos altos na adubação e correção da terra.

"Falam que o plantio de grãos pode destruir a Amazônia. Mas o grão pode salvá-la. Acredita-se hoje que grande parte das áreas de pastagens da Amazônia estão degradadas. Estas áreas passam a não suportar mais os animais, o que é um incentivo à abertura de novas áreas na floresta", diz o pesquisador Paulo Fernandes, da Embrapa Amazônia Oriental, com sede em Belém.

Segundo o pesquisador, no cultivo de grãos -apesar de o investimento inicial ser alto- há um rendimento ao final da safra, o que não ocorreria se fosse reintroduzido o capim nas áreas degradadas.

As etapas do Sistema Integrado de Produção são cumpridas em três anos. No primeiro ano, o produtor faz o cultivo de grãos e intercala com o plantio de linhas de árvores, voltadas ao reflorestamento.

No segundo ano, volta a produzir grãos. No terceiro, com as árvores já maiores e sem risco de serem derrubadas pelos bois, o produtor substitui o grão pelo capim. A área de agricultura vira pastagem e recebe novamente o gado. As árvores vão produzir sombra, o que aumenta o conforto térmico do animal e, conseqüentemente, sua produtividade.

Florestas plantadas - Segundo os pesquisadores da Embrapa, a tecnologia pode auxiliar também o cultivo de florestas plantadas na Amazônia, que atenderão à demanda de carvão vegetal da indústria siderúrgica da região de Carajás.

"É um sistema ecológico: recupero as áreas degradadas e forneço matéria-prima para indústria siderúrgica de uma fonte sustentável e plantada", explica Paulo Fernandes. "Estou suprindo todos os elos da cadeia e torno a atividade pecuária mais lucrativa, pois de sete em sete anos tenho uma safra de árvores."

Para o pesquisador, o uso do sistema integrado é "o projeto mais ambicioso da Embrapa para a pecuária para a região Norte". Ele diz que a tecnologia é viável economicamente e sustentável ambientalmente.

Para o pesquisador, o maior desafio desta tecnologia é fazer com que o produtor, geralmente especializado em uma atividade, qualifique-se também para atuar como agricultor, silvicultor e pecuarista.

Brasil pode perder mais 21% de floresta até 2030 – O Globo – Capa – 03/02/2008

Área derrubada na Amazônia seria 15 vezes maior que o Estado do Rio A Amazônia pode perder até 21% de sua cobertura florestal até o fim de 2030, revela estudo de cientistas da Universidade Federal de Minas Gerais e do Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia. Pela projeção, o desmatamento no ritmo atual riscaria do mapa, em 23 anos, 670 mil quilômetros quadrados de floresta, área 15 vezes maior que o Estado do Rio.

As principais conseqüências seriam a redução das chuvas e o aumento das queimadas e da emissão dos gases que causam o aquecimento global. “Se as previsões se confirmarem, os danos para a Amazônia e para o planeta serão irreparáveis”, alerta o cientista Britaldo Soares Filho, da UFMG. O estudo é divulgado num momento de polêmica em torno do levantamento do Inpe que apontou um aumento no ritmo de devastação da Amazônia. Páginas 3 e 4

Amazônia em perigo - Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 03/002/2008

BRASÍLIA - Um estudo inédito sobre o futuro da Amazônia revela que a maior floresta tropical do mundo pode perder até 21% de sua cobertura atual de árvores até o fim de 2030. De acordo com a projeção, o desmatamento riscaria do mapa, nos próximos 23 anos, cerca de 670 mil quilômetros quadrados de matas nativas — uma área 15 vezes maior do que a ocupada pelo Estado do Rio. O cálculo, feito por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia (Ipam), é baseado em estimativas sobre o avanço da agropecuária, a abertura de novas rodovias e a ausência da fiscalização oficial.

— Esse é o cenário mais pessimista do estudo. Suas principais conseqüências seriam a redução dos períodos de chuva e o aumento brutal das queimadas e da emissão dos gases que provocam o efeito estufa, além de uma perda incalculável da biodiversidade da região. Se as previsões se confirmarem, os danos para a Amazônia e o planeta serão irreparáveis — alerta Britaldo Silveira Soares Filho, do Centro de Sensoriamento Remoto da UFMG.

As projeções fazem parte do projeto Cenários para a Amazônia, cuja primeira versão foi publicada em março de 2006 pela revista científica “Nature”. Dessa vez, o prazo dos cálculos foi reduzido e o modelo computacional ficou mais preciso, com novas variáveis sobre o aumento da população e a expansão acelerada da fronteira agrícola sobre a floresta. Os dados se referem à parte brasileira da mata.

Motivo de bate-boca entre os ministros da Agricultura, Reinhold Stephanes, e do Meio Ambiente, Marina Silva, o avanço do agronegócio tem peso fundamental na equação sobre o futuro da Amazônia.

De acordo com o IBGE, a abertura de novas áreas de cultivo de soja na região obedeceu a um ritmo médio de 18% ao ano entre 1990 e 2006. No mesmo período, a participação das fazendas que substituíram a floresta sobre a economia do grão no país saltou de 14% para 29%. Os dados sobre a pecuária são semelhantes: o rebanho amazônico se multiplicou à razão anual de 11%, e seu peso no setor subiu de 18% para 36%. Em Rondônia, já existem 7,7 cabeças de gado por habitante.

— A pecuária brasileira se deslocou para a Amazônia, aumentando a pressão sobre a mata. Estudos mostram que o custo de recuperar uma pastagem é o dobro do de incorporar uma área equivalente de floresta — diz o gerente da Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE, Octavio Costa de Oliveira.

Malha viária também é vilã do desmatamento - No cenário mais pessimista traçado pelos técnicos da UFMG e do Ipam, o rebanho amazônico cresceria de 73 para 210 milhões de cabeças em 2030, e a extensão das áreas agrícolas saltaria de 80 mil para 4 50 mil quilômetros quadrados. Representantes do setor produtivo, que acusaram o governo de perseguir os grandes proprietários com o pacote de medidas para frear a alta do desmatamento, contestam a relação entre expansão da fronteira agrícola e o aumento das derrubadas.

Para as autoridades da área ambiental, o maior problema está na criação extensiva, que emprega poucos bois em vastas porções de terra. Os fazendeiros alegam não ter alternativa viável.

— O limite da tecnologia é a relação custo-benefício. Não é possível conceber uma criação semi-intensiva na Amazônia.

Os criadores estão muito longe dos pólos de consumo e não poderão competir se o custo da produção for elevado — afirma o presidente da Comissão de Meio Ambiente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Assuero Veronez.

Além do boom do agronegócio e da exploração madeireira, o estudo lista como vilões do desmatamento os projetos de expansão da malha viária amazônica, que inclui obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e pode resultar em 14 mil quilômetros de estradas pavimentadas até 2027, e a ausência do poder público, incapaz de fiscalizar a destruição da floresta e de regularizar a posse da terra na região. “É esse ciclo vicioso e intrincado que perpetua o avanço do desmatamento adentro da Amazônia”, sentenciam os pesquisadores.

No cenário mais otimista que o modelo permite calcular, os técnicos estimam uma perda de 150 mil quilômetros quadrados de floresta até 2030, o equivalente a 4,68% da floresta atual. Para atingir essa meta, seria necessário baixar a média anual de desmatamento para 6.500 quilômetros quadrados ao ano — o equivalente a 60% da devastação contabilizada em 2007, quando o governo comemorou o melhor resultado desde o início da década de 90. A projeção considera que o país conseguiria expandir as áreas

protegidas, tornar a fiscalização mais rigorosa e impor um freio radical à expansão do agronegócio.

Para o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, a única maneira de dar fim à devastação é fazer com que a exploração da floresta em pé seja um negócio mais rentável do que derrubá-la.

— Sem isso, o esforço do governo será capaz de produzir um desmatamento menor, mas constante. A história da destruição das florestas é a substituição da vegetação nativa por uma atividade estranha ao bioma da região.

Foi assim que o Brasil perdeu mais de 90% da Mata Atlântica.

Sem desenvolvimento sustentável, a luta entre a expansão da fronteira agrícola e as ações de preservação será eterna — afirma.

No novo tipo de ocupação sonhado pelos ambientalistas, as queimadas dão lugar a atividades como o ecoturismo e o corte seletivo de madeira, num sistema que obrigaria todo proprietário a pagar pelos serviços de um engenheiro ambiental e esperar 30 anos até voltar a cortar árvores no mesmo hectare de terra. Ao anunciar os dados mais recentes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Marina Silva chegou a dizer que uma mudança no comportamento dos consumidores levaria ao boicote de produtos que não seguirem a cartilha ecologicamente correta.

Capobianco admite que o manejo florestal só virou realidade nos países escandinavos, mas afirma que o Brasil tem condições de promover "uma revolução civilizatória" na selva. Para Assuero Veranez, da CNA, o desenvolvimento sustentável pertence ao mundo da ficção, "num paraíso ilusório da biotecnologia".

Até o fim do ano passado, a devastação da Amazônia já havia transformado em cinzas 18% da floresta original.

O conflito tende a aumentar, diz presidente do Ibama sobre Amazônia – Entrevista Bazileu Margarido – O Globo – O País – 03/02/2008

O presidente interino do Ibama, Bazileu Margarido, diz que o governo trava uma "batalha de gato e rato" com madeireiros e agricultores na Amazônia, mas admite que o órgão responsável pela repressão ao desmatamento não consegue receber a maior parte das multas que aplica.

Ex-assessor parlamentar do PT e fiel escudeiro da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, desde os tempos do Senado, o engenheiro paulista classifica a situação da floresta de preocupante e afirma que a burocracia atrapalha a caça aos responsáveis pelas derrubadas.

O GLOBO: O senhor participou da comitiva que sobrevoou Marcelândia (MT), um dos municípios que registraram maior desmatamento no ano passado. Como está a floresta na região?

BAZILEU MARGARIDO: Vi mos um cenário preocupante em todo o percurso: vastas áreas da floresta já derrubadas, em diversos níveis de conversão do uso do solo. Há indícios muito fortes de abertura de novas áreas para a pecuária. Em boa parte do trajeto, já existe mais pasto do que floresta.

O que mudou na devastação da Amazônia?

MARGARIDO: Há quatro ou cinco anos, o desmatamento era feito com o tradicional correntão. O sujeito pegava dois tratores e saía carregando a madeira. Agora está se usando um método mais rápido e barato, a queimada.

Ao mesmo tempo, é um método muito perigoso, porque se perde o controle do fogo.

Quais são os estágios desse processo?

MARGARIDO: O primeiro é a extração seletiva e predatória da madeira nobre. Marcelândia ainda tem uma cobertura de floresta grande, de cerca de 70%. Vimos sinais claros disso, com árvores caídas no meio da mata.

O uso de fogo para grandes áreas não faz parte da lógica do negócio da madeira. Os indícios de que a derrubada é para a conversão do uso do solo começam aí. Esgotado o interesse dos madeireiros, essas áreas passam a ser de interesse de outras atividades, como a pecuária.

Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos fiscais do Ibama?

MARGARIDO: Na maior parte das áreas, ainda não se sabe ao certo o proprietário. Mandamos uma equipe precursora para investigar os responsáveis pelas derrubadas.

Aí nos deparamos com outro problema. Para abastecer o carro, o fiscal precisa tirar nota fiscal em nome do Ibama. Quando ele se identifica, ninguém mais dá informação. A gente vai aprimorando a ação do Estado e quem está na contravenção muda suas estratégias. É briga de gato e rato.

A falta de pessoal continua a atrapalhar?

MARGARIDO: É uma limitação, mas o gargalo não está em identificar o local desmatado e multar o responsável, porque o número de autuações aumenta a cada ano. A maior dificuldade ainda é fazer com que essas multas sejam recolhidas aos cofres públicos.

Outro problema é garantir que a sanção administrativa seja acompanhada por ações cíveis e criminais.

Quem deve se preocupar mais com o reforço da repressão ao desmatamento?

MARGARIDO: Os decretos atingem toda a cadeia, do madeireiro ao consumidor. Os grandes frigoríficos que comprarem carne de proprietários que violaram o embargo serão co-responsáveis pelo crime. Quem pretende vender para os grandes supermercados ou exportar terá que cuidar da sua imagem. E, para isso, não pode confundir seu negócio com ações ilegais, que depredam o meio ambiente.

A pecuária cresce em ritmo acelerado na Amazônia. Como conter a devastação provocada pelo setor?

MARGARIDO: A pecuária na região é extremamente extensiva. O número de cabeças por hectare é ridículo. Você não precisa criar quatro, cinco cabeças por hectare. Isso é um absurdo, um desperdício.

Em 1780, na época do GrãoPará, se criava gado nos mesmos parâmetros. É possível ter atividade pecuária na Amazônia de maneira sustentável, respeitando as regras ambientais, mas o setor precisa estar disposto a fazer isso.

Enquanto os pecuaristas não tomarem consciência de que não pode ser cada um por si, fazendo o que quiser, o conflito tende a aumentar.

Combate ou incentivo ao desmatamento? – Fabio Feldmann e Roberto Smeraldi – Folha de São Paulo – Opinião – 04/02/2008

INDEPENDENTEMENTE de picos ou baixas, o desmatamento não é uma conjuntura, e sim uma doença crônica. Medidas de cunho emergencial, com base no alarde do momento, podem sair pela culatra. Não há como resolver um problema complexo -o da expansão da fronteira- no curto prazo.

A fronteira é móvel e dinâmica. Para estancá-la, é necessário concentrar as atividades agropecuárias nas áreas já desmatadas, nunca favorecer seu deslocamento ou expansão.

Fala-se em promover o aproveitamento das áreas alteradas, mas ninguém o faz. O governo afirma que não é preciso desmatar, mas desmatar é mais barato e, por isso, desmatamentos seguem acontecendo. Para tornar produtivos os 160 mil quilômetros quadrados de áreas subutilizadas, seriam necessários R$ 16 bilhões, dos quais R$ 12 bilhões do governo. Parece muito, mas, dividido em dez anos, esse valor representa 3% dos subsídios do Plano Safra.

Já medidas de proibição de atividades em alguns municípios tendem a estimular o seu deslocamento: um frigorífico não vai deixar de se abastecer de boi. Ao esbarrar numa proibição local, comprará do município vizinho, estimulando a conversão de novas áreas, em vez de reter a produção nas áreas antigas.

As ações contra o desmatamento devem ser precursoras. Deve-se concentrar a ação onde aparecem as estradas pioneiras abertas pelos madeireiros (sinal de conversão próxima), e não nas áreas que já foram "campeãs" do desmatamento. Em algumas delas já há pouca floresta para desmatar.

Fundamental é evitar que o crédito continue fomentando a devastação. A tarefa principal é condicionar o financiamento à cadeia, não só ao produtor. Se o BNDES ou o Banco Mundial continuarem a subsidiar obras de infra-estrutura que estimulam a grilagem ou a ampliação da capacidade dos frigoríficos, sempre haverá alguém na ponta com uma motosserra.

Muitos bancos nem sequer exigem estudos sobre os impactos no desmatamento das obras que financiam. É o caso do complexo do rio Madeira, que levou à explosão da destruição em Rondônia. Problema semelhante ocorre na área fundiária. A lei 10.267 de 2001 impõe cadastramento e georreferenciamento das propriedades privadas.

Em 2004, o governo editou uma portaria para fazer a mesma coisa, mas apenas em 210 municípios. Nada aconteceu. Agora é um decreto a estabelecer a mesma obrigação, só que em meros 36 municípios. A cada vez que se reduz a abrangência geográfica, o que pensam os proprietários nos municípios fora da nova regra?

Já em relação às terras devolutas, faltam iniciativas para assegurar sua gestão pública efetiva, assim inviabilizando a grilagem escancarada, para expansão da fronteira agrícola, o que é tarefa da Secretaria do Patrimônio da União. Um Estado que descuida de seu patrimônio terá autoridade para obrigar os agentes privados a se regularizarem? Um governo que nem licencia suas rodovias na Amazônia -todas seguem ilegais- terá moral para impor o licenciamento aos produtores?

Mais uma vez, promete-se fiscalização. Mas o índice de pagamento das multas na Amazônia caiu de 6% para menos de 1% nos últimos anos. Ninguém seguiu as orientações do Tribunal de Contas para aprimorar a arrecadação. É um desleixo que assegura a impunidade aos infratores. Na mesma linha, deixa-se o Ibama cronicamente sem condições operacionais para exercer poder de polícia, o mesmo ocorrendo com o recém-criado Instituto Chico Mendes, que deveria cuidar das unidades de conservação. Combater o desmatamento requer persistência, consistência e ação sobre os mandantes, não apenas sobre os executores, resistindo às pressões político-partidárias.

É necessário implementar o Estado de Direito, fechar a torneira para as atividades que desmatam, pagar o custo do aproveitamento das áreas alteradas e apostar decididamente na economia da floresta, com tecnologia, indústria e inovação. Instrumentos como certificação -não só da madeira, mas, futuramente, também dos produtos agropecuários- e pagamento por serviços ambientais são complementares, mas indispensáveis, contribuindo para a competitividade da economia brasileira.

É, em primeiro lugar, interesse dos brasileiros usar a floresta de modo sustentável, mas as práticas atuais de incentivo ao desmatamento acabam colocando o país entre os que mais contribuem para o aquecimento global: algo contraditório para um governo que defende uma nova governança internacional e o acesso ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

FABIO FELDMANN , 52, advogado, consultor em desenvolvimento sustentável, é integrante do Conselho Diretor da Oscip Amigos da Terra - Amazônia Brasileira. Foi deputado federal pelo PSDB-SP e secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (governo Covas).
ROBERTO SMERALDI , 47, jornalista, é diretor da Oscip Amigos da Terra - Amazônia Brasileira.

MST faz 4 invasões e planeja mais 10 em SP – Cristiano Machado – Folha de São Paulo – Brasil – 04/02/2008

Objetivo do grupo liderado por Rainha é totalizar as 14 ações em dois dias no Pontal do Paranapanema

Sem-terras liderados por José Rainha Jr. invadiram ontem quatro fazendas no Pontal do Paranapanema (região oeste de SP), no início da operação "Carnaval 2", que prevê outras dez invasões na madrugada de hoje, totalizando 14 em dois dias. As ações fazem parte da terceira onda de invasões desde o início do mandato do governador José Serra (PSDB).

Segundo o grupo de Rainha, cerca de 200 pessoas participaram das quatro invasões. A Polícia Militar não fez estimativa.

Em 2007, primeiro ano do mandato de Serra, Rainha articulou 14 invasões em três dias, também no Carnaval. Entre junho e julho do mesmo ano, foram 22 propriedades tomadas.

Ontem foram invadidas as fazendas Guarani, em Presidente Bernardes (589 km de SP), Iara, em Euclides da Cunha Paulista (717 km de SP), Santa Lourdes, em Flora Rica (643 km de SP), e Boa Esperança, em Martinópolis (553 km de SP).

Afastado pela direção do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Rainha não participou diretamente das invasões por temer novos processos -ele aguarda em liberdade, por decisão da Justiça, a condenações que somam 18 anos de prisão. Rainha se uniu a outros movimentos sociais da região e sindicatos subordinados à CUT para invadir as fazendas.

O diretor-executivo do Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), Gustavo Ungaro, responsável pela condução da reforma agrária em São Paulo, não foi encontrado ontem.

O assentamento imediato de famílias acampadas, agilidade na criação de assentamentos em fazendas compradas pelo Estado e a retirada do projeto de lei enviado por Serra à Assembléia que regulariza áreas acima de 500 ha (disputadas pelo governo na Justiça por suspeitas de serem devolutas) são reivindicações dos sem-terra. **(CRISTIANO MACHADO)**

Governo descarta reduzir reserva legal na Amazônia – Cláudio Ângelo - Folha de São Paulo – Ciência – 04/02/2008

Secretário rejeita negociar lei que impede produtor de desmatar 80% de sua terra - Mudança seria "catástrofe", diz João Paulo Capobianco, que defende a reação do presidente Lula ao aumento da devastação na Amazônia

O secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, tem um recado para os produtores rurais da Amazônia: o governo não está disposto a negociar a redução da reserva legal nas propriedades rurais em área de floresta para menos de 80%.

É crescente a pressão da agroindústria para que seja "flexibilizada" a lei que determina que apenas 20% da área de uma fazenda possa ser desmatada. Segundo produtores, esse limite torna fazendas economicamente inviáveis.

Até o começo do segundo semestre de 2007 a derrubada na Amazônia vinha caindo. Na semana retrasada, no entanto, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais estimou que o desmatamento de agosto a dezembro poderia ter alcançado 7.000 km2, o que causou reações fortes por parte do do governo de Mato Grosso e fez o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mandar o Inpe conferir os dados em campo.

Capobianco, no entanto, defende Lula e atribui as dúvidas do presidente às "informações que ficam circulando pela imprensa". Leia entrevista que o secretário concedeu à **Folha**:

FOLHA - Quando o Inpe dizia que o desmatamento estava caindo, ninguém questionava. Por que essa celeuma em torno do dado agora?

JOÃO PAULO CAPOBIANCO - Primeiro, em função do fato de que existem mais dados atualmente. A Amazônia ganhou, nos últimos anos, dois novos sistemas [de detecção de desmate]. Em 2004 ganhou o Deter, do Inpe, e em 2005 ganhou o SAD, do Imazon. E os próprios órgãos estaduais também estão produzindo dados. Agora, independentemente de considerarmos que o debate é importante e que é bom que esses dados sejam discutidos, é evidente que existe um certo movimento para desviar a questão central do debate, que é uma mudança na curva descendente, e questionar dado neste momento é uma forma de tentar relativizar as ações do governo.

FOLHA - Certo movimento por parte de quem? Do setor produtivo?

CAPOBIANCO - Eu acredito sinceramente que todos foram pegos de surpresa.

FOLHA - Mas no meio do ano o Imazon já tinha soltado o dado de que o desmate havia crescido.

CAPOBIANCO - Nós operamos com o dado do Deter. Para nós, até 30 de julho, são dados computados no Prodes [sistema de detecção anual do desmate] do ano passado. Comparando agosto de 2007 com agosto de 2006 no Deter, tem redução. Comparando setembro de 2007 com setembro de 2006 pelo Deter, também tem redução. O aumento começa a aparecer em outubro.

FOLHA - Por que o presidente mandou rechecar os números?

CAPOBIANCO - Não se trata de uma rechecagem. O que o presidente manifestou desde o início é que precisa olhar esse desmatamento e ver o que está acontecendo. Qual é o fator motivador desse processo.

FOLHA - Mas o fator estava claro.

CAPOBIANCO - Para nós estava. Mas nós não tínhamos uma ida a campo do ministério que pudesse ser um tira-teima...

FOLHA - Mas nunca se precisou de tira-teima. Apesar de o Deter não servir para cálculo de área, ele tem sido usado para dar estimativas de desmatamento desde 2005, quando a taxa começou a cair. Por que agora é preciso checar em campo?

CAPOBIANCO - Primeiro, quando a gente elaborou o Deter, foi para um monitoramento preventivo. Realmente não era cômputo de área. Mas, a partir de 2004, nas comparações que foram feitas com 2004, o Deter permitiu gerar uma estimativa. E a geração dessa estimativa passou a ser importante porque o Prodes não tem como ficar pronto a ponto de fazer projeções enquanto a coisa está ocorrendo. Nosso acordo com o governo foi que o Prodes passasse a dar uma estimativa no mesmo ano do desmatamento, e a confirmação no ano seguinte. Agora, o dado parcial do Deter nós nunca tínhamos lançado. Estamos lançando agora porque houve uma reversão.

Agora, com relação ao presidente, em nenhum momento ele falou: "Vai verificar primeiro e, depois, se confirmar, a gente assina decreto etc." Todas as medidas foram autorizadas e feitas. Agora, se você tem informações que ficam circulando pela imprensa de que um governador diz que o dado está errado, que tem gente burilando essa história...

FOLHA - A culpa é da imprensa?

CAPOBIANCO - Não é culpa da imprensa. Você tem uma porrada de informações sendo veiculadas sobre isso. É natural que o presidente mande checar esse negócio. Mas não é checar primeiro para depois agir. É ação imediata. O vôo que fizemos não foi para conferir o Deter e sim para verificar o que estava ocorrendo. A pergunta que o presidente nos fez foi: essa situação do segundo semestre de 2007 implica que haverá aumento na taxa anual do desmatamento? E a resposta é não. Se as medidas forem adotadas, podemos manter a redução.

FOLHA - E a discussão de reserva legal? O governo não quer mexer nisso, mas está sendo pressionado...

CAPOBIANCO - Primeiro é preciso saber qual é o ponto de partida. Se o ponto de partida é que a reserva legal é 80%, se esse é o entendimento, e o próprio governador Blairo Maggi disse que esse é o entendimento dele, se esse é o consenso, não tem mais o que discutir.

FOLHA - Então, para fins de novos desmatamentos, não haverá revisão de reserva legal?

CAPOBIANCO - Para efeito de desmatamento, de forma alguma. Seria uma catástrofe. Seria legalizar o desmatamento.

Mudança climática não é prioridade de empresas – Sítio Eletrônico da CPT – 08/02/2008

Uma em cada dez empresas considera a mudança climática como uma prioridade. Esta é a conclusão de um estudo da consultora internacional Accenture que pesquisou mais de 500 grandes empresas no Reino Unido, Alemanha, Japão, Índia, Estados Unidos e China. Segundo o estudo, somente 5% das empresas pesquisadas consideraram a mudança climática como sua prioridade, enquanto 11% colocaram o tema em segundo ou terceiro lugar. Elas esperam que os governos sejam responsáveis por combater a elevação da temperatura mundial. Ainda de acordo com o estudo, a maioria das companhias afirma que já está adotando medidas para reduzir suas próprias emissões de gases de efeito estufa, no entanto, são geralmente são limitadas. No entanto, uma em cada cinco empresas não tomou nenhuma medida nesse sentido.

Empresas de celulose são responsáveis pelo aquecimento global – Sitio Eletrônico da CPT – 08/02/2008

As empresas de celulose também serão responsáveis pelo aumento da temperatura do planeta. É o que acredita o ativista norte-americano Julian Drix, da organização Maré Crescente, que luta contra o aquecimento global. Segundo ele, essas empresas destroem a Mata Atlântica para plantar eucalipto, utilizam agrotóxicos baseados em petróleo (a maior fonte de aquecimento global) e gastam muita energia para a produção do papel, ou seja, muitas emissões de carbono. Drix também afirma que estas empresas utilizam o mercado de crédito de carbono e a propaganda para melhorarem suas imagens. "Grandes empresas de petróleo, de carvão mineral, de outras coisas estão 'lavando' suas imagens, por comprarem créditos de carbono que vem de plantações daqui ou de outros países do sul. Tem uma coisa nos Estados Unidos que se chama US CAP, que é um grupo de grandes empresas que dizem que estão fazendo algum coisa contra o aquecimento global, para buscar alternativas de energia, mas são as mesmas empresas que são o problema", declarou.

Carvão vegetal para siderurgia ameaça o Pantanal, diz FGV – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 09/02/2008

Estudo aponta um déficit de 4.000 hectares entre a oferta de florestas plantadas e a demanda do setor em Corumbá, MS -Para pesquisador, 40 mil ha de mata pantaneira nativa estão sob risco imediato e mais 392 mil ha poderiam tombar nos próximos anos

Depois de parte do cerrado sul-mato-grossense ter caído, a pressão agora, devido ao aquecimento da atividade siderúrgica no município de Corumbá, deverá crescer sobre o pantanal. Cálculos do CES (Centro de Estudos em Sustentabilidade) da FGV (Fundação Getúlio Vargas) apontam um desequilíbrio entre a oferta de florestas plantadas no Estado e a demanda por carvão vegetal.

"De forma bem otimista, 5.000 hectares ao ano estão prontos para o corte, para uma demanda de 9.000 hectares", afirma à Folha o pesquisador André Carvalho, 33, autor do estudo feito pelo CES sob encomenda da ONG Conservação Internacional. Nascido em Campo Grande, Carvalho conhece a realidade da região. "Como faltam 4.000 hectares, haverá uma pressão [anual] sobre cerca de 40 mil hectares, porque a produtividade das áreas plantadas é cerca de dez vezes maior do que a das áreas nativas." E, quando se considera a atividade ao longo das próximas décadas, fica ainda mais difícil fazer a conta fechar.

"Com base nos planos de expansão das empresas, a partir de 2015, a demanda por carvão deverá chegar a 2,4 milhões de toneladas ou 56 mil hectares", diz Carvalho. Mas, como o ciclo de vida do eucalipto tem sete anos, a área total de matéria-prima precisaria ter 392 mil hectares até lá.

Além da Vale do Rio Doce, que extrai minério de ferro na região desde 1995, o grupo MMX/EBX, do empresário Eike Batista, e a anglo-australiana Rio Tinto têm planos ambiciosos para o pólo siderúrgico de Corumbá, criado em 2006.

A MMX/EBX, que já opera na região, teve problemas com o Ibama no ano passado. A empresa recebeu uma multa de R$ 1 milhão (leia texto à dir.).

A estimativa de Carvalho é que a produção atual de 6,7 milhões de toneladas de minério de ferro vá pular para 23 milhões de toneladas a partir de 2013. A Rio Tinto é a única que ainda espera por licença ambiental para agir na região.

Conexão Minas Gerais - Se as siderúrgicas que chegam à Bacia do alto rio Paraguai não podem ser responsabilizadas pela devastação passada do cerrado, parte do setor, segundo Carvalho, poderia.

Entre 1997 e 2005, mais de 5 milhões de hectares de áreas nativas foram consumidas, mostra o estudo. Deste total, aproximadamente 4 milhões de hectares foram

para as siderúrgicas de Minas Gerais. Para Carvalho, cabe agora ao Estado optar por um caminho sustentável para Corumbá.

"O ideal seria usar as áreas já devastadas para o plantio de eucalipto". Nos cálculos de Carvalho, o ganho socioambiental com uma cadeia florestal instalada na região seria grande. "Se for respeitada a demanda total do pólo por carvão vegetal até 2015, poderiam ser criados 28 mil empregos diretos". O pólo em si, deverá contratar, no máximo, 10 mil pessoas até 2013. "Depois do fim da construção, o número de vagas deve cair para 7 mil".

Governo de MS descarta risco ambiental – Eduardo Geraque - Folha de São Paulo – Ciência – 09/01/2008

O secretário-adjunto de Meio Ambiente Cidades, Planejamento e Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, Márcio Monteiro, afastou temores de que a busca de carvão para as siderúrgicas vá pressionar o Pantanal. "Existe todo um cuidado com relação ao Pantanal e o Estado não fornece autorizações para novos desmatamentos em alguns municípios", afirmou.

Segundo Monteiro, o Estado está licenciando diversas áreas para atender a demanda de Corumbá. "Posso dizer que a área plantada é significativa", afirmou o secretário -que disse, no entanto, não ter dados específicos à mão.

Eike Batista - A empresa MMX, que atua no pólo siderúrgico de Corumbá, afirma que não utiliza carvão de origem irregular ou proveniente do Pantanal, a menos que tenha a concessão dos órgãos ambientais.

"A empresa só efetua a compra de carvão vegetal ou outros subprodutos florestais que detenham o DOF (documento de origem florestal, emitido pelo Ibama)", disse em comunicado a MMX, do grupo EBX, do empresário Eike Batista.

No ano passado, a EBX recebeu uma multa de R$ 1 milhão por comprar carvão vegetal de uma empresa que operava ilegalmente. Além disso, por várias vezes, o Ministério Público de Mato Grosso do Sul tentou barrar as obras da siderúrgica da EBX, que deveria ter sido construída na Bolívia - o grupo foi expulso do país pelo governo Evo Morales.

A Rio Tinto, procurada também pela reportagem, limitou-se dizer que vai recorrer ao carvão mineral em suas novas plantas, mas não informou como será feita essa operação. **(EG)**

CNA: não se trata de anistia, mas de incentivo à recuperação – Sitio Eletrônico da CNA – 11/02/2008

O presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Assuero Doca Veronez, classificou como a possibilidade de uma solução real a notícia de que o governo estaria discutindo um projeto de lei para permitir aos produtores rurais recuperar, com culturas permanentes, até 30% da propriedade com área desmatada além do permitido. O restante poderá ser regenerado ou compensado em outras áreas, ainda intactas e legalmente passíveis de ser desmatadas. De acordo com a proposta, o que foi desmatado a mais em uma propriedade deixará de ser desmatada em outra, onde houver ainda o direito de desmate. Para Veronez, o projeto não se trata de anistia, mas de um estímulo à preservação e de uma consolidação do direito adquirido pelos proprietários de terras. "Finalmente, o governo apresenta uma proposta de solução real do conflito entre produção e preservação ambiental. Trata-se da possibilidade de construir em conjunto uma legislação que atenda os interesses da classe produtora e diminua a pressão sobre novos desmatamentos", disse o presidente da Comissão da CNA.

A entidade avalia ainda que a iniciativa do governo pode solucionar o impasse gerado pela Medida Provisória nº1.511, de 1997, que elevou para 80% a área destinada à preservação em propriedades rurais, além de estimular os produtores a recuperar e compensar as áreas de florestas. "O foco principal do governo é o ganho ambiental. Quem critica está mais preocupado em punir do que preservar", completou Veronez. Ele também avaliou como equivocada a postura de fontes internacionais que recriminaram o projeto em estudo. A política ambiental voltada para a repressão e punição, segundo o representante da CNA, não tem trazido os resultados esperados pela sociedade. "Estamos diante da oportunidade de criar uma nova política, mais propositiva, que faça do produtor rural um parceiro na preservação", afirmou.

A CNA está empenhada em contribuir para o desenvolvimento e a consolidação de uma proposta. Uma das sugestões da entidade é legalizar a compensação, para que produtores de outras regiões do País possam compensar o passivo ambiental, financiando junto a proprietários rurais da Amazônia a preservação dessas áreas de floresta. Veronez admite que a idéia precisa ser desenvolvida, mas ressalta que a medida pode representar um enorme ganho ambiental. O presidente da Comissão da CNA explicou também que, diferentemente de algumas interpretações divulgadas, a proposta do governo não contribuirá para aumentar o desmatamento, porque flexibilizará a lei apenas para as áreas já alteradas. Além disso, também será fixado um prazo limite para fazer compensações e a regra não valerá para desmates futuros.

Governo quer recuperar áreas desmatadas com plantio de dendê – Sitio Eletrônico da CPT – 11/02/2008

O governo pode apoiar uma proposta em tramitação no Congresso para reduzir a recuperação com mata nativa de áreas desmatadas ilegalmente na Amazônia. Nestes locais, seriam plantadas espécies comerciais exóticas, como o dendê. Segundo o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, a proposta visa intensificar o uso econômico das áreas desmatadas e, assim, reduzir a pressão por novos desmatamentos. O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) já havia proposto anteriormente que 30% da reposição florestal fosse feita com espécies exóticas. Ambientalistas combatem as propostas e a denominam de "floresta zero", já que além de não recuperar as áreas desmatadas, incentivará o plantio de espécies que não são naturais do Brasil.

Governo federal planeja anistiar desmatadores – Sitio Eletrônico da CPT – 11/02/2008

O governo federal planeja anistiar aqueles que derrubaram ilegalmente a Amazônia Legal. Segundo a proposta, em estudo pelos Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente, empresas e agricultores poderão manter 50% das fazendas desmatadas, voltar à legalidade e ter direito ao crédito agrícola oficial. No entanto, eles devem recuperar e repor a floresta dos outros 50% das propriedades. Caso o governo opte pela proposta, irá legalizar 220 mil quilômetros quadrados de Amazônia desmatada ilegalmente, uma área que corresponde à soma dos Estados do Paraná e Sergipe. A obrigatoriedade de manter como reserva legal o correspondente a 80% do tamanho do imóvel, prevista no Código Florestal, permanece para aqueles que não derrubaram mata ou para quem adquirir uma nova propriedade. Especialistas duvidam que a medida será eficaz. "Se a decisão não vier acompanhada de outras medidas, como o controle do crédito e a punição para os que agem na clandestinidade, não resolverá nada", afirmou Alberto Veríssimo, diretor e pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

Geografia da felicidade - Eliana Cardoso – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 11/02/2008

Amanhã não será como ontem. Os velhos serão mais numerosos. Os movimentos migratórios, mais intensos. Os preços relativos, determinados na China e na Índia. A desigualdade será maior e a resistência à globalização, também. Mas, acima de tudo, a cara do mundo vai mudar com o aquecimento global.

Os cientistas alertam que a fronteira entre o passado e o futuro está próxima. A mudança climática pode ser mais abrupta do que se pensava. Talvez o homem não tenha o poder de impedi-la. Diante dessa suspeita, os pesquisadores parecem dispostos a substituir o discurso de contenção do desastre pela idéia de adaptação às novas condições.

Adaptação requer conhecimento. Por isso, as Universidades de Yale e Columbia produzem o Environment Performance Index (EPI), ou índice de desempenho para o meio

ambiente. O EPI resume 25 indicadores de políticas em saúde ambiental, poluição do ar, recursos hídricos, biodiversidade, recursos naturais e mudança climática.

Entre 149 países, o melhor EPI de 2008 vai para a Suíça, também campeã de felicidade, segundo as informações do banco de dados conhecido como The World Database of Happiness, obra da Universidade de Erasmus, em Roterdã. Um jornalista americano, Eric Weimar, munido das informações de Roterdã, visitou sete países e escreveu The Geography of Bliss.

Diz ele que a felicidade não existe na Moldávia. Que ela não tem problemas de convivência com as altas taxas de suicídio na Suíça. Que felicidade é política de governo no Butão. Na Inglaterra, suspeita-se que ela não passe de uma invenção americana de qualidade duvidosa. Por outro lado, embora os americanos a considerem um direito inalienável, seu país tem um índice fraco, dado seu nível de renda. Esse fato é incompatível com a teoria de que os ricos são mais felizes do que os pobres?

Incompatível, mas incontestável, mostra o mapa contido no trabalho A Global Projection of Subjective Well-Being, do professor Adrian White, da Universidade de Leicester. No topo de sua lista estão os países europeus. Na rabeira, os países pobres mergulhados em conflitos (como o Congo). Também se dão mal os países com densa população e muita poluição (como a Índia e a China).

A Nova Zelândia, com 4 milhões de habitantes e 40 milhões de carneiros, se dá bem. Entre 178 nações, ocupa a 18ª posição. Será mera coincidência que seu EPI esteja entre os melhores do mundo?

A reação do economista é fazer um gráfico relacionando os dois índices. Assim fiz e o coloquei na minha home page. Ele mostra que, quanto melhor o EPI, mais feliz está a população do país. Entre as populações mais desafortunadas estão as de países com graves problemas ambientais (como o Chade e o Níger). O gráfico também permite argumentar que os EUA, apesar de sua riqueza, têm um índice de felicidade abaixo de outros países menos ricos, porque seu EPI é medíocre.

Heureka! A idéia me ocorreu durante minha visita à Nova Zelândia em janeiro. Agradeço às paisagens que me encheram os olhos, à nova cozinha fusion e aos chardonnays e pinots noirs que me iluminaram a mente.

Viagem de arromba. A Nova Zelândia é uma monarquia democrática e a menor das economias da OCDE. Ela ainda depende das exportações de laticínios e carnes, embora o turismo se tenha tornado sua fonte mais importante de divisas externas. Para garantir a meta de inflação (entre 1% e 3%), um respeitável banqueiro central mantém a taxa de juros em 8%, excepcionalmente alta para um país desenvolvido. Taxa de juros alta combinada ao boom das commodities num país rico em recursos naturais só tem um resultado: valorização substancial do câmbio. Isso forçou uma intervenção do banco central em meados de 2007.

Valorização cambial, intervenção e reclamações de exportadores são pontos comuns ao Brasil e à Nova Zelândia. Outros são as praias bonitas e as sandálias havaianas, que nivelam os habitantes em ambos os países, embora num deles a distribuição de renda seja desigual longe da praia e no outro, não.

Cada um tem sua cor nacional. A nossa é o verde-amarelo. A deles, o preto. Nosso esporte é o futebol. O deles, o rugby. Nossa comida mais popular, o feijão. A deles, chesdale (um queijo do tipo cheddar). Nós temos jabuticabas. Eles, Wattie's (petit-pois enlatados).

Nós usamos biquíni. Eles, camisa Swanndri. Não nos faltam macacos. A eles sobram carneiros. Aqui crescem coqueiros. Lá não há casa sem canteiro de flores. Nossas crianças se encantam com a Emília do Sítio do Pica-Pau Amarelo. As de lá, com a buzzy bee, que os irmãos Ramsay criaram nos anos 40. As nossas gostam de brigadeiro. As deles, do sorvete Tip-top.

Nosso pássaro é o sabiá, que gorjeia no poema aprendido na escola. O deles é o kiwi, símbolo nacional e o mais estranho dos pássaros, pois não voa e sua plumagem parece mais um casaco de peles do que de plumas.

Em 2006, o PIB per capita de US$ 6 mil no Brasil era menos de um quarto do PIB per capita da Nova Zelândia. O EPI do Brasil e o indicador subjetivo de felicidade dos brasileiros também são piores que os de lá. Com razão. Queimamos nossas matas, enquanto os neozelandeses cuidam de seu meio ambiente. E lá a polícia não usa armas, porque não precisa.

Para terminar. Se você ainda não leu o Sr. Pip, de Lloyd Jones, jornalista neozelandês, vá correndo à livraria. No livro, durante o bloqueio do governo de Papua-Nova Guiné à Ilha de Bougainville na década de 1990, um professor improvisado lê Grandes Esperanças, de Dickens, com um grupo de crianças. A voz da menina, dotada de imensa ternura, registra muitos anos depois: ele "nos pegou pela mão e nos ensinou a reimaginar o mundo, a ver uma possibilidade de mudança e abrir espaço para ela em nossas vidas".

Anistia é 'capitulação' do governo a quem desmata, afirma oposição - Adriana Fernandes, Rosa Costa e Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Vida & - 11/02/2008

Cinco ministros serão convocados para dar explicações sobre projeto que legaliza 220 mil km2 já devastados

Adriana Fernandes, Rosa Costa e Fabíola Salvador, BRASÍLIA, e, Jamil Chade, GENEBRA

A notícia publicada ontem pelo Estado de que o governo pretende conceder anistia aos proprietários de terra que derrubaram ilegalmente floresta foi interpretada por políticos e ambientalistas como sinal claro de que o governo Lula fracassou na tentativa de deter a destruição da Amazônia. A oposição vai convocar cinco ministros de Estado para que dêem explicações sobre o projeto e pede a renúncia da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Observadores internacionais avaliam que o gesto compromete a credibilidade do Brasil na luta contra as mudanças climáticas.

O pacote em estudo nos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e da Agricultura prevê que desmatadores poderão manter devastada metade de suas fazendas (o máximo permitido pelo Código Florestal é 20%), voltar à legalidade e ter direito ao crédito agrícola oficial, desde que aceitem recuperar a floresta na outra metade das terras. Com isso, serão regularizados 220 mil km² - o que equivale à soma dos territórios do Paraná e de Sergipe - desmatados de forma criminosa . Para quem não derrubou a mata, continua a valer a obrigatoriedade de preservar 80%. “O dano ambiental já ocorreu, a área já está desmatada”, justificou o secretário-executivo do MMA, João Paulo Capobianco.

Militante histórico da causa ambiental e integrante da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) avaliou ontem que a iniciativa mostra que o governo “capitulou” diante dos desmatadores.

O líder do PDT e senador do Estado do Amazonas, Jefferson Peres, sugeriu à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que peça demissão para “não comprometer a sua reputação”. Para Peres, se o Estado brasileiro continuar atuando com incompetência e negligência no enfrentamento dos problemas da região, o País caminhará para um “holocausto ecológico”. “Não é alarmismo. Basta desmatar cerca de 50%, e não está longe disso, segundo o Inpe, para se ter um regime claustrofóbico, sem chuva, e com savanização da Amazônia.”

Gabeira informou que a Comissão de Meio Ambiente deve aprovar, na quarta-feira, requerimento de convocação da ministra Marina e dos ministros da Agricultura, Reinhold Stephanes, Justiça, Tarso Genro, Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, para audiência pública sobre o projeto de anistia e sobre a aceleração do desmatamento.

“É um péssimo sinal divulgarem isso no momento em que os números mostraram aumento do desmatamento. É uma capitulação diante dos desmatadores”, disse Gabeira.

Para o ex-consultor jurídico do Ministério do Meio Ambiente, Gustavo Trindade, do escritório Gustavo Trindade Advogados Associados, o maior problema é que a grande maioria dos proprietários de terra da Amazônia Legal não averbou em cartório a reserva legal na esperança de que a MP que proíbe o corte da floresta em 80% da propriedade seja revogada. “Como já estão na ilegalidade, para eles não faz diferença desmatar tudo ou manter 50%”, disse Trindade. Ele defende uma mudança constitucional permitindo a expropriação - sem indenização - das terras em que o desmatamento ocorra além dos limites legais. Hoje, a expropriação só é permitida em áreas onde há cultivo de drogas.

O deputado da Frente Parlamentar em Defesa do Meio Ambiente, Chico Alencar (PSOL-RJ), afirmou que “o projeto é o reconhecimento (do governo) de que fracassou a ação da ministra Marina Silva de combater o desmatamento”.

Para Paulo Adário, coordenador da campanha Amazônia do Greenpeace, o pragmatismo de Capobianco, do MMA, “não é sensato”.

PRESSÃO INTERNACIONAL - Fontes em Washington, Bruxelas e na Organização das Nações Unidas consultadas pelo Estado são unânimes em alertar que qualquer decisão brasileira de reduzir a proteção das florestas não será bem-vinda.

“Todo o esforço deve ir no sentido de garantir que o que existe tenha um futuro sustentável. Além disso, devemos garantir que o que já está começando a ser desmatado possa ser revertido”, explicou uma fonte próxima às negociações do G-8 (o grupo que reúne os países mais industrializados do mundo). O bloco, que neste ano é presidido pelo Japão, realiza sua tradicional cúpula em meados do ano e deverá contar com a presença de cinco países emergentes - Brasil, China, Índia, África do Sul e México. Tóquio já avisou que um dos temas principais na agenda será como aprovar um plano para conter as mudanças climáticas.

Funcionários de alto escalão do governo americano revelaram ao Estado que o plano contará com uma declaração que prevê corte de emissões de CO2 no mundo. No caso do Brasil, o G-8 espera do governo a garantia da cobertura florestal.

Assessores próximos ao secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, também confirmaram que as Nações Unidas estão fazendo um lobby silencioso para arrancar dos países ricos recursos para um fundo que ajudará os emergentes a cuidarem de suas florestas. Por enquanto, o maior doador foi a Noruega, mas os americanos estudam aderir. Para alguns observadores, países ricos que estejam estudando financiar projetos de preservação da floresta podem até mesmo rever seus planos se não sentirem compromisso do lado brasileiro.

Em Bruxelas, especialistas da Comissão Européia alertam que a idéia de legalizar áreas desmatadas “não irá soar bem”. “O que está em jogo na Amazônia é a credibilidade do Brasil em conseguir dar uma resposta clara sobre o desmatamento”, afirmou um europeu.

COMEMORAÇÃO - Integrantes da bancada ruralista do Congresso, por sua vez, comemoraram a proposta de anistia. Crítica freqüente do governo, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) avalia como acertada a proposta em estudo. “Não adianta querer se enganar. Muitos desmatamentos foram feitos há muito tempo, quando a prática era permitida. A anistia é uma forma de falar honestamente sobre reserva florestal. A proposta é muito justa”, avaliou a senadora, uma das lideranças do agronegócio no Congresso Nacional.

O deputado Homero Pereira (PR-MT), ex-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso, também comemorou a iniciativa e avaliou que a anistia não resultará em mais desmatamento, como temem representantes de grupos ambientalistas. “A

anistia resultará em aumento das áreas recuperadas", disse. Para ele, a proposta vai pôr fim a um conflito que se arrasta por muito tempo e permitirá a exploração sustentável da floresta.

Pereira lembrou que tramita na Câmara, na Comissão de Meio Ambiente, um projeto de lei nas mesmas linhas da proposta que está sendo analisada pelos ministérios. Ele lembrou, no entanto, que se a anistia partir do governo e contar com o aval do ministério do Meio Ambiente, sua força é maior.

POSTURA FLEXÍVEL - O projeto que tramita na Câmara também permite aos produtores compensarem áreas desmatadas em outros locais, como defendem os dois ministérios. O deputado acredita, ainda, que o governo vai adotar uma postura flexível em relação à metade da área das propriedades que deverá ser recuperada diante da inviabilidade em restabelecer a floresta nativa. "O governo não vai querer culturas anuais nas áreas recuperadas, mas deve permitir o plantio de palmáceas, seringueiras, castanheiras ou eucaliptos na região", afirmou.

Para a senadora Kátia Abreu, é importante discutir alternativas viáveis do ponto de vista econômico para a região da Amazônia Legal. "A floresta em pé precisa ter mais valor do que a árvore derrubada", disse.

A senadora lembrou ainda que o governo federal é detentor de 76% das áreas da Amazônia Legal, segundo dados da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). "O Estado é um péssimo administrador", afirmou.

'**Redução da reserva é um direito dos produtores**' – Fabiula Salvador – estado de São Paulo – Vida & - 11/02/2008

Entrevista. Blairo Maggi: governador de Mato Grosso e sojicultor. Surpreso com apoio do MMA, ele defende que a recuperação de 50% das propriedades anistiadas seja feita com seringueiras

Brasília - Apontado pelos ambientalistas como um dos grandes responsáveis pelo desmatamento da Amazônia, o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), demonstrou surpresa ao saber que o governo federal estuda anistiar produtores rurais que tenham derrubado ilegalmente a floresta. "É mesmo?", questionou ele, ao ser informado pela reportagem do Estado que o Ministério do Meio Ambiente, que costuma não poupar críticas ao agronegócio e apontar o setor como o grande responsável pelo desmatamento da floresta, apóia a idéia.

Maggi, um dos maiores produtores de soja do País, defendeu a ocupação da área que terá de ser reflorestada com seringueiras e castanheiras.

O que o senhor acha da proposta do governo, defendida inclusive pelo Ministério do Meio Ambiente, de dar uma anistia aos produtores que desmataram a floresta?

O pessoal que trabalha aqui, que tem áreas na região amazônica, principalmente em Mato Grosso, sempre desejou ocupar 50% da terra. Quem veio para cá nas décadas de 70 e 80, comprou as terras pensando que poderia ocupar 50% da área, que era o estabelecido lá atrás. Esse é um desejo antigo dos produtores locais, é um direito. Se a medida vai nessa direção, ela atende ao que todo mundo da região sempre defendeu.

O senhor acha que os produtores rurais aceitarão recuperar parte de áreas que eram ocupadas com florestas em troca de acesso às linhas oficiais de crédito?

Eu não conheço a proposta, mas é preciso definir como será feita a reposição, ou seja, como será feita a recomposição dos 50%. Hoje, nós não temos conhecimento para fazer recomposição de floresta nativa do jeito que ela é. O governo federal terá que permitir a recomposição com outros plantios, como, por exemplo, seringueira e castanheira. Ou será que será permitido apenas abandonar as áreas e deixá-las voltar ao que era antes? Isso pode demorar centenas de anos. A gente não sabe quanto tempo a floresta leva para se regenerar. Eu defendo a recomposição vegetal para uso comercial da parte desmatada que terá que ser preservada. O plantio de seringueiras é típico da região e há uma técnica desenvolvida. Dessa forma, é possível fazer revegetação e ter, ao mesmo tempo, uma atividade econômica, o que evitaria novos desmatamentos.

A regra da anistia só valerá para áreas já desmatadas. Isso não pode ser um prêmio para quem desmatou ilegalmente?

A idéia da anistia é boa, mas ela deve ser acompanhada de outras medidas, entre elas, uma solução para o impasse que envolve a Medida Provisória 2.166, que estabelece o porcentual de preservação nos Estados da Amazônia e alterou a determinação do Código Florestal. O porcentual de ocupação caiu de 50% para 20%. Muitas pessoas que vivem na região acham que, por ser uma MP, isso pode mudar algum dia. Então, junto com qualquer medida de preservação, é preciso fechar um acordo para votar a 2.166 e transformá-la em lei. Com isso, a esperança de mudança cairá por terra. A votação desarticula o discurso de muitos políticos da nossa região, não só de Mato Grosso, que a cada campanha eleitoral retomam as promessas de alteração no texto. Num acordo como esse, que, como você disse, envolve os ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente, deveria haver um acerto para votar a MP.

Outro ponto defendido pelos ministérios é que a recuperação da área degradada não terá que acontecer, necessariamente, na propriedade de quem desmatou.

Isso é uma maravilha. Se for por esse caminho, esse é outro ponto comum com as pessoas da região. Não há risco de novos desmatamentos na região com a anistia?

Não há risco de novos desmatamentos. Hoje existe um monitoramento da situação. Quem assinar os termos de ajustamento de conduta e fizer a recomposição em outras áreas ou com plantios comerciais típicos da região, não vai desmatar mais. Quem se propõe a fazer um termo de conduta desse não vai aumentar o desmatamento. Eu também acho importante observar a questão dos assentamentos. Eu posso afirmar que de 50% a 60% dos delitos ambientais na região acontecem em assentamentos. A política nacional de reforma agrária pode estar sendo feita no lugar errado.

O senhor acha que o governo terá facilidade em levar essa idéia adiante?

Eu não acho a idéia polêmica. Depende da vontade do governo. O pessoal que vive na região é favorável à proposta. Há um impasse e o governo precisa decidir o que será feito. É possível flexibilizar um pouco para cada lado e chegar a um bom termo.FABÍOLA SALVADOR

Perdão é 'confissão de inoperância', diz ONG - Alexandre Gonçalves e Filipe Serrano – Estado de São Paulo – Vida & - 11/02/2008

Para ambientalistas, anistia para desmatadores mostra fragilidade da ministra Marina Silva

ONGs ambientalistas avaliam que o projeto do governo de anistiar desmatadores da floresta amazônica demonstra incapacidade operacional e fragilidade política do Ministério do Meio Ambiente. “Acho uma auto-proclamação da inoperância do ministério”, afirma o diretor de Política Ambiental da Conservação Internacional do Brasil, Paulo Gustavo Prado. “É uma demonstração de fraqueza política da pasta diante dos demais ministérios.”

- Leia mais repercussões sobre a anistia

“É como, para resolver a superlotação nos presídios, oferecer uma anistia aos presos, desde que assumam o compromisso de não cometer mais crimes”, compara Paulo Adário, coordenador da campanha Amazônia do Greenpeace.

CONTÁGIO - Adário teme que a medida crie um precedente. “Há outros biomas brasileiros que sofrem forte impacto, mas não ganham tanto destaque na mídia. A anistia vai contaminar a discussão sobre a reserva legal nesses lugares”, afirma.

Ele cita como exemplo a mata atlântica, bioma mais ameaçado do País, reduzido a 7% da sua área original. Em tese, toda propriedade rural deveria destinar para preservação 20% da sua superfície. “Obviamente, isso não é respeitado nas áreas de mata atlântica”, afirma.

“As soluções (para a Amazônia) não podem sair da cartola de algum iluminado de Brasília”, observa. “Elas precisam ser discutidas na sociedade.”

O ambientalista considera prioritário o mapeamento completo das propriedades rurais na Amazônia Legal, tarefa postergada pelos dois últimos governos. “O caos fundiário da região não começou com Lula ou Fernando Henrique Cardoso. É quase tão velho quanto o Brasil. Mas inviabiliza qualquer política ambiental.”

Governo apóia dendê em área desmatada – Folha de São Paulo – Ciência – 11/02/2008

Proposta permitiria recuperar com mata nativa apenas 50% da reserva legal, em vez de 80% exigidos hoje

DA REDAÇÃO - O governo deve apoiar uma proposta em tramitação no Congresso para reduzir a recuperação com mata nativa de áreas já desmatadas ilegalmente na Amazônia e permitir o plantio de espécies comerciais exóticas, como o dendê.

Segundo o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, a pasta estuda, juntamente com o Ministério da Agricultura, uma maneira de permitir que áreas já desmatadas tenham seu uso econômico intensificado, reduzindo a pressão por novos desmatamentos.

A proposta vai ao encontro de um projeto de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), com substitutivos da Câmara, que prevê até 30% da reposição florestal com espécies exóticas e que, na prática, reduz a reserva legal. O projeto é atacado por ambientalistas, que o apelidaram de "floresta zero".

Pelo Código Florestal Brasileiro atual, propriedades rurais na Amazônia devem manter 80% de sua área como floresta, em forma de reserva legal. Quem derrubou acima disso ou quem comprou áreas desmatadas em mais de 20% antes de o código entrar em vigor (1996) está ilegal e deve recuperar a mata com espécies nativas.

Na prática, na Amazônia, pouca gente respeita a reserva legal, e há pressão constante da bancada ruralista para que o limite seja reduzido para 50%.

Direito adiantado - O que o governo pretende é aprimorar a proposta no Congresso, que altera o Código Florestal. Segundo Capobianco, a idéia é "colocar na legalidade" proprietários que tenham passivo ambiental, sem no entanto abrir mão da reserva de 80% para novos desmatamentos. "Somos favoráveis a um ajuste no código", disse o secretário à Folha. "Não se trata de uma anistia, mas de um adiantamento de direito."

Isso porque, de acordo com o secretário, a lei já tem um mecanismo para reduzir a reserva legal para fins de recuperação. Nas áreas definidas pelo zoneamento ecológico-

econômico dos Estados como de intensificação de produção, os produtores seriam obrigados a recuperar apenas 50% da floresta.

Essa medida já vale em partes de Rondônia e do Acre, únicos Estados que já concluíram seus zoneamentos. A nova proposta contemplaria os Estados ainda sem zoneamento.

Funcionaria da seguinte forma: se um produtor, digamos, na região de Carajás, no Pará, tem uma área 100% desmatada, ele seria obrigado a recuperar 50% dela com mata nativa. Os outros 30% -o que faltaria para atingir 80% de reserva e ficar em conformidade com a lei- poderiam ser plantados com eucalipto (para alimentar o pólo siderúrgico local) ou de outras espécies arbóreas. Não seria permitido plantar soja, pasto ou fazer corte raso. "Propusemos que o proprietário pudesse usar economicamente parte da floresta que seria recuperada, sob condições. Se no futuro essa área fosse classificada pelo zoneamento como de produção intensiva, ele poderia ficar [com 50% recuperados], afirmou Capobianco. "Senão, teria de recuperar. É uma antecipação de legalidade provisória, até a conclusão do zoneamento", disse.

Servidão florestal - Outro mecanismo que deve integrar a proposta é a chamada "servidão florestal". Por ele, proprietários que cumpriram a lei e mantiveram sua reserva de 80% poderiam "vender" até 30% da mata em pé para quem precisasse recuperar uma área desmatada em sua terra. É como se o desmatador estivesse pagando pela preservação feita no terreno do vizinho. "Assim você não criaria uma situação na qual quem desmatou se dá bem e quem preservou fica com um mico", afirmou Capobianco. Hoje, proprietários particulares só podem receber no mercado de compensação se tiverem terras com mais de 80% da floresta preservada. "Ele não é pago para preservar, mas sim está recebendo por um serviço ambiental", afirmou o secretário.

Capobianco diz, no entanto, que a proposta deve enfrentar problemas para ser aprovada no Congresso. "Parte expressiva dos parlamentares [ruralistas] querem baixar a reserva legal para 50% e ponto."

Nota à Imprensa- Sítio Eletrônico do MMA – 11/02/2008

Ao contrário do que foi noticiado nesse fim de semana, os Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento esclarecem que não estão trabalhando em qualquer proposta de anistia para desmatadores ilegais ou para redução da reserva legal, seja na Amazônia ou em qualquer outra região.

O Governo Federal defende a manutenção da Reserva Legal e a solução dos passivos ambientais no âmbito do Zoneamento Ecológico Econômico e está trabalhando fortemente para aprofundar os mecanismos de penalização efetiva dos desmatadores ilegais, a exemplo da implementação do Decreto 6.321, de dezembro de 2007, que instituiu o embargo econômico de áreas desmatadas ilegalmente e a responsabilização da cadeia de produção.

Os fortes indícios de aumento do desmatamento nos meses de novembro e dezembro de 2007, constatados pelo sistema DETER, impõem para o governo e a sociedade a necessidade de intensificar ações enérgicas que coíbam o desmatamento ilegal. Flexibilizar o Código Florestal como prevê o PL 6.424/2005, aprovado na Comissão da Agricultura da Câmara dos Deputados, em dezembro passado, não levará à diminuição do desmatamento e sim à legalização do passivo ambiental e ao estímulo a novos desmatamentos.

Marina Silva - Ministra do Meio Ambiente/ Reinhold Stephanes - Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Bancos vão auxiliar no combate ao desmatamento - Gisele Teixeira – Sitio Eletrônico do MMA – 11/02/2008

Os bancos oficiais do Brasil assumiram nesta segunda-feira (11/02), após reunião no Palácio do Planalto, o compromisso de auxiliar na implantação do decreto presidencial de dezembro de 2007, que aumenta o cerco ao desmatamento na Amazônia. As regras de empréstimos para produtores rurais e cadeia produtiva ficarão mais rígidas. Na prática, significa a não concessão de financiamento a quem esteja em áreas embargadas e a exigência do recadastramento nos 36 municípios considerados prioritários para vigilância, bem como o atestado de reserva legal e de área de preservação permanente, entre outras medidas.

No caso do setor privado, as instituições de crédito devem exigir licenciamento ambiental do empreendimento, sistema de rastreamento de origem dos produtos e seleção de fornecedores de acordo com esses critérios.

Em resumo, não deverá ser liberado nenhum financiamento para projetos e empreendimentos que não não estejam legais do ponto de vista ambiental e trabalhista , disse a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

O encontro foi aberto pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e contou com a presença dos ministros da Fazenda, Guido Mantega, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Miguel Jorge, além do presidente do BNDES, Luciano Coutinho, e de representantes dos bancos do Brasil, do Nordeste, da Amazônia e da Caixa Econômica Federal. Outras duas reuniões serão realizadas nesta semana para o detalhamento do reforço das medidas existentes, bem como de ações adicionais.

As medidas em estudo incluem uma agenda de apoio financeiro aos estados da Amazônia, para o fortalecimento da governança ambiental e florestal. Também devem ser criados mecanismos de monitoramento do Protocolo Verde, do qual todos os bancos estatais são signatários, bem como reforçadas linhas de crédito para recuperação de áreas

degradadas (seja para reflorestamento ou aumento da produtividade de áreas em processo de recuperação), para georefenciamento de imóveis rurais, para atividades rurais sustentáveis, e para que a cadeia produtiva do agronegócio adote mecanismos de controle e monitoramento ambiental de seus fornecedores.

A ministra Marina Silva destacou que o Brasil possui uma boa legislação de política ambiental no sistema financeiro estatal, e o que falta agora é que ela seja cumprida de forma mais eficaz. O Protocolo Verde, assinado pelos bancos em 1995, é uma proposta de estratégias, diretrizes e mecanismos operacionais visando a incorporação de critérios ambientais nas políticas de concessão e gestão de créditos oficiais e beneficios fiscais. A vinculação dos créditos oficiais ao licenciamento ambiental está prevista, no entanto, desde 1981, na Política Nacional de Meio Ambiente. Pelo menos dois artigos tratam do tema.

O artigo 12 determina que as entidades ou órgãos de financiamento e incentivo governamental condicionem a aprovação de projetos habilitados a esses benefícios ao licenciamento e ao cumprimento das normas, dos critérios e dos padrões expedidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Já o artigo 14 dispõe que o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores à multa, perda de incentivos fiscais, perda ou suspensão de linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais e até à suspensão da atividade.

Lula quer suspender crédito a produtores que desmatam - Maurício Thuswohl - Carta Maior – 12/02/2008

De acordo com o Banco Central, somente em 2006 foram concedidos meio bilhão de reais em financiamento a pecuaristas e agricultores que produzem nos 36 municípios identificados pelo governo como campeões do desmatamento.

RIO DE JANEIRO – O governo federal começou a discutir esta semana a adoção de uma política que, se for mesmo levada a cabo com seriedade, se transformará no principal instrumento de combate à retomada do desmatamento na Amazônia. Trata-se da suspensão do crédito fácil e dos juros subsidiados que, por intermédio do sistema bancário público e privado, beneficiam determinadas atividades econômicas que incentivam a devastação da floresta.

Em uma reunião que contou com a participação dos ministros Miguel Jorge (Desenvolvimento), Reinhold Stephanes (Agricultura) e Marina Silva (Meio Ambiente), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou na segunda-feira (11) dirigentes de bancos públicos que financiam projetos na Amazônia para discutir o problema do desmatamento. Lula pediu que as instituições financeiras passem a atuar “em fina sintonia” com os ministérios para viabilizar a suspensão dos créditos. Participaram da conversa com o

presidente, além dos ministros, dirigentes do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do BNDES, do Banco da Amazônia e do Banco do Nordeste.

De acordo com o Banco Central, somente em 2006 foram concedidos meio bilhão de reais em financiamento a pecuaristas e agricultores que produzem nos 36 municípios identificados pelo governo como campeões do desmatamento. Para corrigir essa distorção, o Incra vai promover nessas cidades o recadastramento de cerca de 80 mil propriedades que, juntas, compreendem mais de 100 milhões de hectares. Os proprietários ilegais ou que forem autuados por desmatar a floresta perderão seu Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), documento sem o qual não é possível ter acesso aos financiamentos públicos.

Lula pediu também aos técnicos da área econômica que criem um mecanismo onde os bancos possam acessar informações sobre os proprietários rurais sem o intermédio do governo. Outro desejo do presidente é que a suspensão dos créditos públicos atinja toda a cadeia produtiva, de forma a punir outros agentes que se beneficiem do desmatamento da floresta. Após a reunião, o ministro Miguel Jorge reconheceu que a tarefa não é fácil: "Teremos que aprimorar o processo para dar conta do recado", disse. O presidente deu prazo de duas semanas aos ministérios para que apresentem "suas medidas iniciais".

A reunião com Lula serviu também para que os ministros Marina Silva e Reinhold Stephanes divulgassem nota conjunta à imprensa na qual desmentem que o governo esteja trabalhando com a proposta de anistiar os produtores que tenham desmatado até 50% de suas propriedades, desde que estes se comprometam a reflorestar as áreas atualmente degradadas. Essa história surgiu após matéria publicada no domingo (10) pelo jornal *O Estado de São Paulo*, na qual o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, segundo a reportagem, revela o "pacote preparado pelos ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente".

Na nota de desmentido, Stephanes e Marina afirmam que "o governo federal defende a manutenção das reservas legais, seja na Amazônia ou em qualquer outra região do país, e a solução dos passivos ambientais, além de trabalhar fortemente para aprofundar os mecanismos de penalização efetiva dos desmatadores ilegais e de responsabilização de outros agentes envolvidos na cadeia de produção".

Redução da Reserva Legal - A aparente sintonia entre os dois ministros será posta à prova nas próximas semanas, quando o Congresso Nacional dará continuidade à análise de dois projetos de lei que interferem decisivamente na política do governo para a Amazônia. O mais importante deles é o PL 6424/05, de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e já aprovado no Senado, que prevê a redução da área de Reserva Legal na região dos atuais 80% para 50%.

Segundo o projeto, as áreas desmatadas nas propriedades poderão ser recompostas com espécies exóticas ao ecossistema amazônico, detalhe que faz entrar nesse jogo os interesses envolvidos na expansão do plantio de matéria-prima para a produção de biocombustíveis. Depois de chegar à Câmara, o projeto já foi refutado pela Comissão de

Meio Ambiente e, logo depois, aprovado pela Comissão de Agricultura. Agora, o PL 6424/05 seguirá para apreciação da Comissão de Constituição e Justiça.

O segundo projeto, de autoria do senador Jonas Pinheiro (DEM-MT), ainda tramita no Senado e prevê a retirada dos estados do Mato Grosso, do Tocantins e do Maranhão daquilo que hoje é considerado como Amazônia Legal. Se aprovado, esse projeto desobrigará os proprietários rurais desses estados a respeitar o limite de 80% de reserva legal estabelecidos atualmente pela lei: "Meu objetivo é corrigir uma injustiça com Mato Grosso", diz senador.

Padrinho de Jonas Pinheiro e "aliado" do governo Lula, o governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, defende publicamente os dois projetos em andamento no Congresso: "O pessoal que trabalha no Mato Grosso e tem áreas na região amazônica sempre desejou ocupar 50% da terra. Quem veio pra cá nas décadas de setenta e oitenta, comprou as terras pensando que poderia ocupar 50% da área, o que era estabelecido lá atrás. Esse é um desejo antigo dos produtores locais, é um direito. Se a medida vai nessa direção, ela atende ao que todo mundo da região sempre defendeu", disse Maggi, também em entrevista ao *Estadão*.

Projeto 'Floresta Zero' – Estado de São Paulo – Notas e Informações- 12/02/2008

N o noticiário sobre o projeto que anistiaria os responsáveis pelo desmatamento de 220 mil quilômetros quadrados na Amazônia, a edição de domingo deste jornal traz duas matérias conexas que ajudam a entender por que o Estado brasileiro não consegue controlar uma área equivalente a nada menos de 2/3 do território. A falência, no caso, é múltipla: política, legislativa e de governança. A evidente escassez de meios para que o poder público afirme a sua autoridade sobre essa imensidão é apenas parte da história. As coisas ali não seriam o que são - ou nem tanto -, tivesse a burocracia estatal se livrado dos seus vícios crônicos, dos quais não se sabe qual o pior: a incompetência, o desleixo ou ainda a descontinuidade administrativa. O que acontece na Amazônia, aliás, não difere, na sua essência, do que se verifica numa ampla variedade de setores da administração pública brasileira, justificando a avaliação de que o governo central, quanto mais cresce, mais flácido se torna.

Uma das matérias citadas no início deste editorial refere-se ao caso, aparentemente de pouca importância, mas na realidade de importância fundamental para que se entenda como Brasília funciona (?), do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA). Inaugurado em 2002, no último ano, portanto, do governo Fernando Henrique, seus 25 laboratórios ocupam uma edificação imponente de 12 mil metros quadrados. Ali trabalham desde a inauguração 86 pessoas, a maioria voltada para a atividade-fim da instituição - a pesquisa para o aproveitamento dos recursos naturais da região. Em menos de dois anos, a contar de 2006, quando o CBA deslanchou, graças aos recursos dos fundos setoriais que o Ministério da Ciência e Tecnologia lhe repassou, o centro tem cinco produtos prontos para serem patenteados, entre cosméticos, refrigerantes e reagentes químicos para tintas. Mas as patentes não podem ser registradas por causa de uma situação aberrante: juridicamente, o

CBA não existe. E não existe porque o governo federal ainda não decidiu se deve ser uma fundação, ou um departamento ministerial ou uma autarquia.

A anomalia levou o governador do Amazonas, Eduardo Braga, a pedir 'pelo amor de Deus' ao titular da Secretaria de Longo Prazo, Roberto Mangabeira Unger, o chamado ministro do futuro, que o ajudasse a desatar o nó que a burocracia do Planalto não se empenha em desfazer, em vez de delirar, por exemplo, com o aqueduto para transporte de águas amazônicas para o Nordeste. O desesperado apelo do governador começou a surtir efeito - à maneira brasiliense, bem entendido. Agora em janeiro, o presidente Lula criou um comitê interministerial (mais um, mais um...), formado, como sempre, por seis ministérios, para 'deliberar sobre as diretrizes e prioridades do plano estratégico do CBA, bem como monitorar a execução das tarefas do seu plano de trabalho'. O decreto, no entanto, passa ao largo do vácuo jurídico em que se encontra o centro. O Ministério do Desenvolvimento, que coordena o comitê, promete que a situação será resolvida 'em breve' - a julgar pelo retrospecto, o equivalente planaltino ao conhecido ahorita mismo dos mexicanos.

A outra matéria publicada domingo, que põe em evidência os limites da atuação do Estado na Amazônia, trata da precariedade da legislação que limita a 20% a área desmatável das propriedades cuja cobertura seja constituída de flora típica da região (artigo 14 do Código Florestal). Esse limite foi fixado - em 1996 - por medida provisória (MP) do então presidente Fernando Henrique. Nos cinco anos e sete meses seguintes, o governo evitou que a MP fosse votada, para impedir que, sob pressão da bancada ruralista, a Câmara a modificasse. E mês a mês, 67 ao todo, a norma foi reeditada. Depois, a partir da decisão do Congresso de invalidar as MPs não votadas em 120 dias, a do Código Florestal, em companhia de 54 outras, foi parar num limbo legislativo: vale enquanto os políticos não resolverem o que fazer com ela. Enquanto isso, contribuindo para a confusão, o Senado aprovou um projeto que altera o Código Florestal de modo a autorizar a recuperação de áreas verdes degradadas com o plantio de palmeiras e coqueiros. Na Câmara, a proposta original deu lugar a um substitutivo, ainda não votado, que simplesmente desobriga os proprietários de recuperar as áreas desmatadas, desde que compensem o estrago em outras terras. É o chamado projeto da 'floresta zero', que continuará sendo implantado pelos desmatadores, com ou sem anistia.

Após má repercussão, governo recua de anistia a desmatador - João Domingos e Alexandre Gonçalves – Estado de São Paulo – Vida & - 12/02/2008

Divulgação de projeto gera racha no ministério; Marina Silva desconhecia reunião sobre o tema

Diante da repercussão negativa, o governo recuou do plano de conceder uma espécie de anistia aos fazendeiros que fizeram desmatamento superior a 20% de suas propriedades na Amazônia Legal, desde que recuperassem 50% do total. A informação sobre os estudos técnicos para a anistia foi publicada no domingo pelo Estado.

- Entenda o impasse em torno dos limites para desmatamento

O desmentido expôs a divisão do Ministério do Meio Ambiente (MMA) sobre a melhor forma de enfrentar os crimes ambientais. Para a ministra Marina Silva, neste momento, diante dos números alarmantes de derrubada de floresta em novembro e dezembro do ano passado, o desmatamento é um caso de polícia. Ela também subestimou o peso dos estudos realizados em seu ministério.

O secretário-executivo do MMA, João Paulo Capobianco, disse ontem, em entrevista coletiva, que a reposição de 50% da mata só valerá para quem desmatou até 1996, quando a Medida Provisória 1.511 fixou o tamanho da reserva legal na Amazônia em 80%. “Quem desmatou e manteve 50% da flora antes dessa data está legal.”

Apesar do recuo, e da pressão feita pela ministra Marina Silva, que estava ao lado do secretário-executivo para que ele desse poucas explicações sobre uma reunião de técnicos do MMA e do Ministério da Agricultura que tratou da proposta de anistia, Capobianco deixou claro que medidas futuras poderão ser tomadas para resolver o impasse.

De acordo com ele, quem desmatou acima da reserva legal de 80% depois de 1996 terá de recuperar a área (de 80%), “a não ser que a propriedade seja incluída em uma zona de uso intensivo”. Isso significa que, se no Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) dos Estados, a propriedade for considerada de uso intensivo, ela poderá entrar na lista das que necessitam recuperar apenas 50%. “Por enquanto, somente os Estados do Acre e Rondônia fizeram o zoneamento”, esclareceu.

Ele continuou a rejeitar o termo “anistia”. Numa entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, publicada ontem, Capobianco disse que o governo é favorável a ajustes no Código Florestal. “Não se trata de uma anistia, mas de um adiantamento de direito”, afirmou, referindo-se à possibilidade de a União antecipar-se ao ZEE dos Estados que ainda não o têm.

Até 1996, a autorização para desmatamentos na Amazônia era de 50% da propriedade. Mas, com os dados assustadores da derrubada em 1994 - 30 mil km2 -, o então presidente Fernando Henrique Cardoso editou a MP 1.511, fixando a área de reserva legal em 80%. “Quem ainda não desmatou só pode desmatar 20%, quem já desmatou antes da medida provisória de 1996 e comprovou que foi antes, é obrigado a manter os 50% apenas; quem fez depois disso tem de recuperar até 80%.” A bancada ruralista do Congresso tenta derrubar essa medida provisória desde 1996. Atualmente, a Câmara aprecia um projeto de lei que muda o porcentual. A proposta já foi aprovada pela Comissão de Agricultura da Câmara.

REUNIÃO DE TÉCNICOS - Já a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, afirmou que o governo não vai reduzir a área de reserva legal. “Não há possibilidade de o governo federal trabalhar na diminuição da reserva. Estamos trabalhando para a aplicação das medidas de punição para quem desmatou, de criminalização dos envolvidos no desmate em 36 municípios da Amazônia, e para fazer com que neste ano consigamos reduzir pelo quarto ano consecutivo o desmatamento”, disse Marina.

Marina divulgou nota conjunta com o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, segundo a qual os dois ministérios não trabalham em qualquer proposta de "anistia para desmatadores ilegais ou para redução da reserva legal, seja na Amazônia ou em qualquer outra região". Marina procurou ainda desqualificar o estudo da equipe de técnicos dos ministérios da Agricultura e do MMA que buscam saídas para o impasse do desmatamento. "Não sei quando houve essa reunião", disse ela. Ao ser informada por Capobianco de que tinha sido neste ano, Marina comentou: "É uma reunião de técnicos, apenas. Nem chegou aos secretários."

AÇÕES ENÉRGICAS - A visão de Marina ficou explícita na nota divulgada ontem, quando afirma que "os fortes indícios de aumento do desmatamento" impõem "a necessidade de intensificar ações enérgicas". Para Marina, segundo apurou o Estado, não é hora de falar em medidas de médio e longo prazos, medidas mais estruturais e que envolvam negociações sociais, políticas e econômicas.

A ministra acha que a divulgação dos estudos técnicos funciona, na prática, como um desserviço à operação da Polícia Federal, de combate aos crimes ambientais, que está programada para ser deflagrada na semana que vem e deve envolver pelo menos 800 homens.

VAIVÉM - Para o diretor de Política Ambiental da Conservação Internacional (CI) do Brasil, Paulo Gustavo Prado, o governo não pode ser "esquizofrênico". "Precisa parar com esse vaivém e adotar uma postura responsável", afirmou.

O Greenpeace e a Conservação Internacional do Brasil participam hoje de uma reunião às 9 horas no MMA. O encontro foi marcado por André Lima, coordenador do Núcleo Amazônia da pasta. O objetivo é explicar as declarações de João Paulo Capobianco.

Também foram convidadas outras ONGs, como WWF, Amigos da Terra, Instituto Socioambiental, The Nature Conservancy e o Instituto Sociedade, População e Natureza.

Planalto discute ações para regular financiamento - Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Vida & - 12/02/2008

O governo promoveu ontem mais uma reunião para tentar encontrar medidas mais rigorosas que evitem que bancos oficiais e privados financiem qualquer projeto de quem desmatou na Amazônia. Duas outras reuniões ainda serão realizadas pela área técnica do governo. Até abril, o Planalto espera ter em mãos um banco de dados à disposição das instituições financeiras para que elas possam consultar em tempo real e verificar de fato se quem pede o empréstimo cometeu ilegalidades.

Uma das medidas que o governo quer baixar para aumentar o rigor na concessão de crédito agrícola é aprovação de uma resolução do Conselho Monetário Nacional que obrigaria instituições financeiras a pedir a comprovação de que o produtor rural não desmata além do permitido por lei. Regras impedindo o financiamento para quem desmata já existem desde 1981. De acordo com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, a intenção do governo é “dar mais efetividade” às regras existentes, com novas e mais consistentes ferramentas de controle.

“Nenhum tipo de financiamento será dado para atividades ilegais ou qualquer tipo de apoio a práticas que levem ao uso insustentável de qualquer atividade econômica na Amazônia” , declarou Marina, após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Planalto. “As áreas que forem desmatadas ilegalmente serão embargadas, não poderão comercializar a produção; quem comprar, ou transportar, estará sendo contraventor solidário com aquele que desmatou ilegalmente.”

Na reunião, o presidente Lula comentou que considera um erro financiar produtores que estimulam o desmatamento ilegal. “Não é correto a gente ficar financiando coisas que depois nos dão um prejuízo enorme nacional e internacionalmente”, afirmou o presidente. “Quem for financiado pelos bancos terá de cumprir a reserva legal e um desmatamento feito de acordo com a regra”, disse Marina.

Também participaram da reunião o secretário-executivo do MMA, José Paulo Capobianco, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, do Desenvolvimento, Miguel Jorge, representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário e presidente de bancos públicos.

Lula quer endurecer crédito na Amazônia – Felipe Seligman – Folha de São Paulo – Ciência – 12/02/2008

Governo estuda resolução para obrigar banco privado a verificar se clientes desmatam antes de conceder empréstimo - Medida a ser detalhada na semana que vem objetiva cumprir lei de 1981 que nunca chegou a ser posta em prática por bancos

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva estuda a criação de um mecanismo para que os bancos brasileiros, tanto públicos quanto privados, sejam obrigados a condicionar a concessão de empréstimos à legalidade ambiental dos produtores rurais. A proposta foi discutida ontem, no Palácio do Planalto, em uma reunião em que participaram o presidente Lula, os ministros Guido Mantega (Fazenda), Miguel Jorge (Desenvolvimento) e Marina Silva (Meio Ambiente), além de representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário e dos bancos estatais brasileiros.

"Estamos criando mecanismos efetivos para que produtores rurais que realizam o desmatamento fiquem proibidos de receber incentivos financeiros", disse Marina Silva a jornalistas, ao final da reunião.

No encontro, Mantega propôs uma edição de uma resolução do Conselho Monetário Nacional, que deve se reunir no final do mês, para regulamentar tal mecanismo. Além disso, o presidente encomendou aos participantes da reunião uma série de medidas, para serem apresentadas na semana que vêm, com o intuito de por em prática uma lei de 1981.

Durante a discussão, segundo a Folha apurou, o presidente Lula disse que "não é correto a gente ficar financiando coisas que depois nos dão prejuízo enorme, não só nacionalmente como internacionalmente".

A lei no 6.938 diz que as "entidades e órgãos de financiamento incentivos governamentais condicionarão a aprovação de projetos habilitados a esses benefícios ao licenciamento, na forma de lei, e ao cumprimento das normas, dos critérios e dos padrões expedidos pelo Conama [Conselho Nacional do Meio Ambiente]".

Tal lei também prevê aos que não cumprirem as determinações exigidas "a perda ou restrição de benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público, em caráter geral ou condicional, e a perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito".

Em 2003, o governo também anunciou que a verba do FNO (Fundo Constitucional da Região Norte) seria totalmente usada para financiar atividades sustentáveis, como o manejo florestal de baixo impacto.

Na prática, nada disso aconteceu. Os bancos continuam fornecendo empréstimos a juros subsidiados -os mais baixos do país- a agricultores e pecuaristas na Amazônia. Do começo do governo Lula até 2007, segundo um cálculo do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), a pecuária na região recebeu R$ 1,89 bilhão em financiamento só do FNO. Apesar da proibição formal, o dinheiro acaba sendo usado indiretamente para derrubar a floresta, já que o produtor sabe que terá lucro com sua atividade. De acordo com o diretor do Serviço Florestal Brasileiro, Tasso Azevedo, apesar da existência dessa lei e de um compromisso firmado em meados dos anos 1990, chamado de Protocolo Verde, as entidades financeiras não têm mecanismos para saber se estão financiando o desmate ilegal.

"O banco só tinha como saber isso indo ao local. Agora com o recente decreto, editado em dezembro passado, as entidades não terão como não saber", afirmou Azevedo. "Mesmo com a legislação, grande quantidade de recursos foi alocada nos últimos anos na Amazônia, e com certeza parte desse dinheiro foi usado para o desmatamento ilegal." O decreto estabeleceu o recadastramento de propriedades rurais dos 36 municípios considerados os campeões no recente desmatamento da Amazônia. Para se recadastrar, os proprietários devem mostrar aos técnicos do Incra a planta georreferenciada, ou seja, uma imagem de satélite com as coordenadas completas da propriedade, que ao final será disponibilizada na internet. Um sistema será criado até abril, com o novo cadastro, mostrando quais realizam e quais não realizam o desmatamento ilegal. Ao financiar produtores rurais, os bancos serão obrigados a checar tal sistema.

Os beneficiários da devastação – Kátia Abreu – O Globo – Opinião – 12/02/2008

A consciência pela preservação do meio ambiente, dominante entre nós brasileiros, está sendo afrontada pela incompetência do governo na questão da Amazônia. Não há mistério a decifrar na explosiva devastação da floresta, mas uma tentativa artificial de confundir e impedir a identificação do principal responsável. É ridícula essa discussão, que escamoteia o crime ambiental sim, porque não se trata de uma divergência sobre formas de utilização econômica da floresta, mas de infringência de leis em vigor. Além de acinte aos esforços pela preservação da vida no planeta num espaço que nos cabe vigiar. Não faz sentido a polêmica em torno dos detalhes do exame de "corpo de delito", já que não está em jogo o fato concreto a tipificação penal do aumento do desmatamento, embora o governo, para livrar-se da responsabilidade, agarrese desesperadamente ao factóide risível que é a divergência sobre a precisa avaliação métrica do desastre. Um detalhe, se não fosse incongruente tratar assim números tão espetaculares.

O povo brasileiro poderia ser poupado da manobra cínica, que expõe o estilo hipócrita do governo. A extensão da área devastada seriam mais ou menos 7.000 quilômetros quadrados, entre agosto e dezembro de 2007 dispensa a exatidão da medida, uma vez que, mesmo que se aceite por baixo os números, a ordem de grandeza é espantosa. O que se coloca é pura e simplesmente a constatação da responsabilidade de quem tinha a guarda e vigilância da área devas mais tada. Só a partir daí, apurada a incompetência, irresponsabilidade ou corrupção do Ministério do Meio Ambiente, seus dirigentes e órgãos inclusive para inocentá-los, pois o impossível acontece pode-se continuar a apreciação do grave problema criado.

Dispensa-se a choraminga da ministra Marina, que a todo custo quer se passar por vítima, quando devia simplesmente confessar seu fracasso. Também não fazem sentido metáforas malucas sobre o assunto. Há coisa mais sem pé nem cabeça, e de maior mau gosto, que aquela história do sintoma frustrado de câncer aplicado à controvérsia cavilosa sobre o desmatamento?.

Desçamos, portanto, aos fatos. O primeiro e mais gritante é a lembrança de que por remota que seja a área devastada muitas só identificadas através de satélites não se removem secretamente as toras da floresta para os portos e áreas de comercialização no país sem que sejam notadas pelos postos de fiscalização policiais, fazendários ou do próprio Ibama. É evidente que boa parte ou a totalidade dessa madeira foi acompanhada de guias, legais ou fraudadas.

Portanto, houve permissão para que a madeira trafegasse, já que é impossível que não tenha sido observada sua movimentação sem que se acendesse o sinal amarelo da suspeita.

No caso, a ministra Marina Silva não precisa clamar como vítima mas, no mínimo, confessar negligência, incompetência ou traição, no caso da infidelidade dos seus colaboradores infiéis e de determinadas ONGs que acoberta. Não lhe resta alternativa, senão simplesmente assumir sua autoridade (para isso é ministra e paga), apurar as concessões dos tais DOFs do Ibama (as guias que atestam a procedência legal da madeira) e, se for o caso, demitir-se por ter sido incapaz de cumprir seu dever. Ela não é coitadinha coisa nenhuma, pois exerce em nome do Estado brasileiro a responsabilidade de guarda e gerência do patrimônio florestal preservado, com a agravante de que 76% da Amazônia são constituídos por terras públicas, cujo

desmatamento, além de crime ambiental, implica roubo.

Sem essa de responsabilizar o dinamismo do agronegócio nacional, assim como seus produtores rurais que, autorizados por leis anteriores, desmataram 50% de suas propriedades e aguardam reconhecimento de seus direitos. Também não devem ser condenados isoladamente os assentados dos demagógicos programas de reforma agrária, abandonados no meio da mata virgem e, teoricamente, restritos a desmatar apenas 20% das suas pequenas propriedades mas que avançam, a cada ano, nos 80% de florestas que deveriam preservar.

Enquanto a opinião pública nacional é distraída com a discussão sobre se foram desmatados 3, 2 ou 7 mil quilômetros da Amazônia não se fala do fantástico negócio da madeira derrubada, já que o que se queima são apenas tocos, madeira branca e vegetação miúda. Madeireiros ilegais não foram citados, apenas os pecuaristas, agricultores e os assentados.

Há uma conspiração evidente para esconder os principais protagonistas beneficiados com a devastação. É falsa impressão de que a mata é simplesmente queimada. A fumaça, no fundo, apenas esconde os madeireiros contraventores, grandes especuladores internacionais que usufruem lucros fabulosos em um dos mais aquecidos mercados do mundo. Impunes, sem ao menos serem citados, contabilizam seus dólares e euros. Enquanto uma árvore deitada tiver mais valor que uma árvore em pé, dificilmente vamos ter resultados positivos na preservação da Amazônia.

Nesse quadro, os brasileiros são tentados a esquecer o essencial, que me permito lembrar: a preservação da Amazônia é uma questão de Estado, um objetivo nacional, do qual o governo não pode se omitir. Não lhe é concedido lavar as mãos ou tentar montar enredo de conto policial, pois não há suspense, dúvida ou mistério sobre o culpado. O culpado não é o mordomo. Não há o que desvendar. A acusação é óbvia, nada tem de anedótica ou presumida.

O governo, depositário infiel, não guardou o que lhe foi confiado, não recuperou o que deixou roubar e, depois de constatada a devastação, nem ao menos tomou medidas acauteladoras para evitar que prossiga. Limita-se a gritar, lamuriar-se, coagir e multar, sem apresentar política pública consistente. Em meio ao caos, cava sua candidatura, não ao Prêmio Nobel como alardeia, mas ao Guinness, o livro dos recordes bizarros e superlativos intrigantes, como campeão da denúncia de sua própria culpa.

Marina amplia ações contra desmatamento – Evandro Éboli – O Globo – O País – 12/02/2008

BRASÍLIA. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, disse ontem que o governo pretende dificultar o acesso de proprietários rurais que desmatam a floresta a financiamentos públicos e até mesmo de bancos privados. A restrição vai atingir também toda a cadeia produtiva e impedir que os compradores de madeira desses fazendeiros tenham direito a empréstimos para seus projetos. Marina Silva admitiu que a legislação atual não é suficiente para punir esses infratores.

— Algumas ações do Protocolo Verde (conjunto de leis ambientais) têm baixa efetividade em alguns casos — reconheceu a ministra. Ao lado de Marina Silva, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, afirmou que é necessário aprimorar o processo, principalmente para que a lei atinja os agentes envolvidos nessa cadeia produtiva, o que é mais difícil.

Em reunião ontem no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu aos ministérios envolvidos que apresentem as medidas em duas semanas.

Dessa reunião, participaram também dirigentes dos bancos públicos que financiam projetos na Amazônia, como o Banco da Amazônia (Basa), o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal (CEF).

Os técnicos dos ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento e Indústria, do Desenvolvimento Agrário e da Fazenda terão que desenvolver um sistema que permita aos bancos acesso a dados dos fazendeiros para verificar se esses proprietários estão com a situação legalizada e se não há pendências.

Os bancos terão acesso ao Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, que é uma espécie de CPF da terra. Esses dados ficam registrados no Incra.

Os técnicos da área econômica apresentarão caminhos para transferir a obrigação de consultar a situação do proprietário rural aos bancos privados.

O financiamento público é responsável por 25% de todos os projetos na Amazônia e o restante, 75%, é dinheiro de bancos privados.

Ministros negam anistia a desmatadores
Marina Silva critica projeto que diminui áreas protegidas

BRASÍLIA. Marina Silva e o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, divulgaram nota ontem em que afirmam que o governo não trabalha com qualquer proposta de anistia para desmatadores ilegais ou de redução das reservas legais, seja na Amazônia ou em qualquer outra região do país. O desmentido foi feito após notícias de que o governo estaria cogitando essas hipóteses. “O governo federal defende a manutenção da reserva legal e a solução dos passivos ambientais e está trabalhando fortemente para aprofundar os mecanismos de penalização efetiva dos desmatadores ilegais e da responsabilização da cadeia de produção”, afirma o texto.

A ministra criticou também a aprovação, pela Comissão de Agricultura da Câmara, de um projeto do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que aumenta o espaço disponível para o desmatamento. — Nós nos afastamos da discussão quando houve uma radicalização — disse ela.

Territórios da Cidadania: Bahia aposta no turismo e produção – Sito Eletrônico do MDA - 12/02/2008

Melhorar a produção e fortalecer o turismo são algumas das ações que o Programa Territórios da Cidadania desenvolverá nos territórios do Velho Chico e da Chapada Diamantina, situados na Bahia. O programa, que será lançado no dia 25 de fevereiro em Brasília, pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, desenvolverá em todo o país 110 ações nas áreas de apoio às atividades produtivas, acesso a direitos e infra-estrutura.

Nos territórios Velho Chico e Chapada Diamantina, o programa será apresentado às comunidades nos dias 25 e 26 deste mês. O articulador do território do Velho Chico, Demerval Oliveira, afirma que há muitas potencialidades na região que serão beneficiadas pelo Territórios da Cidadania. Entre elas, destaca, o artesanato, a pesca, a criação de caprinos e o turismo religioso em Bom Jesus da Lapa.

Velho Chico tem 16 municípios (veja abaixo) e uma população de 349.689 habitantes. Oliveira também ressalta que o programa beneficiará a produção de alimentos, com um bom investimento em assistência técnica. O articulador diz que o Territórios da Cidadania aperfeiçoará outros programas sociais do Governo Federal, como o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), do Ministério da Desenvolvimento Agrário (MDA) em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Chapada Diamantina - A produção de café, mandioca, mamona e a criação de caprinos e ovinos são fatores que serão desenvolvidos no território da Chapada Diamantina, onde vivem 349.552 pessoas, em 23 municípios (veja abaixo). O articulador da Chapada Diamantina, Reginaldo Azevedo Lima, acredita que o turismo e as obras de infra-estrutura, como a recuperação de estradas, também serão alcançados pelo Territórios da Cidadania.

Lima destaca que as assembléias territoriais serão essenciais para integrar a comunidade ao programa. “São reuniões com a participação de 42 entidades e órgãos públicos. Elas serão importantes para decidirmos como serão aplicados os recursos do Territórios da Cidadania”, explica.

No Brasil - O Territórios da Cidadania é um programa de desenvolvimento regional e garantia de direitos sociais voltado às regiões mais carentes do Brasil. São 110 ações nas áreas de apoio às atividades produtivas, acesso a direitos e ações de infra-estrutura, totalizando R$ 9,3 bilhões no ano de 2008. O programa trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território com a participação da sociedade. Em cada território um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinará o plano de desenvolvimento territorial e uma agenda pactuada de ações – estimadas em mais de 6 mil obras e serviços em todo o território nacional.

Municípios do território Velho Chico: Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém de São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato.

Municípios do território Chapada Diamantina: Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iraquara, Itaeté, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner.

Brasil participa no Japão de reunião sobre mudanças climáticas - Grace Perpétuo – Sitio Eletrônico do MMA – 12/02/200/

A secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ) do Ministério do Meio Ambiente, Thelma Krug, participa nesta quarta (14) e quinta (15), em Tóquio, da VI Reunião Informal sobre Ações Futuras para o Combate à Mudança do Clima, co-presidida por Brasil e Japão, com a participação de vários países. "É a primeira vez que o MMA estará presente a esta reunião informal - que, à semelhança de outros encontros semelhantes a este, contribuem para distensionar as negociações oficiais e prover aportes para o processo multilateral", diz o chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do ministério, Fernando Lyrio.

"Essas são formas de conhecer as particularidades de outros países com relação à interpretação de questões relativas às mudanças climáticas, e de desatar eventuais nós no processo negociador", completa. Ele explica que a agenda do evento foi construída com base no "mapa do caminho" - espécie de roteiro para nortear, até 2009, as negociações da segunda fase do Protocolo de Quioto - que resultou da Conferência da ONU sobre mudanças climáticas realizada em Bali, na Indonésia, em dezembro do ano passado.

Entre as questões levantadas estarão, entre muitas outras, a assistência da qual os países em desenvolvimento necessitarão, após a Conferência de Bali, para promover o desenvolvimento sustentável; os respectivos papéis a serem desempenhados por governos, organizações internacionais e o setor privado na mobilização de recursos para tal; e possíveis formas de mensurar, relatar e verificar eventuais ações levadas adiante por esses países.

Cantuquiriguaçu (PR) fará parte dos Territórios da Cidadania – Sitio Eletrônico do MDA - 12/02/2008

As 20 cidades delimitadas pelos rios Cantu, Piquiri e Iguaçu que fazem parte do Território Cantuquiriguaçu serão beneficiadas pelos Territórios da Cidadania. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançará o Programa no dia 25 de fevereiro, em Brasília. Os investimentos serão utilizados para incrementar a economia desses municípios, para investimentos em infra-estrutura, incentivo à produção agrícola e estímulo na cadeia econômica local.

O Programa Territórios da Cidadania trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada região com a participação da sociedade. Prevê 110 ações nas áreas de apoio às atividades produtivas, acesso a direitos e ações de infra-estrutura, totalizando R$ 9,3 bilhões de investimentos no ano de 2008 em todo o Brasil.

O Cantuquiriguaçu é um dos 60 territórios em todo o Brasil que fazem parte do Programa. No Paraná, também foi selecionado o Território Vale do Ribeira. Com a iniciativa, serão ampliadas nesses locais ações de assistência técnica e infra-estrutura para assentamentos, além de programas como o de Fortalecimento da Agricultura Familiar

(Pronaf), Luz para Todos, Bolsa Família, Saúde da Família, Farmácia Popular e Brasil Sorridente.

A região do Cantuquiriguaçu totaliza uma população de 232.729 habitantes, sendo que 51,74% vivem na zona rural. Além disso, possui a maior reserva indígena do estado, contendo duas tribos, Kaigang e Guarani. Está instalado no território o maior assentamento da América Latina, o Celso Furtado, com 23.733 hectares, localizado no município de Quedas do Iguaçu.

Fazem parte desse território os municípios de Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond.

Desenvolvimento sustentável

Para o superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Paraná Celso Lisboa de Lacerda, a reforma agrária é uma das políticas importantes para o desenvolvimento deste território. “Além de serem assentadas, essas famílias precisam produzir e fazer a diferença econômica para que a região se modifique e cresça com a implantação dos assentamentos”, afirma.

Essa opinião é compartilhada com presidente da Câmara Municipal de Goioxim, Élvio Zorzanello, que acredita que os investimentos nas bases produtivas levam desenvolvimento humano e econômico para a região. “Para que os pequenos municípios se desenvolvam, é preciso valorizar a pequena propriedade. Enquanto as grandes propriedades produzem para fora e geram poucos empregos, devido ao alto índice de mecanização da lavoura, são as pequenas que trazem renda para a cidade”.

Histórico de mobilização

A reivindicação para investimentos no Cantuquiriguaçu é antiga. Os municípios formaram, ainda em 1984, uma associação das cidades que tinha por objetivo diminuir as desigualdades locais, buscando forças na união para levar mais recursos à região. A Cantuquiriguaçu (junção dos nomes dos rios que delimitam a região) evoluiu para o Fórum, e depois deu lugar ao Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu - Condetec. “A luta foi necessária e tem surtido resultados”, afirma Elemar Cezimbra, líder dos movimentos sociais da região.

Para combater desmatamento, aperto no crédito deve atingir cadeia produtiva -
Bettina Barros – Valor econômico – Brasil - 12/02/2008

O governo federal receberá na semana que vem a definição de uma série de mecanismos que passarão a ser adotados pelos bancos públicos para propriedades e empresas que desmatarem a floresta amazônica além do permitido por lei. Convocados pelo Palácio do Planalto para reunião ontem à tarde em Brasília, ministérios e bancos oficiais apresentaram ações preliminares, que serão discutidas e aprofundadas em reuniões técnicas quinta e sexta-feiras.

"O presidente Lula quer o mais rápido possível a implementação do decreto para o combate ao desmatamento", afirmou o secretário-executivo do Ministério Ambiente, João

Paulo Capobianco. O corte do crédito público com juros subsidiados a atividades associadas à devastação da Amazônia é o ponto nevrálgico na estratégia do governo.

Em um primeiro momento, apenas os bancos públicos serão envolvidos no cerco ao financiamento de quem desmata mais que pode. Posteriormente, os bancos privados também "fecharão as torneiras", conforme sugeriu o ministro da Fazenda, Guido Mantega, após a reunião. Segundo ele, o Conselho Monetário Nacional deverá avaliar a medida.

Uma novidade será a inclusão da cadeia produtiva como um todo no aperto ao crédito. "Isso é importantíssimo, porque a partir de agora o tomador de crédito terá de provar que ele tem matéria-prima legal", diz Capobianco. Em outras palavras, isso significa que um frigorífico que opera ou compra carne na Amazônia Legal terá de provar que o seu boi não está em terras desmatadas.

Além disso, o governo estuda criar linhas de crédito específicas para financiar ações como recuperação de áreas degradadas, de reserva legal, áreas de proteção permanente (APP) e também para o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis.

O cerco financeiro está contemplado no decreto presidencial publicado em 21 de dezembro, no qual o governo federal prevê também o recadastramento de todas as propriedades rurais localizadas em 36 municípios declarados como campeões no desmatamento da maior floresta tropical do mundo.

A "lista negra" do ambiente engloba 19 cidades no Mato Grosso, 12 no Pará, quatro em Rondônia e uma no Amazonas. A lista desagradou governadores e prefeitos, que contestaram os dados de desmatamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Segundo o órgão, 3.233 quilômetros quadrados de floresta foram derrubados entre agosto e dezembro passado, sendo que 1.922 somente entre novembro e dezembro, quando a derrubada de árvores é geralmente menor, devido ao período de chuvas.

Ontem, representantes de 19 municípios mato-grossenses anunciaram uma reunião hoje com deputados e senadores da bancada federal. Contando com o apoio da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso, o grupo pretende pressionar pela suspensão do decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo o deputado federal Homero Pereira, a medida trará sérias conseqüências econômicas e sociais. "O problema é sério, pois atinge milhares de famílias dos municípios inseridos na lista. Nós, da bancada federal, precisamos estar unidos e amarrar uma solução emergencial para o problema."

O Mato Grosso é o maior produtor de soja do país e um dos maiores do mundo. O avanço do grão, juntamente com o da pecuária, são os principais vilões da Amazônia.

Ministros negam anistia a desmatadores ilegais – Sitio Eletrônico da CPT – 13/02/2008

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, negaram as informações de que o governo federal irá anistiar desmatadores ilegais da Amazônia. “O governo federal defende a manutenção da reserva legal (...) e está trabalhando fortemente para aprofundar os mecanismos de penalização efetiva dos desmatadores ilegais”, afirmaram os ministros em nota à imprensa. Foi divulgado que o governo iria permitir que empresas e agricultores responsáveis pelo desmatamento ilegal voltassem à legalidade e tivessem direito ao crédito agrícola oficial. Eles deveriam recuperar e repor a floresta em metade da área que desmataram. A medida ia de encontro com o Código Florestal, que determina que 80% do tamanho do imóvel é de reserva legal. Só é permitido derrubar árvores e produzir nos demais 20%. De acordo com o governo, não há hipótese de que sejam elaboradas propostas para reduzir a reserva legal na Amazônia.

'**Amazônia não é um santuário', diz Lula** - Leonêncio Nossa Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Vida & - 13/02/2008

Para presidente, é preciso adotar modelo de preservação sem impedir acesso a bens de consumo; Agricultura ainda quer acerto com desmatador

Em meio a críticas pelo aumento do índice de desmatamento, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que é preciso adotar um modelo para preservar a biodiversidade da Amazônia sem impedir que os habitantes da região tenham acesso a bens de consumo e ao mercado de trabalho. 'Não somos daqueles que defendem a Amazônia como um santuário da humanidade', afirmou, em encontro com o presidente francês, Nicolas Sarkozy, na Guiana Francesa. 'Do lado brasileiro moram quase 25 milhões de pessoas que querem trabalho, comer, ter carro e ter acesso aos bens produzidos.'

O presidente disse, porém, que o governo está atento ao problema da destruição do meio ambiente, em especial da floresta amazônica. 'O desafio que está colocado para nós é compatibilizar uma política de desenvolvimento da Amazônia levando em conta a questão ambiental, (o desafio é) como aproveitar para o bem da humanidade toda a extraordinária biodiversidade ainda muito desconhecida dos homens.'

Ele defendeu, para isso, acordos de cooperação entre França e Brasil com o objetivo de estudar a biodiversidade na região. 'Uma das coisas que me encantam e encantam o presidente Sarkozy é a idéia de começarmos a discutir juntos a questão da biodiversidade.'

SOLUÇÃO EQUILIBRADA - O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, disse ontem que pretende se reunir com técnicos do governo para encontrar uma solução equilibrada para o problema do desmatamento da Amazônia. Numa reunião com representantes de produtores, agricultores, prefeitos e parlamentares de Mato Grosso, Stephanes disse que vai buscar uma articulação com a ministra da Casa Civil, Dilma

Rousseff. Ele sinalizou que não vai abandonar os produtores rurais, que são apontados pelos ambientalistas como os grandes responsáveis pelo desmatamento da Amazônia.

Stephanes, segundo um interlocutor que participou da reunião, afirmou que 'não vai defender pessoas que trabalham na ilegalidade, mas não vai abandonar quem trabalha direito'. 'O ministro disse que vai trabalhar para encontrar uma solução para quem desmatou dentro do que a lei permitia', disse o deputado Homero Pereira (PR-MT).

A intenção é tratar dos casos de desmatamento anteriores a 1996 - antes, portanto, do decreto que impôs na Amazônia preservar 80% da floresta das fazendas, podendo usar os 20% restantes para atividade econômica. O ministro da Agricultura fez os comentários depois de a ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, ter anunciado anteontem que o governo não dará prioridade à discussão sobre a anistia aos ruralistas que fizeram desmatamento superior a 20% de suas propriedades na Amazônia Legal. O ministro disse que a discussão sobre a concessão de anistia foi feita de maneira equivocada.

Stephanes também disse que vai propor ao governo uma discussão sobre as regras do Decreto 6.321, publicado no final do ano passado. 'Ele concordou com as nossas posições e disse que o decreto tem de ser revisto', disse o vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato), Normando Corral.

Na prática, diz ele, o decreto proibiu novos desmatamentos nas áreas da Amazônia Legal. A norma estabelece que o MMA edite anualmente uma portaria com informações sobre a evolução do desmatamento nos municípios do bioma amazônico. Para que o governo possa monitorar as propriedades, os produtores desses municípios precisarão se recadastrar no Incra, o que, dizem eles, é tecnicamente impossível. 'O Incra não tem estrutura. A idéia é abrir o diálogo e propor alternativas', disse o deputado. Caso não cumpram as regras, os produtores perdem o direto a linhas de financiamentos oficiais.

ONG aponta falta de interesse - Felipe Werneck – Estado de São Paulo – Vida & - 13/02/2008

O diretor de Política para a Amazônia da organização não-governamental de conservação da natureza WWF, Pedro Bara Neto, afirmou ontem, em palestra no Rio de Janeiro, que o governo federal 'não tem interesse político' de enfrentar o desmatamento da floresta.

Segundo ele, a regularização fundiária é uma medida 'óbvia' que não avança. 'A primeira coisa é saber de quem é a terra. (O governo) precisa pegar as coisas mais difíceis e fazer. E não ficar sonhando', disse.

Após o evento, em entrevista, o ambientalista disse que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) criou um sistema de informação rural há dez anos, quando começou a mapear a malha fundiária do País, mas o programa foi abandonado. 'Desmatamento é falta de poder de polícia', completou.

Bara Neto mora em Nova York e foi convidado para a palestra pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), cujo presidente de honra é o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Após a palestra, houve um debate.

O santuário profanado – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 14/02/2008

Em fins de janeiro, quando saíram as mais recentes estatísticas sobre o desmatamento da Amazônia, mostrando que a derrubada voltara a aumentar nos últimos cinco meses de 2007, revertendo a tendência dos três anos anteriores, a primeira reação do presidente Lula que chegou a conhecimento público foi a de convocar uma reunião ministerial, em caráter de urgência, e de anunciar medidas duras contra os presumíveis responsáveis pelo estrago. Não se sabe o que aconteceu em seguida na intimidade palaciana, mas o fato é que, passado um punhado de dias - e de novo parecendo justificar a sua auto-avaliação como a 'metamorfose ambulante' celebrizada pelo compositor Raul Seixas -, Lula deu de soltar o verbo para cima da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, em plena queda-de-braço com o seu colega da Agricultura, Reinhold Stephanes, sobre a validade dos novos dados e as causas do surto que neles se exprimia.

Com efeito, nunca antes na história do seu governo, o presidente desautorizara a sua colaboradora - ou qualquer outro deles - com palavras tão acintosas. Primeiro, ele a acusou de fazer um alarde comparável ao do portador de um 'tumorzinho' que não espera a biópsia para se declarar canceroso. Horas depois, rebaixou o 'tumorzinho' à 'coceira' que, pelo desconforto que provoca, leva o paciente a se imaginar vítima de grave doença. Não obstante, como é do seu feitio, para agradar ao outro lado, Lula não deixou de considerar preocupante o aumento do desmate, advertindo que o governo não será tolerante com 'essa gente' que derruba árvores ilegalmente. Até o mais distraído dos brasileiros, porém, terá percebido que o que Lula pensa verdadeiramente do problema estava no carão passado à ministra - e na sua solidariedade com o 'parceiro' Blairo Maggi, o rei da soja que governa Mato Grosso, outro inimigo de Marina.

Tanto assim que, no encontro de terça-feira com o presidente francês Nicolas Sarkozy, na fronteira do Brasil com a Guiana, Lula fez questão de assinalar o seu distanciamento 'daqueles que defendem a Amazônia como um santuário da humanidade'. Afinal, argumentou, 'do lado brasileiro moram 25 milhões de pessoas que querem trabalho, comer, ter carro e acesso aos bens produzidos'. A seguir, para francês ver, tornou a recitar o lugar-comum sobre o desafio de desenvolver a região 'levando em conta a questão ambiental'. Ora, não é possível que o presidente não saiba que o retrato da Amazônia como um santuário é uma caricatura das preocupações dos ambientalistas e de todos quantos se alarmam, a justo título, com os efeitos do desflorestamento para a elevação dos níveis de gás carbônico na atmosfera, comprovadamente associada ao aquecimento global. A

Amazônia, toda ela reserva ecológica intocável, é, hoje em dia, uma fantasia restrita às franjas radicais dos movimentos verdes - como tal, uma irrelevância.

Os estudiosos do ambiente que têm a cabeça no lugar e conhecimento da realidade amazônica já produziram pencas de estudos sobre a sua viável ocupação econômica diferenciada. Se fosse o caso, o presidente poderia aprender com cientistas brasileiros do quilate do físico José Goldemberg, por exemplo, quanto é simplória, além de irreal, a dicotomia entre a Amazônia santuário e a Amazônia aberta à exploração desbragada. Mas não é o caso. Para bom entendedor, a começar do que outrora se chamavam 'classes produtoras', o que Lula efetivamente disse anteontem em Saint-Georges do Oiapoque é que ele não está nem aí para os riscos ecológicos da colonização cega da Amazônia.

Para que não paire dúvida sobre isso, no mesmo dia em que Lula profanava o santuário amazônico, seu ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, prometia aos produtores rurais, apontados como os grandes responsáveis pelo desmatamento, que não vai abandoná-los. 'Ele concorda com as nossas posições e disse que o decreto tem de ser revisto', disse o vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso, referindo-se ao Decreto 6.321 publicado no final de 2007, que, segundo ele, 'na prática proíbe novos desmatamentos na Amazônia Legal'.

Como sempre acontece nesse governo, em que um ministro não sabe o que o outro faz - como ele próprio já disse -, obrigado a decidir a luta entre dois ministros, Lula deu a vitória a Stephanes. Por pontos, por enquanto.

Operação no PA autua madeireiras ilegais - Eduardo Nunomura – Estado de São Paulo – Vida & - 14/02/2008

Tailândia (PA) - Três madeireiras, Taiplac, Primavera e Tailaminas, no sul do Pará, foram responsáveis pela retirada ilegal de cerca de 10 mil metros cúbicos de madeira nativa da Amazônia. Para transportar o material, apreendido numa operação que mirou serrarias do município de Tailândia, foram mobilizadas 50 carretas - cada uma terá de realizar dez viagens. A ação de fiscalização é a primeira de 120 que serão realizadas neste ano. Os responsáveis pelas madeireiras não foram localizados.

Tailândia não está na lista dos 36 municípios que mais desmataram nos últimos meses, segundo a relação divulgada pelo governo federal em janeiro. Mas é um pólo madeireiro, o local de concentração de serrarias, onde se recebe, corta e despacha a madeira Brasil e mundo afora. Outras cidades paraenses já exerceram essa função no passado, como Paragominas, Altamira e Novo Progresso. Quando a floresta exaure seu potencial, não restando árvore que preste para corte, o parque industrial se muda para outra região. É o ciclo da destruição amazônica.

“Recebemos denúncias muito fortes interligando os crimes comuns e os ambientais”, explica o secretário de Meio Ambiente paraense, Valmir Ortega. De fato, Tailândia, com 65 mil habitantes, está na lista de cidades com elevados índices de homicídios.

A maciça presença das serrarias é visível já na rodovia PA-150, que dá acesso ao município. São mais de 150 na região. Elas são a razão de ser da economia local.

Madeireiros do sul do Pará reconhecem que muitas árvores continuam sendo retiradas ilegalmente da floresta, e depois o produto sai processado e legalizado por meio de documentação “esquentada”, com guias florestais falsificados. A pouca e ineficiente fiscalização facilita esse processo de esquentar as toras de jatobá, angelim, madeira branca e melancieira, algumas das espécies apreendidas nesta operação.

OS SEM-TORA - “Estamos no fim do ciclo da madeira em Tailândia, que deve durar mais uns cinco anos, no máximo”, diz o sócio da Indústria e Comércio de Madeira Catarinense, Ademir Bortolanza, um gaúcho criado em Santa Catarina que chegou à região há quase duas décadas. Sua empresa foi vistoriada ontem, mas não foi flagrada, num primeiro momento, com madeira ilegal como as citadas anteriormente. “Não tem muito mais (comércio clandestino), o que tem aparecido é madeira de invasões”, arrisca, lembrando que áreas invadidas recentemente têm oferecido o produto às serrarias.

Ortega admite que a madeira pode estar vindo de invasões, mas não as associa aos sem-terra. “Chamamos de sem-tora, eles formam uma quadrilha de fato, especializada em esquentar madeira.”

A operação, iniciada na segunda-feira, não tem prazo para acabar e pode dobrar a quantidade de madeira apreendida no município, tornando-se uma das maiores na Amazônia. Além da apreensão de madeira, houve interdição de carvoarias e de uma mineradora que extraía areia de forma ilegal. A ação de repressão ao desmatamento, com mais de 120 homens, é parte de operação do Ibama, polícias Militar e Civil do Pará e secretarias da Fazenda e do Meio Ambiente. O diretor nacional de Proteção Ambiental do Ibama, Flavio Montiel, salientou que, diferentemente de outras operações, esta teve a participação dos governos estadual e federal.

O sistema Deter, do Inpe, contabilizou a derrubada de 3.235 km² de floresta amazônica entre agosto e dezembro do ano passado. O Pará foi o segundo Estado que mais desmatou no período, com uma área devastada de 591 km², só atrás de Mato Grosso. Entre agosto de 2006 e julho de 2007, 50% do desmatamento de 11.224 km² ocorreu no Estado.

Ibama deve fazer 120 fiscalizações conjuntas em 2008 - Eduardo Nunomura – Estadod e São Paulo – Vida & - 14/02/2008

O Ibama e o governo do Pará realizarão, neste ano, 120 operações conjuntas. Uma das lógicas do aumento da repressão é fechar o cerco à comercialização da madeira sem procedência.

O governo do Pará autorizou, no ano passado, a retirada de 3 milhões de metros cúbicos. Mas o parque industrial madeireiro é capaz de processar em torno de 12 milhões de metros cúbicos. O governo admite que as empresas trabalham no seu pico e 70% das toras têm origem ilegal.

Um decreto assinado no fim do ano passado pela governadora do Estado, Ana Júlia Carepa (PT), pode ser um primeiro sinal positivo. Toda a madeira ilegal apreendida deve ser leiloada, em vez de continuar apodrecendo nos galpões do Ibama. O dinheiro será revertido para ações de combate ao desmatamento.

A lógica econômica do desmatamento - Paulo R. Haddad – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/02/2008

O valor econômico total de uma floresta tropical como a Amazônica se estima pelo seu valor de uso e pelo seu valor de não-uso. O valor de uso direto da floresta tropical inclui usos de madeira e não-madeira (frutas, castanhas, resinas, plantas genéticas e outros). O valor de uso indireto da floresta tropical corresponde ao conceito de funções ecológicas, tais como: os impactos do desmatamento sobre a proteção das bacias hidrográficas e sobre a produtividade dos sistemas produtivos agropecuários; sobre os complexos ciclos de nutrientes, importantes para o solo, a água e a atmosfera; sobre o efeito estufa e o ciclo de carbono; etc. O valor de opção está relacionado com o montante financeiro que os indivíduos e as organizações estariam dispostos a pagar para conservar os recursos ambientais para um uso futuro.

O valor de não-uso ou de existência da floresta tropical está relacionado com as avaliações monetárias dos seus ativos ambientais, sem vinculação com o seu uso corrente ou o seu uso opcional. É um componente importante do valor econômico total, particularmente em situações de incerteza quanto à extensão dos danos ou de ativos únicos (espécimes raros, por exemplo). Quando o desejo de pagar para preservar um ativo ambiental está vinculado aos benefícios que este ativo poderá trazer para os seus descendentes, temos o caso do valor de legado. Pretende-se, enfim, preservar a biodiversidade da floresta tropical para as futuras gerações, inclusive os seus valores culturais e históricos.

Não é difícil entender que um grande número de madeireiros, agricultores familiares, grandes produtores de grãos e de carnes veja, atualmente, a floresta amazônica apenas sob a ótica do seu valor de uso direto, como um megaalmoxarifado de recursos ambientais, onde vão pilhar madeiras de lei, fertilidade do solo pós-desmatamento, plantas medicinais, etc., para a sua subsistência ou para fazer bons negócios.

A obrigação social de sustentabilidade, como tem insistido o economista indiano Amartya Sen, não pode ser deixada inteiramente por conta do mercado, uma vez que o futuro não está adequadamente representado no mercado - pelo menos o futuro mais distante. O Estado deve servir como gestor dos interesses das futuras gerações, por meio de políticas públicas que utilizem mecanismos regulatórios ou de mercado, adaptando a estrutura de incentivos a fim de proteger o meio ambiente global e a base de recursos para as pessoas que ainda vão nascer.

Ocorre, porém, que, no caso brasileiro, há uma resistência ideológica ao uso de instrumentos econômicos nas políticas ambientais - nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) são mais de 130 desses instrumentos em ação -, e a estrutura regulatória tem se destacado pela má qualidade técnica e pelos riscos jurisdicionais. No caso específico da Amazônia, há fatores adicionais que dificultam o controle do desmatamento, particularmente quando melhoram os preços relativos da commodities primárias nos mercados globais e o desmatamento se acelera. Entre esses fatores destacam-se: a contradição entre leis e incentivos fiscais e financeiros dos distintos órgãos de governo; a debilidade institucional de órgãos ambientais dos três níveis de governo e sua completa falta de articulação, submetidos a fortes contingenciamentos de seus recursos orçamentários de custeio e de investimento; o fato do cumprimento da lei ser de fato muito oneroso, por causa de problemas de acessibilidade e de dispersão espacial das atividades econômicas; falta de vontade política, principalmente dos níveis locais, de aplicar as leis com rigor, uma vez que, para as comunidades locais, os recursos ambientais têm valor de uso e valor de troca, mesmo que mobilizados predatoriamente.

Na verdade, a questão maior das políticas públicas, que visam a controlar o desmatamento na Amazônia, é a imensa dificuldade que, internamente, o governo federal tem para gerar consenso sobre o conteúdo, a profundidade e a persistência dessas políticas. Enquanto oscila entre preservar, conservar e o manejo sustentável da floresta, de um lado, e questionar a validade técnica das informações sobre a intensidade do desmatamento, do outro, enfraquece-se o status político da gestão das ações ambientais na Amazônia e permite-se o avanço da ação antrópica predatória sobre os recursos da floresta. E não há sinais no horizonte de médio prazo de que essa situação vai melhorar. Ao contrário.

***Paulo R. Haddad, professor do Ibmec-MG, foi ministro do Planejamento e da Fazenda no governo Itamar Franco**

Recordistas de desmate receberão mais fiscais – Silvia Freire - Folha de São Paulo – Ciência – 14/02/2008

O presidente do Ibama (Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Bazileu Alves Margarido Neto, disse ontem, em Belém, que a prioridade nas operações de fiscalização do órgão neste ano serão os 36 municípios da Amazônia Legal que concentraram maior extensão de terras desmatadas nos últimos meses de 2007.

Os desmatamentos foram proibidos temporariamente nestes 36 municípios por meio de uma portaria do Ministério do Meio Ambiente publicada em janeiro. Os produtores rurais destas localidades terão De fazer um recadastramento com mapeamento detalhado no Incra e passarão a ter as áreas de florestas monitoradas.

Margarido Neto participou ontem, na capital do Estado do Pará, da reunião anual de dirigentes da área de fiscalização do Ibama de todo o país, onde são definidas as estratégias de ação para os próximos 12 meses. Em 2008, ficou definido a realização de 120 operações de fiscalização envolvendo cerca de 3.000 homens.

Segundo o presidente do Ibama, o principal eixo da discussão do encontro foi a definição de formas para implementar e fiscalizar a suspensão do desmatamento. "Foram definidos os instrumentos de monitoramento, ou seja, de que maneira o Ibama pode se preparar para constatar a violação do embargo [ao desmatamento)", disse.

Segundo ele, entre os instrumentos a serem utilizados estão aeronaves do Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia).* **SÍLVIA FREIRE**

Ibama confisca 10 mil m3 de madeira no PA – Folha de São Paulo – Ciência – 14/02/2008

O Ibama divulgou ontem a apreensão de 10 mil metros cúbicos de madeira ilegal em operação no município de Tailândia, sudeste do Pará.

A madeira estava destinada a serrarias e carvoarias que operam na região, segundo o Ibama. Sete pessoas foram detidas para averiguação, mas já foram liberadas.

Ontem pela manhã, o diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Flávio Montiel, e o secretário de Meio Ambiente do Pará, Valmir Ortega, estiveram em Tailândia para acompanhar a operação, que está sendo desenvolvida em parceria entre o Ibama e as Policias Militar e Civil do Estado do Pará.

Uma operação do Ibama no Acre e no sul do Amazonas havia detectado 11 novos focos de desmatamentos em Lábrea (AM) em um sobrevôo realizado na semana passada. Quatro pessoas foram detidas na ação, sob suspeita de crime ambiental.

Lábrea está em 14º lugar da lista feita pelo governo dos 36 municípios que mais desmataram nos últimos cinco meses de 2007. As áreas desmatadas seriam usadas para pecuária.

Os focos de desmate, no sul de Lábrea, foram identificados pelas pequenas clareiras abertas pelos extratores. Eles estão sendo investigados pelo Ministério do Trabalho por suspeita de trabalho análogo ao de escravo.

Presidente Lula lança o Programa Territórios da Cidadania no próximo dia 25 – Sitio Eletrônico do MDA – 14/02/2008

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, lança oficialmente no próximo dia 25 o Territórios da Cidadania. O novo programa, que reúne 135 ações de desenvolvimento regional e de garantia de direitos sociais, beneficiará só neste primeiro ano cerca de mil municípios brasileiros, onde se localizam 60 das áreas com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País. O investimento previsto é de R$ 11,3 bilhões em 2008.

Por sua concepção e gerenciamento, o Territórios da Cidadania difere de outros programas sociais por não se limitar a enfrentar problemas específicos com ações dirigidas. Ele combina diferentes ações para reduzir as desigualdades sociais e promover um desenvolvimento harmonioso e sustentável.

Um exemplo concreto: não basta financiar a construção de um laticínio em uma região desprovida de eletricidade suficiente para fazer funcionar os equipamentos ou de estradas para escoar a produção. É necessário, antes, suprir a região com a eletrificação e as estradas. Por essa razão, o programa envolve 15 Ministérios.

Serão desenvolvidas ações combinando os financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com a ampliação da assistência técnica; a construção de estradas com a ampliação do Programa Luz para Todos; a recuperação da infra-estrutura dos assentamentos com a ampliação do Bolsa Família; a implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) com a ampliação dos programas Saúde da Família, Farmácia Popular e Brasil Sorridente; e a construção de escolas com obras de saneamento básico e construção de cisternas.

O conjunto de ações dos Ministérios englobados no Territórios da Cidadania visa a melhoria a qualidade de vida de milhões de brasileiros. “Territórios da Cidadania é um esforço concentrado do Governo Federal para superar de vez a pobreza no meio rural com um planejamento que alia visão territorial e eficiência nos investimentos públicos. O País está crescendo e já era hora de fazermos um programa desta magnitude para que ele cresça para todos”, ressalta o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

Calendário de ações

O lançamento oficial do novo programa, na manhã do dia 25 de fevereiro, em Brasília, será transmitido ao vivo para todo o País. Em cada estado, em pelo menos um dos territórios, seus representantes se reunirão para assistir à cerimônia no Palácio do Planalto. Na Bahia, por exemplo, a transmissão será assistida pelos representantes do Território do Sisal na cidade de Valente. À tarde, todos eles assistirão uma transmissão, feita diretamente de Brasília, na qual os ministros explicarão como funcionará o Territórios da Cidadania. Pela internet, os participantes nos estados poderão fazer perguntas. Quanto aos demais 33 territórios, dois representantes de cada um deles estarão presentes a todos os eventos em Brasília.

No dia seguinte (26), os representantes dos 27 territórios que tiveram transmissões ao vivo continuarão reunidos, agora em assembléia, para abrir oficialmente os trabalhos. Nessa reunião, serão apresentadas as 135 ações previstas no novo programa e detalhados os investimentos para cada uma delas. No começo de março, será a vez dos representantes dos demais 33 territórios realizarem suas assembléias.

CRONOGRAMA E LOCAIS DAS ASSEMBLÉIAS

Período: 25 e 26 de Fevereiro de 2008

Dia	Região	Opções		
		UF	Território	Cidade
25 e 26	Nordeste	BA	Sisal	Valente
		SE	Alto Sertão	Nossa Senhora da Glória
		AL	Agreste	Arapiraca
		PE	Agreste Meridional	Garanhuns
		PB	Borborema	Campina Grande
		RN	Açu-Mossoró	Mossoró
		CE	Itapipoca	Itapipoca
		PI	Entre Rios	Teresina
		MA	Cocais	Caxias
	Norte	AC	Alto Acre e Capixaba	Epitaciolândia
		AM	Manaus e Entorno	Rio Preto da Eva
		AP	Sul	Mazagão
		PA	Baixo Amazonas	Santarém
		RO	Central	Ji-Paraná
		RR	Sul	Rorainópolis
		TO	Bico Papagaio	Augustinópolis
	Centro-Oeste	DF	Águas Emendadas	Brasília
		GO	Vale Rio Vermelho	Cidade de Goiás
		MT	Portal Amazônia	Alta Floresta
		MS	Grande Dourados	Dourados
	Sudeste	MG	Médio Jequitinhonha	Araçuaí
		ES	Norte	Nova Venécia
		RJ	Norte	Campo dos Goytacazes
		SP	Vale do Ribeira	Registro
	Sul	PR	Cantuquiriguaçu	Laranjeiras do Sul
		SC	Chapecozinho	Xanxerê
		RS	Zona Sul	Pelotas
TOTAL DE EVENTOS PERÍODO – 27 eventos				

Estados terão papel de destaque no combate ao desmatamento - Gisele Teixeira – Sitio Eletrônico do MMA – 14/02/2008

A elaboração de planos estaduais de combate ao desmatamento será fundamental para a redução da derrubada ilegal de madeira na floresta amazônica. A afirmação foi feita nesta quinta-feira (14/02) pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, em Belém. "Estamos fazendo um trabalho para transformar o plano de combate ao desmatamento, que é federal, num plano nacional, no qual os estados passam a ter um papel ainda mais relevante", informou a ministra. Ela participou, ao lado da governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, da abertura do Seminário de Avaliação e Planejamento das Ações de Monitoramento e Controle do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, que reúne dirigentes da área de fiscalização do Ibama na Amazônia.

Marina Silva destacou que com o auxílio dos planos estaduais as ações federais serão mais efetivas e será mais fácil realizar o chamado "rescaldo" das operações de fiscalização. "Podemos ganhar mais se estivermos trabalhando de forma integrada", disse. Ela lembrou que estados como o Acre e o Mato Grosso já concluíram seus planos e que outros, a exemplo da Amazônia e do Pará, estão em fase adiantada de elaboração.

Mesmo sem a conclusão do plano, o Pará já começou a realizar operações conjuntas com o governo federal. Na última segunda-feira, teve início a operação Guardiões da Amazônia, que reúne 130 fiscais do Ibama, além de técnicos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, da Secretaria de Estado da Fazenda e policiais civis e militares. Em três dias foram apreendidos 10 mil metros cúbicos de madeira (serrada e em tora) em Tailândia, município no nordeste do Pará e que possui 140 serrarias, muitas delas ilegais ou fantasmas.

A governadora Ana Júlia destacou que esta parceria só foi possível após a reestruturação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, o que também deve ocorrer em outros estados da região. A ministra destacou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estuda um projeto para fortalecer institucionalmente as secretarias estaduais, de forma que elas possam ter uma presença permanente na área de fiscalização, com o suporte do Ibama nas operações de maior fôlego. O tema deve constar da pauta da reunião que será realizada entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e governadores e prefeitos da região amazônica.

O objetivo da reunião, que termina nesta sexta-feira, é apresentar os resultados de 2007 e readequar estratégias e procedimentos dos planejamentos estaduais às áreas consideradas como prioritárias de acordo com o novo cenário de evolução do desmatamento ilegal na Amazônia e com as medidas decretadas pelo Governo Federal para frear o indicativo de avanço das derrubadas dado pelo sistema de detecção do desmatamento em tempo real (DETER) a partir do segundo semestre de 2007.

De acordo com o diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Flávio Montiel, a ordem é aumentar o rigor na fiscalização das derrubadas não autorizadas. "Estamos estudando uma

forma de encurtar os trâmites para responsabilizar, nas esferas administrativa, civil e penal, os infratores ambientais", disse.

Pela primeira vez, a reunião contou com a presença de dirigentes do Ibama de estados consumidores de madeira, a exemplo do São Paulo e Paraná, e não só das federações produtoras. Participam do encontro diretores, superintendentes, gerentes, chefes de fiscalização, coordenadores de campo, administradores e procuradores.

Marina Silva quer vetar empréstimos a desmatadores - Eduardo Nunomura – Estado de São Paulo – Vida & - 15/02/2008

Ministra voltou a negar que exista a possibilidade de perdão aos que derrubaram floresta ilegalmente

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, afirmou ontem que sua pasta já está trabalhando para implementar o Decreto 6.321, de dezembro de 2007, que aperta o cerco à atividade de extração ilegal de madeira na Amazônia, e voltou a negar que haja possibilidade de perdoar quem já desmatou na região. “Estamos trabalhando para cumprir e implementar o decreto e a portaria (do ministério). E teremos reuniões com bancos públicos para que não se dê financiamento nem apoio a atividades que sejam ilegais”, disse, durante seminário em Belém.

Na terça-feira, em reunião com produtores e parlamentares de Mato Grosso, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, disse que vai propor ao governo uma discussão sobre as regras do decreto. Ontem, ao ser questionada pelo Estado sobre a divergência entre os discursos dela e de Stephanes, Marina desconversou. “Não conheço essa afirmação do ministro, portanto não vou dar opinião.” Mas a ministra disse que o decreto segue o que foi definido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com base em “critérios altamente rigorosos”, e que está trabalhando para implementá-lo.

A norma que Stephanes quer revisar dificulta a concessão de créditos a quem já foi além da conta na destruição da Amazônia - o desmate autorizado é de 20% da área da propriedade. Stephanes afirmou que proporá a rediscussão pois é preciso “encontrar uma solução para quem desmatou dentro da lei”, referindo-se aos casos anteriores a 1996.

EMPENHO - Em Belém, Marina Silva fez um discurso acalorado para superintendentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), reunidos na manhã de ontem. Citou ações de sua pasta, pediu empenho dos governos estaduais no combate ao desmatamento e foi bastante aplaudida ao dizer que quer não só divulgar a lista dos 150 maiores contraventores ambientais como também a dos 150 maiores respeitadores da floresta.

No Seminário de Avaliação e Planejamento das Ações de Monitoramento e Controle dos Desmatamentos na Amazônia, a ministra disse que Advocacia-Geral da União, Polícia Federal, Agência Brasileira de Inteligência, Força de Segurança Nacional e Ibama estão elaborando a lista dos 150 maiores desmatadores. “Estamos trabalhando para instruir adequadamente os processos e criminalizar aqueles que são responsáveis pelas contravenções ambientais.” A ministra voltou a deixar claro que é contra qualquer tipo de anistia a quem já desmatou. “O que não podemos fazer é ver a política de passar a mão na cabeça daqueles que estão fazendo ilegalmente e dizer que não tem problema, que não precisam cumprir a lei”, afirmou. “Quem faz esse tipo de discurso está prestando um desserviço ao País e aos próprios produtores, até porque já temos gente que está fazendo corretamente.”

O presidente Lula comentou, dois dias atrás, que o governo não é “daqueles que defendem a Amazônia como um santuário da humanidade”. Confrontada com a frase, Marina não respondeu diretamente. “Entendemos que a Amazônia deve ser preservada, mas devemos promover a forma correta de usar seus recursos naturais.” E completou: “Aqui não é terra sem lei. Não podemos imaginar que a Amazônia é o lugar que se pode esquecer a legislação.”

BNDES fará 'especulação do bem' - Felipe Werneck – Estado de São Paulo – Vida & - 15/02/2008

O Departamento de Meio Ambiente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estuda financiar a compra de terras no País com o objetivo de conter o desmatamento. A medida beneficiaria diretamente outros biomas, mas “tem sinal político forte” para a Amazônia, diz a representante nacional da organização americana de preservação da natureza TNC, Ana Cristina Barros. O plano do BNDES é baseado em projeto desenvolvido pela TNC há dois anos em Lucas do Rio Verde (MT).

“Isso daria valor à floresta em pé, para se contrapor à questão de que a floresta vale mais depois de aberta. O financiamento de áreas de reserva legal não existe hoje. Estamos estudando a possibilidade de financiar a aquisição de terras”, disse ao Estado o chefe do departamento de Meio Ambiente do BNDES, Eduardo Bandeira de Mello.

O projeto depende de uma mudança no estatuto do banco, que não prevê o financiamento de terrenos. “Isso não é problema, seria o caso de uma excepcionalidade, que é concedida pela diretoria. Não acredito que haja entrave ou limite para o volume de recursos. Mas é um projeto ainda”, declarou Mello. Ele define o eventual financiamento como “especulação do bem”.

Criada em 1951, nos Estados Unidos, a TNC atua no Brasil desde a década de 1980. “Foram eles que abriram os nossos olhos para essa questão”, afirma Mello.

O diretor também anunciou que está em discussão no BNDES um programa de ajuda aos Estados, “para fortalecer os órgãos locais de meio ambiente.”

'**Amazônia será novo argumento contra carne**' - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Vida & - 15/02/2008

O embaixador e ex-ministro da Fazenda Rubens Ricupero disse ontem que o embargo europeu à carne brasileira tende a crescer, à medida que a Europa tomar conhecimento de que boa parte da criação de bovinos avança sobre a Amazônia.

"Embora a causa do problema seja a questão sanitária, é óbvio que nas entrelinhas existe essa preocupação, porque a região em que há menos controle sanitário é exatamente a Amazônia", afirmou, em entrevista à Radio Eldorado. "À medida que o público europeu tomar conhecimento de que boa parte dessa carne é produzida por causa da destruição da floresta, vai ser mais um argumento de peso contra o Brasil."

De acordo com dados preliminares do Censo Agropecuário 2006, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o atual rebanho bovino brasileiro é formado por 168,9 milhões de cabeças. Os números, no entanto, não contemplam a totalidade do rebanho da região Centro-Oeste, que inclui os maiores produtores, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Estados que fazem parte da Amazônia Legal. Técnicos estimam que o total do rebanho em áreas da Amazônia Legal é de 75 milhões de cabeças.

Para Ricupero, o País não está se preocupando com questões que podem vir a restringir mercados para o produto brasileiro no futuro próximo. "Hoje é a carne, não faz muito tempo foi a soja, tanto que os produtores tiveram que assumir um compromisso de que não exportariam soja oriunda das zonas desmatadas. Então, passo a passo, nós vamos fechando mercados", afirmou Ricupero.

Segundo o embaixador, a Amazônia está se transformando em um imenso e improdutivo curral. "No fundo, o que você tem na Amazônia hoje é apenas a extração ilegal de madeira, a queimada para colocar gado, depois de algum tempo aquilo degenera, porque o solo é pobre e essas áreas são abandonadas." Ricupero criticou duramente o governo Lula. "O governo não é capaz de definir o modelo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia", afirmou.

FRIGORÍFICOS - A Associação Brasileira da Indústria Exportadora de Carne (Abiec) não se manifestou sobre o embargo da União Européia à lista de 523 fazendas brasileiras, por considerar que a informação ainda não havia sido confirmada pelo Itamaraty.

Grandes frigoríficos, como JBS Friboi, Grupo Bertin e Marfrig estão direcionando a produção que seria exportada para a União Européia para outros destinos e também para o mercado interno. Isso já traz reflexos ao preço da carne nos açougues - em São Paulo, o preço da carne de primeira teve queda de 2,63% na segunda semana de fevereiro, segundo dados da Fundação Procon-SP divulgados ontem.

Para Antenor Nogueira, presidente do Fórum Nacional da Pecuária de Corte da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), teria sido melhor se o governo brasileiro não tivesse enviado lista nenhuma à UE. "Nós não queríamos que mandassem a lista, fosse

de 300, 500 ou 2 mil propriedades, pois a totalidade das fazendas tem condições de exportar", afirmou. "A realidade é que o embargo europeu não passa de reserva de mercado."

Grupo contraria teorias sobre o aquecimento global e critica IPCC – Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Ciência – 15/02/2008

"Céticos" do clima entregam relatório a ministro e dizem que Terra vai esfriar

Um grupo de cientistas entregou ontem ao ministro Sérgio Rezende (Ciência e Tecnologia) documento que questiona a influência da ação humana nos fenômenos das mudanças climáticas globais.

"A conservação ambiental não tem nada a ver com o aquecimento global, esta é a nossa principal mensagem", disse Luis Carlos Molion, diretor do Instituto de Ciências Atmosféricas da Ufal (Universidade Federal de Alagoas). Os integrantes do grupo afirmam ser "céticos sobre a existência do aquecimento global".

Os dados apresentados ontem fazem parte do projeto internacional Cloud, que reúne 24 instituições de ensino universitário de dez países para analisar a influência de raios cósmicos na atmosfera e no clima da Terra.

Baseados em dados desta iniciativa, os signatários do relatório entregue ao MCT afirmam que dentro de 20 anos a temperatura do planeta estará mais baixa e questionam as conclusões do IPCC, o painel da ONU sobre mudança climática que ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 2007. Os dados do painel seriam "alarmistas" e o Protocolo de Kyoto, "inútil".

"O que nós queremos é mais democracia para debater o assunto, só uma voz tem lugar na imprensa hoje", afirmou o economista Mark Lund.

Os pesquisadores disseram que pretendem organizar seminários em São Paulo para debater publicamente a teoria.

O IPCC, dizem os "céticos", não levaria em conta dados sobre o comportamento da temperatura do planeta há centenas ou milhares de anos e partiria de premissas equivocadas. "Há interesses financeiros por trás do IPCC, a gente não consegue trazer a verdade", disse Fernando Mendonça, ex-presidente do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

O aumento da concentração de gás carbônico na atmosfera, afirmam, seria resultado, e não causa, da elevação da temperatura. O aquecimento da atmosfera, segundo o documento, é fruto dos raios cósmicos.

Para José Carlos Azevedo, ex-reitor da UnB e um dos autores do documento, o encontro com Rezende foi "bom para iniciar o debate". "A receptividade foi muito boa, o ministro é um homem esclarecido, físico pelo MIT [Instituto de Tecnologia de Massachusetts].

Rezende não quis falar com a imprensa após encontro. Assessores do ministro afirmaram que as informações recebidas já foram encaminhadas ao IPCC, que deve debater a validade da teoria apresentada.

CLIMATOLOGISTA RATIFICA CULPA DO CARBONO – Folha de São Paulo – Ciência – 15/02/2008

Tirar a culpa do gás carbônico e colocar na radiação cósmica para explicar o aquecimento global não procede, afirma Pedro Dias, diretor do LNCC (Laboratório Nacional de Computação Científica) e integrante do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas). "Não há dúvida de que a única explicação para o aumento das temperaturas nas últimas décadas é o carbono antrópico, vindo dos combustíveis fósseis e do novo uso da terra." O cientista diz que existe um grau limitado de incerteza nos dados do IPCC, mas o painel considera também a variabilidade natural do clima.

A lógica do Floresta Zero – Frank Guggenheim e Pulo Adário – O Globo – Opinião – 15/02/2008

Num mundo alarmado com as mudanças climáticas pós-relatórios do IPCC, a opinião pública não mais aceita que um único hectare de floresta — aqui, na Indonésia ou no Congo — seja derrubado para dar lugar a pastagens, plantio de grãos ou para a produção de agrocombustíveis.

Essa rejeição explica a repercussão mundial gerada pela notícia de que o desmatamento da Amazônia voltou a aumentar e o pronto desmentido do governo federal de que iria anistiar fazendeiros responsáveis pela destruição da floresta.

O momento é favorável para finalmente consolidar em lei a MP do Código Florestal que, em 1996, fixou em 80% a área de reserva legal na Amazônia Brasileira. Essa medida provisória não foi fruto de uma decisão isolada do governo FHC, mas resultado do alarma da opinião pública com o desmatamento da Amazônia — que havia batido seu recorde histórico, atingindo quase 30 mil quilômetros quadrados no ano anterior.

Na época, a reação da bancada ruralista contrária à medida levou as organizações da sociedade civil a lançar o S.O.S. Florestas, um movimento em defesa do Código Florestal que ganhou forte apoio dos brasileiros e do Congresso. A pressão pública salvou as conquistas da MP.

Doze anos depois, o ataque ao Código Florestal se repete num momento em que não há mais espaços para se falar em sacrificar o meio ambiente em nome do crescimento econômico.

Projeto de lei de autoria do senador Flexa Ribeiro pretende consolidar enormes áreas sem florestas, anistiar desmatadores e reduzir de 80% para 50% a área que tem de ser protegida em cada fazenda amazônica.

A lógica do projeto Floresta Zero é o pragmatismo do fato consumado e do lucro rápido, que se alimenta da certeza de impunidade amparada na falta de governança e se beneficia de um sistema jurídico complexo, lento e ineficiente.

A iniciativa de Dom Pedro II de reflorestar no século XIX a área que hoje é a Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, é saudada como exemplo de governante que se preocupa com o meio ambiente. A área era um cafezal degradado e abandonado, mas o imperador tinha o espírito de conservação.

Hoje, levando-se em conta o pragmatismo subjacente às várias manifestações de congressistas e autoridades, em vez de um imenso parque florestal, o Rio de Janeiro provavelmente teria um grande canavial.

O presidente Lula deve agora decidir como quer consolidar o seu segundo mandato projetando sua influência na História — permitindo a destruição do "Santuário Amazônico" ou liderando o esforço no Congresso para a aprovação definitiva da MP do Código Florestal e barrar o projeto Floresta Zero. Seria a melhor forma de tornar efetivo o desmentido oficial assinado pelos ministros da Agricultura e do Meio Ambiente.

Em vez de zerar a floresta, é preciso zerar o desmatamento.

FRANK GUGGENHEIM é diretor-executivo do Greenpeace no Brasil.

PAULO ADÁRIO é coordenador da campanha da Amazônia, do Greenpeace.

Lista dos 150 maiores desmatadores do país será divulgada pelo governo – O Globo – O País – 15/02/2008

BELÉM. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, disse ontem, em Belém, que o governo deverá divulgar uma lista com os 150 maiores desmatadores do país. Até dezembro, serão realizadas 120 operações contra o desmatamento no Pará, com a participação de policiais federais, fiscais do Ibama e policiais militares e civis do estado.

Anteontem, cinco madeireiras da região de Tailândia, no Sul do Pará, foram flagradas realizando desmatamento ilegal.

Até o momento, 10 mil metros cúbicos de madeira ilegal foram apreendidos, o equivalente a um carregamento de 500 carretas. Segundo o governo do Pará, a operação Guardiões da Floresta deverá dobrar o volume de madeira apreendida sem certificação este ano.

Ontem, em Belém, Marina participou do Seminário de Avaliação e Planejamento das Ações de Monitoramento e Controle dos Desmatamentos na Amazônia, na companhia da governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT). A ministra lamentou que alguns parlamentares da região digam que não é preciso certificar a produção de madeira, grãos e carne na Amazônia.

Marina volta a descartar anistia a desmatadores

Marina afirmou que sua pasta está trabalhando pela implementação do decreto 6.321, de 21 de dezembro, que aperta o cerco à atividade de extração ilegal de madeira na Amazônia, e mais uma vez descartou qualquer possibilidade de o governo conceder anistia aos desmatadores. — Não haverá anistia. Não reduziremos a reserva legal — disse a ministra.

Marina anunciou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai convocar uma reunião com os governadores dos estados da Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Rondônia, Roraima).

Segundo a ministra, Lula chamará também os prefeitos dos 36 municípios que mais desmataram a floresta nos últimos anos para pedir o engajamento de todos no combate aos desmatamentos. — Teremos reuniões com os bancos públicos para que não se dê financiamento, nem apoio a atividades que sejam ilegais.

Agronegócio às custas do trabalho escravo e do desmatamento – Vinicius Mansur – Sitio Eletrônico do MST – 15/02/2008

Aproximadamente 60% das denúncias de trabalho degradante recebidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) se referem à pecuária, seguida pela soja, algodão, cana e carvoarias. De acordo com a CPT, as ocorrências de trabalho escravo no Brasil resistem porque tem vínculos com a expansão destas atividades agrícolas, que contam com preços internacionais favoráveis.

Segundo a CPT, em 2007 foram libertadas pelas equipes móveis do Ministério do Trabalho 5,9 mil pessoas submetidas a condições semelhantes às da escravidão. Desse total, quase três mil estavam no Centro-Oeste e cerca de duas mil no Norte. Regiões de fronteira agrícola, onde as grandes propriedades se aliam às altas taxas de desemprego, favorecendo a contratação de trabalhadores em condições degradantes.

O crescimento do agronegócio também aumenta o desmatamento. De acordo com o Ministério Público do Pará, nas áreas amazônicas que sofrem com o desmatamento, o avanço predominante é o da criação de gado. Destaca-se o avanço da agropecuária em direção ao sul de Rondônia e do Pará e ao norte do Mato Grosso.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, informou nesta quarta-feira (13) que o governo irá identificar os 150 empresários que mais desmatam ilegalmente no País.

Recurso para áreas protegidas deve dobrar – Eduardo Geraque **-** Folha de São Paulo – Ciência – 16/02/2008

Estudo diz que número ideal de funcionários nas unidades de conservação precisa mais do que triplicar

Um novo estudo mostra o tamanho do desafio de cuidar das unidades de conservação brasileiras: para que essas áreas ganhem proteção adequada, as verbas precisariam pelo menos dobrar e o número de funcionários mais do que triplicar.

"Esse primeiro estudo serviu para nós termos a dimensão real do problema", afirma Ana Cristina Barros, da ONG TNC (The Nature Conservancy), que participou da elaboração do relatório "Pilares para o plano de sustentabilidade financeira do sistema nacional de unidades de conservação", um levantamento feito a pedido do MMA (Ministério do Meio Ambiente) para dimensionar o problema.

Em números de 2006, o Snuc (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) recebeu de várias fontes estatais R$ 229,9 milhões. Porém, o estudo apresentado agora mostra que o ideal seria ter um orçamento anual de R$ 466,5 milhões. Deste total, R$ 335,6 milhões seriam destinados para a rubrica dos recursos humanos. "Este é o custo mínimo para o sistema funcionar", explica Barros.

O déficit detectado pela pesquisa é maior quando o exame é feito na folha de pagamento das unidades de conservação federais. No total, existem hoje 2.030 pessoas trabalhando em todo o sistema. Pela estimativa feita agora, o ideal seria ter, pelo menos, 9.075 funcionários. Isso significa que é necessário ocorrer um aumento de 3,47 vezes nas contratações.

Na comparação com os Estados Unidos (veja quadro acima), a defasagem de pessoal fica ainda mais gritante.

Enquanto no Brasil são 720 unidades de conservação federais para 2.030 pessoas - nem todas sempre em campo-, nos Estados Unidos são 20 mil funcionários para 388 zonas protegidas. Em área, o território sob proteção em tese no Brasil é o dobro do norte-americano.

Para que a situação em terras brasileiras possa melhorar nos próximos anos, o relatório também elencou quais são as mais novas e promissoras fontes de recursos econômicos para o Snuc. Além do Fundo de Áreas Protegidas, que poderia arrecadar até R$ 30 milhões por ano, as concessões de florestas nacionais, como o governo já tenta fazer em Rondônia (leia texto à dir.), também é um caminho interessante, diz o estudo. A projeção, neste item específico, é que os cofres públicos consigam arrecadar R$ 31 milhões anuais com o arredamento de florestas.

Governo reabre concessão de floresta em RO – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 16/02/2008

O SFB (Serviço Florestal Brasileiro) reabriu ontem o processo de concessão da Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia.

De acordo com a decisão, as empresas que pretendem arrendar trechos da floresta para explorar a madeira de forma sustentável precisam retificar os documentos já apresentados até quarta-feira (20).

Na quinta-feira (21), às 8h, ocorre a sessão pública de abertura dos envelopes. O evento definirá quais são as propostas habilitadas para continuar no processo. O plano técnico de cada concorrente será conhecido no fim do mês.

O cronograma do processo de concessão, o primeiro de uma floresta pública no Brasil, já sofrera atrasos. O governo tinha recusado todas as propostas enviadas no início do mês, segundo ele, por "erros na documentação".

A empresa que ganhar a licitação terá direito de explorar a floresta durante 40 anos e também será responsável pela preservação de toda a área. **(EG)**

Operação na Amazônia sob ameaça – Jailton de Carvalho – O Globo – O País – 16/01/2008

A quatro dias do início da ação contra desmatamento, governo não liberou a verba necessária

O início da maior e mais longa operação de combate ao desmatamento na Amazônia está ameaçado pela falta de recursos e de estrutura do governo federal para pôr em prática as ações planejadas pela Polícia Federal e pelo Ibama. Até agora, não foram liberados os R$ 200 milhões necessários à mobilização de policiais, militares e fiscais ambientais em pontos estratégicos da Floresta Amazônica. Mesmo assim, a chamada Operação Arco de Fogo será lançada pelos ministros da Justiça, Tarso Genro, e do Meio Ambiente, Marina Silva, na próxima quinta-feira, em Belém.

— Não sabemos se o dinheiro virá do Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) ou de uma rubrica específica. O que sabemos é que o dinheiro ainda não saiu — afirma um das autoridades responsáveis pelos preparativos do mutirão contra crimes ambientais.

Serão adquiridos 50 contêineres - Os recursos deverão ser aplicados na compra de equipamentos, em pagamentos de diárias e na manutenção da estrutura de fiscalização. Só nesta primeira fase está prevista a aquisição de 50 contêineres, onde serão instalados escritórios móveis para abrigar policiais e fiscais em pontos centrais de estradas e matas. Esses escritórios, que servirão como bases da operação, vão mudar de endereço à medida que os fiscais forem avançando sobre as áreas mais críticas do desmatamento. Sem a previsão orçamentária, o processo de compra dos escritórios sequer foi iniciado, a menos de uma semana do início das ações.

Diante das dificuldades, policiais e fiscais já trabalham com a hipótese de começar a operação em conta-gotas. As primeiras ações serão iniciadas no prazo previsto no calendário do governo, mas os ataques mais sólidos aos responsáveis pelos crimes ambientais, que fariam a diferença desta em relação a outras grandes operações, só serão deflagrados em três meses. A repressão na primeira fase teria só caráter simbólico. A ofensiva mais dura contra o corte, o transporte e a venda ilegal de madeira só aconteceria após a montagem da estrutura de fiscalização. Por enquanto, a PF e o Ibama restringirão a operação a 36 municípios de Pará, Mato Grosso e Rondônia.

São os estados e municípios que mais contribuíram para o desmatamento recorde do segundo semestre do ano passado. Policiais e fiscais vão fazer vistorias em pátios de serrarias e fazendas com planos de manejo e, em alguns casos, montar barreiras em estradas. Na segunda fase, se o dinheiro for liberado, a operação se estenderá aos demais estados da Amazônia Legal. A ordem é prender o máximo de pessoas em flagrante.

Uma das etapas mais complicadas da operação será o transporte da madeira e dos equipamentos que devem ser apreendidos. Hoje, muitas vezes o Ibama perde em eficiência

porque não tem condições de recolher para depósitos públicos toda a madeira que apreende. Desta vez, os fiscais deverão alugar caminhões para retirar a madeira. Ao todo, deverão ser mobilizados 1.100 homens das polícias Federal e Rodoviária Federal e da Força Nacional de Segurança Pública.

O Ibama entrará com 198 fiscais. O Exército e a Aeronáutica deverão dar apoio logístico. Os termos da cooperação entre policiais, fiscais e militares estão sendo acertados entre os ministros Tarso Genro e Nelson Jobim, da Defesa. Pelo menos dez helicópteros, dois aviões e mais de 300 carros e barcos estarão à disposição para o difícil transporte da tropa por rios e florestas da Amazônia. O diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Flávio Montiel, confirmou que ainda não foram liberados os R$ 200 milhões para custear a operação. Mas, segundo ele, a falta de dinheiro não inviabilizará o lançamento da operação.

— Dentro dos recursos disponíveis na PF e no Ibama, temos condições de desencadear a operação para os próximos dois meses — disse.

Para os meses seguintes, Montiel espera que o Congresso aprove o Orçamento da União. Com isso, ficaria mais fácil o aporte de recursos. O Ibama dispõe de apenas R$ 6 milhões para o início da operação. Os outros R$ 194 milhões seriam do orçamento da Diretoria de Fiscalização do Ibama e do Ministério da Justiça.

Montiel argumenta ainda que os R$ 200 milhões não serão gastos de uma única vez, mas ao longo da operação, que se estenderá por mais de um ano.

O governo federal decidiu montar a Operação Arco de Fogo depois da forte reação, no Brasil e no exterior, ao aumento recorde no desmatamento da Amazônia. Só entre agosto e dezembro do ano passado, uma área de aproximadamente sete mil quilômetros quadrados de floresta foi abaixo.

Na pressa de mostrar serviço, o governo até divulgou a data de início da operação, o dia 21. Em geral, as operações são preparadas e lançadas de surpresa. Mas, segundo o delegado Daniel Sampaio, coordenador da operação, a publicidade antecipada não compromete o sucesso da ação: — Muita gente já parou de desmatar por causa da notícia. Cada árvore não derrubada é um ganho.

Os detalhes finais da primeira etapa da operação foram acertados numa reunião entre dirigentes do Ibama e da PF, na sexta-feira. Os ministros Tarso Genro e Marina Silva deverão viajar a Belém para declarar publicamente o início das ações. A ofensiva foi batizada de Operação Arco de Fogo numa referência aos incêndios criminosos que se seguem às grandes derrubadas.

Mais de 500 caminhões de madeira já cortada na Tailândia da Amazônia – Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 16/02/2008

TAILÂNDIA (PA). Ocupada por centenas de fiscais do Ibama e da Secretaria de Meio Ambiente do Pará e por policiais militares na última semana, Tailândia da Floresta Amazônica, município com pouco mais de 50 mil habitantes, teve sua rotina transformada pela Operação Guardiões da Amazônia.

Os fiscais do Ibama e da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará (Sema) apreenderam mais de 15 mil metros cúbicos de madeira ilegal — o equivalente a mais de 500 caminhões carregados —, destruíram 130 fornos de carvão clandestinos e aplicaram mais de R$ 2 milhões em multas.

Numa única madeireira, a Taiplac (Tailândia Lâmina e Placa Ltda), foram aprendidos mais de 5,2 mil metros cúbicos de madeira cortada ilegalmente.

Em outra, a Serraria Primavera Ltda, foram descobertos 2,5 mil metros cúbicos de toras, além de 90 metros cúbicos de madeira serrada. A madeira foi apreendida em serrarias localizadas no Centro da cidade, onde as toras ficavam à mostra, sem disfarce.

A primeira Operação Guardiões da Amazônia — outras 119 serão realizadas até o fim do ano — não flagrou desmatamento recente. O presidente do Ibama, Bazileu Alves Neto, reconheceu a real intenção da operação: causar grandes prejuízos aos madeireiros da região com o confisco da madeira e apreensão de equipamentos.

— Os pátios das madeireiras estão lotados de madeira ilegal. Vamos atrás deles — resumiu Bazileu. Tailândia cresceu no ritmo das motosserras O diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Flávio Montiel, que como diretor da organização não-governamental Greenpeace comandou ações espetaculares contra serrarias na Amazônia, antes de pular para o lado do balcão governista, bate na mesma tecla. Para Montiel, uma das estratégias para causar danos aos madeireiros é a apreensão de equipamentos caros, como tratores e caminhões, evitando judicialmente que esse material volte às mãos dos infratores em curto prazo.

Outro alvo da operação foram os fornos para produção de carvão vegetal a partir das sobras das madeireiras.

Foram destruídos 130 fornos, que operavam sem licença ambiental.

— Os fornos foram localizados na área rural de Tailândia, em estradas de difícil acesso.

Toda a produção de carvão seria negociada de forma clandestina — diz o tenente-coronel Luís Cleber Barbosa, coordenador da PM na operação.

Os fiscais da secretaria de Meio Ambiente, que lavraram as autuações contra os carvoeiros, tomaram depoimentos em que os trabalhadores dos fornos apontavam siderúrgicas de ferro gusa de Marabá como financiadoras das carvoarias.

Às margens da rodovia PA150, a 235 quilômetros de Belém, Tailândia cresceu e se multiplicou graças aos incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) a projetos agropecuários e madeireiros. A colonização chegou a essa região trazida pela pata do boi e pelo ritmo frenético das motosserras.

Tailândia perdeu grande parte da cobertura florestal, principalmente espécimes nobres como angelim, cedro e maçaranduba, e acabou virando ponto estratégico para a desova da madeira ilegal retirada de outros municípios do Sul/Sudeste do Pará, inclusive terras indígenas e unidades de conservação.

Tailândia tem aparecido mais na mídia pelo alto índice de violência que pelos crimes ambientais que ocorrem em seu território.

O município surgiu como o mais violento do Pará e o sexto do país em relação ao número de homicídios por habitante.

Montiel, diz que a fiscalização obteve alguns avanços.

Só em 2007 foram aplicadas 5.700 multas que, somadas, totalizaram mais de R$ 1,4 bilhão.

Também em 2007, foram apreendidos mais de 228 mil metros cúbicos de madeira, 202 motosserras, 665 caminhões, 54 tratores e 51 armas de fogo.

Mas, na prática, dificilmente se conseguirá ver o dinheiro das multas. Segundo levantamento da organização não-governamental Amigos da Terra, das multas aplicadas em 2006 (mais de R$ 700 milhões), apenas 0,6% entrou nos cofres públicos.

— Os infratores recorrem à Justiça e, na maioria das vezes, não pagam nada — constata Roberto Smeraldi, diretor da Amigos da Terra.

Corte de crédito oficial é o próximo passo O pesquisador Adalberto Veríssimo, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), afirma que operações do tipo da Guardiões da Amazônia somente conseguirão atingir seus objetivos se o governo conseguir fazer cumprir o decreto 6.321/2007, que, além de impor sanções aos 36 municípios que mais desmataram na Amazônia, restringirá crédito oficial para madeireiros que comprovadamente destroem a floresta e que terão seus nomes divulgados.

— O crédito obtido pelos madeireiros no Banco do Brasil, no Banco da Amazônia e na Caixa Econômica Federal acaba contribuindo para aumentar os desmatamentos.

É preciso fechar a torneira do crédito oficial e atingir os infratores na parte que mais dói, o bolso.

Os mares pedem ajuda - João Lara Mesquita – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 17/02/2008

Nessa sexta-feira os grandes jornais repercutiram um estudo publicado pela revista Science mostrando que "não há uma gota de água nos oceanos que não tenha sido afetada de alguma forma pela ação do homem" (Estado, 15/2, A20).

De acordo com os cientistas, que usaram dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês), neste primeiro levantamento global sobre o impacto humano sobre os mares, 41% da superfície oceânica está sob forte pressão de atividades humanas, como pesca excessiva e poluição, e corre sério risco de se transformar em deserto de vida inanimada.

Os dados são dramáticos, mas não surpreendem. Recentemente a ONU alertou que, nos últimos 15 anos, dobrou a quantidade de zonas mortas no mar. Hoje seu número é estimado em cerca de 150. São áreas cujos tamanhos variam entre 2 km² até 70 mil km², e nelas não existe oxigênio para que haja vida. Por isso, para a ONU, a pesca industrial tem data para acabar: o ano de 2048.

Esses dados impressionantes foram a mola propulsora que me induziram a uma grande viagem. Durante dois anos desci a costa brasileira de veleiro, do Rio Oiapoque ao Arroio Chuí, produzindo 90 documentários para a TV Cultura, para a série Mar Sem Fim. Durante a jornada, que começou em 2005 e terminou em 2007, navegamos cerca de 6.200 milhas (ou 11.500 km) sempre rente à costa, entrando em todas as baías e enseadas, e demandando a barra de quase todos os rios, numa ousada tentativa de fazer um levantamento socioambiental da zona costeira brasileira, chamando a atenção da opinião pública para seu abandono, ocupação predatória e potenciais danos.

O que vimos é de estarrecer. Assim como ocorre no mundo, no Brasil a densidade demográfica da costa é superior à do interior: 87 habitantes por km², enquanto a média nacional é de 17 habitantes por km² (dados do IBGE). E o maior problema mundial dos oceanos é justamente o lixo e a falta de saneamento básico, além da poluição industrial.

No Brasil apenas 20% de todo o esgoto produzido recebe algum tipo de tratamento (Atlas de saneamento do IBGE). Na faixa a que chamamos de zona costeira estão 400 dos mais de 5 mil municípios brasileiros (63% deles depositam seus resíduos em lixões a céu aberto, diz o IBGE), além de 15, das 26 regiões metropolitanas, e 17 Estados. Aonde você supõe que vai parar os rejeitos de toda essa gente? No mar, claro! Especialmente no litoral, uma faixa de transição entre os oceanos e os continentes, delicada, instável e frágil, onde começa grande parte da cadeia de vida marinha.

Apesar do conhecimento de especialistas e professores acadêmicos (entrevistamos mais de 40 durante nossa viagem), que alertam sobre a ocupação predatória de nossa costa, autoridades e cidadãos fazem ouvidos moucos. O resultado vem na forma de um estupro sistemático sofrido por nossa zona costeira.

Por ignorância de alguns casos, ganância ou egoísmo de outros, estamos destruindo um dos mais importantes ecossistemas do planeta antes mesmo de conhecê-lo adequadamente. Até hoje o homem explorou menos de 2% do fundo dos oceanos que cobrem 71% da superfície do planeta. Mesmo assim já foram recenseadas 200 mil espécies. Os cientistas acreditam que identificaram e descreveram menos de 10% da totalidade dos seres marinhos. Mas os mares são muito mais que hábitat para milhares de espécies: eles são, em grande parte, responsáveis pelo clima na Terra.

Até o ar que respiramos depende em grande medida da fotossíntese feita pelas algas do fitoplâncton. Entre tantos benefícios, o mar contribui para retirar da atmosfera o dióxido de carbono, principal gás produtor do efeito estufa. Ainda assim continua pouco estudado, e as agressões que recebe repercutem menos que qualquer problema no meio ambiente terrestre.

O fenômeno é mundial e o Brasil não é exceção. Este país, “cujo nascimento teve o mar como placenta” (como escreveu Dennis Radunz no livro Museu Nacional do Mar), filhos que somos dos nautas portugueses, deu suas costas para o mar. E sem pressão da opinião pública não há nenhuma esperança.

Por isso ecossistemas importantes, como os mangues, tidos como berçários da vida marinha, além de filtrar e melhorar a qualidade da água, estão sendo destruídos numa velocidade impressionante. No Sudeste grandes áreas foram aterradas para a construção de portos, complexos turísticos e casas de veraneio. No Nordeste são arrasados pela carcinicultura, que usa essa área protegida - de acordo com o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) os mangues são Áreas de Preservação Permanente (APPs) - para a criação de camarões oriundos do Pacífico, incorrendo, assim, em outro crime ambiental: a introdução de espécies exóticas, considerada a segunda maior causa de perda de biodiversidade no planeta. A primeira é o desaparecimento de hábitat.

Mas não são só os mangues. Falésias do Nordeste, antigas linha da costa (consideradas APPs), e dunas (aqüíferos naturais, também APPs) são ocupadas por casas de veraneio e complexos turísticos. Impunemente.

Ainda no Nordeste é comum presenciar o constante pisoteamento de estruturas de corais por turistas, induzidos por operadoras de turismo alienadas e sem quase nenhuma vigilância do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O mesmo problema se verifica na pesca, com redes de arrasto sendo passadas a menos de 100 metros da costa, às vezes em cima da arrebentação, sem que o órgão responsável por sua fiscalização, leia-se Ibama, possa agir por absoluta falta de recursos ou pessoal. (Em 2006 o total das despesas do orçamento do Ministério do Meio Ambiente equivaleu a 0,13% do Orçamento da União para o mesmo período.) E então, vamos continuar tapando o sol com peneira? Até quando?

***João Lara Mesquita é jornalista, autor do livro O Brasil Visto do Mar Sem Fim publicado pelas editoras Albatroz, Loqui e Terceiro Nome**

Marina Silva: a equilibrista - João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 17/02/2008

Entre o verde e o poder, ministra do Meio Ambiente está há 5 anos no cargo e se mantém, apesar das polêmicas

De todos os auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a ministra do Meio Ambiente, a petista Marina Silva, é a que mais se equilibra no meio do jogo de forças políticas poderosas e contraditórias que dominam o governo. Ora o confronto é com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, por causa das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como as duas usinas do Rio Madeira, ora o desgaste é com a Agricultura - primeiro com o ex-ministro Roberto Rodrigues, que defendia a liberação de transgênicos, depois, com Reinhold Stephanes e o agronegócio.

No mês passado, o choque foi com ninguém menos do que o "patrão da Esplanada", o presidente Lula, hoje com uma visão a respeito do meio ambiente muito diversa da que é defendida por Marina e o próprio PT dos tempos em que era oposição e estava longe do Planalto. Quando a ministra divulgou a informação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) de que o desmatamento na Amazônia havia crescido nos meses de novembro e dezembro, a reação de Lula foi irada. "O que ela está fazendo?! Ficou louca?!", disse o presidente, segundo relato feito por dois ministros que estavam com ele no momento em que ficou sabendo que Marina convocara uma entrevista para dar a má notícia.

A diferença das reações de Lula, no bastidor do Planalto e em público, dá a medida exata da relação complexa que os dois mantêm. Segundo os ministros que falaram com o Estado, eles nunca viram o presidente tão possesso como naquele final de dia 23 de janeiro, a quarta-feira em que Marina fez o anúncio da aceleração da derrubada da floresta. Dias depois, ao final de um almoço no Itamaraty com o presidente do Timor Leste, o Nobel da

Paz Ramos Horta, o presidente se recusou, diante de perguntas insistentes dos jornalistas, a criticar a ministra. Disse que os dados do Inpe eram como um “tumorzinho” anunciado como câncer antes mesmo da biópsia. Ou uma “coceira”. Mas fez questão de acrescentar que “a companheira Marina” não tinha culpa de nada.

No bastidor, Lula ficou irritado com Marina porque, pela manhã, em uma reunião com vários ministros, diante da insistência dela em mostrar-lhe os dados do Inpe a respeito do desmatamento, pedira-lhe calma, até que os números fossem mais bem estudados. Como trabalha na linha do “perco a cabeça, mas não perco o juízo”, Marina avalia que, vez por outra, precisa afrontar os colegas ou contestar diretamente o presidente em nome da sobrevivência política. E foi o que fez naquela quarta: três horas depois de prometer a Lula que nada faria, convocou a entrevista coletiva e fez o anúncio do aumento do desmatamento. Marina ainda daria outra prova da sua autoridade ministerial.

Lula foi obrigado a fazer uma reunião emergencial de parte do ministério no dia seguinte, mas como percebeu que Marina acusaria o agronegócio pela derrubada de árvores na Amazônia, e que Reinhold Stephanes reagiria em nome dos agricultores, proibiu os dois de darem declarações sobre o tema. Não adiantou: Marina provocou, Stephanes retrucou. O governo expôs o racha. Por que, nestas condições de choque permanente, o presidente Lula mantém Marina no governo? Em síntese, no governo e entre aliados no Congresso a explicação está no fato de que o eventual afastamento da ministra atrairia violenta pressão de entidades ligadas à questão ambiental no mundo todo sobre o governo brasileiro, dizem auxiliares. Para um presidente que se incomoda com o atraso em obras do PAC e outros projetos provocado pelas questões ambientais, Marina funciona como uma espécie de hipoteca com a comunidade internacional, o grande ativo do governo do PT para o meio ambiente, afirma um ministro. Ele lembra que Marina é também uma aposta para algum grande prêmio mundial num futuro próximo. Avalia-se dentro do governo que, se Al Gore ganhou o Nobel da Paz por seu trabalho de alerta contra o aquecimento do planeta, Marina também é candidata por sua defesa da Amazônia.

Para o governo, ela tem mais trunfos do que o ex-vice-presidente dos Estados Unidos. Ao contrário de Al Gore, de origem aristocrática, Marina nasceu num seringal no interior do Acre. Cresceu no meio de bichos selvagens, foi alfabetizada aos 15 anos, venceu doenças como hepatite, malária e contaminação do sangue por mercúrio, pelas quais foi desenganada pelos médicos por quatro vezes. É respeitada internacionalmente e, no mês passado, o jornal britânico The Guardian a incluiu numa lista de 50 pessoas que podem salvar o planeta. Foi a única latino-americana a merecer o destaque.

Com uma biografia assim, raciocina o presidente e todo o governo, é provável que Marina receba bem mais do que a homenagem que a Organização das Nações Unidas (ONU) lhe rendeu em abril de 2007, ao lado de Al Gore, por serviços prestados à preservação do meio ambiente. “Hoje, Marina é uma espécie de garantia do Brasil para o mundo. A Europa exige respeito ao meio ambiente. Marina representa essa bandeira”, diz o senador Tião Viana (PT-AC), seu amigo e companheiro de política no Acre. “A ministra tem a confiança da opinião pública. Instintivo, o presidente Lula acha que é preciso mantê-la para ficar bem com todo mundo”, afirma o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), que constantemente dialoga com a ministra.

Marina chegou ao governo de forma silenciosa, com apoio de ONGs e entidades ambientalistas, e venceu por goleada seu principal concorrente, o ex-deputado Tilden Santiago (MG). No governo, avisou ao PT que teria uma vida partidária menos intensa, pois pretendia transformar o Ministério do Meio Ambiente num "ministério de primeira linha" e não de segunda, como julgava que era a pasta nos governos anteriores. De fato, conseguiu. Hoje, mesmo com a perspectiva dos confrontos, e de muitas vezes perder a luta, Marina é convidada a participar de todas as reuniões que envolvem questões ambientais.

Foi derrotada na liberação do plantio e comércio da soja transgênica, logo no início do governo. Chorou, mas decidiu não sair. Ponderou que sua presença era importante para outras causas do meio ambiente e para o Estado do Acre. Política, evitou envolver-se na polêmica da importação de carcaças de pneus, visto que o então ministro da Casa Civil José Dirceu apoiava esse tipo de comércio. Marcou uma posição contra os transgênicos. Na liberação do plantio e comercialização do milho transgênico, na terça passada, disse não. Só isso. Na mesma mesa, Dilma Rousseff disse sim, tendo vencido.

Durante a batalha do governo pela licença ambiental das usinas de Santo Antonio e Jirau, no Rio Madeira, bateu de frente com Dilma. Acabou por ajudar Lula quando lhe prometeu que procuraria dar às obras um toque de respeito ao meio ambiente e que, ao mesmo tempo, acabaria com as resistências às hidrelétricas. Para isso, demitiu seu secretário-executivo, Cláudio Langone, que liderava o grupo contrário às usinas do Madeira, e substituiu-o por João Paulo Capobianco, ligado às ONGs. Dividiu o Ibama em dois e criou o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. Foi agredida com palavras, gestos e atitudes por funcionários do Ibama descontentes com a medida. Resistiu e venceu. O projeto foi aprovado pelo Congresso.

Marina tem quatro filhos. Dois com o primeiro marido, dois com o segundo. Esse último, o técnico agrícola Fábio Vaz, hoje é assessor do governador do Acre, Binho Marques (PT). Antes, Marina o havia empregado no gabinete de seu suplente de senador, Sibá Machado (PT-AC).

Marina nasceu em 1958 no Seringal Bagaço, a cerca de 70 quilômetros de Rio Branco. Aos 15 anos foi levada para a capital, com uma hepatite confundida com malária. Teve a proteção do então bispo do Acre, d. Moacyr Grechi, que a acolheu na casa das irmãs Servas de Maria. Queria ser freira. Analfabeta, foi matriculada no Mobral - o ambicioso projeto de alfabetização do governo militar. Levada à vida política e social pela Igreja Católica, Marina acabou por ter contato com obras marxistas quando entrou na universidade. Ali, entrou para o Partido Revolucionário Comunista (PRC), tendência que se abrigava no PT, sob o comando do deputado José Genoino (SP).

A tendência política não existe mais. Nem a ministra continua marxista. Hoje, além do meio ambiente, Marina dedica-se à Igreja Assembléia de Deus, à qual se converteu depois de ouvir de um pastor palavras que, a seu ver, lhe ajudaram a salvar a vida. "Minha religião é minha fé", costuma dizer. Não se despede de ninguém sem lhe dizer: "Vá com Deus."

Ministério optou por dar impacto a dados de desmate - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 17/02/2008

Meio Ambiente recebeu números de retomada da derrubada da floresta pelo menos dois dias antes

Os números que confirmaram o recente repique do desmatamento na Amazônia, referentes a outubro, novembro e dezembro de 2007, ficaram pelo menos dois dias nas mãos do Ministério do Meio Ambiente (MMA) antes do anúncio oficial. Eles foram fechados pela equipe do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) entre os dias 18 e 21 de janeiro.

Partiu do MMA a decisão de convocar uma entrevista em Brasília em 23 de janeiro, com a presença da ministra Marina Silva, do secretário-executivo, João Paulo Capobianco, e do diretor do Inpe, Gilberto Câmara. Pelo levantamento apresentado, de agosto a dezembro, foram derrubados 3.235 km2 de floresta, dos quais 1.922 km2 em novembro e dezembro, quando normalmente não há desmate por causa das chuvas.

No dia seguinte, em uma reunião de emergência convocada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, uma série de medidas foi anunciada para tentar conter a derrubada - que pode piorar, segundo a ministra, por causa das eleições municipais que ocorrem no final deste ano.

Na presença dos ministros Tarso Genro (Justiça), Dilma Rousseff (Casa Civil), Reinhold Stephanes (Agricultura), Nelson Jobim (Defesa), Sérgio Resende (Ciência e Tecnologia) e Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), além do diretor da Polícia Federal, Luiz Fernando Correia, Marina Silva afirmou que os bancos oficiais estariam proibidos de financiar máquinas e o plantio de safra das propriedades que tenham feito derrubada ilegal da floresta, e que fazendas envolvidas no crime ambiental seriam bloqueadas.

Na ocasião, Marina e Stephanes mostraram divergências em público, o que levou Lula a mandar um recado: não queria troca de acusações e sim tomada de providências. O anúncio teve repercussão internacional, especialmente grave porque o Brasil havia anunciado, nos últimos anos, que conseguira contornar o problema.

A descoberta, pelo Estado, de que o Inpe errou nos dados referentes ao desmatamento registrados entre junho e setembro e divulgados em outubro de 2007 - houve uma retomada da derrubada, mas em grau menor do que fora divulgado em outubro - abriu o flanco do instituto e do MMA, que passaram a ser questionados pelo governador de Mato Grosso e aliado do governo, Blairo Maggi (PR), pelo governador de Rondônia, Ivo Cassol (sem partido), e por prefeitos de municípios campeões em desmatamento.

O próprio presidente Lula chegou a colocar em dúvida o trabalho do Inpe e falou em "alarde". Ou, como disse o embaixador e ex-ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, em palestra a alunos da Faculdade Armando Alvares Penteado, em São Paulo, "agiu como uma metralhadora giratória".

Na última semana, Stephanes afirmou, em reunião com produtores, que irá propor ao governo a discussão sobre as regras do decreto 6.321, que aperta o cerco sobre a extração ilegal de madeira da Amazônia. Marina não concorda.

'**Chegamos à era dos limites**' - João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 17/02/2008

CAMINHO: “Temos de saber preservar ativos ambientais sem as conseqüências indesejáveis de não ter riquezas”

PODER: “O presidente Lula me convidou para o ministério. Ele pode me tirar quando quiser”

INCERTEZAS: “A ambigüidade que está no governo está na sociedade, nos formadores de opinião, no Congresso”

O ano começou agitado para a ministra Marina Silva. Em janeiro, ela anunciou o registro feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) do aumento do desmatamento na Amazônia nos meses de novembro e dezembro de 2007, o que irritou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Marina, no entanto, afirma que Lula sabia que ela ia divulgar os dados e que os dois não têm divergências, pois tudo o que ela fez teve a prévia autorização dele.

Para a ministra, o presidente é o grande responsável pela queda consecutiva das áreas de desmatamento na Amazônia desde 2004. “Durante os intensos debates sobre as usinas do Rio Madeira, o presidente Lula nunca deu uma ordem para que o Ministério do Meio Ambiente concedesse as licenças. Dizia sempre que o assunto ia se resolver da melhor forma possível”, conta Marina. Quanto às divergências com outros ministérios, diz que faz parte do governo.

O governo confia que a sra. ganhará o Prêmio Nobel da Paz até o fim da gestão do presidente Lula. A sra. acha que vence?

O trabalho que vem sendo feito não é pela ministra Marina, mas por uma equipe. É um trabalho de diferentes setores da sociedade, ONGs (organizações não-governamentais), academias. Eu não invento a roda. Tento transformar em políticas públicas as boas idéias dos governos estaduais, das ONGs, da academia e dos meus colegas de governo. É assim que eu trabalho. Foi assim que comecei. Não tinha o reconhecimento de ninguém. Fiquei dois anos como vereadora, em Rio Branco, não tinha espaço para falar na mídia porque eu defendia as idéias que defendo até hoje. Fiquei durante quatro anos sem poder descer na metade do meu Estado. Não é bom. Quando alguém dizia que estava dentro do avião para descer, comunidades locais se mobilizavam para não deixar eu descer porque eu era contra fazer rodovia sem cumprir as exigências ambientais. Hoje prefeitos que eu encontro dizem

que eu tinha razão porque foram respeitadas as reservas indígenas, foram feitas as áreas de proteção, o Bolsa-Família chegou e impediu que a prostituição infantil crescesse.

Há informações de que o presidente ficou muito bravo com a sra. por causa da divulgação dos dados sobre o desmatamento. Ele teria considerado sua atitude precipitada.

Não sei de nada disso. Pelo contrário. Não há uma política ambiental da ministra Marina. Há uma política ambiental do governo, que só pode ser viabilizada se tiver o apoio do presidente Lula. O presidente me convidou para o ministério. Ele pode me tirar quando quiser. Desde que a lâmpada amarela foi acesa com a possibilidade de aumento no desmate, o presidente Lula assinou quatro decretos para enfrentar o problema. Ministros, governadores e prefeitos foram mobilizados. Não é fácil. Gera dúvidas e insegurança nas pessoas. Se vai dar ou não certo é um desafio que está posto. Não só para o governo, mas também para o setor produtivo, sociedade, formadores de opinião. A decisão de fazer as coisas de forma estrutural está tomada. Tanto é que estamos mexendo com créditos, não só de bancos públicos, mas também privados. Estamos mexendo com os critérios de financiamento para o Programa Safra. Estamos embargando e criminalizando aquilo que for produzido nas áreas ilegalmente desmatadas - um sonho dos ambientalistas. Ninguém faria isso se não tivesse nada de novo acontecendo no Brasil. Há hoje uma nova consciência neste País, que diz: 'Nós queremos desenvolver, queremos energia, queremos emprego, mas também queremos ver a Amazônia, o cerrado protegidos.' Temos que nos certificar, respeitar a reserva legal, a lei trabalhista, usar de forma intensiva os 165 mil km2 abandonados para não precisar mais entrar na floresta. Com isso, estamos qualificando a nossa produção agrícola, madeireira e pecuária. Estamos nos protegendo das barreiras não-tarifárias. Estamos trabalhando para dar crédito aos que já estão fazendo certo, aos que fizeram errado e querem fazer certo e combatendo os que não querem fazer certo de jeito nenhum.

É possível conter o desmate?

Em 2003, o presidente Lula decidiu que não trataria nada de forma isolada. Decidiu fazer um plano de combate ao desmatamento com 13 ministérios, a partir de três eixos: combate a práticas ilegais, ordenamento territorial e fundiário e apoio às atividades produtivas sustentáveis. Desde essa época, estamos com um conjunto de medidas para isso. Nos primeiros quatro anos, por exemplo, o orçamento para a fiscalização foi de R$ 390 milhões. Graças aos esforços de operações conjuntas da Polícia Federal com o Ibama - de 120 operações para mais de 400 por ano - ocorreu a prisão de mais de 600 pessoas, 120 funcionários corruptos foram postos para fora, 660 mil propriedades ilegais foram embargadas. Tudo isso levou a uma redução de desmatamento de 49%. Foram três anos consecutivos de queda de desmatamento. Saímos de 27 mil km2 em 2004 para 18 mil em 2005, 14 mil em 2006 e 11 mil em 2007. E agora, graças ao sistema que criamos, ao identificar uma tendência de possível aumento em 2008, todas as medidas foram tomadas. É bom chegar à Europa e aos Estados Unidos e dizer que o desmatamento caiu de 27 mil para 11 mil km2. E eu quero continuar dizendo isso para o bem da economia, do ambiente, do País e do planeta.

A sra. tem enfrentando divergências no próprio governo. No começo, foram aprovados o plantio e a comercialização de soja transgênica. Teve também de enfrentar forte pressão pela aprovação das usinas do Rio Madeira, a abertura da BR-163, que liga Santarém a Cuiabá, e a transposição do São Francisco. Não são problemas demais para um ministério só?

Quem foi que disse que a ministra do Meio Ambiente não se preocupa que o País tenha energia, que tenha uma economia vigorosa? Claro que se preocupa. Agora, quem foi que disse que os ministros de Energia, Agricultura e Transporte não têm que se preocupar com o meio ambiente? Me preocupo em conversar com todos os ministérios. Eu poderia ficar aqui, feito dom Quixote, por ser da Amazônia, enfim, filha dos ideais do Chico Mendes, de d. Moacyr Grechi (um dos fundadores da Comissão Pastoral da Terra e espécie de guru da ministra), dizendo não. Mas sei que não há possibilidade de que todo o meio ambiente seja cuidado só pelo ministério. Tem de compartilhar com a sociedade, com os ministérios afins, com o próprio presidente da República. Foi assim que trabalhamos a BR-163, o São Francisco. E foi esse debate que permitiu tirar o terceiro barramento do Rio Madeira, que mudou a turbina convencional para a de bulbo, que não permitiu que se fizesse as eclusas, o problema dos bagres, que as pessoas o tempo todo me ridicularizavam, porque onde eu chegava as pessoas diziam: 'Ministra, e os bagres? Eles vão parar o País?'

Mas foi o presidente Lula quem disse, em tom de ironia, que os ambientalistas agora estavam preocupados com os bagres.

Não sei se foi o presidente Lula. Para mim ele nunca falou isso. Ele mobilizou a sociedade, os cientistas, pesquisadores, fez reunião no Palácio do Planalto com pessoas do mais alto nível. Havia a compreensão de que era preciso resolver o problema. Não era fácil. Se fosse, outros teriam feito bem antes. A ambigüidade que está no governo está na sociedade, nos formadores de opinião, no Congresso, no Judiciário, no mundo todo. Não concedemos a licença para a Usina de Ipueira, porque não havia como dá-la. O presidente Lula falou: 'Se não tem viabilidade econômica, não vamos fazer.' Nós precisamos entender que a Terra tem uma capacidade de suporte. Nós chegamos à era dos limites. Não significa que vamos paralisar a economia. Mas temos de saber como preservar os ativos ambientais sem as conseqüências indesejáveis de não ter energia, emprego, riquezas. A boa notícia é que é possível fazer isso. Tem gente que já está fazendo, certificando sua produção agrícola, fazendo manejo de pastagens. Eu quero ter o maior prazer de apresentar a lista dos 150, 200, 300 maiores cumpridores da lei. Hoje trabalho na lista dos 150 maiores contraventores. Mas quero que isso mude.

Os outros ministérios não ficam distantes, não deixam o Meio Ambiente sozinho?

Converso com todos eles. Durante a gestão de Ciro Gomes no Ministério da Integração Nacional, aprendi muito com ele. Não foi fácil. O São Francisco tinha um projeto que previa a retirada de 146 m3 por segundo. Foi reposicionado para 26 m3. O Ciro teve de comprar uma briga com a equipe dele, teve de brigar para primeiro desapropriar o canal, para fazer o plano da bacia. Isso foi um trabalho intenso. O tempo todo, a gente se respeitando.

Com quem a sra. mais conversa?

Toda essa discussão, novo modelo do setor elétrico, lei de florestas públicas, é tudo um esforço de governo, é tudo debatido à exaustão. Não tem um dia que, se houver um problema, não converso com o ministro Reinhold Stephanes (Agricultura). As pessoas acham que eu tinha brigas homéricas com o Roberto Rodrigues (ex-ministro da Agricultura). Nós nunca brigamos. Divergíamos civilizadamente. Ele tinha as posições que eram da vida dele e eu tinha as minhas. Muitas boas coisas que fizemos para a floresta, a Embrapa nos ajudou. E era o Roberto Rodrigues me ajudando.

Como resolver as questões relacionadas à Amazônia se a legislação é confusa? Até 1965 a reserva legal era de 25%. Até 1996, de 50%. Hoje, é de 80%.

Em 1996, o presidente Fernando Henrique Cardoso aumentou a reserva legal de 50% para 80%. Foi uma medida acertada. Mas as forças devastadoras fazem seus rearranjos. Então, no Congresso Nacional começaram a discutir a reserva legal, mas querem uma discussão sem base legal, querendo flexibilizar, querendo anistia. Nesse caso, o ministério está fora dessa discussão. A discussão em relação à reserva legal não pode ser feita de forma isolada. Tem de ser feita dentro de um modelo de desenvolvimento para a Amazônia.

Pode a humanidade ainda ser salva? – Koïchiro Matsuura – Folha de São Paulo – Opinião – 17/02/2008

HERDAMOS UM único planeta. Mas hoje a Terra é um legado ameaçado, e a própria espécie humana está em risco.

A Unesco acaba de publicar "Making Peace with the Earth" ("Fazendo as pazes com a Terra", Berghahn Books/Unesco Publishing), o terceiro volume da série "Conversações do Século 21". Com a colaboração de cerca de quinze cientistas destacados, oferecemos uma análise da crise ecológica global voltada ao futuro, juntamente com algumas propostas de ação, tema principal deste artigo.

Não cansarei o leitor repetindo mais uma vez o diagnóstico: mudanças climáticas; desertificação; crise global de água; desflorestamento; degradação dos oceanos; poluição de ar, solo, água e mar; crescente redução da biodiversidade. O quadro já é demasiado familiar.

O custo de nossa guerra ao planeta pode ser comparável ao custo de uma guerra mundial, como observa a "Stern Review". Existe, ademais, o risco de uma guerra de verdade, em vista da crescente escassez de combustíveis fósseis e recursos naturais e dos entre 150 milhões e 200 milhões de eco-refugiados previstos pelos estudos de futuro. Esses problemas, entretanto, podem ser vistos mais propriamente como sintomas. O verdadeiro problema é o crescimento material em um mundo finito, identificado já em 1972

em um relatório feito ao Clube de Roma, "Os Limites do Crescimento". Em 1972, porém, a humanidade ainda estava dentro de seus limites; hoje, ela já os extrapolou. Esse diagnóstico é confirmado com os dados que publicamos sobre o rastro ecológico deixado pela espécie humana.

A humanidade ainda pode ser salva? Sim, se conseguirmos combinar crescimento com desenvolvimento sustentável, em lugar de enxergar os dois como contraditórios. Mas como isso pode ser feito? Precisaremos de mais conhecimento, mais contenção, menos matéria, mais concretude e mais -não menos- ética e política.

Mais conhecimento: muitas pessoas vêem a tecnociência como inimiga. A doença, contudo, contém sua própria cura. Não conseguiremos salvar o planeta e sua hóspede, a espécie humana, a não ser com a construção de sociedades do conhecimento baseadas em educação, pesquisa e visão de futuro. O trabalho da Unesco de compilar um conhecimento global baseado no meio ambiente e no desenvolvimento sustentável vem de décadas, e seus programas científicos globais para os oceanos, as geociências e a biosfera são reconhecidos como recursos de valor singular.

Mais contenção: devemos inventar novos modos de consumo que desperdicem menos e sejam mais eficazes. Pois, se os padrões atuais de consumo da América do Norte fossem estendidos ao mundo todo, seriam necessários três ou quatro planetas.

Menos matéria: teremos que "desmaterializar" a economia. É provável que seja impossível interromper o crescimento. Teremos, portanto, que reduzir o consumo de recursos naturais e matérias-primas. Esse deslocamento da economia em direção ao imaterial já começou com a revolução que substitui átomos por bits, que é fundamental para a ascensão das novas tecnologias e das sociedades do conhecimento. A desmaterialização do crescimento poderia até mesmo favorecer o desenvolvimento do Sul, se o Norte se comprometesse a desmaterializar um pouco mais do que o Sul por aproximadamente 50 anos.

Mas a maior transformação de nossas sociedades se dará no campo das atitudes. Como poderemos desmaterializar a produção se continuarmos a ser materialistas? Como poderemos reduzir nosso consumo se nosso consumidor interior devora nosso lado cidadão? A resposta está na educação para o desenvolvimento sustentável.

Mais concretude: serão necessários projetos concretos e realistas para cobrir o abismo entre a utopia e a tirania do curto prazo. Tome-se o caso da biodiversidade. Para salvaguardar as 34 zonas ecológicas prioritárias, que cobrem apenas 2,3% da Terra, mas contêm 50% das espécies conhecidas de plantas vasculares e 42% dos mamíferos, aves, répteis e anfíbios, o custo é avaliado em cerca de US$ 50 bilhões, menos de 0,1% do PIB global.

Um contrato natural: tivemos um contrato social, que interliga as pessoas; agora precisamos nos conectar com a natureza. Como já protegemos espécies ameaçadas e parques naturais, devemos pouco a pouco ir reconhecendo que a natureza encarna direitos legítimos. A visão de futuro será uma condição prévia imprescindível à verdadeira

democracia do futuro. A ética do futuro fornecerá o vínculo entre crescimento e desenvolvimento sustentável.

*KOÏCHIRO MATSUURA , 69, economista e diplomata japonês, é o diretor-geral da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura). Tradução de Clara Allain

Infantilidade amazônica – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 17/02/2008

Muita gente estranhou o fato de o desmatamento na Amazônia não ter sido tratado aqui nos últimos quatro meses. Justamente agora que o desmate se encontra em aceleração e o governo supostamente cogita uma mal-explicada anistia para devastadores? É fadiga, gente. São 20 anos lendo e escrevendo sobre um debate que se arrasta a passos infinitesimais. Sim, há avanços -mais estudos, mais dados, algumas iniciativas sensatas do governo federal (o que não quer dizer que sejam suficientes). Mas há também retrocessos. O mais grave, talvez, seja ver tanta gente -de Lula a ONGs- responsabilizando (só) o Ministério do Meio Ambiente pelo desastre que se prenuncia.

Como se ele pudesse de fato fazer alguma coisa diante do trator exportador de commodities. Dá engulhos ouvir Kátia Abreu (DEM-TO) recomendar a Marina Silva que se demita por "negligência, incompetência ou traição". Justo a ruralista do grupelho de senadores para desautorizar autuações de trabalho similar à escravidão na Pagrisa, plantação de cana em plena Amazônia...

Assim caminha no Brasil -com a qualidade de bate-boca em porta de ginásio- a discussão sobre temas complexos. Quer mais? Tente acompanhar o Fla-Flu interminável dos transgênicos.

Na semana que terminou, mais um passo. Parece definitivo: o Conselho Nacional de Biossegurança (instância máxima, com 11 ministros) deu aval para uma decisão anterior da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) liberando plantio de duas variedades de milho modificado. Mas gente da Anvisa, do Ibama e de ONGs já ensaia novas exigências, recursos, processos...

Ninguém agüenta mais essa lenga-lenga de dez anos, que há muito já se descolou de um debate substantivo e maduro, capaz de avançar com base em informações empíricas. E não só por responsabilidade dos adversários dos transgênicos, note bem, que bem ou mal garantiram um mínimo de discussão pública sobre a questão.

O tema está confinado dentro de duas molduras estanques e mutuamente excludentes. De um lado, a retórica que identifica transgenia com biotecnologia, biotecnologia com ciência e ciência com progresso da humanidade. De outro, a que elege a transgenia como antítese e nêmese da agroecologia, da agricultura familiar e de um anacrônico ideário campesino-antiimperialista.

Toda a dificuldade reside em que a maioria daqueles que se pronunciam sobre a questão termina por fazê-lo optando por um dos lados, o que só perpetua a irresolução. Existem, claro, alguns quixotes independentes por aí. Gente que escreve artigos e livros que ninguém lê.

Apesar da fadiga, vai aqui recomendado um livrinho recente, bem fácil de ler: "Transgênicos, Sementes da Discórdia" (Editora Senac, 171 págs., R$ 35). É uma coletânea de ensaios organizada pelo economista José Eli da Veiga, quixote profissional. São três textos: um a favor (dos agroeconomistas José Maria da Silveira e Antonio Marcio Buainain), um contra (do agrônomo Gabriel Fernandes) e um interpretativo (do sociólogo Ricardo Abramovay).

Leitura indispensável, sobretudo para gente que ainda acredita em manter a discussão numa camisa-de-força "técnica", que restrinja "emoções". Conclui Abramovay: "Os processos democráticos pelos quais as escolhas tecnológicas, cada vez mais, são feitas pertencem ao interior mesmo da atividade científica". Vale para os transgênicos e vale para o uso da biodiversidade amazônica. Também para a pesquisa com embriões e animais, energia nuclear, mudança climática... Vamos crescer, gente?

***MARCELO LEITE** é autor de "Promessas do Genoma" (Editora da Unesp, 2007) e de "Clones Demais" e "O Resgate das Cobaias", da série de ficção infanto-juvenil Ciência em Dia (Editora Ática, 2007). Blog: Ciência em Dia (**www.cienciaemdia.zip.net**). E-mail: **cienciaemdia@uol.com.br**

O Brasil na agenda do aquecimento global – Antonio Palocci – O Globo – Opinião – 17/02/2008

O Senado Federal sediará, nesta semana, o fórum da Organização Mundial de Legisladores para um Meio Ambiente Equilibrado. Trata-se da mais importante iniciativa envolvendo senadores e deputados do G8 e dos principais países emergentes (Brasil, China, Índia, México e África do Sul) com o objetivo de articular políticas voltadas à questão das mudanças climáticas. O GLOBE, como ficou conhecido, tem mantido estreito contato

com as iniciativas dos chefes de Estado do G8 na temática do aquecimento global, ao mesmo tempo em que busca suporte do Poder Legislativo em todos os países participantes para a construção de iniciativas intrrnacionais.

Os estudos recentes têm deixado mais claro que as mudanças climáticas em curso poderão impor custos elevadíssimos a todas as nações em período de tempo mais curto do que se imaginava, com graves conseqüências para a vida no planeta. Esses trabalhos, no âmbito da ONU, têm advertido que o custo de um eventual imobilismo dos países será infinitamente superior ao custo das ações necessárias para evitar ou atenuar os efeitos do aquecimento global.

É sobre esses temas que parlamentares dos principais países estarão trabalhando nesta semana em Brasília. Há variadas maneiras de reduzir as emissões dos gases de efeito estufa: uma delas está no uso mais eficaz da energia disponível; outra é o aumento das energias renováveis para atender à demanda mundial.

É nesse aspecto que a produção de biocombustíveis começa a desempenhar função estratégica. E o etanol de cana-de-açúcar desponta como a alternativa mais consistente, do ponto de vista de ganhos ambientais e econômicos, a curto prazo, aos combustíveis fósseis.

Uma declaração de compromissos sobre biocombustíveis será um dos pontos de discussão entre os legisladores que se reunirão no Brasil. As estratégias acordadas serão formalmente apresentadas aos líderes do G8 em sua reunião de cúpula que ocorrerá no Japão na metade do ano.

O centro do debate é o papel a ser desempenhado pelos biocombustíveis em uma futura economia de baixo carbono e que aspectos ambientais e de sustentabilidade deverão ser levados em conta para sua produção, bem como que tipo de intervenções políticas internacionais serão necessárias para assegurar sua viabilidade. As questões em discussão envolvem o forte protecionismo aos produtores dos países desenvolvidos, que, além de importantes subsídios governamentais, impõem tarifas de importação elevadas sobre o etanol.

Também estarão na pauta as preocupações sobre os efeitos da expansão dos biocombustíveis sobre as florestas e sobre os preços dos alimentos.

Os recentes incentivos à produção do etanol, nos EUA, a partir do milho têm elevado os preços internacionais deste e de outros grãos, com forte impacto sobre o preço dos alimentos em geral. No Brasil, a produção do etanol a partir da cana não tem mostrado esse mesmo efeito nas últimas décadas.

O tema da preservação das florestas, de novas tecnologias que auxiliem a fabricação de equipamentos mais eficientes em termos ambientais e os futuros compromissos dos países após o Protocolo de Kioto também serão debatidos no encontro.

Desde que a agenda das mudanças climáticas ganhou maior importância nos fóruns internacionais, o Brasil tem atraído as atenções dos formuladores de políticas. Às vezes, de maneira crítica, principalmente em temas relacionados à preservação das florestas. Em outras, pelas conquistas que o país vem obtendo no desenvolvimento de fontes renováveis de energia.

O fato é que o Brasil poderá, se atuar corretamente em temas como preservação florestal e biocombustíveis, tornar-se parceiro das melhores soluções para enfrentar o desafio do aquecimento global. E, ainda, ajudar nações em desenvolvimento a encontrar o caminho da produção sustentável de combustíveis alternativos, com grandes ganhos sociais.

A escolha do Brasil para sediar essa etapa do GLOBE é o reconhecimento do importante papel do país no atual contexto de crescente preocupação com os impactos das mudanças climáticas para as populações. É um desafio para o qual precisamos mostrar toda disposição e abertura.

Atitudes que fazem a diferença no dia-a-dia – O Globo – Rio – 17/02/2008

Militantes da causa verde contam como agem para proteger a natureza A causa ambiental já vem sendo abraçada por anônimos e famosos há algum tempo. O ator Marcos Palmeira, por exemplo, levantou a bandeira verde quando o assunto ainda não estava em pauta como hoje. Desde que comprou sua fazenda, em 1996, passou a perceber a importância de se preservar o meio ambiente.

— Tudo mudou na minha cabeça quando comprei a fazenda. Percebi a importância da alimentação orgânica e fiquei fascinado com a qualidade de vida do homem do campo.

Descobri que atitudes simples ajudam a salvar o planeta: fechar as torneiras, apagar as luzes, utilizar a bicicleta como meio de transporte.

O ator acredita que o Rio ainda tem muito a aprender quando o assunto é meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Para ele, campanhas educativas contribuem para isso: — Os programas de conscientização são importantíssimos.

Não temos que marginalizar quem não contribui para a preservação do meio ambiente, mas educar e perguntar: "Afinal, em que mundo você quer viver?" Militante do ecologicamente correto, a produtora cultural Daniele Ramalho é daquelas que preferem guardar a garrafinha d'água vazia dentro da bolsa para descartála em casa: — Em vez de jogá-la num lixo qualquer na rua, prefiro levar para um lugar seguro. No meu prédio, sei que temos coleta seletiva de lixo.

De olho no futuro, ela acredita que pequenas atitudes do dia-a-dia fazem efeito. Todo o material reciclável em sua casa, como papéis e latas, é separado do lixo orgânico.

As embalagens sempre são lavadas antes de serem descartadas. O hábito já foi passado para o filho Daniel, de 10 anos: — Ensino tudo para os meus filhos. Fico irritada porque vejo que alguns colégios instalam as lixeiras coloridas para a coleta seletiva, mas não orientam os alunos sobre como deve ser feito o descarte. Isso não pode mais acontecer.

Outro defensor famoso e antigo da causa verde é o jornalista André Trigueiro, apresentador do "Jornal das Dez" da GloboNews.

No trabalho, ele só toma água na caneca, para não usar copos plásticos. Também evita utilizar sacolas plásticas e jamais compra produtos embalados com isopor. A madeira tem de ser certificada ou de demolição, para não agravar o desmatamento na Amazônia.

Além disso, os eletrodomésticos precisam ter o selo Procel, letra A, que são os que consomem menos energia.

— Tenho minha lista negra de marcas que não respeitam o meio ambiente ou iludem o consumidor com maquiagem verde. Dessas, procuro manter distância, como o diabo da cruz. Enfim, falar de sustentabilidade é fácil. O que importa mesmo é a atitude — ensina Trigueiro, que também é autor do livro "Mundo sustentável", feito com papel reciclado.

Incra recadastra municípios campeões em desmatamento – Sítio Eletrônico da CPT – 18/02/2008

Os 36 municípios da Amazônia Legal que mais sofreram desmatamento de agosto a dezembro de 2007 devem ser recadastrados e regularizados a partir do dia 19 de fevereiro. Neste dia será publicada a instrução normativa pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Imóveis rurais com mais de quatro módulos fiscais, acima de 400 hectares, poderão ser recadastrados. "Queremos evitar que grileiros ou pessoas que estão ocupando áreas de forma ilegal possam obter crédito, por exemplo, a partir de documentação antiga e irregular, e continuar desmatando", afirmou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

Territórios Digitais: discussões avançam em Brasília – Sítio Eletrônico do MDA – 18/02/2008

Contribuir para transformar a realidade dos territórios e para o desenvolvimento rural, a partir da implantação de centros com acesso gratuito a computadores e internet em espaços públicos de áreas rurais. Essa é a proposta do projeto Territórios Digitais, que está sendo construída conjuntamente por órgãos do governo, empresas, universidades e Organizações Não-Governamentais (ONGs).

O projeto Territórios Digitais fará parte do Programa Territórios da Cidadania, iniciativa que o Governo Federal lança no próximo dia 25. Em encontro no dia 13 de fevereiro, promovido pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em Brasília, foram discutidas as principais diretrizes desse projeto de Inclusão Digital (ID).

Participaram representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); do projeto Casa Brasil; da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); do Ministério das Comunicações (MC); da Fundação Cultural Palmares (FCP/ Ministério da Cultura); do Ministério de Minas e Energia (MME); da Universidade Federal do Ceará (UFC); do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); e de outras instituições.

O encontro serviu para fomentar idéias e debates acerca dos Territórios Digitais, aprimorando o projeto. Foram discutidos tópicos como o estabelecimento de parcerias institucionais, o desenvolvimento da metodologia de implantação, a composição e capacitação de equipes, a aquisição de equipamentos e programas, a integração com outras iniciativas de ID, dentre outros.

Rossana Moura, consultora de ID do NEAD, destaca a participação interministerial nos encontros para formatar o projeto. “O envolvimento de todos para a busca de soluções adequadas de ID para as áreas rurais é fundamental”.

Cultura digital - Para Maurício Reis, subgerente da Fundação Cultural Palmares (FCP), o projeto permitirá ao governo conhecer melhor o mundo rural e as comunidades quilombolas, e implementar políticas públicas adequadas. “As comunidades vão ter a oportunidade de mostrar sua cultura, diversidade, o artesanato, e vão poder escoar essa produção por meio da troca de informações”, afirmou.

Segundo Reis, a intenção da FCP é participar ativamente do projeto através de cursos e oficinas de capacitação, além da utilização dos Pontos de Cultura do Programa Cultura Viva do MinC. “Teremos um olhar mais específico para a valorização das manifestações culturais das comunidades quilombolas e para o estímulo ao intercâmbio entre elas”, disse.

Até o final de 2008, o projeto Territórios Digitais pretende alcançar os 60 territórios rurais integrantes do Programa Territórios da Cidadania. A Inclusão Digital (ID) irá integrar as tecnologias de comunicação às atividades educacionais, culturais, produtivas e

comerciais da comunidade; contribuir para a troca de experiências entre as localidades e, ainda, disponibilizar acesso a serviços de e-gov dos governos federal e estaduais.

Os pontos para conexão nos locais determinados serão fornecidos pelo programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), do Ministério das Comunicações. “Além da conectividade, o Gesac tem diversos serviços para facilitar a comunicação com as redes, além do apoio com capacitações e oficinas que são realizadas em todas as regiões do País”, diz Sinara Neves Ferreira, representante do Programa.

Territórios da Cidadania - O Programa Territórios da Cidadania será lançado no dia 25 de fevereiro, em Brasília (DF), pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Só neste primeiro ano, cerca de mil municípios serão beneficiados. A escolha deles foi feita levando em consideração os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) apresentados, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Programa trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada região com a participação da sociedade. Prevê 133 ações de 15 Ministérios nas áreas de apoio às atividades produtivas, acesso a direitos e ações de infra-estrutura, totalizando R$ 11,3 bilhões de investimentos no ano de 2008 em todo o Brasil.

Territórios da Cidadania: desenvolvimento para a Zona Sul do RS – Sítio Eletrônico do MDA – 18/02/2008

Uma região com muito potencial, especialmente para a produção agrícola, mas com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Assim é a Zona Sul do Rio Grande do Sul, selecionada para ser beneficiada pelo Programa Territórios da Cidadania. A iniciativa será lançada pelo presidente Lula no próximo dia 25, e prevê investimentos em ações de apoio à atividade produtiva e de estímulo à cidadania.

O Território Zona Sul do Estado abrange os seguintes municípios: Aceguá, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Cristal, Herval, Hulha Negra, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santana da Boa Vista, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu.

População definirá ações - As demandas são muitas. O agricultor Ivair de Souza, 41 anos, vive no assentamento Conquista dos Imigrantes, em Piratini, há quase 18 anos. Ele aponta a necessidade de aprimorar a produção leiteira, especialmente o escoamento do produto, prejudicado pela falta de transporte adequado e pela má condição das estradas. “Também precisamos de agroindústrias para outros produtos e alternativas de comercialização”, relata. A expectativa sobre o Programa é grande. “É uma oportunidade para que as comunidades com mais necessidades sejam atendidas”.

Para isso, a participação é fundamental. Como a própria população do Território vai definir e priorizar ações, a existência de organização social também foi considerada na escolha do Zona Sul. Apenas em São José do Norte, um dos 25 municípios atendidos, são cerca de 20 associações ou centros comunitários de pequenos agricultores e pescadores artesanais.

Um deles é o Centro Comunitário de Pescadores e Agricultores da Várzea (Cecov), com mais de 10 anos de criação. Para a presidente Cinelande Borges Caminha, 54 anos, a organização da entidade e seu reconhecimento melhoram a vida da comunidade. “Assim temos vez e voz”, garante. Através do Centro, os pescadores já realizaram algumas conquistas, como a fábrica de gelo. Com o Territórios da Cidadania não será diferente; Cilanda, como é conhecida, já integra o Conselho de Desenvolvimento Territorial e pretende estimular as demais entidades a participar ativamente do Programa.

Ela trabalha com a pesca desde menina, e conhece bem os problemas da comunidade. Armazenamento e escoamento da produção são prejudicados pela falta de câmaras frias e de transporte adequado. Os pescadores acabam vendendo o produto para atravessadores por preços muito baixos.

O trabalho das mulheres no beneficiamento do pescado é realizado nas próprias casas, limitando a produção e o preço final. Salas de filetagem poderiam agregar renda a este trabalho, que mantém a maior parte das famílias. Com beneficiamento e armazenamento adequados, outras alternativas de comercialização poderiam ser encontradas, como a venda para o Programa Fome Zero.

Para a coordenadora do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Capa), Rita Surita, a Zona Sul do estado é uma região especial, de produção diversificada de alimentos e com um grande conjunto de agricultores familiares, quilombolas, assentados, pescadores. “Esperamos que o Programa venha integrar estas pessoas ao desenvolvimento regional de maneira sustentável, para que não fiquemos a reboque de monoculturas de eucalipto e fumo”. Desenvolver a Zona Sul, respeitando todo o seu potencial, é um desafio.

Ações integradas - O Programa Territórios da Cidadania trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada região com a participação da sociedade. Prevê 133 ações de 15 Ministérios nas áreas de apoio às atividades produtivas, acesso a direitos e ações de infra-estrutura, totalizando R$ 11,3 bilhões de investimentos no ano de 2008 em todo o Brasil.

Território Zona Sul do Estado http://www.agenciaradioweb.com.br/conteudo/materias/080211175209Bol_ZonaSul_RS.mp3

O Brasil é parte da solução - Pamela Cox – Valor Econômico – Opinião – 18/02/2008

Quando 100 legisladores dos países do grupo das oito economias mais desenvolvidas do mundo (G8) e de cinco países emergentes (África do Sul, Brasil, China, Índia e México) se reunirem nos dias 20 e 21 de fevereiro em Brasília para abordar - com líderes empresariais globais - um esboço de acordo para suceder o Protocolo de Kioto, pós 2012, estaremos testemunhando uma mudança fundamental na construção das negociações globais.

É crucial que os legisladores das economias com alto consumo energético se reúnam para construir um consenso em torno de passos práticos nessa direção.

Este diálogo informal diferenciado, organizado pela Globe Internacional, uma rede mundial suprapartidária de legisladores, foi iniciado após a Reunião de Cúpula do G8 em Gleneagles, Escócia, e influencia governos do G8 e de países emergentes. Após reuniões no Parlamento Europeu em Bruxelas, no Senado em Washington e no Bundestag em Berlim, chegou-se a um consenso de que era o momento de levar o debate aos países emergentes. Legisladores de todas as vertentes políticas participarão da reunião em fevereiro, no Congresso Brasileiro.

Por que o Brasil? O país é reconhecido como parte da solução ao desafio das mudanças climáticas globais, avançou significativamente nas próprias questões de desenvolvimento e está se tornando um líder global, especialmente em áreas ligadas ao meio ambiente e às mudanças climáticas.

O Brasil é destaque por sua matriz energética limpa, muito mais do que a maioria dos países desenvolvidos, e caminha rumo à independência energética com a expansão de fontes alternativas como a hidroeletricidade, o etanol e o biodiesel. O país demonstrou liderança sem igual no etanol, uma fonte mais limpa e renovável de energia que poderia tornar-se um importante combustível complementar. Especialmente se as barreiras comerciais das economias desenvolvidas forem reduzidas e um mercado mundial surgir. O Brasil também está desenvolvendo tecnologias de ponta na produção de açúcar e álcool, e transferindo esse conhecimento para países africanos, em uma troca de conhecimentos "sul-sul".

Não obstante as enormes complexidades e percalços para assegurar o uso sustentável e a proteção da maior floresta do mundo, maior do que toda a Europa Ocidental, o Brasil tem demonstrado claro compromisso e obteve importantes conquistas. O país reservou 25% de seu território (mais de 2 milhões de quilômetros quadrados) por meio da criação de aproximadamente 100 milhões de hectares de áreas de proteção federais, estaduais e municipais de proteção, e da demarcação de uma área equivalente em terras indígenas. O programa de Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) está criando um sistema de áreas protegidas com mais de 500 mil quilômetros quadrados - maior do que todo o sistema de parques nacionais dos Estados Unidos. Nos primeiros quatro de seus dez anos, o Arpa já criou 13,5 milhões de hectares de novas áreas de proteção ambiental estrita - entre as quais o esplêndido Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque.

Outro exemplo do progresso feito pelo Brasil é que hoje o manejo florestal responde por 15% da madeira extraída no país. Há 15 anos esse percentual era virtualmente zero. Poucos países podem mostrar resultados como estes.

O Brasil demonstrou liderança sem igual no etanol, uma fonte limpa e renovável de energia que poderia tornar-se importante combustível complementar

Os países em desenvolvimento, e o Brasil e particular, reconhecem a ameaça global das mudanças climáticas, e se preocupam com o seu impacto sobre as suas economias e o bem-estar de suas populações. Contudo, nenhuma solução global será possível se ela bloquear os esforços de desenvolvimento desses países.

Para se chegar a uma economia com menor uso de carbono nos países em desenvolvimento até 2030, serão necessários investimentos da ordem de US$100 bilhões por ano, além de US$ 28 a 67 bilhões para a adaptação aos danos já causados pelo aquecimento global. Em uma visão otimista, parte desses investimentos viria de fontes privadas, mas o financiamento público permanece crucial.

Um sistema global justo, nivelando as regras do jogo entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, poderia possibilitar emissões menos intensivas em carbono. Os países ricos sabem que o apoio aos países em desenvolvimento resultará no benefício global de um crescimento mais sustentável nesses países. É possível avançar rumo a uma solução que reconheça que o uso sustentável dos recursos naturais é fundamental para o desenvolvimento, e que os países em desenvolvimento não devem ser penalizados por seus esforços de crescimento e de redução da pobreza.

O Banco Mundial, como cooperativa global de países desenvolvidos e em desenvolvimento, está contribuindo para isso. Estamos desenvolvendo mecanismos inovadores de financiamento concessional em energias limpas e adaptação às mudanças climáticas, com o apoio do Reino Unido, EUA e Japão.

Um Fundo de Parceria de Carbono elevará o financiamento de carbono do varejo ao atacado - permitindo a compra de reduções de emissões de setores inteiros, ao invés de projeto a projeto. Em Bali, também lançamos o Fundo de Parceria de Carbono Florestal (FCPF na sigla em inglês), um mecanismo pioneiro para combater o desmatamento em florestas tropicais e as mudanças climáticas. Essas iniciativas-piloto estenderão o alcance dos instrumentos de carbono e das negociações em torno das mudanças climáticas.

O Brasil é claramente uma parte da solução para o desafio das mudanças climáticas. O país vem trabalhando fortemente para mostrar que é possível conciliar crescimento, redução da pobreza e sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, os desafios do Brasil são os desafios do mundo, e é auspicioso, mas também natural, que essa discussão esteja se travando no Brasil.

Os legisladores reunidos em Brasília terão a oportunidade de avançar em uma agenda de soluções, respondendo aos anseios de seus povos. Junto com o setor privado, eles estão em uma posição privilegiada para identificar soluções práticas e politicamente viáveis.

Prazo para recadastramento é insuficiente, avalia CNA – Sítio Eletrônico da CNA – 19/02/2008

O prazo de 30 dias, estipulado pelo governo para recadastramento de imóveis rurais nos 36 municípios que lideram as estatísticas de desmatamento na Amazônia, é insuficiente para que o produtor comprove a titularidade de posse. Esta é a avaliação do assessor técnico da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Anaximandro Almeida. "Pelos procedimentos a serem tomados, o produtor precisaria de pelo menos 90 dias", afirmou. Segundo a Instrução Normativa nº 44, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a atualização dos dados cadastrais das propriedades começa no dia 3 de março e termina em 2 de abril. A regra vale para imóveis com área superior a quatro módulos fiscais.

Anaximandro explicou que o produtor precisará, dentro deste período, contratar um profissional habilitado que vá ao imóvel para fazer a planta e o memorial descritivo, este último com procedimento mais demorado. Segundo ele, há ainda outro agravante, que é a época de chuvas na região. "Isso pode atrasar os trabalhos", disse.

Além disso, há o preenchimento dos formulários que estão nos anexos I, II e III da Instrução Normativa nº 24, também do Incra, que são as Declarações para Cadastro de Imóveis Rurais, com informações sobre estrutura, uso e dados pessoais e de relacionamentos. Tudo terá de ser entregue nas superintendências regionais e unidades avançadas da autarquia, nas Unidades Municipais de Cadastro (UMC), em órgãos estaduais de terra e em escritórios que virão a ser instalados pelo Incra.

Para quem não entregar a documentação cadastral exigida no prazo, apresentá-la de forma incompleta, ou se a análise do Incra for de indeferimento, o Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR) se tornará sem efeito e o cadastro será inibido do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR).

Comissão irá acompanhar desmatamento em Mato Grosso – Sítio Eletrônico da CPT – 19/02/2008

Segundo o vice-governador do Mato Grosso, Silval Barbosa, uma comissão acompanhará o desmatamento ilegal no norte do Estado. A decisão foi tomada em uma reunião entre prefeitos da região e proprietários de terra surpresos com medidas federais, como o decreto 3.179. Barbosa afirmou que questões como restrições à produção da carne, que é voltada totalmente para o comércio interno, também foram discutidas na reunião.

Fazendas na Amazônia Legal terão de passar por recadastramento - Ana Paula Scinocca – Estado de São Paulo – Vida & - 19/02/2008

Governo fará pente-fino na titularidade de terras das 36 cidades campeãs de desmatamento; pacote sairá hoje

As regras para o recadastramento das terras nos 36 municípios da Amazônia Legal campeões de desmatamento vão fazer um pente-fino na titularidade de pequenas e grandes propriedades. A instrução normativa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que será divulgada hoje, tem uma exigência clara: quem não entregar todos os documentos comprovando categoricamente, no prazo dado, como e de quem as fazendas foram compradas, o tamanho exato e as condições das propriedades terá automaticamente suspenso o Certificado de Cadastramento de Imóveis Rurais (CCIR). O edital de convocação dos proprietários deve ser publicado no Diário Oficial do próximo dia 3, e o prazo de recadastramento deve ir até 2 de abril. A CCIR é uma espécie de carteira de identidade da propriedade.

- Veja números da devastação

O governo vai reiterar a obrigação de os proprietários declararem a nacionalidade porque o Incra detectou movimentos suspeitos de estrangeiros, pessoas físicas, que estariam comprando grandes fazendas com a ajuda de laranjas. O governo admite não "ter controle nenhum" sobre a nacionalidade dos detentores de terras. O lado mais visível desse movimento são as vendas de terras associadas aos projetos de produção de biocombustível, que atraem fundos de investimentos.

O conjunto de novas regras que pretende frear o desmate nos 36 municípios, a que o Estado teve acesso, também estabelece que a não-apresentação ou a entrega incompleta da documentação por parte dos proprietários rurais implicará "inibição", isto é, suspensão, do registro do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural, por motivo de "recadastramento", até que as exigências sejam atendidas.

LIMITES VIA GPS - Para um cadastramento preciso, o governo também decidiu que as chamadas peças técnicas - planta e memorial descritivo do terreno - deverão ser elaboradas com as coordenadas obtidas por receptores de sinais de GPS, acompanhadas da precisão obtida e da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Outro item da instrução normativa alerta os proprietários para o fato de que a entrega das peças técnicas ou a expedição de documentos cadastrais pelo Incra não servem como prova de propriedade e "não geram direitos junto a bancos, cartórios, órgãos ambientais e registro de compra e venda". Traduzindo: a entrega da documentação não livra o dono da terra da investigação do governo.

Na medida, os pequenos proprietários vão receber ajuda do governo no processo de recadastramento. Ficou definido que as plantas e memoriais descritivos para imóveis com área superior a quatro módulos fiscais (acima de 400 hectares) devem ser produzidos à

custa do detentor da terra. Para imóveis com área de até 400 hectares, o Incra, sozinho ou em parceria, pode ajudar na coleta de documentos e provas de titularidade da terra.

Se por um lado o conjunto de regras é visto como rigoroso, por outro, cedeu a pressões dos Estados ao permitir que autorizações concedidas por órgãos ambientais, até a data da publicação da nova instrução, tenham validade no recadastramento. A adesão ao item visou atender ao pleito de governadores. As novas normas começaram a ser preparadas após o governo anunciar alta no ritmo de desmate. Só nos últimos cinco meses de 2007 foram derrubados 3.235 km2 de mata.

OS MUNICÍPIOS - Em Mato Grosso: Alta Floresta, Aripuanã, Brasnorte, Colniza, Confresa, Cotriguaçu, Gaúcha do Norte, Juara, Juína, Marcelândia, Nova Bandeirantes, Nova Maringá, Nova Ubiratã, Paranaíta, Peixoto de Azevedo, Porto dos Gaúchos, Querência, São Félix do Araguaia, Vila Rica

No Pará: Altamira, Brasil Novo, Cumaru do Norte, Dom Eliseu, Novo Progresso, Novo Repartimento, Paragominas, Rondon do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Ulianópolis

Em Rondônia: Machadinho d'Oeste, Pimenta Bueno, Nova Mamoré, Porto Velho

No Amazonas: Lábrea

SAIBA MAIS - Quem deve recadastrar: Todos os donos, titulares de domínio ou detentores de título de imóveis rurais dos 36 municípios deverão apresentar a documentação

Custos: Plantas e memoriais descritivos para imóveis com área superior a quatro módulos fiscais (acima de 400 hectares) deverão ser produzidos à custa dos donos da terra. Imóveis com até 400 hectares podem ter ajuda do Incra

Prazo: A não-apresentação dos documentos no prazo previsto ou a entrega incompleta implicará a "inibição" do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural até que sejam atendidas as exigências. Com isso, a propriedade continua inscrita, mas sem efeito legal

Localização: As peças técnicas (planta e memorial descritivo) devem ser elaboradas com coordenadas obtidas por receptores de sinais de GPS

Suspensão: O Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais, equivalente à carteira de identidade da terra, fica sem efeito caso a documentação não esteja completa

'Incra pulou do arcaico ao sofisticado', diz especialista - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 19/02/2008

A instrução normativa que estabelece diretrizes para o recadastramento de imóveis rurais na Amazônia não traz novidades na regulamentação fundiária da região, afirma o pesquisador Paulo Barreto, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

A exigência do georreferenciamento, por exemplo, já existe e é necessária, pois pode indicar irregularidades quando o Incra certifica as informações. Porém, as regras atuais são tão sofisticadas que, na prática, poucas pessoas têm condições de cumpri-las. "O erro máximo que eles aceitam é de 50 centímetros, então pouca gente faz, porque exige um investimento alto. Mas, se houver conflito, ele não existirá por causa de uma diferença tão pequena."

O mesmo vale para a declaração de nacionalidade, já prevista na lei. "Há um limite de terras para estrangeiro. Mas quem desmata é brasileiro mesmo", afirma Barreto. O advogado Raul Silva Telles do Valle, do Instituto Socioambiental (ISA), tem a mesma opinião. Segundo ele, o Incra passou de "um sistema arcaico, de cartórios locais, para um complexo e sofisticado, abrindo a brecha para nada acontecer". Barreto acha que o principal benefício da instrução normativa é a pressão sobre os proprietários e posseiros. "Ou a pessoa fica na ilegalidade de vez, ou tenta resolver seu passivo ambiental, ou vai pressionar os órgãos para que nada mude."

G8+5 e o debate sobre mudanças climáticas – Elliot Morley e Serys Slhessarenko – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 19/02/2008

OS FORTES indícios de aumento do desmatamento em novembro e dezembro de 2007 no Brasil sugerem para o governo e toda a sociedade a necessidade de ações mais enérgicas para combater o desmatamento ilegal, além de ações que tratem do problema do aquecimento global, mudanças climáticas e redução de emissão de gases poluentes. Diplomacia tem sido a forma de se preservar, freqüentemente no caso de assuntos confidenciais, diálogos entre governos. No entanto, vivemos hoje em um mundo interligado onde muitos dos desafios mundiais contemporâneos estão fora do controle direto governamental. Tais questões exigem uma dedicação de vários setores da sociedade, incluindo setor privado, legisladores e sociedade civil.

O trabalho da Globe (Organização Mundial de Legisladores para um Ambiente Equilibrado) é um bom exemplo de como um grupo não-governamental pode desempenhar um papel-chave no desenvolvimento, assegurando e implementando um acordo internacional. A Globe tem promovido um diálogo sobre mudanças climáticas desde 2005 para reunir legisladores dos países que compõem o G8 acrescidos dos cinco chamados de economias emergentes, que incluem Brasil, China, Índia, México e África do Sul. Esses países juntos são responsáveis por aproximadamente 70% das emissões de gases que

causam o efeito estufa. Senadores norte-americanos, notadamente John McCain, Joe Lieberman e John Kerry, congressistas chineses, o ex-primeiro-ministro do Reino Unido Tony Blair, a chanceler alemã, Angela Merkel, e o ex-primeiro-ministro japonês Shinzo Abe têm todos participado de fóruns recentes sobre a questão, realizados no Senado dos EUA e no Bundestag, Berlim.

Nesta semana, será a vez de o Brasil receber essa reunião de legisladores veteranos das maiores economias do mundo. Aproximadamente cem legisladores de várias posições políticas reunir-se-ão em Brasília durante dois dias para finalizar um relatório sobre políticas a respeito de importantes tópicos como biocombustíveis e reflorestamento.Está confirmada a participação da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que falará sobre a atual situação do Brasil dentro dos principais temas relacionados ao meio ambiente. Há a previsão de o presidente Lula e o primeiro-ministro japonês, Fukuda, abrirem o fórum. O ponto-chave dos debates será a elaboração de declaração contendo um desenho abrangente da situação de mudanças climáticas pós-2012.

No Brasil, um grupo de parlamentares já participou dos dois primeiros fóruns -em Washington e Berlim, em junho de 2007. O grupo, coordenado pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), contou ainda com a presença dos senadores Renato Casagrande (PSB-ES) e Cícero Lucena (PSDB-PB) e dos deputados federais Eduardo Gomes (PSDB-TO), Antonio Palocci (PT-SP) e Augusto Carvalho (PPS-DF).

O encontro em Brasília será o primeiro em que um esquema abrangente pós-2012 será testado politicamente por legisladores das maiores economias do mundo. Um acordo sobre esse conjunto de ações em Brasília representará um passo importante e uma alavanca significativa para uma negociação formal nas Nações Unidas, que será iniciada na primavera, nos termos do plano de ação de Bali. Afinal, são os legisladores que devem ratificar qualquer acordo internacional em seus parlamentos nacionais antes de o acordo ser validado como um todo.

É importante destacar aqui que eventos como esse do G8+5 sobre mudanças climáticas são também responsáveis para que outras questões apareçam aos olhos de todos, como o caso do desmatamento. Eventos assim despertam em toda a sociedade o interesse em saber o que se faz no "meu país" sobre a questão da defesa do meio ambiente. Ao participar da formulação de políticas públicas, todos os setores da sociedade podem influenciar e, portanto, ter participação nas políticas e nos acordos aprovados pelo governo. Somente ao agir em prol de um objetivo comum é que poderemos ter sucesso em lidar com a questão das mudanças climáticas.

No Brasil, estaremos determinados a liderar um acordo sobre ações relacionadas à mudança climática de uma forma ambiciosa, justa e prática. Acima de tudo, o consenso tem sido alcançado em conformidade com legisladores, empresários e grupos da sociedade civil -o futuro da diplomacia moderna.

Programa é apresentado a secretários estaduais – Sítio Eletrônico do MDA – 19/02/2008

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, apresentou o Programa Territórios da Cidadania a secretários dos 27 estados da Federação, nesta terça-feira (19), no Palácio do Planalto, em Brasília. O programa, que será lançado no próximo dia 25 pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, concentra 135 ações de 15 ministérios. "Com este encontro, nós queremos convidar aos estados para que façam parte deste esforço nacional na agenda social que nós estamos lançando. O sucesso do programa depende muito da participação dos estados e municípios", destacou Cassel. Somente em 2008 serão beneficiados 60 territórios, em um investimento de R$ 11,3 bilhões.

Neste momento, em que o País comemora um crescimento sustentável e seguro, o programa Territórios da Cidadania surge para enfrentar o tema da pobreza rural. "Vivemos um momento histórico muito particular, em que estamos gerando trabalho e renda no País", ressaltou Cassel. O desafio, agora, é que esse crescimento seja o mais igual possível, ou seja, que chegue a bolsões de pobreza no meio rural, que sempre estiveram na obscuridade. "Nossa meta é superar a condição de pobreza nesses bolsões, através de ações coordenadas, de políticas públicas eficientes, que chegarão de forma coordenada".

O programa prevê a realização de ações de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); ampliação da assistência técnica; construção de estradas e recuperação de infra-estrutura de assentamentos; Bolsa Família; ampliação do Programa Luz para Todos; implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS); ampliação dos programas Saúde da Família, Farmácia Popular, Brasil Sorridente; construção de escolas; saneamento básico e construção de cisternas, entre outros.

Os representantes dos estados mostraram, ao final da exposição do ministro, forte aceitação e adesão ao programa. Cassel ressaltou o papel dos governos estaduais no Territórios da Cidadania, através dos comitês de articulação, dos colegiados territoriais, da parceria nas ações que serão realizadas, na inclusão de novas ações e também na definição de novos territórios, já que em 2009 outros 60 serão contemplados.

Critérios para definição - O Governo Federal definiu critérios técnicos para a escolha dos 60 territórios que serão contemplados neste ano. São eles: menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); maior concentração de agricultores familiares e assentamentos da reforma agrária; maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família; maior concentração de populações quilombolas e indígenas; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; e maior organização social (capital social).

O programa chegará a 958 municípios, com uma população total de 23,9 milhões de pessoas e população rural de 6,8 milhões de pessoas.

Recadastramento de imóveis na Amazônia – Sítio eletrônico do MDA – 19/02/2008

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, anunciaram nesta terça-feira (19), em Brasília, as diretrizes do trabalho de recadastramento de imóveis rurais nos 36 municípios da Amazônia Legal que lideram as estatísticas do desmatamento na região. O anúncio das normas ocorreu no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em Brasília. Elas estão contidas em Instrução Normativa do Incra publicada no Diário Oficial da União de hoje.

Os donos ou posseiros de áreas maiores que quatro módulos fiscais (um módulo representa 60 a 80 hectares, conforme o município) terão que levar ao Incra, de 3 de março a 1 de abril, documentos que comprovem a titularidade ou posse pacífica da terra, plantas e memoriais descritivos com a correta localização geográfica dos imóveis rurais. O Incra vai montar escritórios na Amazônia Legal para receber os documentos.

A documentação poderá ser apresentada nas próprias Superintendências Regionais e nas Unidades Avançadas do Incra, em Unidades Municipais de Cadastro (UMC), localizadas nas sedes dos municípios conveniados com a autarquia federal, nos Escritórios dos Órgãos Estaduais de Terra ou, ainda, em escritórios que poderão ser instalados nas regiões cujos imóveis rurais sejam objeto de recadastramento.

Controle do desmatamento - Durante entrevista coletiva para a imprensa, nesta manhã, o ministro do Desenvolvimento Agrário disse que o objetivo da ação dos órgãos federais nos 36 municípios, em um primeiro momento, é coletar informações para dotar o Estado de dados mais adequados para fazer o controle do desmatamento.

“Conversamos exaustivamente com diversos setores envolvidos nesta questão, com Secretarias de Meio Ambiente e de Agricultura de estados e dos municípios, com produtores, governadores, prefeitos, sindicalistas, com o Ministério do Meio Ambiente, no sentido de construir uma Instrução Normativa que não causasse transtornos, confusão nas cidades em que iremos atuar e não atrapalhasse a produção”, afirmou Cassel.

De acordo com o presidente do Incra, terá o cadastro inibido do sistema do Incra quem não se recadastrar. “Vamos analisar a documentação dos que não se recadastrarem, sendo que os seus Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR) podem ser cancelados. Com esse cancelamento, eles ficam sem documentação. Assim não são titulares das terras, não vão conseguir acessar créditos nem poderão fazer negócios. A nossa expectativa é de que parte desses que não comparecerem ao Incra sejam os contumazes grileiros de terras públicas estaduais e federais. A ocupação ilegal de terras públicas é uma das grandes causas do desmatamento brasileiro”, destacou Hackbart.

Ataque aos focos da devastação - A área total dos 36 municípios alcança 77,9 milhões de hectares, incluindo áreas urbanas, indígenas e de preservação ambiental, além de terras devolutas da União e dos estados. O atual cadastro do Incra tem cerca de 15,4 mil imóveis rurais com mais de quatro módulos fiscais nos 36 municípios da lista, o que representa 48 milhões de hectares.

Os detentores desses imóveis que não atenderem ao recadastramento dentro do prazo terão seus registros inibidos. O Incra alerta ainda que os proprietários de imóveis que apresentarem documentação incorreta ou incompleta terão até o final do prazo (1 de abril) para regularizar sua situação. Já os que aderirem ao recadastramento terão a oportunidade, em um segundo momento, de usar a documentação para buscar a regularização da posse do imóvel.

Depois de encerrado esse trabalho, o Incra começa uma ação de cadastro, demarcação e regularização fundiária nos imóveis com menos de quatro módulos fiscais, que somam 42,2 mil imóveis rurais nos 36 municípios, o que representa 4 milhões de hectares. O resultado das duas fases do recadastramento será compartilhado com o Ministério do Meio Ambiente. De posse dos dados georreferenciados, e com a ajuda de imagens de satélite, os órgãos ambientais deverão atacar com mais precisão os principais focos de desmatamento na Amazônia.

A Instrução Normativa: http://www.incra.gov.br/index.php?visualiza=9819,2479

Programa discute práticas alternativas às queimadas - Grace Perpétuo – Sítio Eletrônico do MMA – 19/02/2008

Começou a ser implementado, a partir da última segunda-feira (18), em oito municípios da Amazônia, o Programa de Formação Técnica sobre as Alternativas ao Uso do Fogo no Processo de Desenvolvimento Sustentável da Região Amazônica. O programa é resultado de uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente, a Cooperação Italiana, o programa PREVFOGO do Ibama e o Serviço Florestal Brasileiro. Conta também com o apoio do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e de entidades parceiras locais.

O programa foi inaugurado nesta quarta-feira (20) em Belém (PA), pelo secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SDR) do MMA, Egon Krakhecke. A participação do MMA se dá por meio do Projeto Gestar/SDR e do Departamento de Educação Ambiental (DEA).

O programa tem por objetivo reduzir a incidência dos incêndios na região mediante o emprego de práticas alternativas às queimadas, contribuindo assim para a proteção ao meio ambiente e para a melhor qualidade de vida das comunidades locais. Quer também aprimorar a eficiência e a eficácia das ações do governo destinadas a ampliar localmente a aplicação de metodologias de contenção de incêndios e contribuir para o desenvolvimento sustentável do território. O programa está orçado em um milhão de euros, investidos diretamente pelo governo italiano.

Ao longo de 10 meses, os municípios de Altamira, Belém, Itaituba e Santarém, no estado do Pará; Alta Floresta, Juína e São Félix do Araguaia, em Mato Grosso; e Rio Branco, no Acre, abrigarão centros de formação do curso, que - dividido em dez módulos e

um total de 250 horas-aula - formará uma turma de 400 agricultores e técnicos agrícolas da área de influência da BR-163. As aulas serão ministradas de forma intensiva, durante três dias por mês.

Cada centro de formação recebe 50 alunos, vindos de mais de 50 municípios, entre eles, 12 que fazem parte da lista dos maiores desmatadores da Amazônia. Os participantes do programa foram selecionados por sua capacidade de difundir os conhecimentos recebidos em suas respectivas regiões. Neste processo foram foram priorizados líderes comunitários, extensionistas rurais e técnicos de órgãos públicos, cuja capacitação poderá melhorar a eficiência e a eficácia das ações dos governos estaduais e municipais.

A coordenação pedagógica do projeto é do DEA/MMA. "O curso vai se constituir por conteúdos relacionados à legislação ambiental, a políticas públicas, a manejo de solo, a pastagens e florestas e a técnicas de participação e educação ambiental que contribuam para a formação de agentes de desenvolvimento sustentável na região amazônica", diz o diretor do departamento, professor Marcos Sorrentino. Segundo o diretor, entre dois e três técnicos - de várias secretarias - do ministério serão deslocados para cada módulo do curso.

A principal lição da mudança climática – José Eli da Veiga - Valor Econômico – Opinião - 19/02/2008

Mudanças climáticas são mais determinadas por radiações cósmicas do que por ações humanas. Por isso, o planeta poderá estar mais frio dentro de 20 anos, contrariando a tão alardeada previsão de aquecimento global. Estas duas frases sintetizam a mensagem de um relatório entregue ao ministro de C&T, o físico Sergio Rezende, na última quinta, 14 de fevereiro.

Entre os signatários, três de seus ilustres colegas de profissão: José Carlos Azevedo (ex-reitor da UnB), Fernando Mendonça (primeiro presidente do Inpe), e Luis Carlos Molion, diretor do Instituto de Ciências Atmosféricas da Universidade Federal de Alagoas. Como todos os outros "céticos", essa trinca considera das mais "alarmistas" a tese consagrada pelo IPCC, o bunker científico da ONU ganhador com Al Gore do último Prêmio Nobel da Paz.

Apesar de ser um debate que não pode sequer ser entendido por quem não tenha capacidade de decifrar os complexos modelos utilizados na ciência do clima, é extremamente comum observar entre leigos grande firmeza no apoio a um dos lados. Desde quem não teve qualquer iniciação científica, até eruditos intelectuais. Alguns chegam a desqualificar a tese oposta, como se nem mais houvesse sombra de dúvida. Posição que os próprios dirigentes do IPCC não poderiam assumir, pois algum grau de incerteza é reconhecido em todos os seus documentos.

É inevitável, então, que se pergunte: o que pode levar alguém a estar tão convicto de uma tese que permanece controversa entre os cientistas da área? O que faz com que se tome como certeza algo que, no limite, permanece uma hipótese?

Qualquer resposta passa necessariamente pelo entendimento dos processos de formação mental da percepção do risco. Sabe-se que ela resulta de cruzamentos entre visões da natureza e visões da condição humana, dos quais emergem três principais propensões:

não levar a sério qualquer intenção de reduzir riscos; adotar apenas medidas preventivas que não comprometam liberdades; persuadir a coletividade a adotar medidas drásticas necessárias à sua eliminação, com muralhas institucionais capazes de lidar com eles do jeito que um exército lida com o inimigo. Explicações bem detalhadas desses processos estão no excelente livro "Risk", do professor britânico John Adams, que felizmente logo terá tradução da Editora Senac.

Sob avalanche de controvérsias sobre clima, embriões, energia nuclear etc, nada pode ser pior para uma nação do que o analfabetismo científico

---

Todavia, grande parte dos torcedores do IPCC retrucará que, muito pelo contrário, orientam-se por algo bem mais racional do que qualquer tipo de intuição ou pressentimento resultante da combinação de visões pré-analíticas da natureza e da humanidade. Que se guiam pelo "princípio da precaução", segundo o qual, diante da possibilidade de dano grave e irreversível, não devem ser adiadas medidas que visem evitá-lo, por mais que haja incerteza sobre as reais causas do perigo, ou sua magnitude. Aplicado à questão climática, manda agir conforme a pior hipótese: cortar emissões de gases estufa e preparar adaptação a acelerado aquecimento. Mesmo que haja a possibilidade de tal perigo sequer existir, como pretendem os "céticos".

Dois sérios problemas dessa forma de pensar merecem mais reflexão pelos entusiastas adeptos da precaução. O primeiro é que qualquer alusão a esse princípio só confirma a prevalência da incerteza. Não serve, portanto, para justificar inabalável convicção sobre o aquecimento. Chega mesmo a ser hilário que tal princípio seja evocado justamente por quem também afirma ter absoluta certeza de que a ação humana está provocando aquecimento global.

O segundo problema, bem mais profundo, resulta do contraste que se estabeleceu entre a boa acolhida dos juristas a um princípio que só lhes poderia ter parecido dos mais sensatos e a crescente contestação que ele provoca entre os teóricos do risco e do seguro (principalmente economistas e engenheiros). Por não enxergarem qualquer diferença substantiva entre prevenção e precaução, reduzem a segunda à primeira. Como conseqüência, é para um plano dos mais filosóficos que se transfere a discussão sobre essa nova retórica que se pretende o supra-sumo da ética. E não deve haver melhor contribuição para esse movimento de idéias do que o "catastrofismo esclarecido" proposto pelo matemático francês Jean-Pierre Dupuy, hoje professor de filosofia na Politécnica de Paris e na Universidade de Stanford.

Baseando-se em seus estudos sobre o processo de dissuasão nuclear, Dupuy insiste que os comportamentos dos agentes com poder de decisão só se alteram se eles realmente acreditarem no pior. Se passarem a crer que a catástrofe é inelutável. Assim, o simples anúncio do futuro pode modificá-lo, desde que seja crível. Como a espécie humana adquiriu meios de destruir a biocapacidade dos ecossistemas dos quais depende, acelerando o processo de sua própria extinção, só haverá esperança se a inevitabilidade da catástrofe for conscientemente assumida pelos políticos.

Nessa perspectiva, foi muito bom saber que a reação do ministro Sergio Rezende foi a de lavar as mãos e se negar a falar com a imprensa após o afável encontro com seus colegas "céticos". Conforme telegráfico recado transmitido por assessores, "as informações recebidas já foram encaminhadas ao IPCC, que deve debater a validade da teoria apresentada" (Folha de S.Paulo, 15/02/08).

O que mais importa, contudo, é perceber que, sob avalanche de controvérsias a respeito de mudança climática, embriões, energia nuclear, biodiversidade, transgênicos, etc, nada pode ser pior para uma nação do que o analfabetismo científico. É essa a maior tragédia do Brasil, país com o pior índice de interesse por ciência entre os ibero-americanos (Agência Fapesp, 11/02/08).

Qual pode ser o impacto da abnegação de heróis - como os "pais que saíram de férias", Amélia e Ernest Hamburger - se o aprendizado científico continuar tão calamitoso nas escolas, particularmente no ensino fundamental? E na contramão da Argentina, que até declarou 2008 "o ano do ensino da ciência", certamente também por ter entendido as implicações de controvérsias como a da mudança climática.

José Eli da Veiga professor titular do departamento de economia da FEA/USP e autor de "A Emergência Socioambiental" (Ed. Senac, 2007), escreve mensalmente às terças. Página web: www.zeeli.pro.br

Pecuária e desmatamento da Amazônia - André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 20/02/2008

Os dados com as estimativas da área desmatada no bioma amazônico divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), referentes aos meses de agosto a dezembro do ano passado, colocaram a pecuária na berlinda. O setor foi alçado à posição de grande responsável pela retomada do crescimento do desmatamento, que, como confirmaria qualquer brasileiro, é um problema que não podemos mais deixar de enfrentar. Nesse caso, a pecuária tornou-se a vilã.

No entanto, quando se analisa o comportamento da área de pasto nas regiões que não são fronteira agrícola, ou seja, fora do bioma amazônico, o título não cabe. Os dados preliminares do Censo Agropecuário do IBGE, divulgados no final do ano passado, comprovam que a pecuária liberou enormes contingentes de terra que foram convertidos para produção agrícola. Contribuiu, portanto, para evitar novos desmatamentos, levando a um aumento da produtividade da terra. Nesse caso, cabe à pecuária o título de mocinha.

O Censo do IBGE, tal qual o levantamento do Inpe (embora os dados não sejam exatamente comparáveis), também mostra que a pecuária se expande na fronteira agrícola. Quando se faz um balanço entre o crescimento da área utilizada com pastagens na fronteira agrícola e nas regiões de não fronteira, observa-se que a pecuária liberou muito mais área (velha) do que abriu (nova). Em outras palavras, a conversão de terras de pasto pouco produtivo em produção de grãos, ou mesmo em pastos manejados, reduz o impulso de desmatar. Dessa perspectiva, no longo prazo, o lado mocinho da pecuária é mais forte que o lado vilão.

Assumindo que os dados do Censo não passarão por uma revisão significativa, em dez anos, entre os Censos de 1996 e 2006, na região de não fronteira agrícola - aqui definida como o território onde predominam os biomas da mata atlântica e dos cerrados (Estados das Regiões Sul e Sudeste, da Bahia, de Mato Grosso do Sul, de Goiás, do Tocantins e apenas a área de Mato Grosso que está fora do bioma amazônico) -, a área de

pasto foi reduzida em 18,6 milhões de hectares (ou 186 mil km²). A área utilizada com lavouras anuais e permanentes, não por acaso, cresceu cerca de 17,6 milhões de hectares, mostrando que o crescimento da agricultura se deu em área de pecuária. Somando o espaço utilizado com pasto e lavouras, o Censo indica que houve queda de 1 milhão de hectares entre 1996 e 2006.

Já no bioma amazônico, aqui considerada a região de fronteira agrícola, que engloba uma boa parte de Mato Grosso e todos os Estados da Região Norte, com exceção do Tocantins, a área utilizada com pastagens aumentou 11,1 milhões de hectares. A expansão da área com lavouras foi de 7,6 milhões de hectares, resultando numa expansão total de 18,7 milhões de hectares. Esses números mostram que, embora a pecuária tenha, comprovadamente, avançado na fronteira agrícola, sua contribuição, liberando terra para produção agrícola, foi consideravelmente mais importante nas áreas de não fronteira.

Esta constatação enseja diversas implicações, sobretudo porque a pecuária é o setor que mais ocupa terra no Brasil. De acordo com os dados do Censo, há 172,3 milhões de hectares utilizados com pasto e 76,7 milhões utilizados com lavouras. A mais importante está em que, do ponto de vista do uso racional da terra e da redução da necessidade de incorporação de novas terras, a conversão de pasto em lavoura leva a um aumento da produção agrícola sem queda na produção da bovinocultura. Os 18 milhões de hectares na área de não fronteira representaram uma redução de 14% na área de pasto em relação a 1996. O rebanho bovino, por sua vez, caiu apenas 1,4% no mesmo período (o Censo de 2006 indica uma diminuição no rebanho de 1,6 milhão de cabeças). Isso significa que a pecuária apresentou, no mínimo, um ganho de 1,4% ao ano de produtividade. Ganho mínimo, porque sabemos que ainda existem relevantes contingentes de pasto degradado nesta região. Estimativas mostram que 20% dos pastos dos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás podem estar degradados, ou seja, não são mais utilizados como fonte de alimento para o gado bovino. Retirando cerca de 25 milhões de hectares de pastos degradados da área total de pastagem nesses Estados, o ganho de produtividade da pecuária passa a ser de 4,5% ao ano, certamente bem maior do que a maioria das lavouras.

Ganhos de produtividade, no entanto, não são prerrogativas das áreas de não fronteira. O Censo mostra que a pecuária da Amazônia também se tornou mais produtiva nos últimos dez anos, tendo apresentado taxa de crescimento da produtividade maior do que a observada nos Estados do Centro-Sul. Isso comprova que, nessa região, a pecuária é uma atividade viável e rentável. Portanto é uma forte concorrente na competição pelo uso da terra.

O desmatamento - e, mais grave, o aumento do ritmo do desmatamento - tem de ser combatido por todos os meios possíveis e eficazes, incluindo a ação fiscalizatória e repressora do Estado. Mas a melhor forma de fazê-lo é criar, na Amazônia, mecanismos já bem-sucedidos nas áreas de cerrado e mata atlântica: estimular ganhos ainda maiores de produtividade na pecuária e utilizar as terras já desmatadas para produção agrícola. Não descartaria também a criação de incentivos para estimular produtores a regularizar suas fazendas, mesmo que isto leve, num primeiro momento, a uma flexibilização das exigências de reserva legal.

No entanto, para que tudo isso seja possível, temos dois desafios fundamentais. O primeiro é reconhecer que a região amazônica precisa gerar riqueza e renda para sua população e a pecuária é parte da solução para vencer este desafio. O segundo é criar valor para a floresta em pé, balanceando a competição por terra entre agricultura e conservação. *__André Meloni Nassar é diretor-geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone).__

Pente-fino em fazendas custará R$ 50 milhões - Ana Paula Scinocca – Estado de São Paulo – Vida & - 20/02/2008

Novas regras para recadastrar propriedades nas 36 cidades campeãs de desmate foram anunciadas ontem; entrega de documentos irá até 2 de abril

O governo espera concluir até julho o recadastramento das grandes propriedades rurais dos 36 municípios campeões de desmatamento na Amazônia. Para realizar um pente-fino nas fazendas da região, deverão ser gastos R$ 50 milhões, segundo projeção apresentada ontem pelo presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart. Ele explicou, porém, que o recadastramento das pequenas propriedades - com até 300 hectares - vai demorar mais tempo, e deverá ser encerrado em dois anos. Segundo relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) que analisou os financiamentos públicos, as pequenas propriedades são responsáveis por 18% do desmatamento na região.

- Veja os números do desmatamento

"O importante é que haverá um amplo recadastramento e as críticas de que apenas os pequenos eram fiscalizados não terão mais procedência", endossou a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. "Vamos poder separar o joio do trigo", completou.

Hackbart e Marina falaram sobre o recadastramento ao lado do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. As novas regras foram antecipadas pelo Estado, ontem. A instrução normativa, publicada também ontem no Diário Oficial da União, deixa claro que, se o proprietário não entregar até 2 de abril todos os documentos comprovando de quem e como as fazendas foram compradas, ele terá automaticamente suspenso o Certificado de Cadastramento de Imóveis Rurais (CCIR), espécie de carteira de identidade da propriedade.

"Passando o prazo, o cadastro é inibido (suspenso) e o CCIR, cancelado. Quem não se recadastrar até 2 de abril entra na ilegalidade", frisou Cassel. Sem o CCIR, o proprietário rural não pode vender o imóvel nem recorrer a empréstimos bancários. Para o governo, além de frear o desmatamento na Amazônia, o recadastramento é um passo importante para a regularização fundiária no País. "O recadastramento é uma ferramenta para a ampliação

da fiscalização, uma determinação do presidente Lula cada ministério terá de cumprir de acordo com sua atribuição", afirmou Marina.

Cassel reconheceu que o recadastramento não é, por si só, suficiente para coibir o desmatamento na Amazônia Legal. "Ele não resolve tudo, mas é um insumo fundamental no combate ao desmatamento", avaliou o titular do Desenvolvimento Agrário.

Outro ponto das novas regras será a obrigação de os proprietários declararem a nacionalidade, porque o Incra detectou movimentos suspeitos de estrangeiros que estariam comprando propriedades com a ajuda de "laranjas".

AUSÊNCIA - Ao lado de Cassel e Hackbart, a ministra Marina Silva negou que tenha havido divergências entre ela e o titular da Agricultura, Reinhold Stephanes , em relação ao desmatamento da Amazônia. Recentemente, os dois ministros demonstraram posições distintas sobre o tema. A cisão foi evidenciada durante reunião ministerial. Ontem, Stephanes não participou da entrevista coletiva, na sede do ministério do Desenvolvimento Agrário. "A decisão tomada é de governo. Não há divergência alguma em relação às medidas", afirmou Marina.

A ministra avaliou, também, que o recadastramento poderá ajudar o País a superar o embargo à carne nacional imposto pela União Européia. No mês passado, os europeus anunciaram a suspensão indefinida das importações do produto brasileiro. "Estamos começando a trabalhar melhor a fiscalização", disse Marina.

ADIAMENTO - A Polícia Federal decidiu atrasar o início das ações ostensivas de seus agentes na Operação Arco de Fogo, que deveria ser desencadeada amanhã para reprimir o desmatamento ilegal em toda a Amazônia. "Por enquanto, o trabalho está sendo feito pelo serviço de inteligência. Quando chegar a hora, os agentes vão agir em toda a Amazônia", disse ontem o diretor-geral da PF, Luiz Fernando Corrêa. Pelo menos 1,1 mil homens das polícias Federal e Rodoviária Federal, da Força Nacional, do Ibama e das polícias civil e militar dos Estados da região serão mobilizados, informou Corrêa. ***COLABOROU JOÃO DOMINGOS**

Retirada de madeira ilegal no PA gera protesto - Eduardo Nunomura e Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 20/02/2008

Depois de quase uma semana em silêncio, madeireiros de Tailândia (PA) mobilizaram a população para protestar contra a fiscalização da qual foram alvo. Na megaoperação, iniciada no dia 11, foram autuadas sete serrarias e apreendidos mais de 13 mil metros cúbicos de madeira ilegal. Com o começo da retirada das toras, eles reagiram, e a população foi às ruas contra fiscais da Secretaria do Meio Ambiente do Pará e do Ibama. Uma ponte que dá acesso à cidade, na rodovia PA-150, foi bloqueada e permaneceu assim até o início da noite. Devido ao clima tenso, os agentes tiveram de sair da cidade.

O protesto começou na manhã de ontem. Madeireiros dispensaram os funcionários, alegando que não haverá mais emprego para eles por causa dos órgãos ambientais. Tailândia abriga cerca de 150 serrarias e estima-se que elas empreguem diretamente entre 2 mil e 3 mil pessoas. A economia é dominada pelo pólo madeireiro. O comércio ameaçou fechar as portas, em solidariedade ou por medo de ser alvo de vandalismo. Um grupo tentou invadir a prefeitura, mas foi contido pela Polícia Militar. Numa das serrarias de onde seria retirada a madeira ilegal, fiscais ficaram detidos pelos próprios trabalhadores. A PM teve de intervir. O tráfego de veículos por Tailândia ficou suspenso. A previsão é de que seja liberado só hoje.

A governadora do Pará, Ana Julia Carepa (PT), assegurou que vai retirar o material de Tailândia. “Antes, quando a madeira era apreendida, muitas vezes o próprio madeireiro era o fiel depositário, e acabava usando e requentando a madeira. Agora isso não vai acontecer.”

Aquecimento global é tema de reunião da ONU - Andrei Netto – Estado de São Paulo – Vida & - 20/02/2008

Para tentar provar que investir em um meio ambiente sustentável pode ser um grande negócio, a Organização das Nações Unidas (ONU) reúne entre hoje e sexta-feira, em Mônaco, ministros de Estado, cientistas, ambientalistas e empresários de mais de cem países. A conferência Mobilizando Finanças contra o Aquecimento Global, a maior já patrocinada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnue) desde a Conferência do Clima, em Bali, em dezembro, vai tentar traçar o custo financeiro daquela que vem sendo chamada “low carbon society”.

A idéia da sociedade de “economia verde” ganhou impulso desde a realização do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), no ano passado. De acordo com a comunidade científica, os governos precisarão gastar entre 0,2% e 3% do PIB mundial para estabilizar as emissões de gases causadores do aquecimento global até 2030 - algo entre US$ 44,6 bilhões e US$ 89,2 bilhões por ano, segundo números do Banco Mundial.

O raciocínio da conferência é demonstrar que reduzir emissões de gás carbônico, controlar o uso de poluentes químicos e investir em energias renováveis é, mais do que uma proposta ambientalista, uma oportunidade de negócios. “Bilhões de dólares estão sendo investidos em fontes renováveis de energia e centenas de instituições com orçamento de trilhões de dólares estão endossando investimentos que refletem as preocupações governamentais e sociais”, diz Achim Steiner, subsecretário-geral da ONU. O Brasil será representado pelo secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco.

'Selo verde' chega a produtos de consumo - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/02/2008

Certificação FSC, de boas práticas florestais, já está presente em livros, embalagens e materiais de escritório

A certificação FSC, selo internacional que reconhece o uso correto das florestas para fins comerciais, começa a chegar aos produtos de consumo. Antes restrito a produtos de madeira, como móveis e painéis para construção civil, hoje o selo já pode ser encontrado em artigos tão diversos quanto livros, papéis para impressão, lápis, talheres, embalagens e até em panfletos de ofertas de supermercado.

Isso se tornou possível porque mais empresas estão buscando a certificação da chamada 'cadeia de custódia'. Uma empresa pode ostentar o selo verde na embalagem se tanto a gráfica em que a embalagem foi impressa quanto a papeleira que a produziu tiverem a certificação. O selo verde FSC - sigla em inglês para Conselho de Manejo Florestal, organismo internacional que atesta que a retirada da madeira foi feita de modo não-predatório - só é concedido após uma auditoria que inclui aspectos sociais e ambientais.

Atualmente em todo o País existem 207 empresas com a certificação para a cadeia de custódia - há três anos, eram 105. Em tempos de preocupação com o desmatamento, o selo verde funciona como ferramenta de marketing. 'Aos poucos, a preocupação com a origem do papel e de outros produtos florestais está chegando ao consumidor brasileiro', diz Ana Yang, secretária executiva do FSC Brasil.

A gráfica gaúcha Box Print, especializada em embalagens, foi a primeira da América Latina a obter o selo, no início do ano passado. Isso possibilitou que clientes como as indústrias Natura e Tramontina e as redes de comida rápida China In Box e Spoleto passassem a exibir o selo verde nas embalagens.

O benefício da certificação para as gráficas, segundo Raul Capposi, gerente de vendas da Box Print, é o acesso a novos mercados. 'É uma tendência forte, especialmente no mercado internacional, onde esse tipo de certificação é mais comum e, em alguns casos, uma exigência dos consumidores. O selo verde trouxe, sim, novos negócios.'

Da mesma forma, muitas editoras passaram a ostentar o selo verde em livros. Autores como o português José Saramago e a inglesa J.K. Rowling, autora da saga Harry Potter, passaram a exigir que seus livros fossem impressos em papéis ecologicamente corretos.

A rede varejista Wal-Mart também aposta na tendência, e já traz o selo nas embalagens de produtos de sua marca própria, como cereais e ovos de páscoa, e também nos tablóides que anunciam ofertas aos clientes. 'Serão 3,4 milhões de exemplares impressos a cada 15 dias com o selo verde. A idéia é explicar o conceito ao consumidor ' explica Rita Oliveira, gerente de produtos sustentáveis do Wal-Mart. Em breve, mais linhas de produtos das marcas próprias também deverão ostentar o selo.

A fabricante de material escolar e de escritório Faber-Castell foi uma das primeiras empresas de produtos de consumo a receber a certificação no Brasil, em 1999. A empresa tem 9,6 mil hectares de florestas certificadas em Minas Gerais, e hoje exibe o selo na linha de produtos batizada de Ecolápis.

Segundo Jairo Cantarelli, gerente da divisão de madeiras da Faber-Castell, a grande procura pela certificação ainda não vem do consumidor - o forte é a chamada linha institucional, que contempla os brindes corporativos (lápis e outros produtos de escritório que recebem a marca das empresas).

Outro nicho que se abre é o de lápis para uso cosmético (delineadores de olhos e boca) certificados: a Faber-Castell está em fase final de negociação com uma multinacional do setor para fornecer esse produto. 'Isso deve trazer outros clientes do setor de cosméticos', diz.

Madeireiros reagem e governo adia operação – O Globo – Capa – 20/02/2008

Empresários impedem retirada de carga ilegal no Pará e PF atrasa ação contra desmatamento Madeireiros do município paraense de Tailândia impediram que o Ibama retirasse das serrarias da cidade 15 mil metros cúbicos de madeira cortada ilegalmente e apreendida pelo órgão na semana passada. Cerca de dez mil pessoas ocuparam as serrarias, incendiaram pneus e ameaçaram fazer o mesmo com os caminhões contratados pelo governo do estado para levar a madeira.

O Batalhão de Choque da Polícia Militar foi chamado para conter o conflito. Com isso, a Polícia Federal adiou a megaoperação contra o desmatamento na Amazônia, que começaria amanhã. Páginas 3 e 4

Madeireiros derrubam operação – Ronaldo Brasiliense e Jailton de Carvalho – O Globo – O País – 20/02/2008

Numa afronta aos governos federal e do Pará, às vésperas do início da Operação Arco de Fogo, de combate aos desmatamentos na Amazônia, madeireiros de Tailândia, município a 235 quilômetros de Belém, impediram ontem a remoção de 15 mil metros cúbicos de madeira ilegal apreendida na semana passada.

Insufladas por empresários madeireiros, cerca de dez mil pessoas impediram o transporte da madeira, ocupando as entradas das serrarias do município e fazendo ameaças aos fiscais que comandavam a operação de retirada das toras cortadas ilegalmente, segundo o Ibama e a Secretaria de Meio Ambiente do Pará (Sema).

Por causa da forte reação, o governo federal adiou o início da operação, previsto para amanhã.

Populares incendiaram pneus jogados sobre uma das pontes da rodovia PA-150, que corta Tailândia ao meio, para impedir que 15 caminhões contratados pelo governo do estado transportassem a madeira apreendida e guardada nas serrarias.

Também ameaçaram pôr fogo nos caminhões.

Fiscais da Sema ficaram duas horas em cárcere privado na serraria Tailaminas Plac Ltda, de Flávio Sufredini, onde foram apreendidos 822 metros cúbicos de madeira. Os fiscais só foram resgatados após a chegada do batalhão de choque da Polícia Militar.

Foram fechados os acessos aos pátios das madeireiras Taiplac, Primavera e G.M Sufredini Industrial, que sofreram as maiores baixas na operação. Na Taiplac, os fiscais do Ibama encontraram mais de 5 mil metros cúbicos de toras armazenadas, todas cortadas ilegalmente.

— Tivemos que deixar Tailândia só com a roupa do corpo — contou a fiscal Deuza Aquino, que foi transportada com outros cinco funcionários da Sema até a sede do município de Goianésia sob escolta policial.

— A mobilização feita pelos madeireiros surpreendeu — disse o chefe da fiscalização da Sema, César Maia, que calculou em 10 mil o número de manifestantes.

Ministros não vão mais participar

Desde a semana passada, empresários madeireiros flagrados por Ibama e Sema com madeira cortada ilegalmente estavam insuflando a população contra a fiscalização. Para tentar conter os ânimos e liberar a rodovia PA-150 em Tailândia, o comando da Polícia Militar deslocou para o município uma guarnição e aguardava instruções da governadora Ana Júlia Carepa (PT) para, se necessário, enviar um batalhão de choque da capital.

Depois da confusão de ontem e diante dos focos de resistência à Operação Arco de Fogo, a Polícia Federal decidiu adiar o início da ação. Os ministros da Justiça, Tarso Genro, e do Meio Ambiente, Marina Silva, não vão mais participar do lançamento da operação, como queriam. Eles só deverão visitar áreas estratégicas da operação depois dos primeiros resultados concretos da ofensiva.

Maior operação já planejada pela PF em parceria com o Ibama, a Arco de Fogo tem como objetivo conter a forte onda de desmatamento na Amazônia Legal. Até a semana passada, estava certo que Tarso Genro e Marina Silva fariam o lançamento da operação numa solenidade em Belém.

A partir dali, mais policiais federais e fiscais do Ibama sairiam a campo para reprimir a extração, o transporte e o comércio ilegal de madeira.

Com a divulgação antecipada da informação, madeireiros começaram a se articular para se contrapor à operação.

Eles passaram a demitir funcionários para pôr a população contra a operação.

A PF entendeu que seria melhor cancelar os atos oficiais e mudar a data da operação. O dia em que ela começará não foi divulgado.

— Dados da inteligência recomendaram uma readequação dos nossos planos — disse o diretor da PF, Luiz Fernando Corrêa.

Propriedades serão recadastradas – Carolina Brígido – O Globo – O País – 20/02/2008

Governo pretende identificar os donos das áreas mais desmatadas em 36 municípios

Carolina Brígido

BRASÍLIA. O governo convocou ontem, por edital, donos de grandes propriedades localizadas nos 36 municípios campeões de desmatamento na Amazônia para recadastrar seus imóveis. A intenção é cruzar os dados com imagens da região obtidas via satélite para identificar a quem pertencem as áreas mais destruídas. O prazo para recadastramento vai de 3 de março a 1ode abril. A expectativa é que apenas em meados de julho o banco de dados

esteja pronto para ser comparado com as imagens do local. Portanto, eventuais infratores detectados pelo sistema só deverão ser punidos em pelo menos cinco meses.

Quem não comparecer com os documentos ao Incra será considerado em situação irregular e terá o Certificado de Cadastramento de Imóveis Rurais (CCIR) cancelado. Esse certificado é imprescindível para a venda da terra ou para o pedido de financiamento bancário. A fiscalização do Ibama deverá visitar as propriedades não-cadastradas para verificar se o caso é de grilagem. Se a suspeita for confirmada, a terra será devolvida ao poder público. Dependendo das características da área, poderá ser destinada à reforma agrária, ou transformada em reserva ambiental.

— O cadastro possibilita ao governo mais eficiência na fiscalização.

Vamos separar o joio do trigo.

Os que estão corretos vão aparecer.

Os que estão ilegais serão alcançados.

Quem não faz o registro é porque não quer facilitar a fiscalização — disse a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que participou da divulgação da medida.

— Hoje, com o grau de informação que se tem, não se pode identificar quem é dono da área desmatada — afirmou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

A região alvo do recadastramento tem 48,1 milhões de hectares O edital é direcionado a donos de 15.400 imóveis rurais considerados de médio e grande porte. São terras com área superior a quatro módulos fiscais — ou 400 hectares. Ao todo, a região alvo do recadastramento tem 48,1 milhões de hectares. As fazendas estão localizadas em municípios do Mato Grosso, Pará, Rondônia e Amazonas.

As grandes propriedades ganharam atenção especial porque, segundo dados estatísticos analisados pelo governo, elas são palco de 82% do desmatamento na Amazônia.

— O desmatamento sempre aconteceu mais nas grandes propriedades.

É muito lógico que nossas atenções estejam voltadas a elas — justificou Cassel.

O presidente do Incra, Rolf Hackbart, informou que o recadastramento de pequenas propriedades na Amazônia já está em curso. Mas, como são muitos imóveis (42.200), o processo poderá levar até dois anos. Marina Silva negou qualquer conflito entre setores do governo eventualmente gerado pelo recadastramento de grandes propriedades.

A ministra fez questão de ressaltar o comprometimento de todas as frentes em favor da redução do desmatamento ilegal no país: — Não há intenção de se fazer vista grossa em relação ao que está acontecendo na Amazônia. Temos um aumento no desmatamento. As causas devem ser combatidas, para não termos que ficar enxugando gelo.

Segundo o Incra, serão gastos R$ 50 milhões com o recadastramento.

Para obterem a renovação do CCIR, os proprietários deverão apresentar a planta e o memorial descritível do imóvel. De acordo com cálculos do governo, quem não tiver esses documentos terá de gastar em média R$ 2 mil para obtêlos, no caso de donos de imóveis de cerca de três mil hectares. No entanto, Cassel acredita que 90% dos donos de terras na Amazônia têm a documentação.

Justiça bloqueia bens e quebra sigilo de funcionários do Incra no Pará – Ronaldo Nrasiliense - O Globo – O País – 20/02/2008

BELÉM (PA). A Justiça Federal bloqueou ontem os bens e quebrou o sigilo bancário, fiscal e telefônico de servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) acusados, pelo Ministério Público Federal (MPF) no Pará, de serem os responsáveis pela criação de 107 assentamentos fantasmas no oeste do estado.

O ex-superintendente do Incra em Santarém Pedro Aquino de Santana está entre os denunciados pela implementação dos projetos ilegais, que ficaram conhecidos como assentamentos de papel e que, segundo o MPF, foram criados para beneficiar madeireiros.

Atendendo a pedido de decisão liminar do MPF em ação civil pública de improbidade administrativa ajuizada em janeiro, o juiz federal Kepler Gomes Ribeiro também determinou a suspensão da aplicação de R$ 18,6 milhões destinados à construção de estradas em 15 assentamentos. Na decisão, publicada no último dia 14, Ribeiro informa que vai solicitar à Controladoria Geral da União (CGU) a realização imediata de auditoria nos processos de criação de assentamentos, cadastro e concessão de créditos a beneficiários da reforma agrária na região.

Segundo o MPF, é aproximadamente do tamanho da Paraíba — 56 mil quilômetros quadrados — a área total destinada pelo Incra de Santarém, entre 2005 e 2007, a projetos criados sem licenciamento ambiental, sem estudos socioeconômicos, algumas vezes sobrepostos a unidades de conservação federais e, em muitos casos, sem beneficiar os clientes da reforma agrária.

De acordo com as investigações do MPF, os projetos de reforma agrária criados pelo Incra na região nesse período se localizavam preferencialmente em áreas de mata virgem, evitando regiões já alteradas pela ação humana, o que significou o assentamento fictício de famílias em porções completamente inacessíveis da floresta amazônica. A explicação para isso, registrada em documentação apreendida pelo MPF, é a ingerência do setor madeireiro no processo de criação dos assentamentos.

Mais de dois milhões de hectares foram destinados ao setor privado dessa forma.

Stephanes diz que aquecimento global preocupa a agricultura – Sítio Eletrônico do MAPA – 20/02/2008

Brasília (20.2.2008) - O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, disse nesta quarta-feira (20), ao chegar ao "Fórum de Legisladores do G8 + 5 Mudanças Climáticas", em Brasília, que o aquecimento global é uma realidade que afeta todos os países, sendo visto com muita preocupação pela agricultura, por causa da adaptação das culturas e produções às mudanças que vão ocorrer nos próximos 50 anos.

Stephanes destacou que eventos como o "Fórum de Legisladores G8 + 5 Mudanças Climáticas", promovido pela *Globe International* pela primeira vez no Brasil, estimulam o debate e a busca de soluções, não apenas por parte de países em desenvolvimento, como também pelos industrializados. Ele informou ainda que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), junto com a Embrapa, vem analisando cenários climáticos que projetam a produção agrícola brasileira, de acordo com as simulações de elevação da temperatura nas próximas cinco décadas.

Para o ministro, o Brasil e a América do Sul não são os vilões do aquecimento global, uma vez que, a emissão de gases de carbono vem ocorrendo, há mais de cem anos, fruto do processo de industrialização dos chamados países do primeiro mundo. “A responsabilidade das nações altamente industrializadas é muito grande, principalmente na busca das alternativas de soluções mais adequadas”, afirmou. Na visão do ministro, os países da Europa são mais sensíveis à participação no processo do que outros, que são grandes poluidores, como os Estados Unidos e a China.

Stephanes lembrou que o Brasil se engajou nessa discussão há muito tempo, citando a Rio 92, por exemplo, evento do qual participou como ministro. Para ele, a questão do desmatamento no Brasil, teve dois momentos cruciais, no passado com o avanço das fronteiras agrícolas no interior do país e, atualmente, com o comércio ilegal de madeira. O ministro reafirmou que a produção agrícola brasileira não precisa derrubar árvores dentro do bioma amazônico para avançar. *(Adélia Azeredo)*

Dirigentes do MDA debatem novo programa – Sítio Eletrônico do MDA – 20/02/2008

Delegados federais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), articuladores territoriais do MDA e superintendentes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) estão reunidos no auditório da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em Brasília, para conhecer todos os detalhes do Programa Territórios da Cidadania. O encontro se estende até esta quinta-feira (21).

O Programa, que será lançado no próximo dia 25 pelo presidente Lula, foi apresentado na manhã desta quarta-feira (20) aos dirigentes pelo ministro do MDA, Guilherme Cassel. Também participaram do evento o presidente do Incra, Rolf Hackbart, e o secretário de Agricultura Familiar do MDA, Adoniram Sanches Peraci.

O ministro Cassel classificou o Territórios da Cidadania como o principal programa social do Governo Federal voltado para a área rural. “Ele é importante e estratégico, pois nos possibilita enfrentar os bolsões de pobreza, através de ações coordenadas e de políticas públicas eficientes, e criar no meio rural um novo ciclo de desenvolvimento”, destacou.

Cassel pediu comprometimento e muita dedicação dos presentes para a boa execução do Programa. “Estamos frente a uma oportunidade singular de trazer para o centro das discussões sobre o crescimento do País o tema do desenvolvimento rural, da estrutura agrária, da reforma agrária e da agricultura familiar. É uma oportunidade extraordinária”, defende Cassel.

O Programa - O Territórios da Cidadania concentra 135 ações de 15 ministérios. Somente em 2008 serão beneficiados 60 territórios, em um investimento de R$ 11,3 bilhões. Para 2009 a previsão é de que outros 60 sejam contemplados.

O Programa prevê a realização de ações de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); ampliação da assistência técnica;

construção de estradas e recuperação de infra-estrutura de assentamentos; Bolsa Família; ampliação do Programa Luz para Todos; implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS); ampliação dos programas Saúde da Família, Farmácia Popular, Brasil Sorridente; construção de escolas; saneamento básico e construção de cisternas, entre outros.

O Governo Federal definiu critérios técnicos para a escolha dos 60 territórios que serão contemplados neste ano. São eles: menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); maior concentração de agricultores familiares e assentamentos da reforma agrária; maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família; maior concentração de populações quilombolas e indígenas; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; e maior organização social (capital social).

Territórios da Cidadania reforça produção de cesta básica em RO – Sítio Eletrônico do MDA – 20/02/2008

Selecionado pelo Governo Federal para participar do Programa Territórios da Cidadania, que será lançado no próximo dia 25 pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o Território Central, em Rondônia, abrange 13 municípios e é o principal produtor das culturas temporárias que constituem a cesta básica no estado, como o arroz, feijão, milho e mandioca.

"São grandes as expectativas nos municípios. Já elaboramos o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentado (PTDRS) e estamos aguardando o lançamento do programa para adequar as demandas à oferta", afirmou a articuladora do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no território, Renata Rosa de Souza.

O investimento nacional é de R$ 11,3 bilhões, que serão distribuídos entre os 60 territórios contemplados no programa. Ao Central será destinado um recurso de R$ 124,8 milhões para ser aplicado nos três eixos do programa: Apoio às Atividades Produtivas, Cidadania e Acesso à Direitos e Qualificação da Infra-Estrutura.

Rondônia possui quatro territórios homologados no MDA: Central, Rio Machado, Madeira Mamoré e Vale do Jamari. O Central é integrado pelos municípios de Alvorada D'Oeste, Governador Jorge Teixeira, Jaru, Ji-Paraná, Mirante da Serra, Nova União, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, Teixeirópolis, Theobroma, Vale do Anari, Vale do Paraíso e Urupá.

Tais territórios fazem parte de uma política do Governo Federal implantada em 2003 e que apresenta o desenvolvimento territorial como um mecanismo de articulação, integração entre a sociedade civil, movimentos sociais e o poder público, para promover o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e reduzir as desigualdades regionais.

Os 60 territórios selecionados para a primeira fase do programa estão entre os que possuem o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País. Ao todo são 126 territórios e a previsão para 2009 é de que os outros 60 sejam contemplados.

Empregos na área rural - O Central concentra cerca de 30% dos empregos nos estabelecimentos rurais, especialmente na pequena produção familiar. Existem no território 27 projetos de colonização e assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com 7.076 famílias assentadas e 19.460 estabelecimentos rurais.

Sua área corresponde a 11,9% da área total do estado. A população está estimada em 331.747 habitantes, sendo 144.929 na zona rural, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O lançamento - O lançamento nacional do programa será acompanhado direto do Palácio do Planalto, em Brasília (DF), pelos participantes do colegiado de Ji-Paraná (dois representantes de cada município) em por meio de videoconferência.

O Territórios combina 135 ações nos três eixos, envolvendo a participação de 15 ministérios e seis mil obras previstas. Segundo a articuladora, no encontro os participantes (atores sociais que protagonizam o desenvolvimento do território) buscarão informações sobre toda a proposta e as premissas do programa, além de preparar o planejamento local de acordo com os três eixos de ação propostos.

Procedimentos florestais serão padronizados - Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 20/02/2008

A Câmara Técnica de Florestas e Atividades Agrossilvopastoris do Conselho Nacional do meio Ambiente (Conama) aprovou esta semana a criação de dois grupos de trabalhos na área de controle florestal. Eles irão elaborar propostas de resolução para manejo florestal na Amazônia e também para inspeção industrial em madeireiras. O objetivo é padronizar procedimentos nesses setores e, com isso, diminuir a ilegalidade na exploração de madeira na região, além de estabelecer critérios mínimos para serem cumpridos por todos os órgãos ambientais.

O diretor de Uso Sustentável da Biodiversidade e Floresta do Ibama e presidente da Câmara Técnica, Antônio Carlos Hummel, explica que o primeiro GT irá elaborar uma proposta de resolução com critérios e índices técnicos para manejo florestal na Amazônia. Ele explica que hoje as normas sobre manejo estão estabelecidas em Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente e Ibama, mas não estão definidas em resolução, o que daria maior poder de fogo ao governo federal junto aos estados. A resolução disciplinará índices como ciclo de corte, intensidade de exploração e inventários florestais, entre outros.

O segundo GT irá elaborar um glossário florestal, critérios para inspeção industrial em madeireiras e coeficientes de conversão no processamento industrial da madeira.

Hummel destaca que as ações desse grupo também irão auxiliar na implementação da resolução Conama 379/2006, que determina a transparência das informações florestais e cria o Portal da Gestão Florestal. Os GTs têm 30 dias para apresentar os documentos que, após aprovação da Câmara Técnica, seguem para a CT de Assuntos Jurídicos e, em seguida, para o plenária do Conama. O objetivo é acelerar a tramitação, para que as regras sejam definidas ainda no primeiros semestre.

Governo de Minas quer mudar leis ambientais para atrair investimentos - Ivana Moreira – Valor Econômico – Brasil - 20/02/2008

Sem alarde, o governo de Minas trabalha para alterar mecanismos da legislação ambiental do Estado que estão dificultando a instalação de novos empreendimentos em áreas estratégicas, como a região do entorno do aeroporto internacional de Confins, na região metropolitana de Belo Horizonte, e a região norte do Estado.

Em dezembro, o governador Aécio Neves (PSDB) sancionou a lei 17.353, que modifica um decreto de 2004 e aumenta de 60% para 70% a possibilidade de desmatamento na Floresta Estacional Decidual, também chamada Mata Seca, um ecossistema do Norte de Minas. Agora, o governo tenta aprovar nova legislação para alterar um decreto estadual de 1980, que cria uma área de preservação ambiental especial na região de Confins.

O projeto de lei 1.444, de autoria do Executivo, tramita desde setembro do ano passado na Assembléia Legislativa. Este mês, o governo encaminhou um substitutivo ao mesmo projeto. De acordo com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, o objetivo é adequar a legislação de modo a proteger o patrimônio arqueológico da região, mas garantir também a relevância econômica da região.

Transformar Confins num aeroporto industrial, atraindo empresas para a zona de tratamento tributário especial e para toda a região, é um dos projetos estratégicos da gestão de Aécio. Muito antes do acidente com o Airbus da TAM , no aeroporto de Congonhas, colocar em evidência o carregado tráfego aéreo nos aeroportos centrais, o governo mineiro conseguiu, numa parceria com a Infraero, transferir todos os vôos entre capitais do aeroporto da Pampulha, na zona norte da capital.

O objetivo era garantir movimento de passageiros e fluxo aéreo no aeroporto que, por mais de duas décadas, foi uma espécie de terminal fantasma. Aécio também está investindo na Linha Verde, uma via expressa que ligará Confins, distante cerca de 40 quilômetros, ao centro da capital. Nada disso, porém, garantirá a atração de indústrias na região se os investidores não conseguirem as licenças ambientais para seus projetos.

Segundo informações do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama), todos os processos com pedidos de licença ambiental para expansão ou novos empreendimentos na região estão parados. Com base no decreto estadual 20.597, florestas e demais formas de vegetação natural da região são de preservação permanente. De acordo com a assessoria de imprensa, o órgão não pode atuar em desacordo com o decreto estadual. A norma atinge a região de Confins e os municípios de Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Matozinhos e Funilândia.

Técnicos do governo alegam que o decreto estadual de 1980 conflita com legislação federal de 1990, mais moderna e menos restritiva. O decreto federal 98.881 define como área de proteção ambiental o mesmo contorno geográfico do decreto estadual, mas,

diferentemente dele, admite atividades industriais e ocupação urbana. No entendimento do Ministério Público Estadual, o decreto estadual de 1980, mais restritivo, prevalece sobre o federal. A legislação impede a instalação não apenas de indústrias, mas também de estabelecimentos como postos de combustível e estacionamentos.

A necessidade de atualizar a legislação ambiental para permitir a atração de investimentos em determinadas regiões do Estado não é consenso entre ambientalistas. Enquanto técnicos do próprio Ibama concordam com o governo do Estado e entendem que é possível levar desenvolvimento industrial para as regiões sem comprometer as áreas especiais de preservação, ambientalistas ligados a entidades como a Associação Mineira de Meio Ambiente (Amda) denunciam falta de rigor técnico nas análises da Fundação Estadual de Meio Ambiente para concessão de licenças ambientais em diferentes regiões do Estado.

A Amda foi uma das entidades que se pronunciaram contra a sanção, no fim de dezembro, da legislação que amplia a possibilidade de desmatamento na Mata Seca. Trata-se, de acordo com a associação, de um ecossistema pouco estudado, com número significativo de espécies de fauna e flora. A floresta é rica em árvores altas de bom valor econômico, como ipê e umbu. A nova legislação mineira permite que 70% das árvores secundárias sejam derrubadas - 10% mais do que o permitido pela deliberação normativa do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) de 2004 - e o desmatamento de até 60% da cobertura vegetal primária, três vezes mais do que o autorizado pelo Copam.

Questionada sobre o assunto, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente informou, por meio da assessoria de imprensa, que a aprovação da lei 17.353, sancionada pelo governador em dezembro, atendeu a antiga reivindicação dos produtores da região norte para uso do solo da Mata Seca em empreendimentos agrossilvipastoris, depois de o assunto ser sido debatido em audiências públicas. A lei diz que o desmatamento só será autorizado para atividades econômicas sustentáveis, mas não deixa claro os critérios de sustentabilidade que deverão ser aplicados.

Polícia Federal adia operação na Amazônia – Sítio Eletrônico da CPT – 21/02/2008

A operação “Arco de Fogo”, que deveria ser lançada no dia 21 de fevereiro, foi adiada pela Polícia Federal. O objetivo da ação é atuar contra o desmatamento ilegal na Amazônia. A assessoria da PF informou que o início da operação foi adiado para melhoramento das estratégias já que a intenção é atuar com mais inteligência e planejamento do que simples repressões e flagrantes. Nove Estados da Amazônia Legal estão incluídos na ação da polícia. A operação “Arco de Fogo” envolverá a Polícia Rodoviária Federal, a Força Nacional, policiais civis e militares, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O início das ações foram adiadas para a próxima semana, sem data marcada.

Conflito impede apreensão de madeira ilegal no Pará – José Eduardo Rondon – Folha de São Paulo – Ciência – 21/02/2008

Manifestantes pró-madeireiros enfrentaram policiais na cidade de Tailândia - Grupo encurralou fiscais, incendiou carro e barrou a saída de toras confiscadas pelo Ibama; governo diz que não desistirá da operação

Servidores do Ibama e da Secretaria do Meio Ambiente do Pará interromperam a operação de fiscalização contra a extração ilegal de madeira que realizavam na região de Tailândia (218 km de Belém), após uma série de protestos de madeireiros. Anteontem houve confronto entre policiais militares e manifestantes.

A suspensão temporária dos trabalhos ocorreu em razão da falta de segurança para as equipes de fiscalização que estão na região, segundo a Secretaria do Meio Ambiente do Pará.

Durante os protestos, anteontem, uma equipe de fiscais dos governos federal e estadual foi impedida pelos manifestantes de sair de uma serraria. Os servidores só conseguiram deixar o local após a chegada da Polícia Militar.

Enquanto os fiscais permaneciam no interior da serraria, um grupo de pessoas tentou invadir o local para tentar atear fogo ao caminhão que deveria retirar a madeira ilegal apreendida na empresa.

Em outros pontos da cidade, policiais militares e moradores entraram em confronto. Balas de borracha foram disparadas. Um carro foi incendiado. Não houve informações de feridos.
"A tropa de choque foi agredida com pedras e revidou com munição de borracha", disse o tenente-coronel Luís Barbosa, da Polícia Militar do Pará.

Quatro pessoas foram presas ontem sob suspeita de participação em atos de vandalismo ocorridos na cidade.

A reportagem não conseguiu contato com representantes dos madeireiros ontem. O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) do Pará disse, por meio de sua assessoria de imprensa, que a operação de fiscalização será retomada, mas, por medida de segurança, não haverá anúncio de quando os fiscais retornarão à região de Tailândia.

Desde a semana passada, cerca de 13 mil metros cúbicos de madeira extraída irregularmente foram apreendidos em fiscalizações no município.

Os madeireiros, com o apoio de parte da população, fizeram os protestos para evitar que a madeira apreendida fosse retirada da cidade pelos fiscais.

A governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT), disse anteontem que o governo não irá retroceder na retirada da madeira de Tailândia. "Pode demorar 15, 40, 60 dias, mas vamos retirar", afirmou.

Segundo ela, que fez críticas a madeireiros da região, as ações que o grupo tem promovido "não irão intimidar" o governo. "Eu não vou colocar em risco a vida de ninguém. Não vou deixar que inocentes morram por irresponsabilidade de pessoas que estão acostumadas a viver na ilegalidade."

Após as equipes do Ibama e da Secretaria do Meio Ambiente deixarem o município na terça-feira, as manifestações contrárias à operação se encerraram. Na tarde de ontem cerca de 200 policiais militares estavam no município, segundo estimativa da Secretaria da Segurança Pública do Pará.

A secretaria informou, via assessoria de imprensa, que até o final da tarde de ontem o governo do Estado não havia requisitado ao governo federal apoio para o retorno da operação de fiscalização na região.

A Polícia Federal, em Brasília, disse que seu contingente de policiais federais no Pará está de prontidão caso seja necessária a participação na operação em Tailândia.

Queda-de-braço na floresta – Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 21/02/2008

Depois de conseguirem adiar, com ações de resistência e violência, a operação do governo contra o desmatamento na Amazônia, madeireiros do Pará ameaçaram ontem reagir com novas manifestações como a realizada terça-feira em Tailândia, a 235 quilômetros de Belém. Ontem, foram presos quatro suspeitos de comandar a manifestação de anteontem, da qual participaram cerca de dez mil pessoas, que impediram a remoção de 15 mil metros cúbicos de madeira cortada ilegalmente.

Eles foram ouvidos pela polícia em Tailândia e liberados. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, disse que o governo não se intimidará e realizará a Operação Arco de Fogo, contra o desmatamento, que seria iniciada hoje e foi adiada por causa dos protestos no Pará.

Com o argumento de que defendem milhares de empregos, os madeireiros dizem que há risco de confronto entre a população dos municípios atingidos pelas operações e o contingente — formado por Polícia Federal, Força Nacional de Segurança, fiscais do Ibama e das secretarias estaduais de Meio Ambiente — mobilizado para reprimir a ação dos desmatadores.

— A base econômica desses municípios selecionados pelo Ministério do Meio Ambiente para realizar operações de combate aos desmatamentos é a madeira — disse José Conrado Santos, presidente da Federação das Indústrias do Pará (Fiepa). — Se essa população que vive da floresta for atingida, pode haver revolta dos trabalhadores.

O madeireiro Sidney Rosas, vice-presidente da Fiepa e ex-prefeito de Paragominas, município incluído na relação dos maiores devastadores de floresta pelo Ibama, reuniu-se ontem com o secretário estadual de Meio Ambiente, Walmir Ortega, para pedir agilidade na liberação dos planos de manejo florestal e das licenças de operação para as madeireiras.

— Tailândia foi só uma amostra do que vai acontecer no futuro — disse Rosas, referindo-se à manifestação em que houve confronto com a PM e cárcere privado de fiscais da Secretaria de Meio Ambiente. — Há um clima de revolta muito grande nos municípios do interior.

Demissões para insuflar a população - Os madeireiros demitiram cerca de duas mil pessoas em Tailândia para insuflar a população contra a operação Guardiões da Amazônia, do Ibama e da Secretaria de Meio Ambiente do Pará, que levou à apreensão dos 15 mil metros cúbicos de madeira nos pátios de serrarias no município. — Aqui eles (fiscais do Ibama e da Sema) não entram mais — disse Francisco das Chagas, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Madeireira, Moveleira e Olarias de Tailândia, Tomé-Açu e Concórdia do Pará. — Fomos tratados como bandidos pelos policiais, que ficaram apontando armas para nosso peito.

As demissões feitas após a Guardiões da Amazônia, segundo Chagas, atingiram 70% de todos os associados do sindicato. Na avaliação dele, as demissões poderão ser revertidas se a madeira apreendida puder ser processada.

O anúncio de que o governo federal adiara a nova operação contra os desmatamentos, feito em carros de som que percorriam Tailândia, foi recebido com aplausos pela população.

Coube ao líder sindical Ademar Farias, com forte liderança entre os trabalhadores rurais, pedir calma aos manifestantes, solicitando que todos voltassem a seus empregos e já antecipando que as demissões seriam revertidas. A Polícia Militar manteve-se em prontidão, por orientação do secretário de Segurança Pública do Pará, Geraldo Araújo, e evitou novos confrontos com a população.

O governo não pode ser intimidado – Jaílton de Carvalho – O Globo – O País – 21/02/2008

BRASÍLIA e BELÉM. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, disse que o governo não teme os protestos de madeireiros e donos de serrarias contra o combate ao desmatamento na Amazônia. Segundo Marina, a Polícia Federal e o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis) vão levar adiante a Operação Arco de Fogo e outras medidas de repressão aos crimes ambientais. Policiais e fiscais estão orientados, porém, a evitar confrontos com setores da população que forem às ruas, insuflados pelos chefes do comércio ilegal de madeira.

— O governo não pode se sentir intimidado.

Isso não é a primeira vez que acontece. O cronograma da operação (Arco de Fogo) está sendo mantido. Mas não cabe à PF ou à PM fazer confronto com essas pessoas que estão sendo insufladas. Ninguém neste país quer repetir Eldorado dos Carajás — disse a ministra.

Hoje, Marina Silva e os ministros Tarso Genro (Justiça) e Nelson Jobim (Justiça), se reúnem com o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Félix, para

definir a estratégia que o governo usará para enfrentar os protestos, sem derramamento de sangue. A ordem inicial é evitar choques diretos com manifestantes.

Para a ministra, a melhor alternativa é centrar a repressão nos chefes do comércio ilegal, como aconteceu em outras operações da PF e do Ibama. Por causa dos protestos em Tailândia, o início da Arco de Fogo, marcado inicialmente para hoje, foi adiado.

— A população não pode ser tratada como se ela fosse responsável. Vamos fazer o que fizemos antes: 665 pessoas foram presas (em 350 operações desde 2003) e nenhuma delas era cidadão comum da periferia — disse Marina.

A governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT), também afirmou ontem que as operações de repressão aos madeireiros continuarão: — Não vamos nos intimidar — afirmou.

Ana Júlia disse que a ordem é retirar toda a madeira ilegal da região, mesmo que a operação precise durar 30 ou 60 dias. O material retido será leiloado e o dinheiro irá para um fundo de investimentos no combate ao desmatamento.

— Vamos continuar a operação contra o desmatamento ilegal, nem que eu tenha de andar de colete à prova de bala — disse ela.

Já o secretário estadual de Meio Ambiente, Walmir Ortega, reagiu às críticas dos madeireiros do Pará sobre a morosidade da Sema na liberação dos planos de manejo florestal sustentável para o setor. Ele afirmou que a secretaria manteve a média de liberação de planos de manejo do Ibama, que até o ano passado era o responsável pela liberação desses planos.

No Rio, transportadoras são alvo do Ibama – Maiá Menezes – O Globo – O País – 21/02/2008

O combate ao desmatamento ilegal chegou ao Rio. O Ibama decidiu arrochar a fiscalização sobre as transportadoras de madeira no estado. A operação começou ontem, um dia depois de os madeireiros de Tailândia, no Pará, impedirem a remoção de 15 mil metros cúbicos de madeira ilegal apreendida na semana passada. Os alvos do Ibama são as maiores transportadoras do estado e aquelas que já foram autuadas pelo órgão.

Empresa é notificada por falta de notas fiscais e informações Fiscais do Ibama notificaram ontem a empresa Guatemala Comércio de Madeiras, na Penha, Zona Norte do Rio. Em 2006, a transportadora foi autuada pelo Ibama por ter, segundo o órgão, falsificado Autorizações para Transportes de Produtos Florestais (ATPF), concedidos pelo órgão. No mesmo ano, a Polícia Federal atestou no Pará um lote de ATPFs falsos.

O superintendente regional do Ibama, Rogério Rocco, que trata a situação do Pará como “guerra civil”, afirma que o esquema, na região amazônica, é alimentado pela ilegalidade também no transporte da madeira.

Na Guatemala Comércio de Transportes, os fiscais fixaram prazo de 48 horas para que o proprietário apresente as notas fiscais referentes à entrada e saída da madeira do pátio da empresa a partir de outubro de 2006. A empresa tem ainda o mesmo prazo para detalhar o estoque de madeiras no pátio. As informações não foram prestadas durante a fiscalização porque o proprietário informou não ter os dados. Caso não responda às notificações, a transportadora será multada.

— Não ter esses documentos pode ser uma irresponsabilidade grande ou uma estratégia para burlar a fiscalização.

Agir para dificultar a fiscalização é uma maneira de promover o crime ambiental. O intermediário que se relaciona com cidades de porto têm grande responsabilidade: ele distribui a madeira ilícita — disse o superintendente do Ibama.

Rogério Rocco vai sugerir ao Ministério do Meio Ambiente que as operações também aconteçam em outros estados das regiões Sul e Sudeste. No Rio, as operações ocorrerão duas vezes por semana. A próxima será amanhã, também na Zona Norte da cidade.

China boicota documento sobre clima – Demétrio Weber – O Globo – Ciência – 21/02/2008

BRASÍLIA. Parlamentares chineses resolveram ontem boicotar o documento final produzido pelo Fórum de Mudanças Climáticas, que reúne congressistas dos países do G-8 e do Brasil, da China, do México, da Índia e da África do Sul. A delegação da China sinalizou que não pretende aprovar o texto. A justificativa é que seus parlamentares não acompanharam a elaboração do rascunho e, agora, não teriam tempo para analisar o texto antes de votá-lo.

Eles também acabaram jogando um balde de água fria na proposta brasileira de recomendar os biocombustíveis como arma para enfrentar o aquecimento global, em documento que será apresentado aos líderes dos países do G-8, o grupo de nações mais ricas do mundo. A proposta discutida ontem prevê a redução drástica de barreiras tarifárias aos biocombustíveis e sugere que o assunto seja tratado como prioridade na Organização Mundial do Comércio. Ao contrário do Brasil, o país tem uma matriz energética poluente, que utiliza termoelétricas: — Sou contra formularmos um documento com pressa — disse um representante dos congressistas chineses.

A posição chinesa foi tornada pública justamente no painel em que os presidentes da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli; da Embrapa, Silvio Crestana; e da União da Indústria de Cana de Açúcar (Unica), Marcos Jank, apresentaram dados sobre a produção de etanol e biocombustíveis no Brasil.

Críticas ao aumento do desmatamento A delegação da Alemanha também manifestou preocupação com a proposta, ressalvando que o êxito brasileiro não seria suficiente para uma recomendação em escala internacional.

Para o senador Renato Casagrande (PSB-ES), que integra a delegação brasileira, as resistências aos biocombustíveis podem esconder preocupações de outra natureza: — Os países ficam defendendo os seus mercados ao levantar essas dúvidas.

Ele se referia às críticas que têm sido dirigidas aos biocombustíveis, no sentido de que poderiam fazer aumentar o desmatamento e reduzir a produção de alimentos. Crestana e Jank informaram que a canadeaçúcar ocupa menos de 2% da área de agricultura do país.

O fórum de legisladores tem apenas caráter opinativo, mas é ouvido pelos governos do G-8, entre eles Estados Unidos, Alemanha, França e Reino Unido.

Norte do ES fará parte do Programa Territórios da Cidadania – Sítio Eletrônico do MDA – 21/02/2008

Na próxima segunda-feira (25), o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, lança o Programa Territórios da Cidadania. O Espírito Santo será contemplado com ações no Território Norte, formado por 17 municípios. O evento será transmitido ao vivo para todo o País. No estado, agricultores familiares e convidados poderão acompanhar a transmissão do Palácio do Planalto no auditório da Câmara Municipal de Nova Venécia (ES).

Na terça-feira (26) ocorrem as reuniões regionais de 27 territórios (no ES será no auditório do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Nova Venécia) para definição e planejamento das obras que serão financiadas com recursos do Programa - R$ 11,3 bilhões em 2008 no País todo. Serão beneficiados pela ação no primeiro ano cerca de mil municípios brasileiros.

Por sua concepção e gerenciamento, o Territórios da Cidadania difere de outros programas sociais por não se limitar a enfrentar problemas específicos com ações dirigidas. Ao contar com a participação de 15 Ministérios, ele combina diferentes ações (saúde, educação, infra-estrutura, saneamento etc.) na busca por reduzir as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento local.

Serão destinados R$ 2,3 bilhões para as 56 ações de apoio às atividades produtivas; R$ 5,6 bilhões para as 51 ações de cidadania e acesso a direitos; e R$ 3,4 bilhões para as 28 ações na área de infra-estrutura. Desse montante, os recursos destinados ao Sudeste ultrapassam R$ 1,2 bilhão. No começo de março, a exemplo dos 27 territórios que iniciam os trabalhos agora, os representantes dos demais 33 territórios realizarão suas assembléias.

Território Norte/ES - Para investimentos no Norte do estado do Espírito Santo, o Programa irá destinar R$ 156,8 milhões a 17 municípios em 2008, sendo implementadas 56 ações. Essas atividades serão desenvolvidas em Barra de São Francisco, Boa Esperança, Conceição da Barra, Ecoporanga, Água Doce do Norte, Águia Branca, Jaguaré, Montanha, Mucurici, Nova Venécia, Pedro Canário, Pinheiros, Ponto Belo, São Gabriel da Palha, São Mateus, Vila Pavão e Vila Valério.

O desenvolvimento do Programa em terras capixabas contará com a participação da Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); a primeira, realizando a interlocução com representantes dos municípios para ações voltadas à agricultura familiar e, a segunda, na execução das ações nos assentamentos rurais da reforma agrária e comunidades quilombolas.

Os 17 municípios que formam o Território Norte/ES abrangem quase 15 mil quilômetros quadrados, com 398,6 mil habitantes - dos quais 141,4 (35,5%) vivem em área rural. Estão instalados nessa região 49 assentamentos da reforma agrária (mais de 2,4 mil famílias e aproximadamente 25 mil hectares) e 21 comunidades quilombolas.

O Programa prevê a ampliação das ações de assistência técnica e infra-estrutura nos assentamentos rurais localizados nesse território, além de outros programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Luz para Todos, Bolsa Família, Saúde da Família, Farmácia Popular e Brasil Sorridente. Cerca de 20% dos recursos previstos no orçamento da Superintendência Regional do Incra/ES para 2008 serão alocados ao Território Norte capixaba.

Território Norte (ES)
http://www.agenciaradioweb.com.br/conteudo/materias/080211175339Bol_Norte_ES.mp3

Lula e Marina pedem a parlamentares do G8+5 apoio ao Fundo da Amazônia - Lucia Leão – Sítio Eletrônico do MMA – 21/02/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, reiteraram nesta quinta-feira (21), em Brasília, para uma platéia de cerca de cem parlamentares de países desenvolvidos e emergentes (G8+5), a importância da criação do Fundo de Proteção e Conservação da Amazônia. A iniciativa foi apresentada pelo Brasil na Conferência das Partes sobre o Clima em Nairobi (2006) e Bali (2007), como forma de compensação voluntária para os países que diminuam a emissão de CO2 através da redução das taxas de desmatamento.

O Fórum Internacional de Mudanças Climáticas, no Itamaraty, reuniu legisladores dos sete países mais ricos do mundo e Rússia, além dos emergentes Brasil, China, Índia, África do Sul e México. O objetivo do encontro é elaborar um documento com propostas de enfrentamento das mudanças climáticas a ser levado para a próxima reunião do G8, em julho, no Japão.

Durante seu discurso, Lula defendeu que os países desenvolvidos, além de cumprirem suas próprias metas de emissão, devem apoiar os esforços que já estão sendo realizados pelo Brasil, cujos resultados beneficiam todo o planeta, como a redução de CO2 na atmosfera, a manutenção do ciclo de chuvas e a necessária conservação da biodiversidade.

Segundo o presidente, é preciso que os países do G8 cumpram as metas do Protocolo de Quioto e apóiem os esforços brasileiros. Lula defendeu, ainda, que eles paguem os custos da redução desmatamento e da proteção das florestas por meio de contribuição voluntária.

O presidente disse que nos últimos quatro anos o Brasil investiu mais de US$ 250 milhões no combate ao desmatamento da Amazônia, "uma quantidade de recursos inédita, mas muito aquém do necessário para reverter totalmente o quadro da região". Lula destacou que o Brasil espera manter as taxas de redução de carbono oriundas de desmatamento e, com isso, se credenciar para captar US$ 1 bilhão/ano até 2012, através do Fundo, que será

lançado nos próximos meses. "Serão recursos destinados integralmente para combater o desmatamento e mudar o modelo de desenvolvimento a partir do uso sustentável das nossas florestas", destacou o presidente.

A ministra Marina Silva, além de defender a criação do Fundo, lembrou as ações que permitiram reduzir as taxas de desmatamento em 59% nos últimos três anos e disse que espera manter linha decrescente, mesmo depois do incremento de 10% no desmatamento nos últimos quatro meses de 2007, detectado pelo monitoramento do INPE. "Acendemos a luz amarela e estamos implantando medidas para enfrentar este aumento", disse. Segundo a ministra, a expectativa é conseguir uma redução do desmatamento também em 2008.

Marina destacou que o governo está enfrentando o desmatamento ilegal com uma "agenda de força", de fiscalização, repressão e penalização dos desmatadores e, ao mesmo tempo, investindo em alternativas de desenvolvimento sustentável. Ela informou, ainda, que a Noruega deve ser o primeiro país a contribuir com o Fundo e disse esperar outros governos, empresas e pessoas físicas repitam o gesto. Segundo a ministra, o Brasil não busca apoio para iniciar um esforço, até porque já tem uma redução de 500 milhões de toneladas de CO2. E sim para aumentar este valor, o que depende de um aporte de recurso na forma de um incentivo positivo.

A reunião de legisladores do G8 e mais cinco economias emergentes é organizada pela Globe - Organização Mundial de Legisladores para um Ambiente Equilibrado. O objetivo do encontro de parlamentares é elaborar um documento com propostas de enfrentamento das mudanças climáticas a ser levado para a próxima reunião do G8, em julho, no Japão.

Assembléia debate os desafios enfrentrados na Amazônia - Luiz Cláudio Teixeira **–** Sítio Eletrônico do MST – 21/02/2008

De 27 a 30 de março deste ano acontece a primeira Assembléia dos Movimentos Sociais da Amazônia, que tem por objetivo avançar na compreensão dos desafios e no estímulo organizativo que as lutas dos movimentos sociais e os lutadores e as lutadoras da região devem ter. É também uma forma de politizar a questão da Amazônia e os desafios atuais a serem enfrentados por cada organização.

A assembléia pretende ser um espaço de debate e deliberação que extrapole as fronteiras governamentais e organizativas. Um espaço da diversidade amazônica, nos âmbitos político, étnico e cultural, e também um espaço da construção da unidade e da formulação das lutas.

Tornam-se hegemônicas as políticas e práticas de saque dos governos guiados pela força brutal do capitalismo, em marcha acelerada na Amazônia. Esta é uma luta pela terra, pela água, pela floresta, pela sociedade em geral.

Um segundo elemento a ser discutido na assembléia é a realização do Fórum Social Mundial e a Realização do Fórum Social Pan Amazônico em Belém, Pará, em janeiro de 2009.

Nessa e em outras assembléias pretende-se reunir diversas organizações, Fóruns específicos, localizados ou não. Dirigentes, intelectuais militantes homens e mulheres que pautam suas lutas e tarefas no enfrentamento concreto, diário, ao modelo dos grandes projetos e do capital imperialista na região.

Esse espaço estratégico chamado de Assembléia dos Movimentos Sociais da Amazônia nos ajudará a acumular forças para além do Fórum Social Mundial que ocorrerá em 2009 na nossa região.

A assembléia pretende responder a duas perguntas básicas: (a) que é a Amazônia para os amazônicos? (b) que tarefas políticas devem desenvolver de forma permanente a sociedade e os movimentos sociais da Amazônia?

O modelo atual de desenvolvimento na região, com a pecuária, o cultivo da soja, a exploração madeireira e mineral, o incentivo ao hidronegócio está impondo um novo comportamento jurídico sobre a região. Alimenta-se a idéia de que esse modelo desenvolvimentista é a solução econômica, política e ambiental para o ciclo econômico da Amazônia.

Os campesinos, os povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos são preteridos na luta política, pelo excessivo grau de violência que sofrem.

Além desta primeira, acontecerão assembléias em Imperatriz (MA), em que participarão as organizações do sul, sudeste e nordeste do Pará, Tocantins e Maranhão; em Santarém (PA) com a participação das organizações das regiões do baixo-amazonas, da transamazônica e do Estado do Amazonas. A terceira acontecerá em Rondônia, com a presença das organizações de Rondônia, Acre, Roraima, Amazonas e Mato Grosso. Por último, haverá a grande Assembléia dos Movimentos Sociais da Amazônia, em Belém, de 28 a 30 de novembro de 2008, que será resultado dos debates anteriores nas regiões. **Conselho Indigenista Missionário*

Parlamentares não chegam a acordo sobre aquecimento global - Maurício Thuswohl - Carta Maior – 22/02/2008

Reunidos em Brasília, representantes dos países mais ricos e dos principais países emergentes elaboram documento com recomendações aos líderes do G-8. Dois assuntos de interesse do Brasil - os biocombustíveis e o desmatamento ilegal - dominaram as discussões.

RIO DE JANEIRO – Numa prévia das dificuldades que deverão permear as discussões sobre o aquecimento global nos próximos meses, o encontro que reuniu em Brasília cerca de 120 parlamentares dos países do G-8, além de Brasil, China, Índia, México e África do Sul, terminou na quinta-feira (21) sem que se chegasse a um acordo sobre o caminho a seguir a partir de 2012, quando se encerrará a primeira fase do Protocolo de Quioto. Promovido pela Organização Mundial de Legisladores para um Ambiente Equilibrado (Globe, na sigla em inglês), o encontro de parlamentares teve como principal objetivo elaborar sugestões que serão encaminhadas à próxima reunião de cúpula do G-8, que acontecerá em junho no Japão.

De acordo com a disposição inicial dos parlamentares, uma dessas sugestões deveria propor aos chefes de governo a criação de um marco regulatório que servisse como base comum para a elaboração de uma agenda de enfrentamento ao aquecimento global a partir de 2012. Divergências quanto aos limites de aquecimento que o planeta pode suportar, no entanto, impediram que se chegasse a uma recomendação consensual: "Não alcançamos acordo sobre o estabelecimento de uma meta comum. Alguns sugerem 2ºC, mas isso não é um consenso", resumiu o parlamentar inglês Michael Jay, um dos principais negociadores do documento final, segundo a *Agência Brasil*.

O documento final do encontro, no entanto, traz uma série de outras recomendações, sendo que duas delas - sobre biocombustíveis e desmatamento ilegal - interessam diretamente ao Brasil. A proposta brasileira de que fosse enviada uma recomendação aos líderes do G-8 para que "adotem os biocombustíveis como instrumento prioritário no combate ao aquecimento global" foi rejeitada, mas o país conseguiu incluir no documento final duas outras recomendações importantes: uma pede a "redução drástica das barreiras tarifárias aos biocombustíveis", e outra pede que esse assunto "seja tratado com urgência no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC)".

A proposta brasileira rejeitada teve a oposição da maioria dos parlamentares da União Européia, assim como da China, único país que terminou por não assinar o documento final do encontro. Convidado a falar diante de um auditório repleto de parlamentares, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez críticas à postura dos países mais ricos frente à alternativa dos biocombustíveis: "Entre os 50 países mais pobres, pelo menos uns 38 são importadores de petróleo e, portanto, sofrerão de maneira mais grave a alta dos preços internacionais do produto", disse o presidente, que classificou como "oportunidade histórica" a expansão da oferta de energia a partir de produtos agrícolas.

Lula afirmou que a expansão dos biocombustíveis pode "melhorar a distribuição da riqueza mundial ao somar segurança energética à criação de benefícios sociais e ao aumento da renda e do emprego nos países em desenvolvimento". O presidente brasileiro, em seguida, fez dura crítica aos governantes do G-8 que rejeitam essa expansão: "Nós, que somos vítimas do desmatamento, que somos vítimas do aquecimento global, iremos outra vez pagar a conta, porque os protocolos internacionais só servem para os países pobres cumprirem", disse.

Desmatamento ilegal - m relação ao desmatamento ilegal, o documento final do encontro internacional de parlamentares levará como principal recomendação ao líderes do G-8 a necessidade de criação nos mercados de um "mecanismo global de proteção à madeira produzida de forma legal e ambientalmente sustentável". Outra recomendação importante aos países mais ricos é "a criação de leis que desestimulem o comércio ilegal de madeira tanto nos países produtores quanto nos países compradores". O governo brasileiro aproveitou a presença em Brasília de parlamentares dos países que mais emitem gases provocadores do efeito estufa para reafirmar sua proposta de criação de um fundo internacional através do qual os países ricos possam compensar de forma voluntária os países que ainda têm florestas pelo desmatamento evitado. Ao lado de Lula, logo após o presidente afirmar que o governo brasileiro investiu, nos últimos quatro anos, "mais de US$ 250 milhões no combate ao desmatamento da Amazônia", a ministra do Meio Ambiente,

Marina Silva, defendeu a proposta. Após informar que a Noruega será o primeiro país a investir em um fundo para a preservação da Amazônia, a ministra ressaltou que o Brasil, nos últimos anos, vem aumento seus esforços contra o desmatamento ilegal: “O Brasil não busca apoio para iniciar um esforço, até porque já tem uma redução de 500 milhões de toneladas de CO2. E sim para aumentar este valor, o que depende de um aporte de recursos na forma de um incentivo positivo”, disse Marina.

No encerramento do encontro, o primeiro-ministro do Japão, Yasuo Fukuda, anunciou que seu país também decidiu financiar projetos de preservação florestal nos países em desenvolvimento. Os investimentos japoneses, segundo Fukuda, atingirão US$ 10 bilhões nos próximos anos: “A gestão sustentável das florestas será um dos principais temas de discussão na reunião do G-8 em junho”, afirmou o premier japonês.

Fechamento de serrarias ameaça "quebrar" Tailândia, diz secretário – Fábio Guibu e Matheus Pichonelli – Folha de São Paulo – Ciência – 22/02/2008

Exploração florestal em cidade do Pará movimenta 70% da economia local - Há três dias sob vigilância de 200 policiais, os moradores de Tailândia (PA) convivem com a ameaça de um novo levante e com o risco do desemprego. Na cidade de madeireiros, a possibilidade do fechamento das serrarias pelo governo federal revolta e assusta a população. A prefeitura diz que, se isso acontecer, a cidade "quebra".

O secretário de Administração do município, Cristóvão Vieira, diz que a movimentação financeira fruto da extração da madeira, das serrarias e carvoarias é de cerca de 70% dos recursos que circulam hoje na cidade. "Se os setores fecharem, Tailândia se inviabilizará."

Emancipado há 19 anos e com receita mensal de R$ 3 milhões, o município de 67 mil habitantes surgiu a partir da exploração da floresta há cerca de 40 anos. De acordo com o secretário, nesse período, 60% da cobertura vegetal original de Tailândia, que tem 4.440 km2, se perdeu. Vieira não culpa, porém, apenas os madeireiros pela situação. Para ele, faltou também fiscalização e orientação das autoridades federais.

O governo, que apreendeu 13 mil m3 de madeira ilegal na região, avalia em pelo menos R$ 5 milhões tudo o que foi confiscado. Ainda se vê as marcas do confronto que envolveu policiais militares e pessoas contrárias à apreensão das toras.
O Fórum de Tailândia, depredado no protesto, está fechado. Nas poucas madeireiras em atividade ontem, o movimento era pequeno. Apreensivos, trabalhadores se reuniam para comentar a situação.

"Estão dizendo que a firma pode fechar. Se eu sair daqui, não tem para onde correr", disse José Hipólito da Conceição, 36, funcionário da Serraria Catarinense há quatro anos. As 64 madeireiras legalmente registradas na cidade geram 1.552 empregos e influenciam toda a cadeia econômica. Com a crise, as vendas nos supermercados de Tailândia caíram

50%. A principal fábrica de móveis local, a Belmóveis, ameaça fechar as portas. Ela consome 120 m3 de madeira por ano, quantidade suficiente para fabricar 3.000 camas de casal.

Em nota divulgada ontem pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o governo reafirma a intenção de continuar agindo na região. "Não se trata de uma operação de curta duração, mas sim de um projeto de longo prazo de atuação do Governo Federal na área", diz o texto.

Empresário não deve priorizar a soja, diz Lula – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Ciência – 22/02/2008

Em discurso ontem num fórum internacional sobre mudanças climáticas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sugeriu que os empresários brasileiros deixem de priorizar a soja e busquem outras culturas para a produção de biocombustíveis.

A preocupação do presidente está numa possível supervalorização de um produto que tenha como matéria-prima um grão também usado na alimentação humana e animal. "Aqui no Brasil, tenho alertado alguns produtores de biodiesel de que não é possível construir uma matriz energética pensando na soja", disse Lula.

Na fala de ontem, de 47 minutos, o presidente criticou os países desenvolvidos pelo não-cumprimento de protocolos internacionais contra o aquecimento global. Países em desenvolvimento, diz Lula, são "vítimas", e não culpados pela crise do clima.

Baixo Amazonas (PA) enfoca a regularização fundiária – Sítio Eletrônico do MDA – 22/02/2008

O Programa Territórios da Cidadania, do Governo Federal, começa a ser implantado a partir de segunda-feira (25) no Pará. Às 10h30, os integrantes do Colegiado do Território do Baixo Amazonas vão se reunir no Auditório da Universidade Estadual do Pará, em Santarém, onde, a partir das 11h, acompanham a solenidade de lançamento nacional do Programa, que será realizada em Brasília, com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

À tarde, a partir das 14h, eles participam de uma videoconferência direta de Brasília, na qual o Governo Federal vai apresentar as diretrizes do Programa. Na terça-feira (26 de fevereiro), às 9h, com a presença de representantes do Governo Federal, os integrantes do Colegiado Territorial do Baixo Amazonas começam a definir o Plano Territorial e o calendário de implementação das ações previstas pelo Programa no Território. Esta etapa será concluída até o final de abril.

O Baixo Amazonas é um dos cinco Territórios da Cidadania beneficiados pelo Programa no Pará, o estado que mais recursos tem previstos este ano. Os outros territórios são o do Nordeste Paraense, o do Marajó, o do Sudeste Paraense e o da Transamazônica, onde as reuniões do Colegiado Territorial serão realizadas entre 3 e 11 de março.

O Territórios da Cidadania vai destinar R$ 1,2 bilhão para investimentos no Pará. No Baixo Amazonas, serão R$ 237,4 milhões. Os recursos, já definidos e orçados pelo Governo Federal, serão aplicados em ações de apoio a atividades produtivas, de cidadania e desenvolvimento social e à infra-estrutura. Com o Programa, serão ampliadas ações de assistência técnica e infra-estrutura de assentamentos rurais, para agricultores familiares e pescadores, além de programas como o Pronaf, Luz para Todos, Bolsa Família, Saúde da Família, Farmácia Popular e Brasil Sorridente.

"A nossa expectativa é de que, com a implantação do Programa Territórios da Cidadania, mais áreas sejam tituladas, tendo em vista que só com a regularização fundiária podemos receber mais recursos do Governo Federal", afirma Carlos Printes, coordenador administrativo da Associação Remanescente de Quilombos (Arquimo).

Sobre o programa - O Programa vai estimular o desenvolvimento regional e assegurar direitos sociais em regiões que mais precisam com a integração de ações dos governos Federal, estaduais e municipais e participação da sociedade. O Baixo Amazonas, o Nordeste Paraense, o Marajó, o Sudeste Paraense e a Transamazônica estão entre os 60 territórios que serão atendidos em todo o Brasil nesta etapa do Programa. O investimento total previsto para este ano nos 60 territórios é da ordem de R$ 11,3 bilhões e contempla 135 ações de 15 ministérios.

Territórios: BA verá lançamento em Valente – Sítio Eletrônico do MDA – 22/02/2008

O município de Valente, no Território do Sisal, vai sediar a abertura do Territórios da Cidadania no estado da Bahia. Nesta segunda-feira (25), o novo programa será apresentado à comunidade, a partir das 10 horas, na Casa de Cultura. No local, haverá um telão para que o público acompanhe a abertura nacional do programa pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Brasília.

Na Bahia, o Territórios da Cidadania investirá, neste ano, R$ 1,002 bilhão. Os recursos serão divididos por quatro territórios da seguinte forma: Chapada Diamantina (R$ 181,3 milhões); Sisal (R$ 238,46 milhões); Sul (R$ 362,26 milhões); e Velho Chico (R$ 220,04 milhões). As ações do programa envolvem 15 ministérios e, na Bahia, alcançarão 88 municípios - onde vivem 2,15 milhões de habitantes, dos quais 983.953 (45,7%) estão zona rural. O investimento previsto para este ano nos 60 Territórios da Cidadania é da ordem de R$ 11,3 bilhões e contempla 135 ações num esforço interministerial. Em 2008, o programa iniciará obras em todo o País. A estimativa é que até 2010 o Programa avance para 120 territórios. Na etapa de 2008, serão atendidos territórios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e baixo dinamismo social.

Chapada e Sul - O território da Chapada Diamantina abrange 23 municípios, onde existem 46 assentamentos. Dos 349.552 habitantes, 203.406 (58,19%) vivem na área rural. O território conta com 27 comunidades quilombolas. Na avaliação do articulador do território da Chapada, Reginaldo Azevedo Lima, a produção de café, mamona, o turismo e a infra-estrutura (recuperação de estradas) são atividades que podem ser aperfeiçoadas pelo programa.

Lima destacou que as assembléias do Conselho Territorial serão essenciais para integrar a comunidade ao Territórios da Cidadania. “São reuniões com a participação de 42 entidades e órgãos públicos. Elas serão importantes para decidirmos como serão aplicados os recursos do programa”, explicou. Com 68 assentamentos, 11 comunidades quilombolas e quatro terras indígenas, o Território do Sul tem 29 municípios, onde vivem 898.403 habitantes, dos quais 231.273 (25,74%) vivem no campo. Para a articuladora do Território do Sul, Marília Anunciação Souza, o programa atuará em três aspectos no Sul: meio ambiente, economia e sociedade. Ela ainda destacou que a agricultura familiar será um dos setores mais favorecidos com a nova iniciativa do Governo Federal.

“Precisamos qualificar os agricultores familiares para que a produção tenha resultados ainda melhores. Nossa meta é implantar unidades de processamento e de beneficiamento de cacau, cajá, jaca, banana e jenipapo. Com certeza, isso ajudará bastante na geração de empregos”, enfatizou.

Sisal e Velho Chico - O território do Sisal tem 20 municípios, onde estão 34 assentamentos, uma comunidade quilombola e uma terra indígena. Dos 552.713 habitantes, 348.222 (63%) vivem na área rural. A recuperação e a revitalização da cadeia do sisal – para a fabricação de cordas, carpetes e tapetes – é também uma das iniciativas do programa que ajudarão na geração de emprego e renda. O articulador do Território do Sisal, Valdir Fiamoncini, disse que ações voltadas para a infra-estrutura são vitais para a melhoria da qualidade de vida na região. Ele também salientou que o Territórios da Cidadania contribuirá para programas do Governo Federal como o Luz Para Todos, do Ministério de Minas e Energia, e do Governo do Estado como o Água para Todos. “É importante para o produtor rural ter energia elétrica e também contar com a irrigação. Outra iniciativa que ajudaria na produção é a revitalização do Rio Itapicuru, o mais importante do território”, enfatizou.

Nos 16 municípios do Velho Chico, que ocupam 46.334,80 quilômetros, estão instalados 59 assentamentos. Dos 349.689 habitantes, 201.052 (57,49%) vivem na área rural. O território ainda conta com 27 comunidades quilombolas e três terras indígenas. Na avaliação do articulador do território do Velho Chico, Dermeval Oliveira, há muitas potencialidades na região que podem ter um grande salto de qualidade com o programa. Entre elas, estão o artesanato, a pesca e a criação de caprinos. “Em Bom Jesus da Lapa, o turismo religioso é bastante forte e sendo mais bem trabalhado vai atrair mais visitantes”, frisou.

Ações ampliadas - Com o Territórios da Cidadania, serão ampliadas ações de assistência técnica e infra-estrutura dos assentamentos rurais, além de programas como o de

Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Luz para Todos, Bolsa Família, Saúde da Família, Farmácia Popular e Brasil Sorridente.

O Comitê Gestor Nacional do programa é coordenado pela Casa Civil da Presidência da República e pelos ministérios do Desenvolvimento Agrário e Planejamento. Também participam do programa a Secretaria-Geral da Presidência da República; a Secretaria de Relações Institucionais e os ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; da Educação; da Cultura; de Minas e Energia; da Saúde; da Integração Nacional; do Trabalho e Emprego; do Meio Ambiente; da Agricultura, Pesca e Abastecimento; e das Cidades.

Ainda fazem parte do Territórios da Cidadania: as secretarias especiais de Promoção da Igualdade Racial; Promoção de Políticas para Mulheres; e de Aqüicultura e Pesca; as fundações nacionais do Índio (Funai) e de Saúde (Funasa); o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); o Banco do Brasil; o Banco da Amazônia (Basa), a Caixa Econômica Federal (CEF), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Dados sobre o Territórios da Cidadania na Bahia

Municípios do Território da Chapada Diamantina: Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iraquara, Itaetê, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner.

Municípios do Território do Sul: Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Gongogi, Ibicaraí, Ibirapitanga, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Ubatã, Una e Uruçuca.

Municípios do Território do Sisal: Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, Serrinha, São Domingos, Teofilândia, Tucano e Valente.

Municípios do Território do Velho Chico: Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém de São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato.

Total de assentamentos: 207

Total de comunidades quilombola: 66

Total de terras indígenas: 07

Ministérios discutem lançamento no Palácio do Planalto – Sítio Eletrônico do MDA – 22/02/2008

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, recebeu nesta sexta-feira (22/02), em seu gabinete, uma visita do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, para reunião de trabalho entre equipes das duas pastas. Em pauta, os ajustes para o lançamento do Programa Territórios da Cidadania, do Governo Federal, marcado para próxima segunda-feira (25). O Programa reúne 15 Ministérios e tem o objetivo de superar a pobreza rural por meio do desenvolvimento regional, melhoria da qualidade de vida e garantia de direitos e cidadania.

O Territórios da Cidadania prevê um investimento total de R$ 11,3 bilhões ao longo de 2008 para o desenvolvimento de 135 ações, que se dividem em três eixos: infra-estrutura, apoio a atividades produtivas e ações de direito e cidadania. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), juntos, respondem pelo aporte de R$ 8,4 bilhões no programa.

O ministro Cassel reforçou a importância dessa iniciativa do Governo Federal de envolver e integrar ações em várias áreas para promover o desenvolvimento regional. Ele também destacou a participação do MDS no programa, reforçando a importância da agenda social nessas ações. Cassel lembrou ainda que, além das ações do Governo Federal, os governos estaduais e municipais poderão apresentar outros projetos para os territórios. Os Colegiados Territoriais, previstos para cada um dos 60 Territórios da Cidadania, também prevêem a participação da sociedade civil.

Integração de políticas públicas - Na avaliação do ministro Patrus Ananias, o Territórios da Cidadania representa um novo olhar sobre políticas sociais e fortalece a visão de promoção integrada de políticas públicas. Ele observou que o programa parte de experiências exitosas já existentes no Governo Federal voltadas para a promoção do desenvolvimento regional sustentável. Outro ponto positivo para o ministro é o reforço da interface entre MDA e MDS, ampliando a sinergia sobretudo na área de segurança alimentar e nutricional.

Para 2008, foram selecionados 60 Territórios da Cidadania com menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do País. São conjuntos de municípios organizados a partir de características sociais, econômicas, ambientais e culturais, que constituem uma identidade territorial. São localidades com baixa atividade econômica e concentração de agricultores familiares e assentamentos, beneficiários do Programa Bolsa Família, populações quilombolas e indígenas. Neste ano, estarão cobertos 958 municípios.

Os municípios atendidos neste ano pelo Territórios da Cidadania somam uma população de 24 milhões de pessoas, sendo 7,8 milhões na área rural. Nesses 60 territórios, há um milhão de agricultores familiares, 319,4 mil famílias assentadas da Reforma Agrária, 2,3 milhões de famílias beneficiárias do Bolsa Família, 350 comunidades quilombolas, 149 terras indígenas e 127,1 mil famílias de pescadores.

Como funcionará o programa - O Territórios da Cidadania será desenvolvido em conjunto com as três esferas de governo (União, Estados e Municípios) e a comunidade. Juntos, em um Conselho Territorial, seus representantes vão definir, até o final de março, um plano de desenvolvimento local e uma agenda de ações.

Cada uma das propostas apresentadas pela população será analisada previamente por técnicos das respectivas pastas. Até abril, serão definidas as prioridades e seus respectivos cronogramas de execução. Poderão ser incluídas ações dos governos estaduais e municipais, ampliando, assim a agenda pactuada entre governo e sociedade.

A população também terá importante papel de controle social. Todos os investimentos estarão detalhados no Portal Territórios da Cidadania (www.territoriosdacidadania.gov.br). O portal faz parte de uma política de transparência, permitindo a qualquer cidadão o acompanhamento, via internet, de cada projeto, desde sua licitação até a conclusão.

Sudeste do PA receberá R$ 228 milhões de Programa – Sítio Eletrônico do MDA – 22/02/2008

Com o lançamento do Programa Territórios da Cidadania na próxima segunda-feira (25), o Território Sudeste do Pará, envolvendo os municípios de Eldorado dos Carajás, Itupiranga, Marabá, Nova Ipixuna, Parauapebas, São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia, receberá R$ 228,3 milhões em recursos para o seu desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais.

O investimento nacional do programa é de R$ 11,3 bilhões e prevê a realização de 135 ações envolvendo a participação de 15 ministérios. O programa tem o objetivo de levar o desenvolvimento econômico aos 60 territórios escolhidos para esta primeira fase e universalizar os programas básicos de cidadania.

Segundo o articulador territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no Sudeste do estado, Djalma Martins do Nascimento, o Territórios da Cidadania é uma complementação das ações que já vêm sendo aplicadas na região. “Aqui, seguimos o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) com ações de base que já vêm acontecendo desde 2003.”, afirma Nascimento.

Djalma acredita que, como as ações do programa englobam outros ministérios elas serão mais completas. “As ações interministeriais trarão melhoria na educação, com a ampliação do quadro, qualificação de professores e mais infra-estrutura para as escolas; ampliação do programa Luz para Todos; melhoria da manutenção da vicinais e construção de pontes; e melhoria na qualidade de vida no tocante à saúde (combate às epidemias de malária e dengue), poe exemplo”, enumera o articulador. “Toda a população está ansiosa para ver o programa em prática no seu dia-a-dia”, complementa.

Para o agricultor João Wilson Silva, que mora no Projeto de Assentamento (PA) Palmeira Jussara, em Marabá, educação e saúde são as maiores necessidades da comunidade. “Eu, que conheço a região, sei que ela precisa de mais estradas, não só fazer, mas, também, manter as que já existem. Mas o que precisamos mesmo são de mais escolas e postos de saúde”, enfatiza o agricultor.

O Programa - Os eixos de ação do programa são o apoio às atividades produtivas, cidadania e acesso à direitos e qualificação da infra-estrutura. Neste primeiro ano, 958 municípios brasileiros serão beneficiados.

O Territórios da Cidadania trabalha com base na integração das ações dos governos federal, estadual e municipal, em um plano desenvolvido para cada território com a participação da sociedade. Nos territórios, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinará o plano de desenvolvimento territorial e uma agenda pactuada de ações estimadas em mais de seis mil obras e serviços em todo o território nacional.

Os 60 territórios selecionados para a primeira fase do programa estão entre os que possuem o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País. Ao todo são 126 territórios e a previsão é de que até 2010 todos sejam contemplados.

Território do Sudeste Paraense: http://www.agenciaradioweb.com.br/conteudo/materias/080214182457Bol_Sudeste_PA.mp3

Grande Dourados (MS) está no Territórios da Cidadania – Sítio Eletrônico do MDA – 22/02/2008

O Território da Grande Dourados, no Mato Grosso do Sul, é um dos dois territórios do estado escolhidos para um novo programa do governo federal: o Territórios da Cidadania. O lançamento nacional será na próxima segunda-feira (25), em Brasília, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O foco de mais essa ação federal é reunir, em 2008, R$ 11, 3 bilhões em 135 ações destinadas a 60 territórios rurais do País – todos com menor Índice de Desenvolvimento Humano e baixo dinamismo social.

Somente para o Mato Grosso do Sul serão R$ 200,7 milhões. Os recursos, já definidos e orçados pelo Governo Federal, serão aplicados em ações de apoio a atividades produtivas, de cidadania e desenvolvimento social e de infra-estrutura. Com o Programa, serão ampliadas ações de assistência técnica e infra-estrutura de assentamentos rurais, para agricultores familiares e pescadores.

Também serão reforçadas ações de programas como os de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Luz para Todos, Bolsa Família, Farmácia Popular, Saúde da Família e Brasil Sorridente. O estímulo será para o desenvolvimento regional e para os

direitos sociais em regiões que mais precisam, com a integração de ações dos governos federal, estaduais e municipais e participação da sociedade

Perfil da Grande Dourados - O Território da Grande Dourados é formado por 12 municípios: Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Juti, Nova Alvorada do Sul, Rio Brilhante e Vicentina. Em todos eles, o sentimento de preservação do meio ambiente foi potencializado e passado da teoria para a prática depois que eles receberam o kit do projeto Ações para Educação e Recuperação Ambiental.

A iniciativa foi viabilizada com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para Infra-Estrutura (Proinf). Manejo sustentável dos recursos naturais, recuperação de áreas degradadas e matas ciliares, criação de viveiros para fornecimento de mudas aos pequenos agricultores são, atualmente, práticas comuns em todos eles.

Em Caarapó, município que não tem os 20% de área de reserva legal, a recuperação do passivo ambiental tem meta: recuperar as matas ciliares e depois reflorestar. Já existe campanha do poder municipal entre todos os produtores rurais para saldar essa dívida com o meio ambiente.

Em Dourados, recursos do projeto de educação ambiental possibilitaram à Escola Agrícola Padre André Capelli ampliar o viveiro de mudas para atender mais agricultores. Somente o Projeto de Assentamento (PA) Lagoa Azul levou, em 2006, 380 mudas de árvores como cedro, ipê, tambari e nin. Ivo Resende de Oliveira, viveirista da escola, conta que existem no local hortelã, melissa, mil folhas, cânfora, bardana, cavalinha, confrei, sálvia, camomila, ginseng, bálsamo, folha da fortuna, orégano e manjericão.

Leite, orgânicos e mel - No Território da Grande Dourados é forte a produção leiteira. Para atender às exigências sanitárias, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) destinou a cada um dos doze municípios do território três pequenos resfriadores de leite. Além disso, instalou em Dourados uma pequena usina para o processamento da produção dos 90 produtores da Associação dos Vendedores de Ambulantes de Leite (AVA).

Em Glória de Dourados, o café é que aparece com diferencial na produção agrícola. Isso porque dezessete pequenos produtores apostaram na produção orgânica. E o volume cresce anualmente. Em 2005 a produção atingiu 6,8 mil quilos. No ano seguinte, 7,8 mil quilos. Ano passado a quantidade atingiu 16 mil quilos. Neste ano a pretensão é chegar a 300 quilos por dia. Além do café, os produtores orgânicos do território da Grande Dourados pretendem cultivar organicamente amendoim, cana, hortifrutigranjeiros e frango caipira.

Outra cadeia produtiva de sucesso no Mato Grosso do Sul, e que será reforçada em 2008, é a do mel. Já está programado o investimento de R$ 67 mil para criação de uma central de envasamento do produto. O estabelecimento deverá ocupar parte das instalações da sede da Associação dos Apicultores de Rio Brilhante (APIRB). Parte da produção será adquirida pela Conab para compor o cardápio da merenda escolar de escolas públicas.

Rio Preto da Eva recebe lançamento do Territórios da Cidadania – Sítio Eletrônico do MDA – 22/02/2008

Representantes do Governo Federal, estadual, municipal e dos movimentos sociais, estarão reunidos, no próximo dia 25, no Centro Social São Pedro (Rua João Machado), em Rio Preto da Eva (AM), para assistir a transmissão do lançamento oficial do Programa Territórios da Cidadania pelo Presidente do República, Luís Inácio Lula da Silva.

O lançamento vai ocorrer simultaneamente em 27 territórios, um em cada estado brasileiro, através de teleconferências. No Amazonas, a cerimônia regional acontece a partir das 9 horas e a transmissão do discurso do presidente, direto do Palácio do Planalto, começa às 10 horas (11 horas no horário de Brasília). Na parte da tarde, os chefes dos 15 Ministérios envolvidos detalharão as ações do programa a serem aplicadas em cada território.

No dia 26, terá início o Comitê Gestor do Território em uma assembléia onde será detalhada a programação de investimentos e elencadas as prioridades de aplicação no Território Entorno de Manaus.

No dia 26 haverá uma reunião de trabalho onde será apresentado o ciclo de gestão do programa, a matriz de ações territoriais e construção da agenda territorial.

Participação popular - O coordenador do núcleo diretivo da Comissão Implantadora de Ações Territoriais (Ciat) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) da região, José Caldeira, afirma que a participação popular no programa é um grande diferencial. “O Territórios da Cidadania é a realização de um sonho. É um momento muito importante para os trabalhadores rurais, já que definiremos as políticas públicas para os 13 municípios da nossa região em conjunto com o governo” ressalta.

No Território do Entorno de Manaus serão aplicados R$ 445,2 milhões em diversas áreas como ações fundiárias, apoio à gestão territorial, direitos e desenvolvimento social, educação e cultura, infra-estrutura, organização sustentável da produção, saúde, saneamento e acesso à água e energia elétrica.

“Um dos principais gargalos para o desenvolvimento da produção rural nessa região é a questão da regularização fundiária, assistência técnica e infra-estrutura, assim poderemos ter mais acesso a créditos, como o do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que nos permite aumentar nossa produção” observa Caldeira.

Além de Rio Preto da Eva, também fazem parte do território os municípios de Autazes, Careiro, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Itapiranga, Manaquiri, Manaus, Nova Olinda do Norte, Presidente Figueiredo, Silves e Urucurituba. Os outros dois Territórios do Amazonas são o Baixo Amazonas e o Alto Rio Negro, onde serão investidos R$ 93,4 milhões e R$ 22,4 milhões respectivamente.

Território do Entorno de Manaus: http://www.agenciaradioweb.com.br/conteudo/materias/080213193016Bol_Entorno_de_Manaus_AM.mp3

Mais ações no Território da Reforma (MS) – Sítio Eletrônico do MDA – 22/02/2008

Educação e organização produtiva são duas das frentes escolhidas para aperfeiçoar o perfil agrícola do Território da Reforma, localizado no Mato Grosso do Sul. O local é um dos 60 territórios brasileiros selecionados para receber investimentos do Programa Territórios da Cidadania. O novo programa federal será lançado na próxima segunda-feira (25), em Brasília, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Neste ano, o investimento será de R$ 11,3 bilhões em 135 ações interministeriais voltadas ao desenvolvimento regional e à garantia de direitos sociais.

Juvenal Vieira dos Santos Filho é presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Nioaque (CMDR). Ele acredita que o Territórios da Cidadania fará a diferença para o Território da Reforma – formado pelos municípios de Jardim, Sidrolândia, Anastácio, Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Dois Irmãos do Buriti, Guia Lopes da Laguna, Maracaju, Nioaque e Terenos. "Temos aqui muitas aldeias indígenas e assentamentos da reforma agrária", relata Santos Filho. Assim como o Território da Reforma, os demais territórios selecionados para o novo programa federal foram escolhidos por possuir os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e baixo dinamismo social do País.

Eixos do Programa - Em todo o Brasil, os R$ 11,3 bilhões do Programa Territórios da Cidadania serão investidos conforme três eixos. O primeiro deles é o de Ações Produtivas, cujo recurso é de R$ 2,3 bilhões. O segundo dos eixos é o de Cidadania e Acesso a Direitos Humanos, que terá R$ 5,6 bilhões para investimento em todos os 60 territórios do Programa. O terceiro eixo é o de Qualificação e Infra-estrutura. Para esse último, foi definido o recurso de R$ 3,4 bilhões.

Além de presidente do CMDR de Nioaque, Santos Filho integra também o Conselho de Desenvolvimento Territorial (Codeter), que é uma instância deliberativa com representantes da sociedade civil organizada e do poder público dos onze municípios que compõem o Território da Reforma. Segundo ele, a expectativa é de que as obras definidas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) sejam reforçadas pelas ações do Territórios da Cidadania.

Em 2007, o Território da Reforma teve duas prioridades no seu PTDRS para execução neste ano: melhorar a estrutura física da escola rural já existente e instalar um centro de processamento de grãos em Nioaque. Tal centro é o embrião da já projetada cooperativa mista regional. Nos dois casos, os recursos foram destinados pelo MDA e encontraram respaldo das prefeituras municipais.

O Codeter também decidiu por melhorias na Escola Família Agrícola de Sidrolândia (Efasidro). A idéia é construir um alojamento com infra-estrutura completa para 64 leitos e transformar a escola num centro regional para formação de jovens rurais, incluindo ensino médio e cursos técnicos. O centro de ensino é o terceiro do gênero em Mato Grosso do Sul e foi fundado em 2006 na antiga sede de um latifúndio transformado no projeto de assentamento Capão Bonito I

"Nem precisamos convencer ninguém. Na medida em que apresentamos a escola no Codeter, os representantes dos outros municípios viram que o projeto beneficia a região como um todo", explica a monitora de Zootecnia Sônia Marques de Brito. Ela foi a responsável por defender a proposta perante o conselho. Enquanto aguardam o início das obras, em fase do projeto de engenharia, os alunos não esmorecem na dedicação aos estudos. O professor Wilson ressalta que a maioria dos adolescentes atendidos por esse tipo de escola é oriunda de assentamentos da reforma agrária e pequenas propriedades rurais, para onde voltam levando os ensinamentos.

Além disso, o sistema de ensino intercalado, no qual os alunos ficam uma semana na escola e a outra em casa, permite aplicar as técnicas aprendidas e estabelecer trocas com os conhecimentos tradicionais da comunidade. "Assim a gente ajuda a família e aprende ao mesmo tempo", afirma Lourival de Lima Júnior, do oitavo ano.

Nova cooperativa - Situado a cem quilômetros de Sidrolândia, Nioaque irá abrigar outro empreendimento destinado a fomentar o desenvolvimento do Território da Reforma. Ali, o consórcio de municípios aproveitou os equipamentos adquiridos pela prefeitura com financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Infra-Estrutura (Proinf) e está instalando um centro de classificação e empacotamento de grãos.

Esse é o primeiro passo de um empreendimento mais ambicioso. Eduardo Rossi, presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) de Guia Lopes da Laguna, conta que a intenção é evoluir para uma cooperativa mista regional. "A comercialização é um dos nossos maiores gargalos e ao mesmo tempo os municípios em volta importam 90% das frutas e das verduras". Com o tempo, a cooperativa deve organizar as outras associações em uma rede. Algumas iniciativas já estão estruturadas, como a farinheira de Anastácio. "Eles podem se associar para escoar a produção e adquirir os insumos agrícolas", afirma Vilazo Feliciano de Oliveira, diretor do Departamento de Fomento aos Pequenos Produtores Rurais de Nioaque e também integrante do Codeter.

Outra instituição interessada nas melhorias que poderão ser proporcionadas pelo programa do governo federal é a Cooperativa Agropecuária Retirada da Laguna (Cooperlag). Com 59 integrantes e produção mensal média de 70 mil litros, a entidade tem planos de ampliar o número de associados, a capacidade de processamento e a inserção no mercado. Para tanto, o presidente Ângelo Cordelli pretende apostar nas parcerias possibilitadas pelo Territórios da Cidadania. "Quero saber mais de perto sobre essa novidade boa e ver como melhorar para os associados", diz ele.

Roraima aposta na capacitação do homem do campo – Sítio Eletrônico do MDA – 22/02/2008

A capacitação do homem do campo com foco na melhoria da produção e na profissionalização do setor será prioridade do Programa Territórios da Cidadania, no Território Sul de Roraima. O programa será lançado no próximo dia 25, pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, em Brasília (DF).

O investimento nacional é de R$ 11,3 bilhões, que serão distribuídos entre os 60 territórios contemplados pelo programa. Ao Sul de Roraima será destinado um recurso de R$ R$ 67,7 milhões para ser aplicado nos três eixos do programa: Apoio às Atividades Produtivas, Cidadania e Acesso à Direitos e Qualificação da Infra-Estrutura.

O Território Sul, que vem sendo implantado desde 2004, é uma das regiões com maior potencial econômico para a atividade rural do estado. A população de 33.487 habitantes trabalha principalmente na agricultura de subsistência, pecuária tradicional, extração de madeira, fruticultura e artesanato, mas carece de investimentos para melhorar a produção e profissionalizar o setor agropecuário.

Segundo Marcelo Pereira, coordenador da Comissão de Implantação de Ações Territoriais (Ciat), cerca de 800 famílias já foram diretamente beneficiadas pela criação do território em 2004. Para este ano, as instituições governamentais e não-governamentais que articulam as políticas públicas do território elaboram projetos para implantação de hortigranjeiros em Caroebe, São João da Baliza e São Luis do Anauá, três dos quatro municípios que compõem o território.

Em Rorainópolis, que fecha o quarteto de municípios do Sul de Roraima, as mulheres artesãs serão beneficiadas com cursos de capacitação e com a construção de um galpão. Também está previsto o apoio na elaboração do Plano de Manejo da Floresta Nacional de Anaúa, próxima à assentamentos do Governo Federal na região.

No Sul de Roraima o programa também capacitará os agricultores familiares nas áreas de caprinocultua (Rorainópolis), bananicultura (Caroebe) e artesanato, na Vila Novo Paraíso, além da gestão social em todas as localidades.

Outra ação, apoiada pela Petrobrás, buscará desenvolver a cadeia produtiva da ovinocultura em Rorainópolis e o desenvolvimento de mercado da banana, em Caroebe. “Este último projeto também tem o apoio do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e da Fundação Banco do Brasil, para identificar mercados, potencializar a infra-estrutura e melhorar o processo produtivo da banana, que é um dos principais produtos voltados para a exportação no Território Sul”, explica Marcelo.

Há ainda empreendimentos focados na agroindústria de pequeno porte para o beneficiamento de polpa de frutas tropicais e uma fábrica de gelo para atender a demanda dos pescadores da região. Os 387 pescadores da região serão capacitados para a pesca artesanal, beneficiamento do pescado, culinária de pescado regional e piscicultura.

Lançamento do programa - O lançamento oficial do programa será transmitido ao vivo para todo o País. Rorainópolis, município a 310 quilômetros de Boa Vista, é uma das 27 cidades brasileiras que transmitirá o evento. A transmissão será feita na unidade local da Universidade Estadual de Roraima (UERR), a partir das 8 horas (horário local).

O Territórios da Cidadania combina 135 ações em seus três eixos, envolvendo a participação de 15 ministérios e seis mil obras previstas. Neste primeiro ano, 958 municípios brasileiros serão beneficiados.

Os 60 territórios selecionados para a primeira fase do programa estão entre os que possuem o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País. Ao todo são 126 territórios e a previsão para 2009 é de que os outros 60 sejam contemplados.

Território Sul de Roraima
http://www.agenciaradioweb.com.br/conteudo/materias/080213193219Bol_Sul_RR.mp3

Nordeste do Pará busca assistência técnica para diversificar produção – Sítio Eletrônico do MDA – 22/02/2008

Apoio técnico e financeiro aos pequenos agricultores para que descubram e explorem as potencialidades produtivas da terra, abrindo novos mercados e possibilidades de geração de renda. É o que esperam os trabalhadores rurais de São Domingos do Capim, no Pará, a partir das ações do Programa Territórios da Cidadania, que será lançado no próximo dia 25 pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, na capital federal.

O programa prevê o investimento de R$ 11,3 bilhões em ações de infra-estrutura, apoio às atividades produtivas e acesso a direitos sociais. Nessa primeira fase, foram escolhidos os 60 territórios com o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País. O Nordeste do Pará contará com R$ 233 milhões para investimento nesses três eixos.

Com o lançamento do Territórios, São Domingos do Capim, um dos 15 municípios que formam o Território do Nordeste do Pará, passa a viver a expectativa do atendimento das necessidades de seus trabalhadores rurais, dentre eles as mais de 500 famílias assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em quatro projetos da reforma agrária.

Para tanto, o presidente da Associação dos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento (PA) Palheta, José Carlos Ribeiro, sabe que os agricultores precisam elaborar uma pauta comum de prioridades. Suas demandas serão defendidas junto ao comitê gestor do programa no Território do Nordeste do Pará.

O programa trabalha com base na integração das ações dos governos federal, estadual e municipal, em um plano desenvolvido para cada território com a participação da sociedade. “Já que o governo federal, o estado e os municípios estão em parceria para eliminar a desigualdade no campo, nós também devemos nos juntar para participar das discussões e reivindicar que parte desse dinheiro possa ser aplicado na diversificação da nossa produção e também na superação dos outros problemas que nos afligem”, conclui o líder dos produtores do PA Palheta.

O Pará conta com cinco Territórios da Cidadania, abrangendo 57 municípios nas regiões Nordeste e Sudeste do Estado; Transamazônica; Ilha do Marajó, e Baixo Amazonas. Somente no Território do Nordeste do Pará, o programa federal de combate à pobreza no campo tem potencial para beneficiar mais de 13 mil famílias assentadas em 54 projetos da reforma agrária.

Monocultura dificulta geração de renda - Ribeiro aponta a predominância da monocultura como o principal obstáculo a ser superado para viabilizar a geração de renda necessária à melhoria da qualidade de vida dos agricultores de sua região.

Comum na maior parte das comunidades rurais do Pará, a monocultura restringe a participação da produção familiar no mercado agrícola. Sua prática decorre principalmente da carência de assistência técnica e de incentivos financeiros para facilitar o acesso do homem do campo a técnicas mais avançadas de aproveitamento da terra e aperfeiçoamento dos métodos produtivos.

“Não podemos melhorar nossa participação no mercado regional e aumentar a renda dos nossos agricultores enquanto a maioria deles permanecer concentrada somente na produção da farinha de mandioca, e de forma artesanal”, explica José Carlos.

De acordo com o agricultor, a situação dos trabalhadores rurais de sua comunidade já melhorou a partir da criação do assentamento, pelo Incra. Créditos para construção de habitações e apoio à produção também garantiram mais conforto às famílias assentadas. “Mas assistência técnica e financiamento são importantes e ainda faltam aqui no Palheta”, destaca o agricultor.

Idéias para diversificar a produção e gerar renda sobram na criatividade de quem é acostumado a lidar diariamente com a adversidade do meio rural. Dentre elas, a exploração da piscicultura e a criação de rebanho leiteiro para a produção de laticínios. São sonhos partilhados pelas 125 famílias do PA Palheta, mas que dependem de apoio do governo para que se concretizem.

O Programa - O Territórios da Cidadania prevê a realização de 135 ações em seus três eixos e envolve a participação de 15 ministérios. Neste primeiro ano, 958 municípios brasileiros serão beneficiados.

Nos territórios, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinará o plano de desenvolvimento territorial e uma agenda pactuada de ações estimadas em mais de seis mil obras e serviços em todo o território nacional.

Território Nordeste do Pará: http://www.agenciaradioweb.com.br/conteudo/materias/080217174840Bol_Nordeste_PA.mp3

Sul do Amapá investirá em infra-estrutura educacional – Sítio Eletrônico do MDA – 22/02/2008

Mazagão, Laranjal do Jarí e Vitória do Jarí são os municípios do Território Sul do Amapá que receberão recursos do Programa Territórios da Cidadania, do Governo Federal, que será lançado no próximo dia 25 pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, na capital federal.

Segundo o articulador territorial na região, Admilson Pimentel, as expectativas referentes ao programa são as melhores possíveis. "Com o recurso destinado aos municípios do Sul do Amapá esperamos de imediato melhorias na infra-estrutura educacional, principalmente", afirmou Admilson.

O investimento nacional é de R$ 11,3 bilhões, que serão distribuídos entre os 60 territórios contemplados pelo programa. Ao Sul do Amapá será destinado um recurso de R$ R$ 36,6 milhões para ser aplicado nos três eixos do programa: Apoio às Atividades Produtivas, Cidadania e Acesso à Direitos e Qualificação da Infra-Estrutura.

Existem no território 3.132 famílias assentadas pelo programa de reforma agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), 266 agricultores familiares na região, 357 famílias de pescadores e duas reservas indígenas. Todos serão beneficiados por ações que visam, principalmente, reduzir as desigualdades sociais em todo o País.

As ações combinarão, por exemplo, financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com a ampliação da assistência técnica; a construção de estradas com a ampliação do Programa Luz para Todos; a recuperação da infra-estrutura dos assentamentos com a ampliação do Bolsa Família; a implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) com a ampliação dos programas Saúde da Família, Farmácia Popular e Brasil Sorridente; e a construção de escolas com obras de saneamento básico e construção de cisternas.

O Programa - O Territórios da Cidadania prevê a realização de 135 ações em seus três eixos e envolve a participação de 15 ministérios. Neste primeiro ano, 958 municípios brasileiros serão beneficiados.

O programa trabalha com base na integração das ações dos governos federal, estadual e municipal, em um plano desenvolvido para cada território com a participação da sociedade. Nos territórios, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinará o plano de desenvolvimento territorial e uma

agenda pactuada de ações estimadas em mais de seis mil obras e serviços em todo o território nacional.

Os 60 territórios selecionados para a primeira fase do programa estão entre os que possuem o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País. Ao todo são 126 territórios e a previsão para 2009 é de que os outros 60 sejam contemplados.

Lançamento - O lançamento vai ocorrer simultaneamente em 27 territórios, um em cada estado brasileiro, através de teleconferências. No Amapá, a teleconferência acontece em Mazagão, dia 25, às 9 horas, no Centro de Múltiplo Uso.

No dia 26 haverá uma reunião de trabalho onde será apresentado o ciclo de gestão do programa, a matriz de ações territoriais e construção da agenda territorial.

Território do Sul do Amapá
http://www.agenciaradioweb.com.br/conteudo/materias/080211174404Bol_Sul_AP.mp3

Programa ampliará desenvolvimento no Tocantins – Sítio Eletrônico do MDA – 22/02/2008

O Bico do Papagaio é um dos 60 territórios que serão atendidos pelo programa, que será lançado no próximo dia 25 pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, com transmissão ao vivo para todo o País.

O Territórios da Cidadania vai estimular o desenvolvimento regional e assegurar direitos sociais em regiões que apresentam o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País e baixo dinamismo econômico. O novo programa reúne ações de 15 ministérios e trabalha com a integração de iniciativas do Governo Federal, dos governos estaduais e municipais, e com a participação da sociedade. O investimento previsto é de R$ 11,3 bilhões em 2008, com a execução de 135 ações interministeriais nos territórios.

No Tocantins, 25 municípios que formam o Bico do Papagaio serão atendidos pelo programa, com investimento de R$ 456,7 milhões. Este será o segundo maior valor investido pelo Governo Federal nos territórios. Os recursos serão aplicados em ações de assistência técnica e infra-estrutura para os agricultores familiares e em programas como o de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Luz para Todos, Saúde da Família, Bolsa Família, Farmácia Popular e Brasil Sorridente.

O articulador do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no estado, Delso Oliveira Andrade, explica que os investimentos vão incentivar o desenvolvimento regional, a cidadania e a qualidade de vida de todos os cidadãos nos municípios contemplados pelo programa. “O Territórios da Cidadania é uma oportunidade para a elaboração de uma política pública com efetiva participação da sociedade”, afirma o articulador.

Andrade lembra que o Território do Bico do Papagaio foi palco de diversos conflitos agrários durante as décadas de 70 a 80, marcados por luta pela posse da terra e defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. “Estes acontecimentos fortaleceram o espírito de mobilização e de articulação da sociedade civil que espera acentuar o processo de desenvolvimento região por meio das ações do Territórios da Cidadania”, ressalta.

Os municípios tocantinenses contemplados são Aguiarnópolis, Ananás, Angico, Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Carrasco Bonito, Darcinópolis, Esperantina, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Praia Norte, Riachinho, Sampaio, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins e Tocantinópolis.

Expectativas - No Projeto de Assentamento Reis, em Itaguatins, o agricultor Aldo José Brito vê com expectativas a implantação do programa no estado. Ele diz que as ações devem priorizar investimentos nas áreas de saúde, educação, transporte e infra-estrutura para as comunidades rurais, que têm dificuldades de acesso a muitas dessas políticas.

Para Brito, os recursos devem ser aplicados ainda em projetos que apóiem a agricultura familiar, a recuperação e a preservação ambiental, a comercialização da produção e a capacitação dos assentados. “Nós esperamos que essa iniciativa do Governo Federal incentive o desenvolvimento dos assentamentos na região”.

A coordenadora da Comissão de Instalação de Ações Territoriais do Bico do Papagaio e diretora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esperantina, Maria Senhora Carvalho da Silva, afirma que o programa inova ao integrar as ações do poder público e incentivar a participação popular.

Ela destaca que os recursos devem priorizar as ações de apoio e fortalecimento das cadeias produtivas e desenvolvimento da reforma agrária. “O principal desafio é viabilizar uma agricultura familiar sustentável de acordo com os padrões culturais e ambientais que respeitem as particularidades da região e promovam o manejo racional do ecossistema e a geração de renda”, acrescenta a coordenadora.

Lançamento - No Bico do Papagaio, agricultores familiares e autoridades acompanharão a transmissão do lançamento do programa na Escola Estadual Manoel Vicente Souza, em Augustinópolis, a partir das 11 horas. No parte da tarde, à partir das 14 horas, participarão de uma videoconferência para apresentação das diretrizes do programa.

Na terça-feira (26), às 9 horas, representantes da sociedade civil e do poder público iniciam as discussões sobre o plano de desenvolvimento e o calendário de execução das ações do programa no território.

Território do Bico do Papagaio: http://www.agenciaradioweb.com.br/conteudo/materias/080214183302Bol_Bico_do_Papagaio_TO.mp3

MDA e MDS discutem lançamento do Territórios da Cidadania – Sítio Eletrônico do MDS – 22/02/2008

Os ministros do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) discutiram detalhes do Programa Territórios da Cidadania

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, recebeu nesta sexta-feira (22/02), em seu gabinete, uma visita do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, para reunião de trabalho entre equipes das duas pastas. Em pauta, os ajustes para o lançamento do Programa Territórios da Cidadania, do Governo Federal, marcado para próxima segunda-feira (25). O Programa reúne 15 Ministérios e tem o objetivo de superar a pobreza rural por meio do desenvolvimento regional, melhoria da qualidade de vida e garantia de direitos e cidadania.

O Territórios da Cidadania prevê um investimento total de R$ 11,3 bilhões ao longo de 2008 para o desenvolvimento de 135 ações, que se dividem em três eixos: infra-estrutura, apoio a atividades produtivas e ações de direito e cidadania. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), juntos, respondem pelo aporte de R$ 8,4 bilhões no programa.

O ministro Cassel reforçou a importância dessa iniciativa do Governo Federal de envolver e integrar ações em várias áreas para promover o desenvolvimento regional. Ele também destacou a participação do MDS no programa, reforçando a importância da agenda social nessas ações. Cassel lembrou ainda que, além das ações do Governo Federal, os governos estaduais e municipais poderão apresentar outros projetos para os territórios. Os Colegiados Territoriais, previstos para cada um dos 60 Territórios da Cidadania, também prevêem a participação da sociedade civil.

Integração de políticas públicas - Na avaliação do ministro Patrus Ananias, o Territórios da Cidadania representa um novo olhar sobre políticas sociais e fortalece a visão de promoção integrada de políticas públicas. Ele observou que o programa parte de experiências exitosas já existentes no Governo Federal voltadas para a promoção do desenvolvimento regional sustentável. Outro ponto positivo para o ministro é o reforço da interface entre MDA e MDS, ampliando a sinergia sobretudo na área de segurança alimentar e nutricional.

Para 2008, foram selecionados 60 Territórios da Cidadania com menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do País. São conjuntos de municípios organizados a partir de características sociais, econômicas, ambientais e culturais, que constituem uma identidade territorial. São localidades com baixa atividade econômica e concentração de agricultores familiares e assentamentos, beneficiários do Programa Bolsa Família, populações quilombolas e indígenas. Neste ano, estarão cobertos 958 municípios.

Os municípios atendidos neste ano pelo Territórios da Cidadania somam uma população de 24 milhões de pessoas, sendo 7,8 milhões na área rural. Nesses 60 territórios, há um milhão de agricultores familiares, 319,4 mil famílias assentadas da Reforma Agrária, 2,3 milhões de famílias beneficiárias do Bolsa Família, 350 comunidades quilombolas, 149 terras indígenas e 127,1 mil famílias de pescadores.

Como funcionará o programa - O Territórios da Cidadania será desenvolvido em conjunto com as três esferas de governo (União, Estados e Municípios) e a comunidade.

Juntos, em um Conselho Territorial, seus representantes vão definir, até o final de março, um plano de desenvolvimento local e uma agenda de ações.

Cada uma das propostas apresentadas pela população será analisada previamente por técnicos das respectivas pastas. Até abril, serão definidas as prioridades e seus respectivos cronogramas de execução. Poderão ser incluídas ações dos governos estaduais e municipais, ampliando, assim a agenda pactuada entre governo e sociedade.

A população também terá importante papel de controle social. Todos os investimentos estarão detalhados no Portal Territórios da Cidadania (www.territoriosdacidadania.gov.br). O portal faz parte de uma política de transparência, permitindo a qualquer cidadão o acompanhamento, via internet, de cada projeto, desde sua licitação até a conclusão. **Paola Amorim / Ismália Afonso*

Programa Territórios da Cidadania vai melhorar a vida nas regiões mais pobres do País – Sítio Eletrônico do MDS – 22/02/2008

Os ministros do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, e do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, participam, na próxima segunda-feira (25/02), do lançamento do Programa Territórios da Cidadania do governo federal. A solenidade, que contará com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, está marcada para as 11h30, no Salão Nobre do Palácio do Planalto, em Brasília (DF).

Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Territórios da Cidadania é uma parceria entre 15 ministérios, entre eles o do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Juntos, MDA e MDS investirão R$ 8,4 bilhões no novo programa, criado para superar de vez a pobreza no meio rural por meio do desenvolvimento regional, melhoria da qualidade de vida e garantia de direitos e cidadania. O investimento total previsto é de R$ 11,3 bilhões, que possibilitarão a execução de 135 ações.

Logo após a solenidade de lançamento do programa, ainda no Palácio do Planalto, os ministros do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, e do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, darão entrevista coletiva à imprensa sobre o novo programa que está dividido em três eixos: melhoria de infra-estrutura; incentivo à produção; e acesso à cidadania e desenvolvimento social.

Para 2008, foram selecionados 60 Territórios da Cidadania com os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do País. As áreas são conjuntos de municípios organizados a partir de características sociais, econômicas, ambientais e culturais, que constituem uma identidade territorial. Nessas localidades – que apresentam baixa atividade econômica - há concentração de agricultores familiares e assentamentos, beneficiários do Programa Bolsa Família, populações quilombolas e indígenas. Neste ano, já estarão cobertos 958 municípios. Em 2009, o programa alcançará outros 60 territórios.

O MDS desenvolverá 10 atividades: Ações Socioeducativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho; Benefício de Prestação Continuada (BPC) às pessoas com deficiência e às pessoas idosas; Programa de Atenção Integral à Família; Programa Bolsa Família – Benefício; Programa Bolsa Família – Índice de Gestão Descentralizada; Acesso à água para a produção de alimentos (2ª água); Aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar; Programa Cisternas; além do Centro de

Referência Especializado em Assistência Social. Nesse último, serão oferecidos serviços de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias; e de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas.

PÚBLICO – Nas 958 cidades em que o Territórios da Cidadania chegará em 2008, vivem 24 milhões de pessoas, sendo 7,8 milhões de habitantes da área rural. Entre os beneficiários de programas sociais do governo federal, há 1 milhão de agricultores familiares; 319,4 mil famílias assentadas da Reforma Agrária; 2,3 milhões de famílias são beneficiárias do Bolsa Família, há 350 comunidades quilombolas, 149 terras indígenas e 127,1 mil famílias de pescadores.

O programa é resultado da soma de políticas públicas coordenadas, investimentos financeiros e, também, de participação popular. A integração visa, sobretudo, a melhorar o IDH na localidade, evitar o êxodo rural e superar desigualdades regionais.

Assim, o Territórios da Cidadania será desenvolvido em conjunto com as três esferas de governo (União, Estados e municípios) e a comunidade. Juntos, em um Conselho Territorial, seus representantes vão definir, até o final de março, um plano de desenvolvimento local e uma agenda ações.

Entre as ações que terão financiamento do Programa Territórios da Cidadania, estão a implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência de Assistência Social (CREAS), o Bolsa Família e a construção de cisternas, todas essas do MDS.

Cada uma das propostas apresentadas pela população será analisada previamente por técnicos das respectivas pastas. Se aprovadas, serão concretizadas. Até abril, serão definidas as prioridades e seus respectivos cronogramas de execução. Poderão ser incluídas ações dos governos estaduais e municipais, ampliando, assim, a agenda pactuada entre governo e sociedade.

Além de contribuir para definição das ações do Território da Cidadania, a população terá o importante papel de controle social. Para isso, todos os investimentos, obras e programas serão públicos e estarão detalhados no Portal Territórios da Cidadania (www.territoriosdacidadania.gov.br). Com a política de transparência, qualquer cidadão poderá acompanhar, via internet e em tempo real, cada projeto, desde sua licitação até a conclusão.

Ismália Afonso

Acesse aqui o mapa dos 60 Territórios da Cidadania. E confira aqui a relação dos 958 municípios beneficiados.

SERVIÇO

Lançamento do Programa Territórios da Cidadania – Coletiva dos ministros Patrus Ananias (Desenvolvimento Social e Combate à Fome) e Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário)

Data: 25 de fevereiro de 2008 (segunda-feira)

Horário: A partir das 11h30

Local: Salão Nobre – 2º Andar - Palácio do Planalto – Brasília (DF)

Lobby verde de Lula convence ricos - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Brasil - 22/02/2008

A novidade não estava no discurso, mas na reação da platéia. Ontem, no auditório do Itamaraty, em Brasília, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva repetiu, mais uma vez, sua defesa eloqüente aos biocombustíveis e seu papel no combate ao aquecimento global. "Os biocombustíveis têm que estar no centro de uma estratégia global de proteção ao meio ambiente", disse Lula. Quem o escutou, desta vez, foram uns 100 parlamentares dos países mais ricos do mundo e dos cinco emergentes, o grupo batizado de G8+5. Eles capitularam ao lobby verde: reconheceram sua importância na redução dos gases estufa e vão recomendar aos governos que reforcem a posição dos biocombustíveis nos acordos internacionais do clima. Fizeram só uma ressalva - mais comercial do que ambiental.

No documento final dos membros do Globe, uma organização internacional de legisladores que promove diálogos sobre mudanças climáticas e ecossistemas, os biocombustíveis receberam aval positivo assim como a liderança do Brasil no setor. A idéia é levar tudo à próxima reunião do G8+5, em julho, no Japão. As recomendações percorrem o caminho habitual - de que a produção seja sustentável e devidamente certificada. Lula garantiu, exibindo números do IBGE, que a produção de biocombustíveis no Brasil não concorre com a de alimentos e que não se está desmatando a Amazônia para fazer etanol. "Não há possibilidade de um cidadão brasileiro derrubar um pé de árvore na Amazônia para colocar lá uma cabeça de gado ou plantar uma oleoginosa", improvisou. "Não olhem o programa de biocombustíveis a partir do mapa da Europa, onde tudo está arrumado. Olhem como uma oportunidade para a África, para a América Latina."

O olhar dos parlamentares europeus ficou sutilmente enviesado. As taxações aos biocombustíveis devem ser revistas com urgência, concordam. Mas permaneceu entre colchetes - código usado nas negociações internacionais para sinalizar quando não há consenso em algum trecho - a frase que diz que este tema deveria ser prioridade na Rodada Doha da OMC. A objeção européia teve sotaque francês e alemão. Ainda há suspeitas da pressão que os biocombustíveis exercem sobre a floresta, justificaram. Estudo da Universidade de Minnesota, publicado recentemente na revista "Science", dá conta do prejuízo que cortar árvores para plantar cana representa na absorção do carbono da atmosfera. As reticências, esclareceu Michael Kauch, membro do parlamento alemão, são uma reação ao que ocorreu na Indonésia, onde florestas vieram abaixo para dar lugar ao plantio de palma.

A ressalva aos biocombustíveis pode até ter uma raiz ambiental. No caso americano, porém, as taxações protegem a produção de etanol do milho, mais cara e menos eficiente que o de cana, e a preocupação com a Amazônia ou o aquecimento global está em segundo plano. Curiosamente, quando o presidente Lula apareceu no encontro do Globe, um dia depois do previsto e sem presença confirmada até minutos antes, os parlamentares americanos haviam acabado de sair do plenário.

Além dos biocombustíveis, os parlamentares queriam avançar em um documento que sugerisse linhas gerais para o que vai acontecer depois de 2012, quando termina o primeiro período do Protocolo de Kyoto. Mas, ao final do evento, ficou ainda trabalho por fazer. "Não houve consenso nas metas", disse Michael Jay, representante do parlamento inglês. Os chineses já haviam avisado que não iam referendar nada porque não teriam recebido o rascunho do documento antes de vir ao Brasil. Limitaram-se a escutar e a exibir um vídeo onde se viam dezenas de termelétricas a carvão sendo derrubadas. "Estamos demolindo as antigas", disse Xu Jianmin, membro da delegação. Ele expôs um ponto de

vista singular: "30% das emissões de gases atribuídas à China não são nossas. Vêm da produção de artigos que, se não estivessem sendo feitos na China, estariam sendo produzidos em outro lugar."

Protesto leva Força Nacional ao Pará - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Vida & - 23/02/2008

Para conter atos de madeireiros contra fiscalização, governo federal decide enviar policiais para Tailândia

Uma operação conjunta da Força Nacional e Polícia Militar (PM), reunindo cerca de 600 homens com o apoio de três helicópteros, deve ocupar hoje e amanhã a cidade de Tailândia, de 53 mil habitantes e a 150 quilômetros de Belém. O objetivo é conter protestos de madeireiros revoltados com uma megaoperação de fiscalização contra a extração e venda de madeira ilegal no Pará.

A presença das tropas visa garantir a retirada de 15 mil metros cúbicos de madeira apreendida na semana passada durante a Operação Guardiães da Amazônia, organizada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

A PM levou para o município seu pelotão de choque, cavalaria e canil, que sairiam de Belém durante a madrugada. O alto comando da PM passou o dia de ontem reunido, tratando dos últimos detalhes da operação. A idéia da operação era de que a cidade amanhecesse hoje já com a presença da Força Nacional e dos policiais paraenses.

Depois de quase uma semana em silêncio, madeireiros de Tailândia mobilizaram a população para protestar contra a fiscalização. Na megaoperação iniciada no dia 11 foram autuadas sete serrarias e apreendidos cerca de 15 mil metros cúbicos de madeira ilegal. Com o começo da retirada das toras, eles reagiram. A população foi às ruas contra os fiscais da secretaria e do Ibama. Uma ponte que dá acesso à cidade, na rodovia PA-150, foi bloqueada e permaneceu assim até o início da noite de terça-feira. Devido ao clima tenso, os agentes tiveram de deixar a cidade.

Anteontem, após assistir a filmes dos tumultos, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Félix, e representantes de outras áreas do governo trataram dos últimos preparativos para a operação Arco de Fogo, contra o desmatamento. A mobilização deve começar nos próximos dias.

Noruega financiará preservação no Brasil - Andrei Netto – Estado de São Paulo – Vida & - 23/02/2008

Os governos brasileiro e norueguês acertaram ontem, em Mônaco, durante o Fórum de Ministros de Meio Ambiente, um esboço de acordo de cooperação internacional para investimentos em ações de preservação ambiental, em especial na manutenção da floresta amazônica. O programa tem o potencial de injetar, em 2013, US$ 100 milhões em projetos de crédito e desenvolvimento como estímulo à redução do desmatamento e à exploração sustentável da mata.

Aprovada pelo Parlamento da Noruega, a iniciativa prevê investimento total de US$ 2,5 bilhões, em cinco anos, em acordos bilaterais firmados com países que abrigam grandes áreas florestais. Uma reunião técnica deve ser realizada em abril, no Brasil.

A idéia é que a verba seja gerenciada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio de um fundo criado para o projeto. “O valor exato e a forma de financiamento ainda serão melhor definidos”, disse o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco.

O desmatamento, especialmente na Amazônia, é a principal fonte brasileira de emissão de gases do efeito estufa, que levam ao aquecimento global. A expectativa é de que o acordo se traduza em ações concretas a partir de 2013, quando deve entrar em vigor a versão que sucederá o atual Protocolo de Kyoto.

Tailândia, Brasil – Folha de São Paulo – Opinião – 23/02/2008

VIVEM na cidade de Tailândia, nordeste do Pará, 67 mil pessoas. Muitas participaram de uma revolta contra fiscais do Ibama e da Secretaria de Meio Ambiente do Estado e em defesa de cerca de 160 madeireiras, a maioria ilegais. Incitadas por seus patrões e pelo receio de perderem o emprego, saíram às ruas para protestar. Protestar é uma coisa; agredir policiais com paus e pedras, outra. Agiu de modo correto a Polícia Militar paraense ao reprimir o protesto. Essas pessoas empregaram meios violentos para apoiar outra ilegalidade: a extração predatória e o comércio ilegal de madeira, realizados sem licença de órgãos ambientais.

Já foram dizimados em torno de 60% da cobertura florestal do município, que tem 19 anos de existência. É patente que isso só foi possível com a prolongada omissão das autoridades federais e estaduais. Ainda que tardia, sua intervenção para pôr fim aos crimes ambientais não pode ser vista como injustificada.

Houve apreensão de estimados 13 mil m3 de madeira, mas seu transporte terminou adiado pelo conflito. Cerca de 900 viagens de carretas seriam necessárias para carregar esse

volume. Cabe ao poder público dar todo o apoio logístico e policial para restaurar a ordem pública, sob pena de sair desmoralizado.

A presença do Estado, no entanto, não deveria resumir-se a deslocar duas centenas de soldados da tropa de intervenção de Belém. Os donos de serrarias têm sua dose de razão ao argumentar que o poder público incita à ilegalidade, de modo indireto, ao procrastinar a concessão de licenças ambientais.

Há 57 pedidos de madeireiras em tramitação (22 operam legalmente). Seis carvoarias estão autorizadas, mas 40 esperam definição. Quanto antes eles foram aceitos ou negados, menor será a chance de novo conflito.

Governo prepara megaoperação para retirada de madeira ilegal – Fabio Guibu e Matehus Pichonelli – Folha de São Paulo – Brasil – 23/02/2008

O governo do Pará prepara uma megaoperação para retirada da madeira extraída ilegalmente e apreendida, no início da semana, em Tailândia (218 km de Belém). O trabalho foi suspenso na terça, devido a confronto entre policiais e cerca de mil pessoas contrárias à fiscalização.

O comando da tropa de intervenção da Polícia Militar informou que, desta vez, está preparado para conter manifestações envolvendo até 20 mil pessoas, o equivalente a quase um terço dos 67 mil habitantes da cidade.

No conflito do início da semana, uma ponte foi interditada com toras incendiadas. Manifestantes depredaram o fórum da cidade e retiveram um grupo de fiscais. Ontem, os 200 policiais da elite da PM, deslocados de Belém para Tailândia, deram uma demonstração pública de força, na tentativa de desestimular novos protestos. Com coletes à prova de balas, escudos, armas pesadas -como metralhadoras- e de efeito moral, PMs passaram o dia enfileirados em locais de grande movimentação.

Homens do serviço de inteligência da PM se infiltraram entre moradores, para detectar eventuais mobilizações. Até o início da noite, não foi registrado confronto. Segundo a Sema (Secretaria Estadual do Meio Ambiente), a retirada dos 13 mil metros cúbicos de madeira apreendidos -suficiente para lotar mais de 700 caminhões- só será iniciada após trabalho de pacificação.

Um leilão com a madeira apreendida será promovido pelo governo, o que deve render aos cofres públicos pelo menos R$ 4 milhões, segundo estimativa. Metade do valor deve ser revertida em ações de requalificação profissional, e outra parte, para custear as operações e equipar agentes fiscalizadores.

Seis empresas disputarão floresta em RO – Folha de São Paulo – Ciência – 23/02/2008

O governo federal conseguiu avançar mais um passo no sentido de "alugar" a floresta nacional de Jamari, em Rondônia.

Agora, já são conhecidas as seis empresas habilitadas para continuar no processo de licitação, o primeiro deste gênero realizado no Brasil.

De acordo com o SFB (Sistema Florestal Brasileiro), fazem parte do grupo habilitado as empresas Amata, Civagro, Porto Júnior, Sakura Madeiras e os consórcios liderados pela Alex Madeiras e pela ZN Madeiras.

Passado o prazo de cinco dias úteis para os eventuais recursos, o SFB deverá marcar a data para a abertura dos envelopes com as propostas técnicas dos participantes. Essa etapa, segundo o governo, deve ocorrer ainda em março.

A ConSea e a Kajabá foram inabilitadas.

Resfriamento global é mito, diz estudo – Doyle Rice – Folha de São Paulo – Ciência – 23/02/2008

Pesquisa afirma que o suposto consenso entre os cientistas sobre o esfriamento do planeta nos anos 1970 nunca existiu - Apenas sete artigos de 72 publicados na época viam risco de nova era glacial; fato é apontado por céticos para criticar efeito estufa

O suposto consenso científico sobre o "resfriamento global" da década de 1970 - freqüentemente apontado pelos céticos do aquecimento global como uma prova de que os climatologistas não conseguem se entender- é um mito, segundo uma pesquisa que avaliou a literatura científica daquela época.

Os anos 1970 foram uma década incomumente fria. Jornais e revistas como o "The New York Times" e a "National Geographic" publicaram artigos na época especulando sobre as causas desse resfriamento e a possibilidade de uma nova era glacial. Mas Thomas Peterson, do Centro Nacional de Dados Climáticos dos EUA, revisitou dezenas de artigos científicos validados (que passaram por "peer-review", ou revisão por outros cientistas) de 1965 a 1979 e descobriu que apenas sete apoiavam o resfriamento global, enquanto 44 previam aquecimento. Peterson diz que 20 outros artigos eram neutros em suas avaliações de tendências climáticas.

"Não havia consenso científico nos anos 1970 de que a Terra estava para entrar numa era glacial", afirma o novo estudo.

"Uma revisão da literatura sugere que, ao contrário, até mesmo naquela época o aquecimento global dominava o pensamento dos cientistas sobre as forças mais importantes que moldavam o clima da Terra em escalas de tempo perceptíveis aos humanos." Peterson, que também contribuiu com o relatório de 2007 do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática), disse que ficou "surpreso" ao ver que a noção de aquecimento dominava tanto a literatura naquela época.

Relatórios científicos divulgados ao longo da última década, em especial os do IPCC, têm alertado, um após o outro, que as atividades humanas estão esquentando o planeta ao aumentarem as concentrações de gases de efeito estufa no ar.

Céticos - Os céticos da noção de mudança climática causada por humanos têm argumentado que a mudança climática é cíclica e não impulsionada pela queima de combustíveis fósseis como o petróleo, o carvão mineral e o gás natural. Peterson ressalta em seu estudo que as preocupações com a fria década de 1970 se tornaram depois representativas de uma suposta divisão científica sobre o aquecimento global.

Aquela década foi especialmente fria, em particular no hemisfério Norte. Nos Estados Unidos, os invernos de 1977 a 1979 foram três dos 11 mais frios desde que os registros de temperatura começaram a ser feitos, nos anos 1890. O inverno de 1978-1979 até hoje é o mais frio já registrado no país.

Notícia fria - Assim como é difícil para as pessoas hoje pensarem em aquecimento global no meio do inverno, também era difícil para o público e para os meios de comunicação nos países ricos focalizar em um mundo que se aquecia enquanto as pessoas se viam mergulhadas em invernos tão rigorosos.

No entanto, como Peterson aponta em seu estudo, "mesmo uma olhada apressada na cobertura da imprensa sobre o tema revela que, assim como não havia consenso entre os cientistas, tampouco havia consenso entre os jornalistas". Alguns pesquisadores manifestaram dúvidas sobre o novo levantamento. "O estudo não coloca a década de 1970 em seu contexto climatológico", diz Pat Michaels, estudioso ambiental do Instituto Cato, em Washington. "Os registros de temperatura que nós tínhamos na época mostravam um resfriamento muito agudo da década de 1940 até o meio da década de 1970", afirma. "E os cientistas tentaram explicar aquilo como uma conseqüência da poluição [partículas de enxofre, principalmente] que impedia a radiação solar de chegar à superfície." "Naquela época, os cientistas achavam que o efeito resfriador da poluição era mais forte que o efeito de aquecimento do dióxido de carbono [o principal gás de efeito estufa]", continua.

Mas Robert Henson, jornalista do Centro Nacional de Pesquisa Atmosférica e autor de "O Guia Geral da Mudança Climática", afirma: "Esta é uma parte importante da história da ciência, e Peterson e seus colegas fizeram um excelente trabalho ao escavá-la." O estudo também tem como co-autores William Connoly, do Serviço Antártico Britânico, e Jon Fleck, do Albuquerque Journal. Ele será publicado no "Boletim da Sociedade Meteorológica Americana".

Aquecimento ameaça as zonas de pesca – Folha de São Paulo – Ciência – 23/02/2008

O aquecimento global pode impactar seriamente até três quartos das principais zonas de pesca do planeta, somando-se à sobrepesca e à poluição como uma ameaça ao ambiente marinho -e à segurança alimentar da humanidade.

A conclusão é de um novo relatório do Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), divulgado ontem.

O documento, intitulado "Em Água Morta", aponta que metade do peixe do mundo é pescado em uma área equivalente a apenas 7,5% do oceano, e parte dessa região sofrerá com a mudança global.

Duas coisa colaboram para isso: as mudanças na chamada circulação termohalina (através da qual correntes frias submarinas emergem e trazem nutrientes para sustentar populações de peixe) resultantes de degelo e aquecimento do mar e a acidificação causada pelo gás carbônico (CO2) em excesso capturado pelo oceano.

"Há 65 milhões de anos, o mar estava saturado de CO2 e por dois milhões de anos os moluscos e corais desapareceram do registro fóssil", disse Ken Caldeira, co-autor do estudo. "Em poucas décadas, a partir de agora, a água do mar será mais ácida que naquela época."

'Militantes' do desmate – Estado de São Paulo – Opinião – 24/02/2008

A população de Tailândia (PA) fez um movimento para nenhum militante do MST botar defeito: cerca de 2 mil pessoas, mobilizadas pelas madeireiras locais, realizaram um grande protesto contra a fiscalização da Secretaria do Meio Ambiente do Pará e do Ibama. Ocuparam as ruas, bloquearam a rodovia PA-150 e interditaram a ponte que dá acesso à cidade. Em razão do clima extremamente tenso, que poderia gerar violência de graves conseqüências, os agentes da fiscalização tiveram que sair da cidade. A Polícia Militar teve que conter a tentativa de invasão da prefeitura, intervir para libertar fiscais detidos por trabalhadores de uma das madeireiras e impedir a desordem geral que poderia causar aquele movimento, quando o comércio fechou as portas, por solidariedade aos “militantes” ou por medo de ser alvo de vandalismo.

A razão de tudo isso foi a megaoperação iniciada no dia 11, quando foram autuadas 7 serrarias e apreendidos mais de 13 mil metros cúbicos de madeira ilegal. Mobilizada pelas madeireiras, que dispensaram seus empregados alegando que não haveria mais emprego para eles por causa dos órgãos ambientais, a população reagiu para impedir a retirada da madeira apreendida. Compreende-se a angústia de uma população dependente de um negócio ilegal, como o desmate irregular. Em Tailândia há cerca de 150 serrarias que empregam de 2 mil a 3 mil pessoas - sua economia depende, assim, do pólo madeireiro.

A governadora do Pará, Ana Julia Carepa (PT), dá uma explicação sobre a mobilização dos "militantes" do desmate: "Antes, quando a madeira era apreendida, muitas vezes o próprio madeireiro era o fiel depositário, e acabava usando e requentando a madeira. Agora isso não vai acontecer" - disse a governadora, assegurando que vai retirar o material apreendido de Tailândia. Eis aí uma ilustração das conseqüências da burla da lei, que se torna hábito arraigado, a ponto de as tentativas de correção, ou de se fazer com que a obediência à lei prevaleça, acarretarem sempre grandes transtornos socioeconômicos para as comunidades. O próprio infrator tornar-se "fiel depositário" de seu material ilegal e o fato de poder "esquentá-lo" - e lembremo-nos de que este é um dos casos de prisão civil previstos em nossa legislação - já mostra a que ponto a lei se torna um faz-de-conta, neste país de fábula.

Cogitar-se das conseqüências "sociais" - em termos de perda de empregos - de o poder público exigir o cumprimento da lei, fiscalizando e punindo os que a desrespeitam (como no caso da devastação de florestas para a extração ilegal de madeira) assemelha-se à preocupação com o direito à moradia, nas grandes cidades, de milhares de pessoas que ocupam loteamentos clandestinos nos mananciais. O poder público tem que impor sacrifícios a uma comunidade - que se mantém por atividade exercida em desacordo com a lei - em benefício da comunidade maior. A proibição do desmatamento pode prejudicar a atividade de muita gente, é verdade, mas tem que ser feita em proteção ao meio ambiente e ao ecossistema dos quais depende, em última instância, a sociedade inteira, nacional e internacional. Eis por que cabe ao poder público buscar e/ou estimular formas alternativas de sustentabilidade para essas comunidades. O que não cabe é a permanência no falso dilema: dar emprego ou cumprir a lei.

A proibição da exploração predatória dos recursos naturais pode ser dolorosa, como a ingestão de um remédio amargo, mas nem por isso deixa de ser indispensável. Especialmente nos dias que correm, quando as contestações às teses do aquecimento global perduram, mas parecem cada vez menos consistentes, é dever dos poderes públicos preservar, na melhor medida, os recursos naturais, para que deles não venham a estar injustamente destituídas as futuras gerações. E, como não se pode deixar de considerar as necessidades de sobrevivência e desenvolvimento das gerações atuais - especialmente dos grupos sociais que habitam regiões problemáticas, em termos de preservação ambiental, pois essa desconsideração seria uma outra face da injustiça -, o que resta ao poder público é exercer, da melhor maneira, a pedagogia da sustentabilidade, em benefício das gerações atuais e futuras.

Amazônia é tema de exposição no Mube – Estado de São Paulo – Vida & - 24/02/2008

Fórum promovido pelo Estado sobre o futuro da floresta e dos habitantes da região marca abertura da mostra

A exposição fotográfica Amazônia Sem Retoques, realizada pelo Estado, será lançada na próxima quinta-feira no Museu Brasileiro da Escultura (Mube), localizado em São Paulo.

Um fórum marcará a abertura da mostra. Fechado para convidados, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, é esperada como participante. O objetivo do encontro é discutir o futuro da floresta, reunindo autoridades e personalidades importantes do setor. O secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas, Virgílio Viana, também fará uma palestra sobre o tema.

O jornalista Paulo Sotero, diretor do Brazil Institute do Woodrow Wilson International Center for Scholars, será o apresentador do fórum. Sotero foi correspondente do Estado em Washington, nos Estados Unidos, por 17 anos, antes de assumir a direção do instituto na mesma cidade, em 2006.

O jornalista Carlos Marchi, um dos autores de reportagens da revista especial Amazônia - Ainda É Possível Salvar?, publicada em novembro pelo Estado, coordenará o ciclo de debates. O ex-ministro do Desenvolvimento Luiz Fernando Furlan estará à mesa. Os colunistas do Estado Washington Novaes e Marcos Sá Corrêa também participarão das discussões.

MOSTRA - Após o fórum, a exposição será aberta para visitação. A mostra, que conta com o patrocínio do Banco Bradesco, apresentará as imagens produzidas durante a criação da revista especial sobre a Amazônia, fruto de investimento do Estado em grandes reportagens.

A revista de 124 páginas - que voltou às bancas - é o resultado de três meses de expedições pela florestas e pelas cidades da Amazônia. Para apontar os problemas e os desafios de uma das florestas mais ricas em biodiversidade do planeta, repórteres foram a campo, revelando preciosidades sobre a fauna, a flora, os rios e os habitantes da região.

Desde 16 de janeiro, o Wilson Center mantém uma exposição com 50 fotos obtidas pelos repórteres-fotográficos do Estado em viagens à região amazônica. A mostra americana continua até 14 de março e, em seguida, percorrerá outras instituições e universidades nos Estados Unidos. A exibição no Mube termina no dia 23 de março. A entrada é franca. O museu fica na Avenida Europa, 218, na zona sul de São Paulo, e funciona de terça-feira a domingo.

'**População vê alterações no ambiente**' - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 24/02/2008

O escritor Mark Lynas, natural de Fiji e formado na Grã-Bretanha, investiu seus últimos anos em alertar o público leigo sobre os impactos - e especialmente os perigos - do aquecimento global. A preocupação do público, diz ele, cresceu "mais rápido do que o desenvolvimento de tecnologias limpas". Lynas é autor de três livros sobre o gênero (nenhum traduzido para o português). O último, Six Degrees: Our Future on a Hotter Planet ("Seis graus: nosso futuro em um planeta mais quente", em inglês), lançado no ano passado, segue igual linha, assim como a série SOS Aquecimento Global, inspirada nele, que o canal pago Nat Geo estréia hoje: o que pode acontecer com a Terra à medida que a temperatura suba gradualmente devido ao efeito estufa exacerbado.

Na série, incertezas científicas sobre o impacto do aquecimento global são deixadas de lado. Por quê?

Há incertezas e nuances científicas ligadas a todas as projeções, assim como detalhamentos sobre cada ponto citado na série, e claramente não é possível colocar tudo. É o caso de quando sentiremos 1°C ou 6°C a mais, se será no fim do século ou antes ou nunca, porque isso depende das decisões políticas que tomamos sobre quanto combustível fóssil vamos queimar. Essa é a maior incerteza de todas. O melhor a fazer é analisar as probabilidades: há 20% de chance de essa ou aquela temperatura ser alcançada. Assim as pessoas podem tomar uma decisão sobre qual cenário preferem enfrentar.

Qual é seu desejo com os livros e, agora, com a série?

Minha intenção é simplesmente popularizar a melhor ciência disponível, que normalmente está restrita aos acadêmicos e a bibliotecas. Conversei durante muito tempo com diversos especialistas para reunir essas projeções e transmiti-las para as pessoas que não possuem treinamento científico. E isso significa também tentar individualizar os impactos das mudanças do clima.

A preocupação do público cresceu nos últimos anos?

Sim, cresceu exponencialmente, provavelmente mais rápido do que o desenvolvimento de tecnologias limpas. Certamente um marco desse movimento é o filme do (ex-vice-presidente americano) Al Gore, Uma Verdade Inconveniente, que já tem três anos. Esse, na verdade, é o "tipping point" (o ponto sem volta) do crescimento do interesse do público sobre o assunto, com impacto global. Além disso, a população vê e sente as alterações no ambiente. Com a união dos dois fatores, é possível observar um incremento da preocupação.

Certas alterações ambientais são provocadas por pessoas simples, que desejam apenas garantir o sustento e que não conhecem outra forma de vida. Como falar com essas pessoas?

É certo que muito do desmatamento, por exemplo, que acontece na Amazônia e na Indonésia é feito por pessoas que buscam a subsistência. Porém, numa proporção muito provavelmente maior, a derrubada e a queimada são conduzidas por produtores de biocombustíveis, no caso da Indonésia, ou madeireiros e pecuaristas, no caso do Brasil, que têm acesso à informação. Certamente precisamos desenvolver estratégias para combater a pobreza, como maneira de reduzir a pressão sobre a floresta, mas também precisamos manter a floresta em pé com, talvez, a inclusão de florestas no mercado de carbono.

PM garante transporte de madeira no Pará – Estado de São Paulo – Vida & - 24/02/2008

A madeira armazenada em quatro serrarias de Tailândia, no Pará, começou a ser retirada na manhã de ontem e transportada em caminhões e balsas até Marituba, região metropolitana de Belém, num percurso de 240 km. A operação não encontrou resistência de madeireiros e empregados de serrarias porque a tropa da Polícia Militar está na cidade, abrindo caminho para a chegada hoje de homens da Força Nacional. O reforço foi chamado para conter protestos contra a megaoperação que apreendeu 15 mil metros cúbidos de madeira ilegal.

Pará inicia a retirada de madeira ilegal de empresas de Tailândia – Fabio Guibu – Folha de São Paulo – Brasil – 24/02/2008

O governo do Pará iniciou ontem a retirada da madeira ilegal apreendida em madeireiras de Tailândia (218 km de Belém). A operação, coordenada pela Sema (Secretaria Estadual do Meio Ambiente), envolveu 20 caminhões alugados pelo Estado e dezenas de homens da Tropa de Intervenção da Polícia Militar.

Não houve manifestações nem confronto com os moradores locais, como o ocorrido na última terça, quando cerca de mil pessoas contrárias à mobilização revidaram contra fiscais do Ibama (Instituto Nacional do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis). Naquele momento, policiais reprimiram os protestos com bombas de efeito moral e balas de borracha. O fórum local foi depredado, e a cidade ficou isolada com bloqueios nas entradas. A ação de ontem se concentrou em duas madeireiras: a GM Sufredini e a Tailâmina Ltda., onde fiscais afirmam ter encontrado 2.100 m3 cúbicos de madeira extraídas ilegalmente. A carga, avaliada em cerca de R$ 650 mil, será levada com escolta policial para um depósito do Estado, na região metropolitana de Belém, e leiloada.

O dinheiro será revertido para o aparelhamento dos órgãos de fiscalização ambiental.

O advogado do Sindimata (Sindicato das Indústrias Madeireiras de Tailândia), Christian Bomm, disse que a entidade recorrerá contra a apreensão. Segundo ele, inicialmente o recurso será administrativo, dirigido aos órgão responsáveis pela apreensão - Sema e Ibama. "Se isso não der certo, vamos à Justiça", declarou Bomm. De acordo com o advogado, o objetivo é derrubar o "auto de infração", que é a base da apreensão.

Para o Sindimata, o procedimento de medição da madeira apreendida "está errado por se basear em estimativas".

Durante a operação de fiscalização em Tailândia, os fiscais encontraram 13 mil m3 de madeira ilegal em oito madeireiras. Os órgãos de fiscalização ambiental estimam que haja cerca de 60 madeireiras ilegais no município.

Madeireiros esperam ação do governo – Evandro Éboli - O Globo – Capa – 24/02/2008

Os madeireiros que dominam Marcelândia (MT), a cidade com o maior índice de derrubada ilegal de árvores na Amazônia, aguardam com hostilidade o início, amanhã, da Operação Arco de Fogo, do governo federal, de combate ao desmatamento, informa EVANDRO ÉBOLI. **Páginas 3 e 4**

Cidade vive das motosserras – Evandro Éboli – O Globo – 24/02/2008

Às vésperas da operação do governo federal na cidade com o maior índice de derrubada ilegal de árvores na Amazônia, o desmatamento sem limites é lei. Entre os que ajudaram a desmatar a floresta está até o prefeito de Marcelândia, Adalberto Diamante (PR), um ex-madeireiro que foi autuado pelo Ibama, em 2002, e obrigado a pagar multa. O município de 1,2 milhão de hectares, com um centro urbano minúsculo e população de apenas 17 mil moradores, considera a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, inimiga pública número um. Foi ela quem apresentou a lista das 36 cidades que mais desmataram a Amazônia nos últimos meses de 2007. Marcelândia encabeça essa relação.

— Com essa repressão dos fiscais, a ministra quer dar uma resposta internacional.

Ela fez um alarde na imprensa com dados falsos e fez o presidente Lula baixar um decreto que inviabiliza nossa cidade economicamente — disse Diamante.

Há três semanas, Marina Silva, acompanhada de outros ministros e do governador Blairo Maggi, fez um sobrevôo na região. O helicóptero em que estava chegou a pousar em Marcelândia, mas ela não desceu da aeronave. O prefeito queixa-se de seu comportamento e a acusa de menosprezar a população.

Marcelândia é daquelas cidades com apenas uma grande rua, a Avenida Colonizador José Bianchini. E o som das serras é a trilha sonora dali.

A principal atividade econômica da cidade gera 500 empregos diretos.

Mas os empresários do setor afirmam que o negócio está encolhendo.

Já houve 80 madeireiras na cidade. Hoje são 35.

Andrigo Sofredini, de 23 anos, é dono da ACS Madeireira, que fica na rua principal de Marcelândia. A sigla traz as iniciais do nome de seu pai: Antônio Carlos Sofredini, que foi preso com a mulher numa operação da Polícia Federal ano passado, acusado de comprar madeira ilegal. A multa de R$ 500 mil emitida pelo Ibama durante a operação está sendo contestada na Justiça pela família.

No pátio da madeireira, há toras de vários tipos de madeira, como cambará, peroba, cedrinho e jatobá.

Andrigo não revela de onde exatamente adquiriu a madeira, mas afirma que é de procedência lícita e de grandes fazendas da região. A família beneficia a madeira e vende 25 produtos, como ripa, cabos de enxadas e portas. Os Sofredini eram de Santa Catarina. Ele critica o governo.

— Os fiscais não acompanham o que acontece nas fazendas e quem leva a fama? Nós, os madeireiros — disse Andrigo.

Proprietária da churrascaria Tangará, principal restaurante da cidade, Denise Ana Ceron engorda o coro dos que enxergam na ministra Marina uma arquiinimiga de Marcelândia. Ela atribuiu a "má fama" que recai sobre o município a uma ação da ministra.

— Ficou mal para a cidade. Aqui não tem bandido, como tem dito a Marina. Não se pode derrubar mais nada, nem cabelo, que é crime. A ministra está do lado das ONGs estrangeiras — disse Denise.

A comerciante diz que todo dia aparece um ex-funcionário de madeireira procurando emprego no seu estabelecimento.

Denise vive há 18 anos em Marcelândia. O nome de fantasia de sua churrascaria, Tangará, é o de sua cidade natal, em Santa Catarina, estado de origem de boa parte dos moradores.

Prefeito contesta dados oficiais - Marcelândia foi fundada em 1986 e batizada com esse nome em homenagem a Marcelo Bianchini, filho de José Bianchini, que criou uma empresa de colonização e vendeu terras da região para imigrantes do Sul. O prefeito é do Paraná e chegou à região há pouco mais de 20 anos. Foi madeireiro até 2002, quando decidiu entrar na política. Diamante elegeu-se em 2004 pelo PPS e filiou-se ano passado ao PR. Seguiu o mesmo caminho partidário do governador Blairo Maggi, um aliado político. Maggi, um dos maiores fazendeiros de Mato Grosso, é acusado por entidades ambientais de destruir o meio ambiente para que se plante campos de soja.

O slogan da gestão de Diamante é "Marcelândia levada a sério". Ele contesta a ministra Marina Silva e diz que os dados apresentados pelo programa Detecção do Desmatamento em Tempo Real na Amazônia (Deter), criado pelo Inpe, estão errados. O prefeito diz que o instituto misturou alhos com bugalhos e incluiu na sua contabilidade áreas que foram desmatadas em anos anteriores, como em 2002.

— Colocaram tudo num saco só.

Mas os dados oficiais atestam o que se pode constatar a olho nu nas proximidades de Marcelândia: onde antes havia mata fechada, hoje há grandes descampados. Segundo o Inpe, das 36 cidades com maior índice de desmatamento registrado no final do ano passado na Amazônia, 19 estão no Mato Grosso. Entre os dez municípios mais devastadores da floresta, quatro estão sob a responsabilidade do Ibama de Sinop, principal centro do Norte de Mato Grosso. Nessa região, há apenas 17 fiscais do órgão.

Cada um deles cuida de uma área de 110 mil hectares. O ideal era, no máximo, oito mil hectares por fiscal.

Em Marcelândia, quem tentou defender as ações ambientais e se opôs aos madeireiros foi vítima de perseguição.

Foi o que ocorreu com o vereador João Cerqueira (PMDB). Ele faz uma campanha contra madeireiras irregulares e mostra uma carta que chegou a enviar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em maio de 2007, relatando a situação. Em dezembro do ano passado, cerca de cem pessoas, ligadas a empresários do setor da madeira, fizeram uma passeata com faixas e dizeres do tipo “Fora, João!”.

Sem protestos, Polícia Militar retira caminhões de madeira de Tailândia – Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País- 24/02/2008

Os dois primeiros caminhões lotados com toras de madeira apreendida na operação Guardiões da Amazônia, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Secretaria de Meio Ambiente do Pará (Sema) deixaram, no final da manhã de ontem, a sede da madeireira Taiplac, na zona urbana de Tailândia, a 235 quilômetros de Belém, sem serem importunados.

Não houve protesto, nenhum incidente, sequer um manifestante nas ruas. Até o fim da tarde, 20 caminhões receberam as toras e seguiram para Belém.

Tailândia, que na terça-feira, 19, havia se transformado num barril de pólvora, com milhares de populares — insuflados pelos madeireiros — saindo às ruas para impedir, com o uso da força, a retirada da madeira, amanheceu quieta e silenciosa.

A única movimentação ocorria na PA-150, rodovia que corta a cidade ao meio, onde policiais militares ocupavam pontos estratégicos, inclusive a ponte interditada no dia do protesto.

Os mais de dez carros da Polícia Militar do estado e a tropa de choque mobilizada para dar segurança aos fiscais da Sema que comandaram a operação não tiveram qualquer trabalho.

— Toda a madeira será levada para Belém e leiloada — disse a diretora de fiscalização da Sema, Francisca Eleni Cunha.

Segundo ela, somente os mais de cinco mil metros cúbicos de madeira apreendida na Taiplac estão avaliados em R$ 2 milhões.

Dois fiscais do Ibama chegam a Tailândia no fim da tarde para acompanhar o trabalho. — As madeireiras não vão boicotar a retirada da madeira e agirão em defesa de seus interesses na Justiça — disse o presidente do Sindicato da Indústria Madeireira de Tailândia (Sindimata), João Batista Medeiros.

Tailândia revela o ineditismo de, após muitos anos, o Ibama e a Secretaria do Meio Ambiente não deixarem o madeireiro infrator como fiel depositário da madeira apreendida.

São quase 15 mil metros cúbicos de madeira apreendida sem origem sustentável, sem nota fiscal e sem guias de transporte estocadas nos pátios de sete serrarias, madeira para encher 400 caminhões.

Tailândia será o foco inicial da Operação Arco de Fogo, que começa esta semana para combater o desmatamento na Amazônia.

A Força Nacional de Segurança e a Polícia Federal enviarão equipes à cidade.

Assentamentos são responsáveis por derrubada de 500 mil hectares no PA – O Globo – O País – 24/02/2008

BELÉM - Os 896 projetos de assentamento de trabalhadores rurais implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Pará foram responsáveis pela derrubada de uma área superior a 500 mil hectares de floresta em 2007. O próprio governo federal, ao bancar os assentamentos e liberar crédito bancário e incentivo fiscal para os assentados, contribui para o aumento dos desmatamentos na floresta amazônica.

Relatório feito pela Federação da Agricultura do Estado do Pará (Faepa) e enviado semana passada aos ministros Reinhold Stephanes, da Agricultura, e Marina Silva, do Meio Ambiente, acusa o governo federal de pagar do próprio bolso os desmatamentos na Amazônia e de buscar na pecuária e no agronegócio os bodes expiatórios para o fracasso em suas políticas de conter a devastação.

Segundo o presidente da Faepa, Carlos Xavier, cada assentado pelo Incra tem assegurado, por meio de instrução normativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o direito de desmatar, por ano, até três hectares da propriedade. Um módulo rural do Incra na Amazônia é, em média, de 100 hectares. Ao longo dos últimos cinco anos, somente os assentamentos oficiais podem ter desmatado uma área de 2,5 milhões de hectares.

— Se multiplicarmos os números, veremos que grande parte do desmatamento anual é financiado com recursos do governo federal, por meio do Banco da Amazônia e do Banco do Brasil — diz Xavier.

O presidente da Faepa aponta a responsabilidade do governo federal sobre parte do desmatamento registrado no Pará: — Boa parte da responsabilidade pela má gestão dos territórios de floresta no Estado do Pará é da União, uma vez que mais de 70% das terras paraenses pertencem ao governo federal.

Procurador quer radiografia de projetos de reforma agrária O procurador-chefe da República no Pará, Felício Pontes Junior, vai pedir a realização de auditoria nesses projetos de assentamento. A idéia é traçar radiografia dos projetos de reforma agrária na Amazônia, que nos últimos anos têm sido palco de fraudes e irregularidades.

— Os assentamentos do Incra estão sendo criados para beneficiar madeireiros e não para garantir a reforma agrária — diz o procurador Pontes Junior.

A maior de todas as fraudes envolvendo assentamentos do Incra foi descoberta no ano passado em Santarém, no oeste do Pará, onde o Ministério Público Federal (MPF) denunciou 107 projetos de assentamentos “fantasmas”.

Na quarta-feira passada, a Justiça Federal bloqueou os bens e quebrou os sigilos bancários, fiscais e telefônicos de 18 servidores do Incra acusados pelo MPF no Pará de serem os responsáveis pela fraude.

As fraudes nos assentamentos no oeste do Pará atingiram uma área de 56 mil quilômetros quadrados — um território do tamanho do Estado da Paraíba — com projetos criados entre 2005 e 2007 sem licenciamento ambiental, sem estudos socioeconômicos e, algumas vezes, em áreas sobrepostas às de unidades de conservação federais.

Na ação civil pública de improbidade administrativa ajuizada em janeiro passado pelo MPF, o juiz federal Kepler Gomes Ribeiro determinou ainda a suspensão da aplicação de R$ 18,6 milhões destinados à construção de estradas em 15 assentamentos.

Na decisão, Ribeiro informa que vai solicitar à Controladoria Geral da União (CGU) a realização imediata de auditoria nos processos de criação de assentamentos, cadastro e concessão de créditos a beneficiários da reforma agrária na área.

Juiz determina suspensão de aplicação de recursos Entre os denunciados pela implantação dos projetos de falsos assentamentos está o próprio ex-superintendente do Incra em Santarém Pedro Aquino de Santana.

Essas áreas, segundo o MPF, foram criadas única e exclusivamente com o objetivo de beneficiar madeireiros.

As investigações comandadas por procuradores da República em Santarém comprovaram que os projetos de reforma agrária criados pelo Incra no oeste do Pará se localizavam em áreas de mata virgem, evitando regiões já alteradas pela ação humana, o que significou o assentamento fictício de famílias em porções totalmente inacessíveis da floresta amazônica.

Territórios da Cidadania será lançado amanhã – O Globo – O País – 24/02/2008

BRASÍLIA - O presidente Lula começa esta semana com o lançamento do programa Territórios da Cidadania, no Palácio do Planalto, amanhã. Na terça, Lula estará no Rio, onde cumprirá extensa agenda, que inclui eventos em duas fábricas, inauguração da unidade de pronto-atendimento de Campo Grande e solenidade com os medalhistas da Olimpíada de Matemática.

Ele voltará a Brasília na quartafeira e, no dia seguinte, irá para o Nordeste, onde ficará pelo menos dois dias. Lá, participará novamente do lançamento do programa Territórios da Cidadania, desta vez em Quixadá, no Ceará. O programa é um mutirão de 19 ministérios, liderados pela pasta do Desenvolvimento Agrário, para combater a pobreza na zona rural.

Foram definidas 60 áreas, reunindo 958 municípios, que receberão 135 ações do governo federal, como Bolsa Família, Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) e projetos de saúde e educação.

Quixadá, por exemplo, faz parte do Território Sertão Central, que reúne outros 11 municípios.

Para este ano, está prevista a aplicação de R$ 11,3 bilhões nesses territórios.

De Quixadá, Lula irá a Fortaleza, onde lançará o PAC do Saneamento.

O mesmo programa tem evento com Lula em Aracaju no dia seguinte, onde ele também participará da reunião dos governadores do Nordeste.

Na primeira semana de março, Lula só ficará dois dias em Brasília. Ele tem eventos em Campinas (SP), no Tocantins e no Rio. Em Tocantins, visitará as obras da barragem Manoel Alves, que deve ser concluída em setembro, beneficiando 25 mil habitantes com a geração de energia elétrica, irrigação e fornecimento de água. O investimento é de R$ 55,7 milhões.

Em março, lançamento do PAC das Favelas No Rio, lançará o PAC das Favelas, no Complexo do Alemão, no dia 7 de março. O programa investirá R$ 1,1 bilhão na urbanização de grandes favelas — Pavão/Pavãozinho, Rocinha, complexos de Manguinhos e do Alemão, Rocinha e Morro do Preventório, este em Niterói. Já teve início a obra no Pavão/Pavãozinho, que custará R$ 36 milhões. O Complexo do Alemão receberá R$ 495 milhões, beneficiando 30.788 famílias.

Ainda no Rio, dia 7, Lula deve participar da comemoração dos 200 anos da chegada da Família Real ao Brasil. No dia seguinte, está prevista a presença do presidente em um ato do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci).

No roteiro internacional, uma das mais importantes deve ser a viagem, dias 16 e 17 de abril, ao Peru para reunião de Cúpula da América Latina, União Européia e Caribe, que deverá contar com a presença do presidente George Bush.

Aquecimento global - Carlos Aguiar – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 25/02/2008

Como único brasileiro convidado a participar de recente seminário internacional realizado na Índia sobre a importância das florestas plantadas na mitigação das mudanças climáticas naquele país, julguei oportuno dividir um pouco do que lá ouvi e algumas de minhas convicções sobre o assunto.

Como já é bem sabido, o dióxido de carbono CO2 é o maior contribuinte (50%) na emissão dos gases causadores do "efeito estufa", que podem gerar mudanças climáticas como o aumento da temperatura, variação no ciclo de chuvas, encurtamento das estações do ano, redução no fluxo dos rios, aumento no nível do mar, secas mais intensas, ondas de calor e incêndios florestais, aumento dos tornados e furacões. Tudo isso com reflexos sobre a vida e a saúde das pessoas, as economias, a produção agrícola, os retornos sobre investimentos e os gastos sociais. Portanto é uma questão do interesse comum.

A Índia está fortemente inclinada a fomentar o plantio de plantas que tenham a possibilidade de produzir biocombustível e florestas produtivas que possam absorver CO2, resolvendo diversos problemas no país, como o suprimento de madeira sólida, carvão, celulose e papel, e a geração de emprego e industrialização. A ONU, pela convenção do clima, reconheceu o florestamento e o reflorestamento como meios de baixo custo para combater as mudanças climáticas e, por isso, reconheceu as florestas plantadas como um dos mecanismos de desenvolvimento limpo (CDM) no Acordo de Marrakesh.

Presente na reunião, o ministro do Meio Ambiente da Índia, Namo Narayan Meena, indicou que seu presidente aprovou o início do plantio de pinhão-manso em áreas de 500 mil hectares de terras do governo para, em seguida, implantar cerca de 12 milhões de hectares, procurando atrair empresas privadas para esta segunda fase. É importante lembrar que a Índia, com 1 bilhão de habitantes, tem de ter cuidado redobrado com sua produção de alimentos. O Ministério do Desenvolvimento Rural tem sob sua responsabilidade 306 milhões de hectares, dos quais 173 milhões estão cultivados e o restante é considerado terras erosivas ou não aráveis, portanto, aptas à produção de biocombustível e de florestas plantadas. O governo indiano já distribuiu 380 milhões de mudas de pinhão-manso aos fazendeiros, sem custo, e 80 prensas para a produção do óleo, com garantia de compra do produto. Os resultados deixam a desejar, mas é um primeiro passo.

Todo esse esforço vem em razão de a Índia crescer 9% ao ano e já ser hoje o 5º maior consumidor de energia do mundo. Grande parte dessa energia vem da biomassa do setor rural, implicando desmatamento. Como se sabe, o desmatamento é responsável por

25% a 30% da emissão de gases de efeito estufa e, infelizmente, o Brasil foi citado em todas as palestras como o principal responsável. Minha veemente defesa, explicando que havíamos conseguido reduzir em quase 60% o ritmo do desmatamento, me deixa constrangido após a divulgação dos últimos - e agora controversos - dados nas manchetes dos jornais.

O segundo plano da Índia no combate ao aquecimento global é a implantação de florestas de rápido crescimento. Elas têm um tremendo potencial por seqüestrar carbono a baixo custo, gerando diversos produtos, empregos e reduzindo o desmatamento. Dispõem de 64 milhões de hectares de terras degradadas e de 50 milhões de hectares de terras costeiras ou inclinadas. Pensam em cobrir essas áreas com árvores, privatizando essas terras e desenvolvendo tecnologias. Suas primeiras florestas de eucalipto, plantadas pelo governo com pouca tecnologia e assistência técnica, têm produtividade de não mais de 5 m³/ha/ano, enquanto no Brasil já se chega a 10 vezes esse valor. Com tecnologia, é possível que possam alcançar uma produtividade entre 12 e 15 m³/ha/ano.

Saí da conferência com a sensação de que o Brasil tem tudo para usar esse caminho no combate ao desmatamento, gerando mais biomassa, mais energia, mais produtos de madeira, maior uso das terras degradadas, mais negócios; enfim, resolver diversos problemas com uma única solução. Temos 200 milhões de hectares de pastagens e somente 5,5 milhões de florestas plantadas, que geram riqueza de quase 4% do PIB. Imaginem o que significam 20 ou 30 milhões de hectares de florestas plantadas em absorção de CO2 e possibilidade de redução do desmatamento! A biomassa gerada é renovável, diferentemente do petróleo, do gás e mesmo da energia hidráulica, que será dependente da chuva cada vez menos intensa.

A segurança de energia e água é extremamente estratégica para o futuro de qualquer nação e o Brasil, com o clima e a tecnologia que possui, não pode desperdiçar essa oportunidade de aumentar suas florestas plantadas em áreas degradadas, feita de forma tal que não compita com os alimentos e não promova desmatamento. Temos um manejo florestal moderno, em que para cada 2 hectares de floresta plantada é preservado 1 hectare de mata nativa; podemos combater as doenças e pragas, temos processos de plantio que incluem pequenos fazendeiros e temos mercado para diversos produtos como carvão vegetal, tábuas, placas, aglomerados, móveis, pisos, MDF, gaseificação, celulose e papel.

No Brasil também podemos incrementar a agrossivilcultura com ganhos de sinergias, pois a floresta baixa a temperatura dos plantios, melhorando a perda de água por evaporação, e reduz a erosão do solo, renovando o ciclo de nutrientes. E diminui a pressão sobre as matas nativas para a secagem de grãos e o uso doméstico, trazendo ainda um ganho econômico aos proprietários rurais.

O Brasil poderia seguir o exemplo da Índia com imensas vantagens de clima, solo, tecnologia e tempo. É preciso qualificar e aprofundar o debate dessa alternativa estratégica. O futuro do planeta e da humanidade depende, em boa medida, do futuro das florestas, nativas e plantadas.***Carlos Aguiar é diretor-presidente da Aracruz Celulose**

Lula lança hoje pacote de R$ 7 bi para campo - Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo – Nacional – 25/02/2008

Meta dos Territórios da Cidadania é tirar áreas do esquecimento; oposição teme ação eleitoreira

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresenta hoje um dos últimos pacotes de ações sociais do seu governo. O Territórios da Cidadania, planejado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário ainda em 2007, pretende tirar do esquecimento áreas inteiras do País - especialmente nas zonas rurais -, onde água, luz, escola e saúde demoram a chegar. Os investimentos poderão chegar a R$ 7 bilhões neste ano, partilhados em ações de 10 ministérios.

Esses "territórios" são áreas que englobam vários municípios, normalmente pequenos, com índices de pobreza altos e onde o Estado tem dificuldade de chegar. O governo pretende atender, até 2010, 38,6 milhões de cidadãos - 1,8 milhão de pequenos agricultores, quase meio milhão de assentados, 507 comunidades quilombolas e 356 territórios indígenas.

Se hoje, nessas áreas, 3,7 milhões de famílias recebem o Bolsa-Família, boa parte delas não tem o resto: saneamento, luz, escolas, saúde, assistência técnica para a agricultura e crédito.

Neste ano, o projeto atingirá só metade dos territórios. São 60 no total, mas o ministério tem mapeada a situação de apenas 30 deles, que concentram 475 municípios. Desses 30, 16 estão no Norte e Nordeste, com alto grau de pobreza.

Os critérios para definir as regiões foram o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o número de famílias atendidas pelo Bolsa-Família, a quantidade de agricultores familiares, a existência de assentamentos e quilombos e o porcentual de municípios com renda muito baixa ou estagnada. Segundo o levantamento, em metade das regiões mais de 90% das cidades se encaixam nesse último critério. Nove territórios têm 100% das cidades nessa situação.

Os territórios são, na opinião de técnicos do governo, um passo adiante do principal programa social federal, o Bolsa-Família. Se já chegou aos grotões do País, com a renda, agora o governo acha que pode levar estrutura. A conta total deve chegar a quase R$ 12 bilhões nos próximos dois anos.

FISCALIZAÇÃO - A oposição promete fiscalizar e acompanhar de perto a escolha dos municípios que serão beneficiados pelo novo programa e cobra critérios claros para a escolha dessas áreas. "É preciso conferir se será um programa abrangente, para as áreas que mais precisam, ou se haverá concentração em Estados e municípios governados pela base aliada", declarou o líder do DEM na Câmara, Antonio Carlos Magalhães Neto (BA).

"Vamos verificar se não é mais um programa eleitoreiro para ajudar os aliados do presidente. Se for, vamos recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE)", completou ACM Neto.

"O PT, que já vinha aparelhando os ministérios com seus quadros, agora também o faz com políticas assistencialistas. Tudo de olho no jogo eleitoral", criticou o presidente do DEM, deputado Rodrigo Maia (RJ)

Força Nacional chega ao Pará para reforçar megaoperação - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Vida & - 25/02/2008

Contingente substituirá PM e ajudará na retirada da madeira apreendida

Os primeiros cem homens da Força Nacional de Segurança chegaram ontem ao Pará para garantir o apoio aos fiscais de órgãos ambientais no combate ao desmatamento e extração ilegal de madeira na Amazônia. Eles saíram de São Luís do Maranhão em dois aviões da Polícia Federal e seguiram para Tailândia, onde uma operação apreendeu 15 mil metros cúbicos de madeira ilegal na semana passada.

A tropa vai se juntar a outros 400 homens da Polícia Militar do Pará, em Tailândia, que devem ser gradativamente substituídos. Mais 57 agentes da Força Nacional chegarão em dois dias. De acordo com uma fonte do Ministério da Justiça, o contingente deverá permanecer no mínimo dez dias no Estado.

Desde sábado, Tailândia está ocupada por policiais militares. Parte desse contingente acompanha agentes da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) e fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) na retirada da madeira encontrada em serrarias do município. Apenas ontem, 16 carretas transportaram 205 metros cúbicos.

Ainda faltam visitar 130 de um total de 147 serrarias da região. A Sema acredita que nos pátios das serrarias ainda exista 50 mil metros cúbicos de madeira derrubada da floresta e transportada ilegalmente.

PROTESTOS - A aparente calma nas ruas da cidade camufla um clima de tensão. Os madeireiros que insuflaram seus empregados a promover quebra-quebra e saques no começo da semana passada, com distribuição de bebidas e drogas, de acordo com investigação do serviço de inteligência da PM, agora se mostram dispostos a colaborar.

Na megaoperação iniciada no dia 11 foram autuadas sete serrarias. Com o começo da retirada das toras, a população reagiu. Uma ponte que dá acesso à cidade, na rodovia PA-150, foi bloqueada. A PM foi chamada para conter os protestos na cidade. Agora, os

madeireiros prometem atuar na legalidade. Hoje, 70% da madeira da região tem origem ilegal.

Além disso, ao mesmo tempo em que ameaçam demitir 2,5 mil empregados, os madeireiros acionaram seus advogados para ingressar hoje com mandado de segurança para ter de volta a madeira apreendida. O material está sendo levado em carretas para uma fazenda que já pertenceu à Pirelli, em Marituba, município da região metropolitana de Belém, a 240 km de Tailândia.

CARVOARIAS SERÃO FISCALIZADAS NO PARÁ – Folha de São Paulo – Brasil – 25/02/2008

As carvoarias de Tailândia serão os próximos alvos da operação de combate ao desmatamento e comércio de madeira ilegal, iniciada há dez dias. Há suspeita de que elas trabalhem com madeireiras e usem matéria-prima extraída ilegalmente. Os fiscais estranham a quantidade de carvão produzido, incompatível com o número de empresas legais -apenas seis.

AMAZÔNIA – O Globo – Capa – 25/02/2008

Crime ambiental Área devastada flagrada pelos fiscais do Ibama perto de Sinop, em Mato Grosso: madeireiros não se intimidam e continuam derrubando árvores às vésperas da megaoperação do governo para combater o desmatamento. Páginas 3 e 4

'O crime ambiental compensa' – Evandro Éboli – O Globo – O País – 25/02/2008

Nem mesmo a iminência de uma megaoperação de fiscais do governo, anunciada com alarde no estado, intimidou os devastadores da floresta em Mato Grosso, que continuam a desrespeitar a lei e derrubar e vender árvores ilegalmente, na véspera da chegada de um pelotão de agentes da Polícia Federal. Para fugir da fiscalização, os infratores agem e cometem crime ambiental na calada da noite.

Na madrugada de domingo, O GLOBO acompanhou uma ação dos fiscais do Ibama. Eles flagraram um caminhão carregando 12 toras de madeira cambará, ilegalmente. Sem documento de origem da madeira e sem licença para transportar as árvores, o caminhoneiro Waldir Nelio Michel foi autuado, teve seu caminhão e as toras apreendidos e pagará uma multa de R$ 800 a R$ 5 mil. O valor é calculado pelo volume de madeira, em metros cúbicos.

A multa por metro pode variar de R$ 100 a R$ 500. Depende do fiscal e de outros fatores agravantes, como o fato de o flagrante ter ocorrido de madrugada e também num final de semana. A autuação ocorreu a 40 quilômetros de Sinop, no norte de Mato Grosso, numa estrada escura, de terra e utilizada como desvio.

Madeira vinda de um assentamento - Apesar de tamanha ilegalidade, Waldir não foi preso em flagrante. Responderá ao processo por crime ambiental em liberdade e poderá ser condenado a até dois anos de cadeia, o que é raríssimo.

— O crime ambiental compensa — diz um dos fiscais do Ibama que atuou na operação e prefere não ser identificado.

O Ibama pode dar o perdimento do caminhão, ou seja, tomar para o órgão o veículo. Mas Waldir pode alegar na Justiça que esse é seu meio de vida e ter de volta o caminhão, avaliado por ele em R$ 30 mil. As doze toras totalizam, segundo o caminhoneiro e vendedor da madeira ilegal, onze metros cúbicos.

Waldir disse que comprou as madeiras de um assentamento da reforma agrária e pagou R$ 45 por metro cúbico. Ele pretendia vender pelo dobro: R$ 90. Não disse para quem venderia e afirmou que ainda estava à procura de comprador. Perguntado pelos fiscais por que transportou madeira ilegal às vésperas da operação Arco de Fogo, Waldir respondeu: — Preciso sobreviver e sustentar minha família.

Esse tipo de fiscalização tem sido uma rotina para o pessoal do Ibama na região, nessa última semana. O transporte ilegal de madeira, sem documento de origem, continua ocorrendo, e vários caminhões foram detidos pelos fiscais. Sem local próprio para guardar os veículos, o Ibama utiliza pátios de órgãos do estado e dos municípios. O caminhão de Waldir, por exemplo, foi levado para uma área da Polícia Militar, em Sinop, onde já está retido outro veículo cheio de toras.

Exército deve ajudar a retirar madeira - Nas duas últimas semanas, o Ibama apreendeu quatro caminhões: dois estão na área da PM e os outros dois num pátio da Secretaria de Obras de Santa Carmen, município próximo de Sinop. Essas repartições assumem o papel de fiéis depositários e se responsabilizam pela guarda da carga e do veículo. O Ministério do Meio Ambiente negocia uma parceria com o Exército para que soldados ajudem no trabalho de remoção dos caminhões para Brasília. Motoristas militares conduziriam os veículos. No Ibama, falta funcionário para essas missões.

Na tarde de sábado, os agentes do Ibama fizeram um sobrevôo no Norte do estado para detectar novos desmatamentos na região. Semana passada, os fiscais autuaram o dono de uma propriedade em Itaúba (MT), que desmatou um pedaço da terra. Lá, apreenderam uma motosserra e lacraram um trator usado no desmate.

Eles ainda calculam o exato tamanho da área destruída para aplicar a multa. Para cada hectare desmatado, o proprietário é multado em R$ 1.500.

Próximo a Sinop, os fiscais detectaram também uma área desmatada e que seria utilizada para plantio de soja.

Ao pousar na área para autuar, na última terça-feira, os fiscais foram em duas sedes de duas fazendas.

Quem os recebeu, com medo, negou que a área desmatada pertencia a eles. O Ibama está identificando o dono. A terra está embargada.

Ao transportar e vender madeira ilegal, caminhoneiros, fazendeiros e madeireiros agem ao arrepio de um decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que proibiu esse tipo de atividade em 36 municípios da Amazônia.

Das 19 cidades do Mato Grosso que aparecem nessa lista, seis estão localizadas no Norte do estado. Os maiores índices de devastação são de Marcelândia, Nova Ubiratã, Peixoto de Azevedo, Nova Bandeirantes, Alta Floresta e Paranaíta.

Cerca de duzentos agentes da Polícia Federal vão se deslocar para Mato Grosso a partir de amanhã. O Ibama receberá um reforço de 20 fiscais para compor a força que

colocará em prática a operação Arco de Fogo, que será deflagrada em Mato Grosso, Pará, Rondônia e Amazonas.

Madeireiras impedidas de atuar por 2 meses – Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 25/02/2008

TAILÂNDIA (PA). O cerco às madeireiras que trabalham com madeira ilegal em Tailândia, a 235 quilômetros de Belém, chegou ao Judiciário. Desde sextafeira, empresas supostamente responsáveis pelos tumultos que impediram a remoção de madeira apreendida no município, na semana passada, foram excluídas por dois meses do sistema eletrônico que controla o transporte e o armazenamento de produtos florestais. Na prática, a medida impedirá que as empresas exerçam qualquer atividade comercial no período.

Em decisão liminar, a juíza Hind Gassan Kayath, da 2ª Vara Federal, em Belém, no Pará, permitiu o bloqueio das madeireiras no sistema. A solicitação foi feita pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pelo Ministério Público Federal (MPF) no Pará. As primeiras empresas suspensas foram Primavera, Catarinense, GM Sufredini, Tailaminasplac e Taiplac.

Em Tailândia, mais 19 carretas com toras de madeira foram liberadas pela Secretaria do Meio Ambiente do Pará (Sema) para ir a Belém. Para hoje se prevê a chegada de uma balsa com capacidade para escoar até 500 toras, o equivalente a 50 caminhões carregados. A balsa fará o escoamento da madeira ilegal até a capital pelo Rio Moju.

Empresas podem passar por devassa fiscal Os madeireiros de Tailândia correm risco de prisão, a partir desta semana, quando se inicia a Operação Arco de Fogo, do Ibama, da Polícia Federal e da Sema, com o anunciado reforço da Força Nacional de Segurança.

A ordem é prender todo madeireiro que resista à operação.

Num trabalho de inteligência que envolveu a Polícia Federal e a Secretaria de Segurança Pública do Pará, madeireiros de Tailândia tiveram suas vidas pesquisadas. Não está descartada uma devassa fiscal nas contas de madeireiras onde foram apreendidos quase 15 mil metros cúbicos de madeira cortada ilegalmente.

Tailândia foi palco, na semana passada, de protestos em que parte da população, insuflada por madeireiros, fechou a rodovia, ameaçou fiscais e enfrentou com pedras e paus a Polícia Militar do Pará.

'Não é justo que só nós paguemos' – Ricardo Galhardo – O Globo – O País- 25/02/2008

ENTREVISTA: Ana Julia Carepa

A governadora do Pará, Ana Julia Carepa (PT), diz que seu Estado não pode pagar sozinho o preço do combate ao desmatamento da floresta amazônica no Pará — que chega, segundo ela, a R$ 2 bilhões ao ano. A governadora quer criar alternativas econômicas nas cidades madeireiras e evitar que se repitam fatos como os ocorridos em Tailândia, terça-feira passada, quando mil manifestantes impediram o confisco de 13 mil metros cúbicos de madeira ilegal.

Ricardo Galhardo SÃO PAULO

O GLOBO: A senhora pretende pedir ajuda do governo federal no combate ao desmatamento?

ANA JULIA CAREPA: Terei reunião com a ministra Marina (Silva) para apresentar o custo do combate ao desmatamento, porque a atividade madeireira ilegal representa R$ 2 bilhões ao ano, 7% do PIB do Pará. A conta não é pequena. O Brasil precisa conhecer o tamanho da conta. Temos que fazer valer a floresta em pé mais do que vale a floresta derrubada. Propostas de incentivo fiscal federal, o ICMS verde, precisam ser levadas a sério com urgência. A conta não pode ficar só com o povo do Pará porque o benefício é para o Brasil e o mundo. Não é justo que só nós paguemos a conta.

Quanto custa?

ANA JULIA: Só as ações de fiscalização e retirada de madeira, iguais a esta que estamos fazendo em Tailândia, são uns R$ 50 milhões por ano. Além disso, há custo para a economia. Não posso perder R$ 2 bilhões (o orçamento do estado para 2008 é de R$ 9 bilhões). Não queremos destruir a economia do estado.

Sou a governadora. Imagine se quero destruir a economia do meu estado! Alguém tem que pagar a conta. Assim como o Brasil cobra do mundo (na questão da emissão de gases), o país tem que entender que é preciso ajudar a pagar a conta do combate ao desmatamento ilegal.

A senhora vai pedir ajuda da Força Nacional de Segurança?

ANA JULIA: Todo mundo sabe que o governo federal está preparando uma ação. Se necessário, vamos pedir ajuda. Há quatro meses solicitei ao ministro Tarso Genro que estudasse a possibilidade de a Força Nacional ajudar a combater o desmatamento ilegal. Ele disse que iria estudar. Por enquanto, avaliamos que este reforço que virá nas operações do governo federal é suficiente.

Como atenuar o impacto para a população?

ANA JULIA: Não queremos causar impacto econômico. Vamos entrar lá com ações sociais, com mecanismos como a criação de fiscais ambientais que poderão receber até R$ 250, fazer cursos de capacitação profissional e incentivar a agricultura familiar. Não queremos custo para a população, mas sabemos que deve haver uma transição.

Como será esta transição?

ANA JULIA:A transição é para pessoas que querem vir para a legalidade. Tem uma uma parte que quer isso e outra que não quer. As que não querem se legalizar não vão sobreviver.

Estamos dando chance para quem quer vir para a legalidade.

É suficiente para aliviar o impacto de perder R$ 2 bilhões?

ANA JULIA: Precisamos valorizar as atividades legais, fazer com que tenham valor econômico no mundo todo. Precisa haver outra atividade econômica, senão as pessoas vão fazer o que é mais fácil. Existe o instinto de sobrevivência. A maioria das pessoas são trabalhadores que querem viver com dignidade.

Os madeireiros criticam a demora na liberação dos planos de manejo da floresta.

ANA JULIA: A partir de segundafeira, entram mais funcionários. Estamos avaliando os projetos de forma criteriosa. Mas mesmo com este mutirão não há como (aliviar a situação em curto prazo). Esbarramos na questão fundiária, pois boa parte das terras é pública, e só no final do ano poderemos fazer licitações para a exploração delas.

A senhora esperava a reação da população em Tailândia?

ANA JULIA: Esta reação foi incentivada pelos madeireiros inescrupulosos. Foi distribuída cachaça em Tailândia. Foi uma tentativa de intimidar o Estado, mas não vamos nos deixar intimidar. É questão de honra.

Vou tirar aquela madeira nem que demore 20, 30, 50 dias.

Florestas valiosas – George Vidor – O Globo – Economia – 25/02/2008

O uso racional das florestas (que dará valor econômico às árvores em pé) pode ser o antídoto para o desmatamento, motivo de vergonha nacional, na região amazônica. Em setembro, isso começa a ser testado na prática, na floresta do Jamari (Rondônia). Um pouco antes, em agosto, será licitado o futuro manejo da floresta SaracáTaquera, no município de Oriximiná (Pará).

Até o fim do ano, o Serviço Florestal Brasileiro promoverá uma terceira licitação.

No caso de SaracáTaquera, de 500 mil hectares de florestas deverão ser explorados cerca de 200 mil, dentro de regras que preservarão o meio ambiente (ela é adjacente a uma reserva biológica, que não pode ser tocada). Em cada trecho catalogado, de mil árvores apenas cinco serão retiradas. Passados seis meses, devido à rápida recomposição florestal, o corte nem chega a ser percebido visualmente.

A floresta Saracá-Taquera fica na região do Rio Trombetas (margem esquerda do Rio Amazonas), na chamada Calha Norte, onde atualmente a atividade econômica se restringe à exploração de minérios (bauxita) e ao garimpo.

É uma área pouquíssimo habitada — vejam no mapa: não há quase cidades por ali, mas são encontrados antigos quilombos. Não houve ocupação nem mesmo na época áurea da exploração da borracha. Mais para o norte, na direção da fronteira com as Guianas, estão o Parque Nacional do Tumucumaque e outras unidades de conservação.

Como 75% das terras são devolutas (pertencem à União, a estados ou a municípios), esse modelo de uso racional pode servir de exemplo para as propriedades privadas na Amazônia Legal, muitas das quais hoje obrigadas a manter florestas nativas em 80% de suas áreas (ou pelo menos 50%). O retorno do investimento no uso racional das florestas pode ser da ordem de 18% a 20% ao ano. Não por acaso, já surgiram fundos que se especializaram no negócio.

Se o produtor rural ou o pecuarista se convencer que a floresta em pé é mais valiosa que o corte predatório de árvores, a fiscalização ficará mais fácil, a arrecadação de impostos aumentará e o pesadelo do desmatamento desenfreado pode acabar. Todos sairão ganhando.

Sustentabilidade é foco da discussão no Portal da Amazônia (MT) – Sítio Eletrônico do MDA – 25/02/2008

Nem a chuva forte que caía nessa madrugada em Alta Floresta (MT) desanimou os representantes de diversos segmentos sociais para assistir à cerimônia de lançamento do Programa Territórios da Cidadania. O evento ocorreu no hotel Floresta Amazônica e contou com a participação de 47 pessoas. O público representou variados setores: cooperativas, sindicatos dos trabalhadores rurais, ONGs, madeireiros, prefeitos, deputados e outras lideranças políticas.

O membro do colegiado do Portal da Amazônia, Domingos Jarí Vargas, ressaltou que a demanda a ser apresentada resultará na construção de políticas públicas que levem em conta o meio ambiente. “O programa é um passo em direção à sustentabilidade”, afirmou. Roberto Vicentim, representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA), afirmou ser este um dos mais importantes programas para o desenvolvimento sustentável. “Trata-se de uma ação ordenada, integrada, visando ao desenvolvimento e criando condições de vida e dignidade para as pessoas que aqui vivem”, disse.

Cassel fala aos territórios por videoconferência – Sítio Eletrônico do MDA – 25/02/2008

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, ressaltou durante a videoconferência sobre o Territórios da Cidadania que o programa traz desafios importantes para o Governo Federal e para as comunidades rurais. “Para nós, o esforço é trabalhar transvetorialmente e construir relações de confiança com os territórios. Para as comunidades, é participar ativamente”, afirmou Cassel.

O ministro enfatizou que o Territórios da Cidadania visa, sobretudo, a utilização mais racional dos recursos e o melhor planejamento das ações. “Essa é uma oportunidade de assumirmos nossa ousadia e enfrentarmos a questão do desenvolvimento das regiões agrárias deste País”, enfatizou Cassel.

A videoconferência foi transmitida nesta segunda-feira (25), de Brasília, para 27 territórios incluídos na primeira etapa do programa, que será desenvolvida em 2008. Os outros 33 territórios enviaram representantes para assistir ao lançamento do programa e à videoconferência na capital federal.

Quem não estava em Brasília participou enviando perguntas por meio de uma sala virtual de conversação (chat), dentro do portal Territórios da Cidadania, no endereço www.territoriosdacidadania.gov.br. Já nos primeiros 40 minutos de realização da transmissão, foi enviada uma pergunta por minuto via internet.

Além de Cassel, a videoconferência, realizada na parte da tarde, após a solenidade de lançamento do programa, contou com a participação de representantes da Cada Civil e dos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); de Minas e Energia

(MME); das Cidades; da Saúde (MS); da Educação (MEC); do Planejamento (MP); da Cultura (Minc); da Integração Nacional (MI); do Meio Ambiente (MMA); do Trabalho e Emprego (MTE); e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); além das Secretarias Especiais de Políticas para Mulheres (SEPM); de Aqüicultura e Pesca (SEAP) e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Territórios da Cidadania - Lançado nesta segunda-feira (25), em Brasília, pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o Territórios da Cidadania é um programa de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às áreas mais carentes do Brasil. Em 2008, serão beneficiados 60 territórios – eles somam 958 municípios. No total, o investimento do Governo Federal será de R$ 11, 3 bilhões este ano.

Presidente Lula lança programa para reduzir as desigualdades no meio rural – Sítio Eletrônico do MDA – 25/02/2008

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, lançou oficialmente o Programa Territórios da Cidadania nesta segunda-feira (25), no Palácio do Planalto. Para o presidente, este é mais um passo importante para se erradicar a pobreza no País, proporcionando a inclusão e o desenvolvimento regional. "A execução baseada em parcerias propostas pelo programa é um grande passo para se acabar com a pobreza e as desigualdades sociais no Brasil", declarou o presidente.

Com o lançamento do programa, os 60 territórios do País com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e baixo dinamismo econômico recebem, a partir de hoje, os principais programas do Governo Federal de forma integrada. Ao todo, são 135 ações de 15 ministérios para o desenvolvimento regional e garantia de direitos sociais, que beneficiará mais de dois milhões de famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, de pescadores e de comunidades tradicionais. O investimento para 2008 é de R$ 11,3 bilhões.

Durante o discurso de lançamento do Territórios da Cidadania, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, destacou três características da originalidade do programa: coordenação de esforços, foco nos territórios mais pobres e a participação das comunidades. "Essas três características demonstram a originalidade e ousadia do programa. A coordenação de esforços das políticas públicas é importante, principalmente, para que elas cheguem juntas e sejam capazes de retirar as comunidades mais necessitadas da estagnação econômica", afirmou.

Planejamento participativo - Já o diretor do Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo na École de Hautes Études em Sciences de Paris, Ignacy Sachs, ouvido em telão montado no Palácio do Planalto, enfatizou a importância e o pioneirismo da ação.

"Por sua escala e pelo volume dos recursos comprometidos, o Territórios da Cidadania nasce como um programa pioneiro, em nível internacional, de planejamento

participativo do desenvolvimento territorial voltado à inclusão social, pelo trabalho dos que se encontram à beira das estradas do progresso. É destinado a propulsar um novo ciclo de desenvolvimento rural tendo os agricultores familiares como atores principais".

Para o governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho, que também participou do evento, o planejamento de ações conjuntas tem se mostrado eficaz na promoção do efetivo desenvolvimento regional. "Lançar um olhar sobre o homem rural é olhar para a nossa história, para a nossa origem. A solidariedade entre municípios envolvendo o poder público e a sociedade civil, o planejar conjunto, o deliberar em prol do outro e em prol da região têm se mostrado bastante eficazes para a promoção do efetivo desenvolvimento regional", defendeu.

O decreto de criação do programa nacional foi assinado pelo presidente Lula e pelos ministros de estado da Casa Civil; do Desenvolvimento Agrário; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Educação; da Cultura; de Minas e Energia; do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Ciência e Tecnologia; do Meio Ambiente; da Integração Nacional; da Secretaria Geral da Presidência da República; da Secretaria das Relações Institucionais; da Secretaria Especial de Política da Promoção da Igualdade Racial; da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca; e da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.

Transparência nas ações - De acordo com o ministro Guilherme Cassel, qualquer cidadão pode acompanhar o andamento das ações do programa pelo Portal do Territórios da Cidadania (www.territoriosdacidadania.gov.br), disponível na Internet a partir desta segunda-feira.

"Este é um programa lançado para ter um controle social com a maior transparência possível. Todo o programa vai poder ser acompanhado por qualquer cidadão de qualquer lugar do País. Vai ser possível acompanhar cada projeto, cada território, os recursos destinados a ele, quem é responsável pela execução, se está atrasado ou não. É um programa transparente, democrático que conta com a adesão de estados e municípios, mas fundamentalmente das comunidades", ressaltou o ministro.

Transmissão ao vivo - O lançamento foi transmitido ao vivo para todo o País. Em cada estado, em pelo menos um dos territórios, seus representantes se reuniram para assistir à cerimônia direto de Brasília (DF). No interior da Bahia, por exemplo, a transmissão foi assistida pelos representantes do Território do Sisal, na cidade de Valente. Ali, houve apresentação cultural de cordel do Bule-Bule.

À tarde, todos eles assistiram uma transmissão, feita diretamente de Brasília, na qual o ministro Cassel e integrantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário explicaram como funcionará o programa. Pela Internet, os participantes nos estados puderam fazer perguntas.

Na terça-feira (26), os representantes dos 27 territórios continuarão reunidos, agora em assembléia, para dar seguimento aos trabalhos. Nessa reunião, serão apresentadas as 135 ações previstas no novo programa e detalhados os investimentos para cada uma delas.

O que diz o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel:

"Vamos coordenar nossas políticas. Vamos fazer com que elas cheguem juntas, se somem e sejam capazes de retirar essas comunidades da estagnação econômica. O programa até tem, sim, mais recursos. Mas o centro da sua lógica é ter recursos melhor aplicados, melhor utilizados para geração de resultados".

O que diz o diretor do Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo na École de Hautes Études em Sciences de Paris, Ignacy Sachs:

O desenvolvimento nacional não se reduz a um somatório de projetos locais. Ao realizar o Territórios da Cidadania, o Brasil está contribuindo de maneira cabal para a invenção de novas formas de atuação do estado desenvolvimentista e comprometido com a justiça social".

O que diz o governador do Amazonas, Eduardo Braga:

"Numa ação conjunta, o governo brasileiro consegue, como nunca se viu antes no País, mobilizar os governos municipal e estadual para um único objetivo: fazer a inclusão social e o desenvolvimento regional. O Territórios da Cidadania é para nós, portanto, a resposta de que estamos construindo um Brasil para o futuro e com oportunidades iguais para todos. Apenas com inclusão social e desenvolvimento econômico e ambiental iremos, efetivamente, dizer não ao desmatamento da Amazônia, nosso maior patrimônio ambiental".

O que diz o governador do Alagoas, Teotônio Vilela Filho:

"Como governador do estado que tem o mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País, quero dizer que estou totalmente integrado e trabalhando para que o Territórios da Cidadania dê certo".

O que diz a prefeita de General Sampaio (CE), Eliene Brasileiro:

"Lançar um olhar sobre o homem rural é olhar para a nossa história, para a nossa origem. A solidariedade entre municípios envolvendo o poder público e a sociedade civil, o planejar conjunto, o deliberar em prol do outro e em prol da região têm se mostrado bastante eficaz para a promoção do efetivo desenvolvimento regional".

Clique aqui para ouvir o boletim de rádio

Lançado o Territórios da Cidadania. Ações integradas de governo garantirão direitos básicos a cidadãos de 958 municípios – Sítio Eletrônico do MDS – 25/02/2008

Desenvolver projetos de trabalho e renda, levar infra-estrutura e garantir os direitos básicos de cidadania a moradores de localidades onde se concentram os maiores bolsões de pobreza do País. Esse é o objetivo do programa Territórios da Cidadania, lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva nesta segunda-feira (25/02), em cerimônia no Palácio do Planalto, em Brasília (DF). A secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arlete Sampaio, participou da solenidade, representando o ministro Patrus Ananias durante o lançamento do programa que tem apoio financeiro do MDS e será coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O Territórios da Cidadania, que conta com um aporte financeiro de R$ 11,3 bilhões, vai envolver 60 territórios e 958 municípios ainda este ano. São regiões que concentram 23,9 milhões de habitantes - 27% da população rural do País. A nova ação é fruto de parceria entre 15 ministérios. Juntos, os ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Desenvolvimento Agrário investirão R$ 8,4 bilhões.

Ao destacar que o MDS tem uma significativa parcela de contribuição neste trabalho, que "precisa contar com esforços da União, Estados e municípios e, principalmente, da participação popular", o ministro Patrus Ananias vai além. "O Territórios da Cidadania parte de muitas experiências exitosas. Ele prevê um melhor aproveitamento dos recursos públicos e do Cadastro Único. É uma ação boa para os pobres e significa emancipação para as famílias e para diversas comunidades, como os quilombolas e os indígenas.

Todos os investimentos, obras e programas serão públicos e estarão detalhados no Portal Territórios da Cidadania: www.territoriosdacidadania.gov.br

"O Territórios da Cidadania é o mais extraordinário programa de atendimento de políticas de oportunidade combinadas com políticas sociais já preparado no Brasil", afirmou o presidente Lula. Para ele, este é um grande programa que vai criar alternativas que provoquem uma verdadeira inclusão social. "Quando se fala em 'portas de saída', a impressão que tenho é que há gente com fobia, desejando que acabe logo o Bolsa Família. Eu não tenho pressa para acabar com ele. O Bolsa Família vai acabar no dia em que a sociedade brasileira - junto com todos nós - conseguir construir políticas de distribuição de renda para que o povo não precise mais dessa política do governo. Então tem gente que se incomoda, mas eu fico feliz que tenhamos conseguido beneficiar 11milhões de famílias com o Bolsa", ressaltou. O presidente anunciou que começa esta semana, em Quixadá (CE), um roteiro de viagens relacionadas ao Territórios da Cidadania.

Com relação a críticas contra o governo federal, o presidente ressaltou que "quando as coisas dão errado, a culpa é do governo; quando dão certo, é da sorte. O que me dá otimismo é que eu acredito demasiadamente na inteligência do povo brasileiro, que sabe distinguir o que é boa fé e o que é má fé", disse. "Essa política, anunciada aqui hoje, é uma grande passo para a gente acabar com a pobreza.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, disse que o programa Territórios da Cidadania pretende "fazer o que o Estado brasileiro nunca foi capaz de realizar: superar as condições de pobreza no meio rural brasileiro. É um programa ousado e original que resultou do esforço coletivo da experiência e conhecimento de 19 ministérios. Um programa que aposta na colaboração ativa entre União, Estados e municípios e, mais do

que isso, na mobilização", comentou. E frisou a participação popular: "Vamos investir, nos próximos 30, 45 dias, nos contatos com as comunidades de forma que o programa não seja burocrático, pensado aqui de Brasília, mas que leve em conta as vontades dos homens e das mulheres que moram nessas regiões. Cassel enfatizou que o Territórios da Cidadania não é "um programa com mais recursos, e sim com recursos mais bem aplicados".

Participaram da solenidade, além de Guilherme Cassel, os ministros Dilma Rousseff (Casa Civil); Reinhold Stefhanes (Agricultura, Pecuária e Abastecimento); Fernando Haddad (Educação); Gilberto Gil (Cultura); Edson Lobão (Minas e Energia); Paulo Bernardo (Planejamento, Orçamento e Gestão); Sérgio Rezende (Ciência e Tecnologia); Marina Silva (Meio Ambiente); Geddel Vieira Lima (Integração Nacional); Luis Dulci (Secretaria-Geral da Presidência); José Múcio Monteiro (Secretaria das Relações Institucionais); Roberto Mangabeira (Assuntos Estratégicos); Edson Santos (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial); Tereza Souza (interina da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres), e Altemir Gregolin (Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca), além de deputados e senadores.

Estiveram presentes também os governadores Teotonio Vilela Filho (Alagoas); Eduardo Braga (Amazonas); Jackson Lago (Maranhão); Ana Júlia (Pará); Marcelo Déda (Sergipe); Roberto Requião (Paraná); Marcelo Miranda (Tocantins); Waldez Góes (Amapá); o vice-governador da Bahia, Edmundo Pereira, e a prefeita de General Sampaio, Eliene brasileiro, que representou os prefeitos dos municípios inseridos nos 60 territórios que serão contemplados com o programa. **Rogéria de Paula*

Projeto pode retribuir produtores por serviços ambientais – Sítio Eletrônico da CNA – 26/02/2008

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado Federal vota, hoje (26/2), às 11h30, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 142/07, que trata da retribuição a proprietários rurais por serviços ambientais de conservação de solo e recursos hídricos em suas terras. De autoria do senador Renato Casagrande (PSB-ES), o projeto acrescenta inciso aos artigos 21, 22 e 38 da Lei nº 9.433/97, e propõe que sejam considerados, como parte dos procedimentos da definição de valores a serem cobrados dos fazendeiros pelo uso da água, a avaliação e o conseqüente abatimento dos serviços de proteção ambiental das propriedades que os propiciam. O relatório do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) é pela aprovação da matéria.

Legalizar o sistema de compensação ao produtor rural é uma das sugestões que a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) para chegar a uma solução definitiva em relação ao desmatamento. O presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CNA, Assuero Veronez, explica que esse mecanismo ajudaria produtores de outras regiões do País a compensar seu passivo ambiental, financiando junto a proprietários rurais da Amazônia a preservação dessas áreas de floresta.

Para Veronez, "a Amazônia não pode se transformar em um grande parque ecológico, onde tudo será proibido". Para tanto, a CNA defende ainda a criação de mecanismos de remuneração, a exemplo do que acontece em outros países do mundo, para proprietários de áreas destinadas à conservação, de modo que os serviços ambientais sejam

reconhecidos e valorados. “Os proprietários não podem ficar apenas com o ônus da conservação das florestas, como é hoje”, completa ele, justificando que este bem é de interesse de toda a humanidade.

Em sua justificativa, o senador Renato Casagrande argumenta que o proprietário rural merece "reconhecimento e retribuição" pela adoção de métodos e técnicas "mantenedores e melhoradores" do meio ambiente. Ele enumera entre esses métodos aqueles que resultam na redução de sedimentos, de contaminações e de resíduos que seriam carreados para os rios. *Com informações da Agência Senado.*

Rapina ambiental - Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 26/02/2008

Todos estão certos, ninguém tem razão. Assim se parece a discussão sobre o desmatamento na Amazônia. Dados desencontrados, governo perdido, acusações múltiplas. A hiléia sucumbe na incompetência coletiva.

O assunto começou a embaralhar a opinião pública quando, há dois anos, numa jogada política, o Ministério do Meio Ambiente declarou que a queda no desmatamento, então apontado, era obra do seu governo. Não era crível. Analistas da matéria, incluindo boas organizações ambientalistas, sabedoras da inépcia governamental, creditavam o arrefecimento da devastação à crise da agropecuária.

Na época, a arroba do boi amargava o pior preço em 30 anos. Os parlamentares ruralistas defendiam, na Câmara dos Deputados, a criação da CPI da carne, para averiguar a formação de cartel entre os frigoríficos. Na soja, a quebradeira era geral, motivada pela sucessiva queda do dólar. Por duas vezes seguidas, os agricultores semearam a safra com câmbio melhor, colhendo a produção em pior situação, estraçalhando sua renda. Em Mato Grosso, o custo do frete e os buracos nas rodovias recomendavam nem plantar.

Segundo afirmava Marina Silva, porém, o ciclo da agropecuária era irrelevante. “Fomos nós”, assegurava a Ministra, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) à frente, Polícia Federal atrás, posando de heroína. O desmatamento estava sendo controlado “como nunca na história deste país”... Uma chatice.

Agora que aumentou o fogaréu, virou no avesso o argumento. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), antes impoluto, se vê desacreditado pelo governo. E a culpa da desgraceira recai, vejam só, sobre o boi e a soja. Quando a notícia é positiva, sorte, a responsabilidade cabe ao governo federal. Piora o quadro, azar, lavam-se as mãos, culpa da agropecuária. Política da lorota.

A virtude, sempre, mora no meio. É certo que medidas positivas de fiscalização se implementaram, a começar das malfadadas guias florestais, substituídas por sistema eletrônico no comércio de madeiras. Sabe-se que muita sem-vergonhice ainda se esconde por detrás desse famigerado mercado de toras. Mas melhorou, sem dúvida, o controle público.

É igualmente inegável que a expansão das pastagens e da sojicultura pode acelerar o desmatamento. A “moratória da soja”, porém, pacto assinado entre grandes traders (que comercializam 92% da leguminosa do País) e entidades ambientalistas, Greenpeace à frente, amainou o estrago. Quem plantou soja em terrenos desmatados, após julho de 2006, dificilmente encontrará bom comprador.

Quem é do ramo sabe que, normalmente, após a derrubada da mata virgem surge a pastagem. O solo recém-desbravado impede a mecanização. Muita gente planta arroz ou milho, espécies gramíneas como o pasto, para “abrir” o terreno, ainda cheio de tocos e raizame. Somente no cerrado amazônico a lavoura de soja se instala de imediato.

Processo distinto ocorre na floresta úmida e densa. Como se sabe, a Amazônia legal, uma invenção dos militares, define um território maior que o “bioma Amazônia”. A região de Rondonópolis (MT), por exemplo, conta na Amazônia, mas é dominada pelo cerrado. Cuidado com os conceitos.

Na floresta densa, ao contrário do cerrado, a rapina ambiental chega muito antes da agropecuária. Entender esse ponto é fundamental. Quando vem a derrubada, em corte raso, as serrarias já extraíram a melhor madeira de lei. Primeiro, caem as cobiçadas árvores de mogno, ipê e cedro. Depois, deitam o jatobá e a maçaranduba. Tudo escondido.

O crime ecológico, quando detectado pelo satélite do Inpe, estoura na mídia e bate na cara do agricultor, mas apenas resvala nos verdadeiros ladrões da floresta. Aqui, no comércio da valiosa madeira, reside a origem do problema. Ou se enfrenta a lógica dessa economia perversa ou nada restará da floresta amazônica.

Esse processo histórico, um conluio entre o poder público e o privado, madeireiros e proprietários rurais, posseiros e assentados de reforma agrária, exige duas formas de controle: primeira, a fiscalização do transporte, vistoriando os caminhões nas rodovias que partem da Região Norte. As cargas são volumosas, notórias. A polícia, armada nas barreiras, não pega ladroagem se não quiser.

Segunda, urge reduzir o uso da madeira de lei na construção civil, substituindo-a por floresta plantada (pinus e eucalipto) na confecção de telhados e que tais. São Paulo consome 15% do rico lenho extraído da Amazônia. Nos tempos de aquecimento global, esse costume, quase uma adoração, pelo uso da madeira de lei, inclusive na movelaria, precisa ser repensado. Gosto antigo, oligárquico.

Calma. Para liquidar o assunto falta ainda burilar num dogma: a legislação agrária do País continua confundindo floresta com terra improdutiva. Resultado: para escapar da reforma agrária, ao adquirir uma mata virgem, o proprietário manda derrubar, rápido, tudo o que puder. Vem sendo assim desde os anos 60, com o Estatuto da Terra.

Ora, os tempos mudaram. Terra de onça não pode ser sinônimo de latifúndio. É verdade que, averbando a Reserva Legal à margem da escritura, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) fica impedido de considerá-la improdutiva. Nesse caso, a área preservada fica exposta, sem perdão, aos invasores de terra. Triste sina.

A corrente da devastação somente se inverterá quando um pedaço de floresta, mantido em pé, valer mais que tombado. A equação é complexa, dispensa raciocínio fácil. Um dia a sociedade vai premiar, e não castigar, a conservação ambiental. *__Xico Graziano, agrônomo, é secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. E-mail: xico@xicograziano.com.br__

Lula anuncia R$ 11 bi para zona rural e mais viagens - Lisandra Paraguassú e Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Nacional – 26/02/2008

Ao lançar projeto Territórios da Cidadania, presidente garante que vai cumprir meta do Luz para Todos, de alcançar mais 2 milhões de famílias

No ano em que municípios vão eleger novos prefeitos, o governo Lula quer marcar presença nas áreas rurais e cidades mais pobres do País. No lançamento do Programa Territórios da Cidadania, ontem, no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou investimentos de R$ 11,3 bilhões para os municípios e garantiu que o governo finalmente vai cumprir a meta do Programa Luz para Todos - de alcançar mais 2 milhões de famílias. Avisou ainda que vai viajar muito pelo País, por dois motivos: porque só assim é possível conhecer os problemas do País e porque ficar tempo demais em Brasília "é uma desgraceira só."

O Territórios da Cidadania é o primeiro grande pacote de programas do governo para as zonas rurais. Só este ano, 958 municípios, em todos os Estados, com população que chega a 24 milhões de pessoas, receberão investimentos de 15 ministérios e 3 secretarias especiais para projetos que vão de construção de escolas e estradas ate crédito para a agroindústria.

O governo tem sido acusado de lentidão na reforma agrária e em entrevista publicada domingo pelo Estado o dirigente do Movimento dos Sem-Terra (MST) João Pedro Stedile disse que o Bolsa-Família levou os movimentos sociais à apatia. Agora, com o pacote, o governo pretende estimular justamente as economias de locais em que beneficiários da bolsa, assentados, quilombolas e indígenas são a maioria da população. "Queremos que a agroindústria chegue junto com a energia elétrica, com a estrada para escoar produção, com assistência técnica e sejam capazes de tirar essas comunidades da estagnação econômica", disse o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

MAIS LUZ - Pelo planejamento inicial do Luz para Todos, todas as zonas rurais já deveriam ter sido atendidas. Mas o governo admite que hoje ainda falta luz para quase 12 milhões de pessoas. Ao mesmo tempo, promete que isso será resolvido agora. "Este ano vamos cumprir a meta do Luz para Todos", afirmou Lula ontem. "Qual é o problema do Luz para Todos? O problema é que nós trabalhamos com o número do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que é nossa referência. Mas na hora que o pessoal sai a campo, a gente percebe que tem muito mais gente sem luz do que está nas estatísticas do

IBGE. Já descobrimos mais 1,7 milhão de pessoas que não têm luz. É mais um compromisso, até 2010, para a gente acabar com tudo isso."

Parte das ações do Territórios da Cidadania consiste justamente a chegada da energia elétrica aos municípios. Assim como água potável, saneamento e estradas. Mesmo São Paulo, que vai participar com dois territórios - o Vale da Ribeira e o Pontal do Paranapanema - precisa ainda de ligações de energia e saneamento. Apenas no Luz para Todos estão previstos investimentos de R$ 3,5 bilhões este ano. Os projetos devem começar em abril.

"Essa política que o Cassel anunciou aqui, eu posso dizer para vocês que é o segundo grande passo para a gente acabar com a pobreza", disse o presidente ontem. "Quando me apresentaram o Territórios eu me convenci de que tínhamos conseguido elaborar o mais extraordinário programa de atendimento de políticas de oportunidade combinadas com políticas sociais que já tínhamos preparado no Brasil."

SEM PRESSA - O presidente quer que o Territórios da Cidadania seja a solução de renda para muitas famílias que hoje dependem do Bolsa-Família. Mas ele se recusa a falar em uma "porta de saída" para o programa que é a menina-dos-olhos de seu governo. "Eu não tenho pressa de acabar com o Bolsa-Família. Vai acabar no dia que a sociedade brasileira, junto com todos nós, conseguir construir as políticas de distribuição de renda para que o povo não precise mais dessa política do governo", afirmou.

O Bolsa-Família foi justamente um dos critérios para escolha das áreas a serem atendidas. Quanto mais famílias, maior a chance de entrar na lista. Os 60 territórios concentram 21% das famílias do programa, assim como 40% dos assentados da reforma agrária e 24% dos agricultores familiares do País.

Questionado se não havia risco de o programa ser considerado eleitoreiro, já que era lançado em ano de disputas municipais, o ministro do Desenvolvimento Agrário chegou a se irritar. "Estamos falando de combate à pobreza. Misturar isso com eleições seria uma pequenez injusta, uma mesquinharia", afirmou Cassel.

Amazônia Legal terá vigilância permanente – Fabio Guibu e Andrea Michael – Folha de São Paulo- Brasil – 26/02/2008

Polícias Federal e Militar, Força Nacional de Segurança e Ibama põem 800 homens para combater desmatamento na região - Em 36 municípios, Operação Arco Verde deve durar pelo menos um ano, segundo o diretor-geral da PF; clima é de tensão em cidade do Pará

Forças federais iniciaram ontem uma operação de combate ao desmatamento e ao comércio clandestino de madeira na Amazônia Legal. A ação, que se estenderá por tempo indeterminado, atingirá os 36 municípios da região que mais devastaram florestas no segundo semestre do ano passado. Palco de um confronto ocorrido há sete dias envolvendo policiais e moradores contrários à fiscalização das madeireiras, Tailândia (a 218 km de

Belém) foi a cidade escolhida para o início da operação, batizada de Arco de Fogo. O diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, disse que policiais vão atuar permanentemente na região. Cerca de 800 homens - da Polícia Militar, da Força Nacional de Segurança Pública e da Polícia Federal- devem se estabelecer na Amazônia Legal por pelo menos um ano. "Já vínhamos fazendo operações de combate naquela região. Estamos trocando o caráter episódico pela permanência porque se mostrou que o perfil do crime é permanente, que se retoma a cada vez que o Estado sai", disse Corrêa ontem pela manhã, em Brasília.

O foco será a fiscalização intensa nas serralherias. Segundo o diretor-geral, a presença do Estado na região terá como efeito também prevenir os crimes decorrentes da exploração ilegal da floresta, a começar da corrupção de servidores.

Em Tailândia, o trabalho envolve 300 homens. Três helicópteros e cerca de 50 veículos serão usados pelas tropas. Pelo menos quatro quintos da madeira encontrada pela PF no entorno de Tailândia ontem são ilegais. Cinco empresas foram multadas em R$ 2,5 milhões pelo Incra.

Em Sinop (MT), um dos principais focos da operação, 50 agentes federais desceram ontem de um helicóptero do Exército e de um avião da PF. Outros quatro carros da polícia já estavam estacionados em um hotel da cidade.

A fiscalização no Pará começa hoje. O Ibama acredita que as cerca de 60 madeireiras de Tailândia possuam em estoque até 50 mil metros cúbicos de madeira ilegal, o suficiente para lotar 3.570 caminhões. A chegada das forças federais agitou a cidade, de 67 mil habitantes. Os moradores saíram de casa para acompanhar a chegada do comboio.

Tensão - Nas madeireiras, o clima é de tensão entre os empresários e os funcionários. De acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Madeireira de Tailândia, Francisco das Chagas, dos 2.973 empregados do setor com a carteira de trabalho assinada, 2.018 já receberam notificação de demissão.

"Desse jeito, vai ser demitido todo mundo", disse Chagas. Segundo ele, desde o início da fiscalização pelo governo do Estado, há 15 dias, 826 trabalhadores perderam o emprego sem cumprir aviso prévio.

Para o presidente do Sindicato das Indústrias Madeireiras de Tailândia, João Medeiros, a ação das forças federais deverá agravar ainda mais a situação. Medeiros acredita, porém, que a fiscalização "será uma oportunidade para o setor se moralizar e se legalizar".

A cidade -que, segundo a prefeitura, tem 70% da sua economia lastreada nos ganhos das madeireiras e carvoarias- reclama do "efeito dominó" provocado pela crise no setor. "Antes dessa confusão eu faturava R$ 160 por semana", disse o borracheiro Magno Silva Sales, 30. "Agora, sem os caminhões, só ganhei R$ 40 na semana passada", declarou. Nas estradas, só circulam as carretas contratadas pelo governo estadual para retirar a madeira apreendida. Ontem, os caminhões transportaram sua carga para um porto fluvial.

As toras foram levadas para depósito próximo a Belém, onde serão leiloadas. O dinheiro irá para entidades ambientais. *Colaborou RODRIGO VARGAS , da Agência Folha, em Cuiabá

Governadora diz que Pará vai perder R$ 2 Bi – Folha de São Paulo - Brasil- 26/02/2008

Ana Júlia Carepa (PT), afirmou que a operação de combate ao desmatamento ilegal no Estado trará perdas econômicas. "Como é que nós temos de fazer? Eu não vou deixar de combater o desmatamento ilegal. Mas, ao mesmo tempo, nós estamos nos organizando, e isso a gente quer fazer junto com o governo federal", disse ontem no Palácio do Planalto.

A oito meses da eleição, Lula lança novo programa social – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 26/02/2008

Objetivo é combater pobreza rural; oposição cogita contestar plano no Supremo - Batizado de Territórios da Cidadania, programa agrupa R$ 11,3 bilhões de investimentos já existentes em ações de 15 ministérios

A menos de oito meses das eleições municipais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou um programa que será uma espécie de mutirão federal no combate à pobreza rural. Serão 135 ações (nenhuma delas nova), de 15 ministérios, direcionadas a 958 municípios de todos os Estados.

Diante do potencial do programa, chamado Territórios da Cidadania e no qual devem ser aplicados R$ 11,3 bilhões neste ano, a oposição já cogita contestá-lo no Supremo Tribunal Federal. Os municípios a serem atendidos fazem parte de 60 territórios criados pelo governo federal, com base, segundo ele, nos mais baixos índices de desenvolvimento humano e nas maiores concentrações de assentados da reforma agrária, beneficiários do Bolsa Família e agricultores familiares.

Nas zonas rurais desses territórios, vivem cerca de 7,8 milhões de pessoas, que na prática serão o alvo do programa, idealizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Não há recursos novos -todo o dinheiro aplicado já faz parte dos orçamentos dos ministérios.

As prioridades serão definidas por "colegiados territoriais", com representantes de município, Estado e União. A força-tarefa terá ações em atividades produtivas (como crédito), acesso a direitos (como registro civil) e de infra-estrutura (construção de estradas e pontos de energia elétrica).

Há duas semanas, a **Folha** revelou que os cinco governadores do PT (Acre, Piauí, Pará, Bahia e Sergipe) concentrarão um terço desses potenciais beneficiários. Nos 16

territórios localizados nesses Estados, 2,6 milhões de pessoas estão na zona rural, em 266 cidades. Questionado sobre o potencial eleitoral do programa, o ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) disse: "A gente não pode deixar de combater a pobreza simplesmente porque é ano eleitoral".

Uma das ações previstas é a combinação do Pronaf (crédito de custeio e investimento para a agricultura familiar) com a ampliação da assistência técnica (colocação de técnicos nos locais para a orientação dos lavradores). Haverá uma tentativa de ampliar o Bolsa Família e outras ações como o Farmácia Popular e o Brasil Sorridente.

A pasta do Desenvolvimento Agrário informou que não foi feita uma estimativa do volume de recursos que seria destinado aos 958 municípios sem a atuação do novo programa. Também não respondeu sobre o total de investimentos nesses mesmos municípios em 2007.

Ontem, cerca de 500 pessoas participaram do lançamento -entre os presentes, estavam nove governadores, 17 ministros, prefeitos, assessores do governo e representantes de sindicatos e movimentos sociais. O evento foi transmitido para telões instalados em 27 dos 60 territórios (um em cada Estado, além do DF).

Para Lula, o Territórios da Cidadania é "o segundo grande passo para a gente acabar com a pobreza". O primeiro teria sido o Bolsa Família, que atende cerca de 11 milhões de famílias. Na quinta, ele participa, em Quixadá (CE), do lançamento de um braço do programa.

Sobre o Bolsa Família, Lula afirmou: "Eu não tenho pressa [de acabar com o Bolsa Família]. O Bolsa Família vai acabar no dia em que a sociedade conseguir construir as políticas de distribuição de renda para que o povo não precise mais dessa política do governo".

Projeto pode ser contestado, diz Marco Aurélio –Silvana de Freitas e Maria Clara Cabral – Folha de São Paulo- Brasil – 26/02/2008

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Marco Aurélio Mello, disse ontem que o lançamento do Territórios da Cidadania em ano eleitoral poderá ser contestado judicialmente. "Temos de aguardar que os que se sintam prejudicados recorram ao Poder Judiciário. Em tese fica muito difícil eu me pronunciar."

DEM e PSDB estudam ir ao Supremo Tribunal Federal contra o projeto. O DEM solicitou ontem à sua assessoria técnica estudo com detalhes do programa e aguarda sua publicação oficial para verificar se a maioria dos potenciais favorecidos está em Estados governados pela base, para então ingressar com recurso no STF.

"Queremos saber quais são os critérios adotados para definir as áreas beneficiadas e, se verificarmos o caráter eleitoreiro, claro que vamos ao Supremo", disse o líder do DEM na Câmara, ACM Neto (BA).

Para o presidente do PSDB, senador Sérgio Guerra (CE), o Territórios da Cidadania foi lançado para conquistar votos em algumas regiões. "É um projeto 100% eleitoreiro." A **Folha** apurou que o presidente Lula e os ministros que atuam diretamente no programa poderão ser alvos de ações por abuso de poder político.

A Lei Eleitoral não admite repasses de recursos da União para Estados e municípios e dos Estados para os municípios nos 90 dias que antecedem as eleições, com exceção das transferências para obras e serviços previamente contratados e de casos de emergência e calamidade pública. **(SILVANA DE FREITAS e MARIA CLARA CABRAL)**

Ação contra desmatamento mobiliza 300 – O Globo – Capa- 26/02/2008

O início da Operação Arco de Fogo, de combate ao desmatamento da Amazônia, mobilizou 300 homens da Força Nacional de Segurança, da Polícia Federal e do Ibama, que chegaram ontem a Tailândia, uma das cidades mais violentas do Pará, onde, na semana passada, madeireiros impediram uma ação policial. Em Sinop (MT), assentados pelo Incra estão entre os grandes desmatadores.

Páginas 12 e 13

Amazônia: 300 policiais chegam a Tailândia – Ronaldo Brasiliense –O Globo –O País – 26/02/2008

TAILÂNDIA (PA). Cerca de 300 homens da Força Nacional de Segurança, da Polícia Federal e do Ibama chegaram ontem a Tailândia, um dos municípios mais violentos do Pará, e iniciaram a Operação Arco de Fogo, ação coordenada contra a atividade das madeireiras ilegais. A meta é atingir duramente as serrarias, que só nessa região mantêm em seus pátios, segundo estimativa da Secretaria de Meio Ambiente do Pará, em torno de 130 mil metros cúbicos de toras cortadas ilegalmente, madeira suficiente para encher 5 mil caminhões. Ao todo, serão enviados à Amazônia 1.100 homens, na maior ação até hoje contra o desmatamento.

— Viemos para ficar por muito tempo. A operação vai durar mais de um ano — disse o delegado Daniel Sampaio, coordenador geral de Defesa Institucional da Polícia Federal e um dos comandantes da Arco de Fogo.

A escolha de Tailândia para a estréia da operação, apesar de o município não estar na relação dos 150 que mais desmataram na Amazônia em 2007, foi justificada pelo delegado: — Tailândia foi escolhida por conta de uma fiscalização que começou e não terminou — disse, referindo-se à reação dos moradores contra a operação Guardiões da

Amazônia, na semana passada. Insuflados por madeireiros, os moradores tentaram impedir a retirada da madeira apreendida pelos policiais.

A PF tem em mãos um relatório sobre a situação das madeireiras do município. O dossiê mostra que há mais de 160 registros de pessoas jurídicas referentes a madeireiras que atuam em Tailândia, mas muitos CGCs estão registrados no mesmo endereço. Ou seja, várias serrarias atuam na mesma base física, numa tentativa de burlar a fiscalização.

A Arco de Fogo será repetida 120 vezes pelo Ibama até final do ano e não se limitará — como estava previsto inicialmente — aos 36 municípios de Pará, Rondônia e Mato Grosso que mais desmataram floresta em 2007.

A idéia é expandir a ação também a outros municípios localizados no chamado arco de desflorestamento da Amazônia, que vai do Acre ao Maranhão.

Os alvos da Operação Arco de Fogo em Tailândia serão de 50 a 60 madeireiras que atuam na clandestinidade, comprando madeira retirada de unidades de conservação federais e estaduais e de terras indígenas.

— A maioria das madeireiras atua na ilegalidade — disse o superintendente do Ibama no Pará, Aníbal Picanço.

Na operação Guardiões da Amazônia, feita em parceria entre o Ibama e a Sema, foram apreendidos 12.800

metros cúbicos de madeira em sete madeireiras.

A expectativa dos fiscais do Ibama é que se encontre pelo menos 10 vezes mais nas demais serrarias. São toras de madeira como faveira e goiabão, usadas na produção de laminados, e maçaranduba, tauari e ipê, cortada nas serrarias, adquiridas pelas madeireiras sem plano de manejo florestal sustentável, sem guias de transporte florestal e sem nota fiscal.

A chegada da tropa de choque recrutada pela Arco de Fogo em Tailândia foi apoteótica: mais de 50 carros e quatro ônibus atravessaram a rodovia PA150 perfilados, pelo centro do município, sob olhares curiosos.

Três helicópteros — um da PF, um do Ibama e outro do governo do Pará — que vão dar apoio às ações sobrevoavam continuamente o céu da cidade.

Cidade desmata sem pedir licença – O Globo – O País – 26/02/2008

Vivendo da indústria madeireira, Tailândia, a 235 quilômetros de Belém, às margens da rodovia PA-150, até hoje teve autorizado apenas um plano de manejo florestal, para a Florapac Indústria Ltda. Teve também aprovado apenas um projeto de reflorestamento, segundo relatório atualizado da Secretaria de Meio Ambiente do Pará. O plano de manejo é o documento que dá autorização para o corte legal de madeira.

Todos os demais planos de manejo e projetos de reflorestamento que tramitam na Sema têm pendências de documentos. Esses empreendimentos foram notificados pelo órgão, que aguarda que as empresas apresentem os documentos necessários para o licenciamento.

Levantamento da Sema mostra que 22 madeireiras já obtiveram licença para funcionar e 77 aguardam licenciamento. Um licenciamento foi suspenso. Tailândia tem mais de mil fornos de carvão em atividade, mas apenas seis funcionam com licença ambiental. Outras 38 carvoarias estão com pedido de licenciamento na Secretaria de Meio Ambiente, aguardando parecer.

Ontem, mais 20 caminhões carregados de toras deixaram o pátio da madeireira Tailaminas.

A madeira seguiu por uma estrada de terra de 23 quilômetros até as margens do Rio Moju, onde hoje deverá se embarcada numa balsa para Belém.

"A expectativa é de enfrentamento constante" Em Brasília, o diretor da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, confirmou ontem que a Operação Arco de Fogo terá longa duração. Pelo planejamento inicial, a ofensiva deve se estender por no mínimo um ano. Para Corrêa, essa é a grande diferença entre a Arco de Fogo e as demais grandes operações da PF até o momento.

— A expectativa é de enfrentamento constante — disse Corrêa depois da abertura de um curso de formação de policiais na Academia Nacional de Polícia.

Orçada em mais de R$ 200 milhões, a operação deverá mobilizar 1.100 policiais federais, militares, civis e fiscais do Ibama.

Mas, por falta de recursos, dirigentes da PF e do Ibama decidiram começar o combate ao desmatamento com 450 policiais e fiscais em áreas estratégicas como Sinop, em Mato Grosso; Tailândia, no Pará; e Porto Velho, em Rondônia.

Esta primeira etapa deve durar três meses. Se a verba necessária for liberada, a PF partirá para a repressão mais forte ao corte ilegal e ao contrabando. Por enquanto, a PF centrará o ataque nas serrarias, onde há grandes quantidades de madeira de origem ilícita. Depois, policiais e fiscais saem a campo para conter derrubadas em fazendas. O foco é no combate ao desmatamento, mas, segundo Corrêa, serão reprimidos outros crimes ambientais, como tráfico de animais silvestres e poluição de rios.

Pará quer apreender 50 mil metros cúbicos de madeira O secretário de Segurança do Pará,

Geraldo Araújo, disse que o governo estadual e o Ibama esperam apreender 50 mil metros cúbicos de madeira em Tailândia. Segundo ele, menos de 10% das cerca de 140 madeireiras da região foram fiscalizadas na operação que apreendeu 13 mil metros cúbicos de madeira semana passada. Araújo disse que desde a chegada de 200 homens da PM, após os distúrbios, a situação está sob controle: — Tínhamos dificuldade para retirar a madeira apreendida, o que fizemos semana passada. Nesta nova etapa, com a chegada da Força Nacional e de fiscais do Ibama, imaginamos chegar a 50 mil metros cúbicos de madeira retirada ilegalmente.

Assentados exploram madeira ilegal em MT – Evandro Éboli – O Globo – O País – 26/02/2008

SINOP (MT). Os assentados da reforma agrária no norte de Mato Grosso estão entre os principais exploradores de madeira ilegal na região. Na Operação Rastro Verde, realizada pelos fiscais do Ibama em Sinop (MT), dos 27 caminhões apreendidos desde meados de janeiro, 18 (66% do total) saíram carregados dos assentamentos Mercedes I, Mercedes II e Mercedes V, entre Sinop e Tabaporã. O Ibama de Sinop informou que enviou ofício ao Incra solicitando o nome dos assentados donos dos lotes de onde foram extraídas as toras. Segundo fiscais, até agora o Incra não forneceu a relação.

A madeira extraída dos assentamentos é vendida, a preços mais baixos que os de mercado, para pequenos caminhoneiros que sobrevivem dessa atividade ilegal. Os assentados derrubam árvores sem apresentar plano de manejo, e por isso deverão ser

multados pelo Ibama. Sem recursos para comprar trator e outros materiais para o desmatamento, os assentados alugam veículos e equipamentos para fazer a derrubada.

Como não há documento que autoriza nem a retirada e nem o transporte da madeira, os caminhoneiros cruzam as estradas da região de madrugada para fugir da fiscalização.

Eles vendem as toras para madeireiras e serrarias. Procurado, o Incra, em Brasília, informou não ter localizado dirigentes da superintendência do órgão em Cuiabá para falar sobre o assunto. Todos estariam participando de uma teleconferência.

Enquanto a Polícia Federal não chega a Sinop para iniciar a Operação Arco de Fogo, fiscais do Ibama voltaram a fazer ontem novas ações e apreenderam dois caminhões do tipo bi-trem — com duas grandes carrocerias — lotados de ripas de madeira extraída sem autorização, em Sinop. São dois caminhões da marca Volvo, que seguiam para o Triângulo Mineiro.

Os veículos são novos. Um deles está com apenas 2,7 mil quilômetros rodados. O valor estimado do caminhão é de R$ 380 mil. O outro, um Volvo 2006, custa R$ 340 mil. Cada caminhão carregava 50 metros cúbicos de madeira, carga estimada, ao todo, em R$ 50 mil.

Caminhões disfarçavam carga ilegal – O Globo – O País – 26/02/2008

Veículos pareciam levar soja, milho e arroz; Ibama tenta se apropriar deles SINOP (MT). Os dois caminhões Volvo apreendidos ontem por fiscais do Ibama estavam cobertos com lona e pareciam caminhões graneleiros, que transportam produtos como soja, milho ou arroz. Mesmo sem toras de madeira aparentes, os fiscais desconfiaram.

— Se a gente for parar só os caminhões que rodam com toras à mostra, o trabalho não rende. Temos que ser insistentes mesmo — disse um fiscal.

O Ibama tentará se apropriar dos veículos. Mas os proprietários, antes mesmo do término do procedimento do Ibama, tentam reaver os caminhões na Justiça. Os dois veículos foram levados para o pátio da Polícia Militar em Sinop — o Ibama não dispõe de espaço próprio.

Dos 27 caminhões retidos da operação, um está numa área da Polícia Rodoviária Federal, dois na da Secretaria de Obras de Santa Carmem (MT) e quatro na da Polícia Militar. Os outros ficaram em poder dos próprios donos, que assumiram o papel de fiéis depositários. O Ibama negocia com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) um

Arco de fogo – Míriam Leitão – O Globo – Economia – 26/02/2008

A estranha entrevista da governadora Ana Julia Carepa é o retrato da ambigüidade comum no Brasil e que tem incentivado a destruição da Floresta Amazônica. “A atividade madeireira ilegal representa R$ 2 bilhões ao ano, 7% do PIB do Pará”, disse ela; para depois acrescentar: “Não posso perder R$ 2 bilhões.” E mais adiante: “Não queremos destruir a economia do estado.”

Ana Julia contabiliza como parte do PIB um crime e diz que não pode abrir mão dessa receita e desta “atividade econômica”. Um estado não pode viver de uma atividade

criminosa. Depois, garante que combaterá o crime e que retirará a madeira protegida pela sublevação incentivada pelas madeireiras em Tailândia, nem que leve “20, 30, 50 dias”, disse ela ao GLOBO.

Ou bem a governadora acha que o desmatamento é criminoso e ela, como representante maior do Estado do Pará, quer combatêlo a qualquer preço; ou acha que é uma “atividade econômica” que representa 7% do PIB do estado e cuja extinção provocará perdas.

Essa dubiedade com que o ato criminoso é aceito não é apenas paraense. Se a ação que começou ontem no Pará e seguirá para Mato Grosso e Rondônia for para valer, outros setores irão reclamar com os mesmos argumentos: perda de PIB, atividade econômica, emprego, arrecadação, porque legalidade e ilegalidade se misturam. O desmatamento é apenas o crime em que isso fica mais explícito.

O presidente Lula também tem sido ambíguo em suas declarações, como agora, quando praticamente absolveu o desmatamento dos assentamentos. O governador Blairo Maggi, que salta na frente dos seus colegas de ofício para absolver a todos e acusar a ministra Marina Silva e o Inpe, também tem sido ambíguo.

O prefeito de Marcelândia, Adalberto Diamante, é madeireiro e é prefeito na cidade campeã da motosserra. Começou sua atividade política no PPS e foi para o PR, a mesma trajetória do governador Blairo Maggi.

No Rio, o carnaval é tratado como grande atividade econômica, e tem sido financiado desde sempre por um estranho consórcio que liga recursos públicos a dinheiro de atividades ilegais, como jogo do bicho e tráfico de drogas. A Mangueira, que um dia se apresentou como um oásis, hoje canta música de Tuchinha e o esconde através de saídas furtivas. O carro do Corpo de Bombeiros, pago com o seu, o meu, o nosso, carrega o campeão Aniz Abrahão David. Quando se quer mostrar que o país tem apego à moralidade, pune-se um descolado tapa-sexo.

A Operação Arco de Fogo foi avisada com antecedência aos criminosos. A ampla divulgação, de um mês, foi tempo suficiente para que eles tomassem a dianteira e escondessem o ilícito, mas, mesmo assim, nas vésperas da chegada das forças federais, a fiscalização do Ibama apreendeu em Sinop, como mostrou o repórter Evandro Éboli, do GLOBO, caminhão com madeira retirada de um assentamento. A declaração do fiscal ouvido pelo repórter diz tudo: “O crime ambiental compensa.” Se não compensasse a tantos, não seria uma atividade com tantos defensores dentro de todos os governos, de todos os partidos e de todas as representações empresariais. Não haveria tantas liminares na Justiça garantindo os “direitos” dos criminosos.

Os jornais exibiram, nos últimos dias, a “atividade econômica” do desmatamento em pleno funcionamento, mesmo com o aviso prévio do governo, numa demonstração de que eles têm certeza da impunidade.

Por tudo o que representa, a Operação Arco de Fogo é demarcatória. Se for feita a sério, se houver persistência, se realmente quebrar os elos da cadeia que liga a atividade criminosa à atividade legalizada do Brasil, se os financiamentos forem suspensos e os assentados forem impedidos de desmatar, haverá esperança.

A governadora Ana Julia Carepa tem razão de querer que o governo federal participe da construção de alternativas econômicas à atividade madeireira, que invista no combate ao crime, que trabalhe em consórcio com as autoridades policiais do estado. O que ela não pode é apresentar seu pedido desta forma tão esdrúxula, lamentando o fim da

“atividade econômica” que gera os tais 7% do PIB. A maneira de apresentar o problema revela a ambigüidade que o Brasil tem que combater.

A governadora já chegou a defender “garantia de matériaprima para as siderúrgicas” do Pará, na época em que a Vale ainda ameaçava suspender o fornecimento de minério de ferro para as que tinham práticas criminosas.

Depois acertou o passo ao se juntar a quem combate a ilegalidade na área. A maior siderúrgica do pólo de ferrogusa do Pará está operando com liminar. A Cosipar está lá há 25 anos. Foi autuada inúmeras vezes por carvão ilegal e por outros crimes ambientais, como no tratamento de afluentes ou na limpeza dos fornos. E isso vem ocorrendo há vários governos. O estado decidiu embargar o trabalho da siderúrgica porque ela estava claramente usando carvão ilegal proveniente de desmatamento.

Ela recorreu e conseguiu liminar.

Só que a Vale também suspendeu o fornecimento de minério. Ela está operando com estoque que tinha e comprando de pequenas mineradoras.

A Cosipar produz 70% do que o Pará produz de gusa e o destina à exportação para os Estados Unidos. Dos 2 milhões de toneladas de ferro-gusa, 1,5 milhão é produzido pela Cosipar. A Operação Arco de Fogo pode ser o começo de uma grande notícia.

População poderá controlar novo programa – Sítio Eletrônico do MDA – 26/02/2008

O Programa Territórios da Cidadania, lançado nesta segunda-feira (25) pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, nasceu como um projeto que possibilita a toda a população o acompanhamento de cada uma de suas etapas, desde a licitação à execução. Foi o que enfatizou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, em entrevista a rádios de todo o País nesta manhã de terça-feira (26), na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em Brasília.

Esse controle sobre o andamento das ações em cada um dos 60 Territórios da Cidadania em funcionamento neste ano poderá ser realizado pelo portal: www.territoriosdacidadania.gov.br. O novo programa reúne 15 Ministérios em ações de infra-estrutura, de acesso a direitos sociais e de apoio a atividades produtivas, visando o combate à pobreza rural. Em 2008, serão destinados R$ 11,3 bilhões. Cada unidade da federação conta com pelo menos um território.

Ao ser questionado sobre o controle dos recursos, o ministro afirmou: “O melhor remédio contra o desvio de recursos é a democracia, a transparência e a participação popular”.

Para acompanhar cada etapa das ações e a aplicação dos recursos basta o cadastramento no portal do Territórios da Cidadania. As discussões sobre o público e os locais que mais precisam dessas ações ocorrerão nos Colegiados Territoriais – cada território tem um. Nos Colegiados Territoriais, que reúnem representantes dos governos federal, estaduais e municipais, haverá a participação também da sociedade civil. Ali, a população conhecerá uma a uma as ações destinadas a seu território específico e será

ouvida sobre onde e para quem essas ações são prioritárias. Essa participação é decisiva na qualificação da aplicação dos recursos.

Encontros nesta terça-feira - As plenárias já começaram nesta terça-feira em 27 Territórios da Cidadania – um em cada estado e também na região do Distrito Federal e Entorno. Nelas, a priorização das ações será debatida – o período previsto de debates é de até 45 dias. As ações estaduais e municipais que podem ser incluídas no programa também serão apresentadas. Os demais 33 territórios previstos no País terão seus encontros iniciais até o próximo dia 11 de março.

Na entrevista, Cassel destacou a transparência do programa. "A democracia do programa está centrada nisto: que a gente possa fazer ajustes com os trabalhadores e trabalhadoras rurais e chegar onde o Estado brasileiro nunca chegou: enfrentar os bolsões de pobreza do meio rural. Cada ação, cada obra vai estar no portal, para que todos possam acompanhar e cobrar", afirmou o ministro. As dúvidas e eventuais cobranças, acentuou Cassel, poderão ser feitas no próprio Colegiado Territorial.

"Territórios" não substitui reforma agrária – Sítio Eletrônico do MST – 26/02/2008

A redução da pobreza e da miséria é o foco do programa Territórios da Cidadania, lançado pelo executivo nesta segunda-feira (25/2). Por meio do programa, 19 ministérios irão desenvolver mais de 130 ações para tentar erradicar a pobreza em cidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Os 30 dos 60 primeiros territórios que o projeto irá atender em 2008 já foram mapeados, este grupo inclui aproximadamente 475 municípios. Essas cidades possuem um número expressivo de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e indígenas, além de famílias de pescadores e agricultores familiares.

O governo espera atender mais de 38 milhões de pessoas, sendo que quase meio milhão seria de assentados da reforma agrária. Para a integrante da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Brasília (DF), Marina dos Santos, a intenção do governo é válida, porém, essas ações não irão substituir os elementos centrais necessários para a realização da reforma agrária, responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e da Reforma Agrária (Incra).

Entre eles, Marina destaca a atualização dos índices de produtividade, que definem a desapropriação ou não de propriedades rurais e a definição das terras que serão desapropriadas. Ela destaca que o MST continuará pressionando o governo para que essas ações sejam efetivadas em 2008.

Conferência debate desigualdade social e degradação ambiental – Sítio Eletrônico do MST – 26/02/2008

O tipo de crescimento baseado no acúmulo de riquezas e na acentuação das desigualdades foi o principal ponto debatido pelos participantes no primeiro dia da Conferência dos Povos do São Francisco e do Semi-Árido. Mesmo com o forte calor de Sobradinho (BA), as mais de 200 pessoas participaram das assembléias e relataram as principais preocupações com a realidade vivida nos 13 diferentes estados (AL, SE, PE, BA, PB, RN, PI, CE, MG, RJ, SP, GO e PR) além do Distrito Federal e outros dois países, Alemanha e Argentina.

A abertura aconteceu com uma mistura de manifestação artística e alerta para o acelerado processo de degradação ambiental. A estudante Silvya Janayna, de Piranhas (AL), recitou uma poesia chamada Lágrimas do Velho Chico, do poeta Túlio dos Anjos, e sobre o projeto de transposição disse "vai faltar água e alimento. Vai sobrar muito sofrimento. Fome, miséria e poluição".

A tônica serviu para todo o dia. No início da tarde, Ruben Siqueira, da CPT (Comissão Pastoral da Terra) fez uma espécie de memória das ações populares recentes na bacia do rio São Francisco e no Semi-Árido. Em seguida teve início a análise de conjuntura. Um representante de cada estado fez um breve relato da realidade vivida pela população, urbana e rural. O sócio-economista Marcos Arruda, do PACS (Instituto de Políticas Avançadas para o Cone Sul), deu continuidade à análise comparando o crescimento econômico desenfreado à um estado de barbárie.

Arruda observou que a maioria das pessoas "não tem nem seus direitos animais garantidos, quanto mais os direitos humanos". Sobre o presidente Lula afirmou: "continua insistindo em governar sem um programa de desenvolvimento" e completou que o "PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) não tem nada a ver com desenvolvimento". A análise foi completada por Derli Casali, do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) e pelo debate.

Programação - Para amanhã está prevista a caracterização e contexto atual do Semi-Árido e do São Francisco, com Manoel Bonfim – engenheiro civil especialista em geologia e hidrologia, Luciano Silveira - da Articulação do Semi-Árido na Paraíba, Paulo Tupiniquim – da APOINME (Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo); representantes dos pescadores, quilombolas e vazanteiros. Além disso, a ex-senadora Heloísa Helena e o bispo D. Luiz Cáppio devem chegar ainda pela manhã para participar das atividades.

Participantes - Entre as entidades representadas estão os Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA), dos Atingidos por Barragens (MAB), das Mulheres Camponesas (MMC) e dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Marcha Mundial das Mulheres; Conselho Pastoral dos Pescadores; Comissão Pastoral da Terra; Cáritas; Instituto Regional da Pequena Agricultura Apropriada (IRPAA); Sindicatos de Trabalhadores Rurais; Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto no Estado da Bahia (SINDAE); Pólo Sindical de Petrolina (PE); Fórum Permanente da Bahia em Defesa do São Francisco; Conselho Indigenista Missionário (CIMI); as Frentes: Cearense por uma Nova Cultura de Água Contra a Transposição e a Paraibana Contra a Transposição; CESE; KOINONIA; Comitê Paulistano Contra a Transposição; Pastoral da Juventude do Meio Popular; Conlutas; Diretório Central dos Estudantes de Minas Gerais; Consulta Popular; Conselho

dos Religiosos do Brasil (CRB); representantes de comunidades indígenas – Pipipã, Truká e Tupã, quilombolas, vazanteiros, geraiseiras, catingueiras e pescadores, entre outras.

Operação Arco de Fogo é deflagrada na Amazônia – Sítio Eletrônico da CPT – 27/02/2008

A operação Arco de Fogo, que combaterá o desmatamento ilegal na Amazônia, foi deflagrada no dia 26 de janeiro, em Tailândia, no Pará. A ação é de responsabilidade da Polícia Federal, em conjunto com o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e a Força Nacional de Segurança Pública. Para o primeiro dia da operação, estava prevista a fiscalização das madeireiras da região. No entanto, a falta de fiscais dificultou o andamento do trabalho. Trezentas pessoas, entre agentes da Polícia Federal, Ibama e Força Nacional, foram deslocados para realizar a operação. A Polícia Federal acredita que serão gastos aproximadamente R$ 180 milhões com a operação até o final deste ano. Segundo o diretor-geral da PF, Luiz Fernando Corrêa, a fiscalização na região amazônica será constante. "O fato novo é a permanência, e não uma operação episódica".Na primeira etapa da ação, que deve durar um mês, madeireiras serão fiscalizadas para a verificação de supostas irregularidades no armazenamento e comércio de madeira. Já na segunda etapa, 11 bases operacionais devem ser instaladas em localidades estratégicas da Amazônia, como Vilhena (RO), Várzea Grande, Barra do Garça, Sinop e Vila Rica, todas em Mato Grosso, e Altamira, Itaituba, Castelo dos Sonhos, Xinguara, Marabá e Porto de Moz, todas no Pará.

O Estado chega à Amazônia – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 27/02/2008

O poder público é um ente sui generis: existe quando quer; quando não quer, os seus condutores discursam, mas nada fazem. Segunda-feira foi um desses dias em que a ação falou mais alto. Depois de uma longa temporada de palavras fortes, seguidas, porém, de medidas em geral pontuais ou, pior, efêmeras, o governo federal começou a enfrentar à unha, com uma ação sem precedentes, os principais responsáveis pelo desflorestamento da Amazônia. Estes não são os pecuaristas e sojicultores, embora eles também tenham culpa no cartório. São as madeireiras, serrarias e carvoarias, alvo - já não sem tempo - do primeiro contra-ataque articulado e de longo alcance para coibir o que o chefe da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, denomina "crime permanente", que estanca quando a repressão entra em cena, episodicamente, para ressurgir "cada vez que o Estado sai".

O governo resolveu entrar e não sair, pelo menos antes de um ano, em 36 municípios da região que lideraram o vergonhoso ranking do desmatamento na segunda metade do ano passado - período que engloba os meses nos quais, revertendo a tendência recente, a destruição aumentou. O foco inicial da louvável intervenção chamada "Operação Arco de Fogo", a cargo de uma força-tarefa de 300 homens da Polícia Federal, Força Nacional de Segurança e Ibama (a se expandir, com o tempo), é o município paraense de

Tailândia, de 67 mil habitantes, 235 quilômetros ao sul de Belém. Ali foram apreendidos na semana passada 15 mil metros cúbicos de madeira, sob violentos protestos da população. O lugar vive da cadeia produtiva, por assim dizer, do abate de árvores: nela se originam 70% dos recursos em circulação na cidade. “É uma atividade econômica”, lastima o ministro da Justiça, Tarso Genro, “que se comunica com a subsistência.”

Daí que um dos objetivos do programa, complementando a fiscalização, repressão e prevenção, é oferecer alternativas de sobrevivência às populações afetadas. Não será fácil, mas não há outra saída se se quiser cortar o mal pela raiz. Tailândia oferece o exemplo típico das dimensões da delinqüência estimulada pela crônica escassez ou mesmo ausência do poder de Estado. Segundo o Ibama, o estoque de madeira ilegal em poder das mais de 50 madeireiras locais é de 50 mil metros cúbicos - ou 3.500 caminhões carregados. Das 90 serrarias, só 21 têm licença para funcionar. Das inúmeras carvoarias, apenas 6 receberam alvará. Dias atrás, a Polícia Militar do Pará derrubou 140 fornos de uma única carvoaria clandestina. Estatísticas do gênero se repetem ad nauseam na maior parte da Amazônia Legal - a ironia da denominação dificilmente poderia ser maior - que compreende nove Estados.

Destes, Mato Grosso, Pará e Rondônia concentrarão as atenções do programa. Já no Acre, Amapá e Roraima, o desflorestamento é comparativamente muito menor. Seja onde for, no entanto, o combate eficaz ao desmatamento nas áreas de floresta densa não pode se limitar, evidentemente, ao imprescindível trabalho policial. São pelo menos dois os problemas de fundo, apontados pelo agrônomo e secretário estadual do Meio Ambiente, Xico Graziano, em artigo na edição de ontem deste jornal. Um é a demanda por lenho nobre, que alimenta a economia da tora. Nela, por sinal, a extração ilegal das melhores madeiras de lei ocorre antes da derrubada extensiva para a formação de pastagens. Só o Estado de São Paulo consome 15% dessas árvores de primeira linha. A construção civil e a movelaria deveriam usar produtos de floresta plantada, como pinus e eucalipto, exorta Graziano. “Ou se enfrenta a lógica dessa economia perversa ou nada restará da floresta amazônica.”

O segundo problema está no Estatuto da Terra, dos anos 1960, que confunde floresta com terra improdutiva. Para ficar a salvo do risco de desapropriação, o comprador de uma extensão de mata virgem trata de derrubar o que puder o quanto antes - a menos que, averbada a Reserva Legal na escritura, o Incra fique impedido de considerá-la improdutiva para fins de reforma agrária. “A corrente da devastação”, conclui o articulista, “somente se inverterá quando um pedaço da floresta, mantido em pé, valer mais do que tombado.” Até lá, poder público e mercado terão um longo e atribulado caminho a percorrer.

Falta de fiscais emperra operação - João Domingos e Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Vida & - 27/02/2008

No ritmo que começou - e apesar do impressionante aparato bélico e dos 300 agentes envolvidos diretamente na ação, a maior já realizada no País para conter o desmatamento na Amazônia -, a Operação Arco de Fogo pode demorar pelo menos dois meses só para fazer a fiscalização nas 90 madeireiras de Tailândia, 235 quilômetros ao sul de Belém. O gargalo está justamente no Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o órgão responsável por fazer a verificação da papelada.

O Ibama levou o dia todo de ontem para olhar os documentos de uma única madeireira, a DK, uma empresa entre pequena e média. Descobriu que ela tem licença ambiental para trabalhar e cadastro técnico federal. É uma das 21 que têm licença. As outras 69 não têm. Na DK, o Ibama encontrou cerca de mil metros cúbicos de madeira sem origem. Por isso, deverá aplicar uma multa ao empresário Marcos Antonio Dantas, entre R$ 100 mil e R$ 200 mil, informou Bruno Versiani, coordenador da operação pelo lado do Ibama. Havia madeira leve, como faveira, e nobre, como angelim.

Versiani disse que não está preocupado com a demora no trabalho. “Não tenho pressa. Esse é um tipo de coisa que não permite erros.” Envolvido numa correria atrás de papéis, Dantas não quis fazer nenhum comentário sobre a fiscalização em sua empresa. Um funcionário contou que, ao ver a chegada de tantos carros, tantos agentes e, com eles, tantas armas, Dantas quase desmaiou.

Para a Operação Arco de Fogo em Tailândia - onde na semana passada a população revoltou-se contra a fiscalização, aprisionou agentes do Ibama e da Secretaria do Meio Ambiente do Pará (Sema), bloqueou a rodovia PA-150 e ateou fogo em objetos -, a Força Nacional de Segurança mobilizou 156 homens; a PF, outros 70. O Ibama, porém, apareceu com 24 agentes, mas até ontem não os havia utilizado todos, sob o argumento de que alguns não tinham conseguido chegar. A Sema emprestou dez agentes ao Ibama. “Quando a equipe estiver completa, vai dar para fazer duas madeireiras por dia. Fazendo as contas, vamos gastar dois meses”, calculou Versiani.

Na Operação Arco de Fogo de Tailândia, cabe à PF uma função muito mais burocrática que de ação. Todas as irregularidades que forem encontradas pelo Ibama terão de ser transformadas em uma ocorrência policial, que depois seguirá para o Judiciário. Assim, a PF trabalha com equipes de dez pessoas. Para cada uma, conta com um delegado, um escrivão, um perito e sete agentes. A Força Nacional fica do lado de fora da madeireira, para garantir a segurança dos que estão lá dentro. Para não cansar muito o pessoal, é promovida a troca de turma de três em três horas.

Depois da fase de Tailândia, a Operação Arco de Fogo será estendida para os nove Estados da Amazônia Legal - Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão (oeste), Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. De acordo com o coordenador-geral de Defesa Institucional da PF, delegado Daniel Sampaio, a operação será feita em etapas. Primeiro

vem a fiscalização do Ibama e a abertura de inquérito contra os que atuam na ilegalidade. Depois, o Estado tentará implementar ações de recuperação dos empregos perdidos por causa das ações, de forma a impedir que os desmatamentos continuem.

Para o coordenador da campanha Amazônia da ONG Greenpeace, Paulo Adário, a presença do Estado na Amazônia ajuda a reduzir ações ilegais, mesmo que a operação demore para ser cumprida. “Pode haver a intensificação do desmatamento em outras áreas sim, mas é preciso levar em conta o papel da exemplificação”, afirma. “Uma análise, como a que parece ser feita em Tailândia, pode indicar outros caminhos para enfrentar o problema. Um pente-fino na serraria, por exemplo, pode reduzir o trabalho na floresta. Porém, tem de haver punição.”

COLAPSO ECONÔMICO - Em Tailândia, a ação contra as madeireiras é sinônimo de crise, pois de acordo com a prefeitura, cerca de 70% de toda a renda que circula na cidade tem origem no setor de madeiras. Pelo menos 6 mil trabalhadores cumprem aviso prévio ou já foram demitidos de madeireiras e carvoarias, de acordo com dados do Sindicato dos Madeireiros (leia texto acima). Para piorar, a madeira envolve uma cadeia produtiva grande: a pessoa que identifica a árvore na floresta, os que a cortam, o transportador, os operários da madeireira, os estivadores e, no final, a indústria da construção civil, moveleira e até de navios.

A governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT), disse ontem que o Estado perde anualmente R$ 2 bilhões com atividades ilegais, como o comércio clandestino de madeira. Isso representa quase um quarto do orçamento estadual para 2008, que é de R$ 9 bilhões. “Não vamos tolerar ilegalidades”, disse. “Faremos reflorestamento e recomposição florestal nas áreas de onde a madeira foi retirada.”

A governadora adiantou que o Estado irá leiloar toda a madeira trazida de Tailândia para Belém, destinando metade do que for apurado ao aparelhamento dos órgãos ambientais e a outra metade à criação de programas sociais de qualificação profissional para geração de emprego e renda aos demitidos das madeireiras. Uma das alternativas é criar a figura do agente ambiental, que receberia um salário mínimo.

BATALHA JUDICIAL - O juiz federal substituto da 5ª Vara de Belém, Antonio Carlos Campelo, negou ontem pedido de liminar das madeireiras G. M. Sufredini e Tailaminas Plac, as maiores de Tailândia, que pretendiam permanecer na condição de fiéis depositárias de madeiras apreendidas na semana passada.

Campelo também decidiu que, até o final do processo administrativo, iniciado a partir do momento em que as empresas foram autuadas por extração ilegal de madeira, o Ibama não poderá doar ou leiloar a madeira apreendida. Caso o superintendente do Ibama desobedeça, ficará sujeito ao pagamento de multa diária de R$ 5 mil, além de ser responsabilizado criminalmente. ***COLABOROU CRISTINA AMORIM**

MAIS DESMATAMENTO

Em Mato Grosso: Alta Floresta, Aripuanã, Brasnorte, Colniza, Confresa, Cotriguaçu, Gaúcha do Norte, Juara, Juína, Marcelândia, Nova Bandeirantes, Nova Maringá, Nova Ubiratã, Paranaíta, Peixoto de Azevedo, Porto dos Gaúchos, Querência, São Félix do Araguaia, Vila Rica

No Pará: Altamira, Brasil Novo, Cumaru do Norte, Dom Eliseu, Novo Progresso, Novo Repartimento, Paragominas, Rondon do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Ulianópolis

Em Rondônia: Machadinho d'Oeste, Pimenta Bueno, Nova Mamoré, Porto Velho

No Amazonas: Lábrea

Captura de carbono só avança com preço melhor, diz Shell - Terry Macalister – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/02/2008

A companhia de petróleo Shell advertiu que será necessário que a tonelada de carbono chegue a pelo menos US$ 100 por tonelada de CO2 - ou mais de três vezes o preço atual - para que a indústria comece a investir pesadamente nos milhares de esquemas de captura e armazenagem de carbono (CCS). Esses programas são necessários para reduzir as emissões de gases causadores de efeito estufa.

Jeremy Bentham, vice-presidente de ambiente de negócios da companhia, também exortou a União Européia (UE) a acelerar o ritmo das mudanças regulatórias e tomar decisões cruciais 'nos próximos cinco anos', que moldariam em grande medida o padrão de fornecimento de energia e de aquecimento global nas próximas décadas.

Os comentários do executivo foram feitos no momento em que o príncipe Charles, da Inglaterra, levava uma mensagem semelhante ao Parlamento Europeu, em Bruxelas, dizendo aos membros presentes que líderes empresariais estavam à frente dos políticos e que 'o tiquetaque do relógio do juízo final da mudança climática estará se acelerando cada vez mais até a meia-noite'.

ESCALA - A Shell reafirmou a visão manifestada por muitos no meio empresarial de que o preço do carbono - a quantia que as companhias devem pagar por autorizações para emitir CO2 - precisava de mais certezas para serem feitos investimentos vitais num leque de tecnologias necessárias para reduzir a emissão de CO2. A captura de carbono foi uma das respostas encontrada para esse problema, mas ela precisa ser introduzida numa

escala enorme em todo o mundo, juntamente com energias renováveis, de biomassa e outras.

A tecnologia necessária em seqüestro de carbono - pela qual o CO2 é injetado em espaços de armazenamento como velhos campos de petróleo do Mar do Norte - já existe, disse Bentham. Faltava agora o quadro regulatório certo e uma estrutura de preço com um preço do carbono 'acima de US$ 50 e abaixo de US$ 100 por tonelada', acrescentou. Perguntado se o preço deveria ficar mais perto de US$ 100, o executivo disse: 'Provavelmente.'

Para a Shell, a menos que sejam tomadas decisões nos próximos cinco anos, o setor de energia ficará 'enrascado' em todo um leque de tecnologias concorrentes, levando a oscilações de preço, volatilidade e incerteza.

A ação da União Européia, que estabeleceria um precedente para o resto do mundo, permitiria um avanço mais organizado, à medida que o petróleo fosse se esgotando e outras formas de combustíveis fossem assumindo o seu lugar.

Bentham disse que a UE precisa ser cuidadosa sobre como toma decisões, apontando para os potenciais danos ambientais de biocombustíveis de primeira geração. Ele disse que 'não era uma medida inteligente' a UE não distinguir tipos diferentes de biocombustíveis.

O vice-presidente da Shell negou, no entanto, que os cenários que delineou, com um papel grande e contínuo para os combustíveis fósseis, foram influenciados pelas necessidades de uma empresa com investimentos enormes em fontes de energia pesadamente poluentes.

Territórios ocupados - Melchiades Filho – Folha de São Paulo – Opinião – 27/02/2008

BRASÍLIA - Colocar o recém-lançado Territórios da Cidadania no mesmo saco do Bolsa Família é uma injustiça com o programa-símbolo do primeiro mandato de Lula. O "novo" mutirão contra a pobreza rural não passa de um catálogo de 135 ações sociais já existentes e de verbas já estimadas no Orçamento para atender os 958 municípios mais carentes do país.

(Houvesse dinheiro extra ou mesmo a realocação de investimentos, estaria configurado crime eleitoral, e o governo federal teria de adiar a iniciativa para 2009.) O impacto do Territórios também é incerto. No cenário mais otimista, ele alcançará 8 milhões de habitantes, um quinto da população beneficiada pelo Bolsa Família. Os R$ 11 bilhões prometidos para a largada neste ano parecem chute.

A coordenação não soube informar quanto cada cidade levará, qual será a fatia correspondente a cada projeto (Luz para Todos, Farmácia Popular etc.), nem quanto foi destinado a esses municípios em 2007. Ou seja, em tese, o Territórios pode significar um corte de recursos.

Por que o espalhafato no anúncio do mutirão, então? Não se trata só da conhecida queda de Lula por um microfone. As áreas rurais mais pobres são um foco de críticas. A reforma agrária avançou pouco. O acesso ao crédito no campo, um trunfo deste governo, não foi traduzido em dividendo político. Era preciso falar algo a esse eleitorado.

O Territórios é, portanto, pura propaganda. Mas justamente por isso pode vir a ter utilidades.

Outro candidato à marca-fantasia de Lula 2, o PAC também não passava de um catálogo de obras já previstas. A sigla marqueteira, porém, forçou o Planalto a gerir esse catálogo e divulgar balanços periódicos. Bem ou mal, o país vai aprendendo a debater infra-estrutura. Se bem feito, o cadastro de ações sociais pode chamar a atenção (não só do governo) para regiões miseráveis e ajudar a aplicar melhor o dinheiro de que elas necessitam. **mfilho@folhasp.com.br**

Marca registrada – O Globo – Opinião – 27/02/2008

Como a oposição decidiu recorrer aos tribunais, caberá à Justiça decidir se o programa Territórios da Cidadania, nova bandeira da política social do governo Lula, alçada com as devidas fanfarras na segundafeira, é ou não eleitoreiro, arquitetado apenas para ter impacto nas urnas municipais deste ano.

O desenho desse programa é, no mínimo, suspeito. Pois se trata de uma re-arrumação de ações e verbas já previstas, feita aparentemente para justificar o desembarque de autoridades em 958 municípios, onde poderão ser gastos até R$ 11,3 bilhões. Por aparentar não ser mera coincidência o Territórios da Cidadania focalizar municípios em período de eleição de prefeitos, a Justiça eleitoral deve se preparar para meses de intensa atividade, caso antes não haja qualquer sanção ao governo federal motivada pela reclamação de oposicionistas.

A montagem do programa lembra a engenharia utilizada pelo governo Lula no primeiro mandato, na criação do Bolsa Família, um nome novo para designar a fusão de programas sociais criados no governo anterior, de FH. A mudança mesmo seria de dimensão: sob Lula, os gastos ditos sociais, incluindo as despesas previdenciárias, explodiram e se converteram em eficiente instrumento de caça ao eleitor.

A meta do programa, de 11 milhões de famílias atendidas até o final de 2006, foi antecipada para o primeiro semestre daquele ano, quando Lula disputou e garantiu o segundo mandato, com retumbante votação no Norte e no Nordeste, em que há bolsões cativos do Bolsa Família.

A marca registrada do assistencialismo reaparece no Territórios da Cidadania. Batizem-se com este ou aquele nome, os gastos chamados de sociais ganharam uma tal

proporção nas contas públicas que se tornaram empecilho à execução plena de projetos estratégicos, como o da melhoria da qualidade do ensino básico, além de investimentos na infra-estrutura e Saúde.

Os mais de R$ 10 bilhões do Bolsa Família previstos para este ano equivalem a no mínimo três vezes o estimado para o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), instrumento destinado a aprimorar o ensino no ciclo básico.

No lançamento do Territórios da Cidadania, o presidente Lula pontificou que o Bolsa Família só irá acabar no dia que houver uma tal distribuição de renda que faça o povo prescindir do programa. Mas é a falta de investimentos em educação, em infra-estrutura e Saúde que impede uma redução maior dos desníveis sociais. Vale dizer, o assistencialismo desmedido, sob cujo guardachuva já estão, só no Bolsa Família, cerca 45 milhões de pessoas, retarda o desenvolvimento social.

Mais uma das ironias brasileiras.

Ibama ocupa primeira madeireira em Tailândia – Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 27/02/2008

TAILÂNDIA (PA) e BELÉM. No primeiro dia de ação de campo da Operação Arco de Fogo, fiscais do Ibama, protegidos por soldados da Força Nacional de Segurança e por policiais federais armados com metralhadoras e escopetas, ocuparam ontem a DK Madeireira, no Centro de Tailândia. Levantamento preliminar indica a existência de 800 metros cúbicos a mil metros cúbicos de madeira de procedência ilegal na madeireira.

A multa para a DK, segundo o coordenador do Ibama na operação, Bruno Versiani, pode variar de R$ 100 a R$ 500 por metro cúbico de madeira apreendida.

A DK tem licença ambiental e apresentou cadastro técnico federal e documentação comprovando origem de parte da madeira. Foi a única operação do dia. Doze funcionários do Ibama fiscalizaram toda a documentação da madeireira, mediram e identificaram as toras.

Com o uso de helicópteros para localizar as maiores concentrações de fornos para a produção de carvão, a Operação Arco de Fogo vai centrar fogo, a partir de hoje, nas carvoarias ilegais do município. Madeireiros da região estimam que há mais de quatro mil fornos de carvão na ilegalidade.

Tailândia, às margens da PA150, é um dos maiores fornecedores de carvão vegetal para as usinas siderúrgicas de ferro gusa de Marabá. Em plena zona urbana há fornos em funcionamento, inclusive nos fundos de serrarias, aproveitando as sobras da industrialização da madeira. Somente no ramal que leva ao Rio Moju, O GLOBO contou mais de 300 fornos em quatro carvoarias. Em uma delas, o carvoeiro Manoel Silva, 39 anos, dois filhos, natural de Paragominas (PA), preparava mais uma fornada de carvão, em meio à fumaça, e mostrava preocupação com o desemprego que virá com a destruição dos fornos: — O emprego aqui está difícil.

Se isso aqui acaba, não sei como vou sustentar meus filhos.

Em Belém, a governadora Ana Júlia Carepa (PT) propôs que o governo federal adote medidas de amparo a trabalhadores desempregados pela operação. A proposta foi

levada à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, em Brasília. A governadora citou o seguro defeso, pago no período em que a pesca fica proibida.

Segundo Ana Júlia, o Pará dispõe de instrumentos que podem ser usados, como o Agente Ambiental Voluntário, programa do Ibama que dá bolsa ao cidadão que preserva a floresta.

Motosserras sem licença – Evandro Éboli – O Globo – O País – 27/02/2008

SINOP (MT). A motosserra é tratada pelos fiscais do Ibama como um instrumento de crime. Para utilizar essa ferramenta nas propriedades rurais é obrigatório adquirir a Licença para Porte e Uso (LPU), concedida pelo próprio Ibama. Retirar a licença é fácil, e a taxa é barata: R$ 30 por ano. Ainda assim, a maioria sequer registra sua motosserra. No depósito da gerência do Ibama em Sinop, há 115 dessas unidades, todas apreendidas em ações dos fiscais. Deterioradas, cada uma deve valer, em média, R$ 1 mil.

Uma nova custa até R$ 3,5 mil.

O Ibama só libera as motosserras após o pagamento da licença.

Mas, se a ferramenta for apreendida num flagrante de crime ambiental, a motosserra fica retida para sempre. Nas dezenas de lojas de produtor rural espalhadas na BR-163, é muito fácil adquirir uma motosserra. Não é exigido qualquer documento. Numa das lojas, na Casa Rural, o vendedor informou que o estabelecimento providencia o registro da motosserra no Ibama. Nas suas páginas na internet, as principais fabricantes de motosserra oferecem produtos.

Em Sinop, ontem, desembarcaram agentes da PF que vão atuar no Norte do Mato Grosso na operação Arco de Fogo.

O veio da mina – Míriam Leitão – O Globo – Economia – 27/02/2008

Pode uma atividade naturalmente agressiva ao meio ambiente, como a mineração, ser sustentável? As empresas de mineração fazem enormes buracos para a extração do que lhes interessa e, freqüentemente, são envolvidas em casos de contaminação.

O australiano Paul Mitchell tem trabalhado para mudar essa idéia. Em rápida passagem pelo Brasil, eu conversei com ele, no Rio.

Mitchell é presidente do International Council on Mining & Metals, uma instituição internacional que se propõe a defender as boas práticas na área da mineração.

Até hoje, só 16 empresas fazem parte do ICMM, mas, juntas, companhias como Alcoa, AngloAmerican, BHP, Mitsubishi, Vale, Xstrata, entre outras, representam 90% de todo o minério de ferro e têm posições de liderança na produção de vários outros minerais. São as maiores empresas de mineração do mundo.

"Sim e não", ele me respondeu, quando perguntei se as empresas de mineração não eram naturalmente destruidoras do meio ambiente.

— Obviamente sim, a ação das empresas mineradoras afeta dramaticamente o meio ambiente onde ocorre a mineração, mas a área afetada é, em geral, pequena. Veja-se o caso da Austrália, que tem um longo histórico de produção mineral e onde quase tudo é produzido: petróleo, gás, diamante, ouro, níquel, minério de ferro. A área atingida é bem

menor que 1% do território; muito menos do que a área impactada pela agricultura e produção de madeira — disse.

Na opinião do executivo, as empresas estão se envolvendo em boas práticas porque é do interesse delas. Se não fosse, as políticas não seriam mantidas. Mitchell, que veio ao Brasil visitar a Vale, uma das sócias, depois de passar pelo Chile, onde a Codelco pode vir a se associar, defende a tese de que as empresas de mineração são as que mais investem em países em desenvolvimento, gerando emprego e renda para as comunidades locais.

— O setor de mineração investe principalmente em países em desenvolvimento e tem impacto na redução da pobreza. No Chile, o percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza caiu à metade e, em parte, pelos investimentos em mineração; em Botswana, a queda do percentual dos pobres foi de 20%.

Lembrei que as mineradoras investem em países mais pobres e costumam deixar apenas buracos e pobreza depois que vão embora.

Ele respondeu que é exatamente contra esse histórico que foi criada a organização que dirige. — A indústria de mineração tem hoje uma alta tecnologia, não há razão para que ela não possa administrar o dano causado pela atividade econômica.

Não há razão para que certos casos aconteçam. Em alguns casos, é inevitável; em outros, pode-se facilmente mitigar os danos.

Para ser membro do ICMM, é preciso se comprometer com boas práticas na área da relação com a comunidade e o meio ambiente, é preciso dar transparência às suas ações e, principalmente, submeter as informações das empresas a auditoria independente, que segue critérios internacionalmente aceitos de sustentabilidade. Hoje é fácil falar a palavra sustentável, mas o assunto está se profissionalizando: existem formas objetivas de verificação das políticas da empresa.

A ICMM desenvolveu indicadores junto com a GRI, Global Reporting Initiative, que testa as políticas para evitar as fraudes tão comuns no meio empresarial.

Não há empresas chinesas no grupo. Segundo Mitchell, elas não estão sendo impedidas, mas não acham que vale a pena o esforço e o risco de abrir e dar transparência às suas ações. Ele lembra que hoje comparar a qualidade das políticas das empresas de mineração é difícil, porque quem não faz parte do ICMM tem muito menos obrigações de transparência que as outras.

— Você pode me perguntar: por que vocês decidiram fazer isso? Porque acreditamos nestes objetivos.

De acordo com a tese de Mitchell, a empresa mineradora pode ser protetora do meio ambiente.

— Veja-se o caso da Rio Tinto em Madagascar, exemplo de país pobre, onde a população local tinha apenas a opção do desmatamento.

O investimento da empresa em mineração ajudou a proteger o meio ambiente por fornecer alternativa de trabalho e oportunidades econômicas.

Quis saber que decisão tomariam se as atividades de uma empresa criassem emprego, ou seja, ajudassem a comunidade, mas, ao mesmo tempo, fossem danosas ao meio ambiente e precipitassem a mudança climática.

Ele acha que é possível conciliar. Citou o caso da Newmont, na Indonésia, que foi acusada de poluir a Buyat Bay, em Sulawesi. Segundo Mitchell, a empresa investigou e provou que não existia, de fato, o dano do qual era acusada. Admitiu, porém, que eles têm produzido mais estudos e projetos tendo em vista o desenvolvimento econômico das comunidades envolvidas que os impactos da mudança climática.

Em comparações internacionais com setores que estão submetidos a auditagem, o setor de mineração tem algumas empresas com bons indicadores, mas, em geral, está na média das boas práticas. Mitchell tem razão em dizer que é difícil comparar empresas que se submetem a verificação com outras que não têm transparência. O importante na conversa foi entrar em contato com esse mundo novo que surge. Não se fala mais de sustentabilidade apenas como uma palavra bonita, mas como uma moldura de práticas e princípios específicos e auditáveis.

Uma parte do mundo passou a falar a sério sobre isso. É assim que o mundo dos negócios começa a separar joio de trigo.

Só 4% do território da Amazônia Legal é regularizado, revela estudo - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 28/02/2008

São ignorados os donos de 1,58 milhão de km2, área equivalente à Alemanha, Espanha, França, Hungria e Rep. Checa

Quase um terço das terras da Amazônia Legal está em situação irregular ou indefinida. Por outro lado, apenas 4% da área é composta por propriedades particulares devidamente regularizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

- Mais informações sobre desmatamento na Amazônia

Segundo um estudo feito pelo Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), ONG com sede em Belém (PA), 31% do território da Amazônia é supostamente privado sem validação de cadastro - o que, na prática, significa que ainda não se sabe a quem pertence e a que se presta. A destinação é incerta em 1,58 milhão de km2, espaço equivalente à soma das áreas de cinco países: Alemanha, Espanha, França, Hungria e República Checa. Nesse índice, estão incluídos os posseiros (7,6% da Amazônia Legal ou cerca de 400 mil km2), os processos em trâmite e sem informação (10,7% ou 560 mil km2) e aqueles arquivados por falta de validação do documento (3,9% ou 206 mil km2).

"Partimos da seguinte pergunta: quem é o dono da Amazônia? A resposta é que a gente não sabe direito", diz o principal autor do estudo, o pesquisador do Imazon Paulo Barreto. O trabalho é baseado em dados do próprio Incra e entrevistas com funcionários de órgãos públicos e produtores.

As incertezas sobre a propriedade da terra são um dos motores que impulsionam atividades ilegais nos setores de extração de madeira e na produção agropecuária, pois estimulam a impunidade. Em reconhecimento ao problema, o governo federal chamou, em janeiro, os proprietários dos 36 municípios amazônicos que mais desmataram em 2007 para se recadastrarem no Incra.

O instituto já realizou uma série de pedidos desse tipo. A partir de 2001, exigiu o georreferenciamento com área superior a 100 km2. Os problemas remetem ao governo

militar, que sob o lema “integrar para não entregar” promoveu a interiorização com a promessa de grandes extensões de terras para imigrantes - sem, contudo, regularizar a situação. Desde então, sucessivas administrações públicas passaram sem que a questão fosse atacada de fato.

“Talvez esse seja o pior problema da Amazônia; o resto é conseqüência. Quando se puxa o novelo, a questão fundiária sempre aparece. De vez em quando esbarramos até em sesmaria”, diz o procurador da República em Belém, Felício Pontes Júnior. “Todo tipo de fraude fundiária existe aqui. É uma área muito grande que não recebeu a devida atenção.”

Segundo o procurador, o Incra não tem capacidade de levar adiante o trabalho a partir do recadastramento. Ele lembra, por exemplo, da tentativa de regularizar a situação fundiária ao longo da BR-163 (Cuiabá-Santarém), dentro do projeto do que seria o primeiro distrito florestal sustentável do Brasil. “Uma denúncia feita pelo Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) mostrava que havia processos acumulados até no banheiro da superintendência do Incra”, diz Felício.

O presidente do Incra, Rolf Hackbart, concorda com as conclusões do estudo e ainda lembra que as informações sobre as propriedades são declaratórias. “O sentido e as conclusões estão corretas”, afirma. “O País até hoje não fez a regularização fundiária, o que é terra pública e privada e qual é sua destinação. Não sabemos o quanto há de ilegalidade. Os números que você vê por aí são chute.”

Hackbart concorda que a falta de cuidado é uma das causas do caos fundiário que a Amazônia vive e ainda destaca o desaparelhamento do instituto. “O Incra está sucateado e, desde 2003, temos trabalhado em sua recuperação. Mas falta muito ainda. Reconhecemos as falhas e estamos trabalhando para resolvê-las.”

IMAGEM DESFOCADA - Barreto é o primeiro a dizer que seu trabalho ajuda a mapear alguns dos problemas fundiários, mas que está longe de ser um raio X fidedigno e definitivo da situação. “Pela ordem de grandeza da Amazônia, o nível de incerteza é bastante alto”, diz.

É por isso que ele usa a palavra “supostamente” ao falar de suas conclusões. Entre os 31% de propriedades em situação irregular ou indefinida, ele não tem informações sobre uma grande parcela (26% desta área), pois se referem a áreas pequenas, de até 50 km2.

Outro exemplo é a situação das áreas protegidas: entre unidades de conservação e terras indígenas, elas chegam a 41% da Amazônia Legal, ou 1,58 milhão de km2. Barreto calcula que entre 70 mil e 100 mil km2 dependem de regularização. “Existem várias posses dentro delas, algumas com gente dentro. Se não for resolvido logo, o desenho da área protegida pode ter de ser revisto daqui a dez anos”, diz.

Manoel possui 50 hectares e nenhum documento - João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 28/02/2008

Tailândia (PA) - Em 1992, o lavrador Manoel Santana Pina, então com 39 anos, ocupou um pedaço de terra numa área conhecida por Serra Negra, em Tailândia, a cerca de 3 km da PA-150, que liga Belém ao sul do Pará. Em 2000, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) apareceu por lá para regularizar as terras e distribuí-las aos posseiros. Foi feito então o Assentamento Serra Negra. Manoel ganhou 50 hectares. Mas nunca recebeu documentos do Incra.

Hoje com 55 anos, Manoel continua esquecido. Sem a documentação, analfabeto, tem dificuldades para pedir financiamento. Uma vez, não se lembra mais quando, conseguiu algo em torno de R$ 2 mil do Fundo Constitucional do Norte (FCN), dado a posseiros. A dívida cresceu. “Lutei até dar conta de pagar. Hoje não devo nada”, disse ele. “Gostaria de fazer novo financiamento, agora para comprar algum gadinho, porque pasto eu tenho, mas não sei como.” Como eles não têm documentação nenhuma, até hoje sua mulher, Josefa Rios Pina, de 57 anos, não conseguiu encaminhar a papelada para pedir aposentadoria.

DIA DE TRAPALHADAS - Ontem, os fiscais do Ibama não encontraram nem rastro de uma imensa carga de madeira que estava escondida além da margem esquerda do Rio Moju, a cerca de 30 km do centro de Tailândia. Quando o helicóptero do Ibama sobrevoou a área, os agentes perceberam que não havia mais nada lá. Na semana passada, as autoridades do governo avaliaram que madeireiros tinham escondido no local pelo menos 5 mil metros cúbicos, carga que encheria 250 caminhões. A busca infrutífera atrás da madeira fez o Ibama e seus parceiros de operação perderem mais de duas horas.

O comboio seguiu em frente até encontrar a empresa Madeflora. Mas não havia ninguém responsável no local. Houve nova espera, até que chegasse o gerente e a ele fossem pedidos documentos. “Parece que estamos participando de gravação para as videocassetadas”, disse um policial federal, referindo-se a uma parte do programa Domingão do Faustão, exibido pela TV Globo aos domingos.

Governo ignora municípios e divide verba de programa – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 28/02/2008

Ação esvazia colegiados que definiriam prioridades do Territórios da Cidadania; Estados governistas ficam com 73% dos R$ 11,3 bi - Ministério diz que decisão decorre do curto prazo, pois convênios em ano eleitoral só podem ser firmados até junho ou após novembro

O governo federal definiu sozinho, sem a ajuda de Estados e municípios, o número de ações e o total de recursos a ser repassado neste ano a cada um dos 60 territórios que integram o bilionário programa de combate à pobreza rural lançado nesta semana pelo

presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com público-alvo de cerca de 7,8 milhões de pessoas.

A medida "esvazia" os chamados colegiados territoriais que serão ampliados com o objetivo de definir a prioridade na aplicação dos recursos em cada um dos territórios. Os colegiados serão formados por representantes da sociedade e das três esferas de governo.

Como o governo Lula já definiu as ações e os recursos, os integrantes dos colegiados só terão como influir na divisão da verba a partir do ano que vem.

"Os órgãos [colegiados] vão tentar priorizar as demandas identificadas. Por que é mais complicado [a atuação dos colegiados neste ano]? Porque nós temos os prazos para a execução das ações e este ano particularmente tem restrições até junho. Vamos atender o que for possível até junho, o restante só após outubro", afirmou o secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Humberto Oliveira. "Não vamos no primeiro ano colocar todas as decisões para serem tomadas nesse colegiado."

Em 2008, segundo a lei eleitoral, os convênios somente poderão ser assinados até 90 dias antes das eleições (até o final de junho) ou após o segundo turno (após novembro). O programa, que é uma espécie de mutirão federal no combate à pobreza rural, terá 135 ações (nenhuma delas nova), de 15 ministérios, para 958 municípios de todos os Estados do país. O programa não contará com recursos novos. Todo o dinheiro aplicado já faz parte dos orçamentos dos ministérios.

Para 2008, o governo anunciou um aporte de R$ 11,3 bilhões no programa Territórios da Cidadania. Haverá ações em atividades produtivas (crédito e assistência técnica), acesso a direitos (como postos de saúde e escolas) e de infra-estrutura (estradas e energia elétrica).

Na mão de governistas - O programa servirá como trampolim para viagens do presidente nos meses que antecedem as eleições. A maratona começa hoje em Quixadá, no interior do Ceará, com o lançamento do chamado território Sertão Central, formado por 12 municípios e com um público-alvo de 168,7 mil pessoas.

Dos 60 territórios, 44 estão sob o comando de governadores da base aliada. Juntos, esses territórios vão receber em 2008 R$ 7,9 bilhões (73% do total), contra R$ 2,7 bilhões daqueles administrados por governadores da oposição.

O Pará, da governadora Ana Júlia Carepa (PT), é o Estado que mais receberá recursos (R$ 1,2 bilhão), distribuídos em cinco territórios, seguido pela Bahia (R$ 1 bilhão), governada por Jaques Wagner (PT).

O território de Cocais, no Maranhão, é o que receberá neste ano o maior volume. Serão R$ 484,6 milhões, a serem aplicados em 17 municípios. No ranking de territórios

com mais recursos, os cinco primeiros estão sob o comando de partidos aliados (um do PDT, dois do PMDB e dois do PT).

A idéia do governo é que, no máximo em duas semanas, todos os colegiados já estejam atuando com cerca de 70 pessoas cada um, com representantes de prefeitura, Estado e governo federal, além de conselhos de saúde, educação, assistência social, trabalhadores rurais e setor empresarial.

Moradores de locais mapeados por novo programa social cobram mais chances – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 28/02/2008

Enquanto o Palácio do Planalto mantém o Bolsa Família como principal vitrine social, moradores de comunidades que integram o raio de ação do Territórios da Cidadania, lançado nesta semana, cobram chances de trabalho para não depender apenas de benefícios. Folha esteve ontem em dois povoados de Quixeramobim (220 km de Fortaleza), no território Sertão Central, um dos 60 a serem atendidos neste ano pelo programa de combate à pobreza rural. Ao citar o novo programa, a reportagem encontrou uma mistura de desconhecimento e desconfiança.

Na comunidade Poço Grande, um exemplo dessa cobrança por mais trabalho e menos assistência está numa casa visitada por Lula em 1998, em sua passagem pelo interior cearense na campanha presidencial.

Gisela da Silva, 58, lembra das palavras do petista ditas naquele dia. "O Lula bebeu café com a gente e disse que, se fosse eleito, ia ajudar muito os pobres", afirma. "Não sou contra o Bolsa Família, também recebo, mas tinha que ter mandado o pessoal trabalhar. A gente quer ter condição de trabalho".

O marido dela, Manoel da Silva, 58, está há um ano desempregado. "Antes por aqui tinha trabalho nas fazendas, nas plantações de algodão, para tirar leite das vacas. Hoje os fazendeiros não pagam mais ninguém. É preciso criar as condições para a gente trabalhar", diz o trabalhador, que em 1998, na condição de presidente da associação local, fez o discurso de abertura do comício petista.

Ainda em Quixeramobim, a reportagem visitou o povoado Berilândia. "Eu recebo o Bolsa Família e não tenho condições de trabalhar direito na exploração [de pedras]. O governo poderia criar condições de financiar equipamentos para o nosso trabalho aqui, como compressores [um usado custa cerca de R$ 20 mil]. Na base da marretada na pedra fica difícil", diz Geraldo da Silva, 56.

Uma das ações do Territórios da Cidadania será a investida do Bolsa Família nos acampamentos de trabalhadores sem terra, algo que preocupa o comando nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Ontem a Folha visitou um acampamento do MST em Quixeramobim. "Graças a Deus recebo [o Bolsa Família]. Mando meus filhos para escola para controlar a freqüência. Se não mandar, o governo tira [o benefício]", diz Rita de Cássia de Oliveira, 42, que há um ano mora com sete filhos em um barraco no acampamento. **(ES)**

MT vê "erro de 100%" em dados de desmate – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Brasil – 28/02/2008

Segundo varredura feita pelo Estado em 79 pontos de dois municípios, desmatamentos apontados por Inpe são antigos - Seretaria afirma que até mesmo a ação de uma praga de pastagem foi confundida com derrubada; órgão diz que só aceitará "debate técnico"

Todos os pontos identificados como desmatamentos recentes pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) no município de Marcelândia (730 km de Cuiabá) são antigos, fruto de interpretação equivocada das imagens de satélite ou mesmo inexistentes. O parecer é de uma equipe de fiscalização enviada a campo pela Secretaria de Meio Ambiente do governo de Mato Grosso.

Concluída ontem, a varredura no município -apontado como o líder do ranking de derrubadas na Amazônia nos últimos cinco meses de 2007, segundo o Inpe- foi determinada pelo governador Blairo Maggi (PR), que contestou os dados do órgão no dia da divulgação.

Outras 47 equipes continuam verificando os dados em municípios do norte do Estado.

Em Peixoto de Azevedo, que também integra a lista dos 36 maiores devastadores da floresta, todos os pontos de possíveis desmates recentes também foram descartados. Ao todo, 79 pontos foram verificados nos dois municípios. A maior parte das áreas, de acordo com a secretaria, havia sofrido queimadas. Outras já haviam sido contabilizadas como abertas em anos anteriores. E houve casos em que imagens da ação de uma praga de pastagens -a cigarrinha- foram interpretadas como sendo novas derrubadas.

"Essa foi a realidade em 100% dos pontos. Não encontramos nenhum desmate que tenha ocorrido no último trimestre", disse o assessor técnico florestal da secretaria, Geraldo Ribatski. Segundo ele, o sistema Deter (Detecção do Desmatamento em Tempo Real) indica apenas mudanças na cobertura do solo.

"Se ocorre um incêndio na floresta, as folhas secam e caem. O satélite, que estava enxergando ali uma cobertura sempre verde, dá o alarme e nos diz que houve uma modificação qualquer. Isso não significa desmatamento", afirmou.

Em 30 de janeiro deste ano, Marcelândia sediou um controvertido evento político de contestação aos dados do Inpe. Em um sobrevôo de duas horas, a convite do governador, uma comitiva de ministros liderada por Marina Silva (Meio Ambiente) percorreu alguns dos pontos indicados pelo órgão, que também enviou seus técnicos ao município. No mesmo dia, o ministro Sérgio Rezende (Ciência e Tecnologia), disse ter de 95% a 97% de segurança de que os dados estavam corretos. "Em ciência nunca há 100% de certeza", considerou, para depois provocar: "É curioso que, quando o Inpe informava que o desmatamento estava caindo, ninguém questionava o dado".

Inpe diz estar preparado para debate técnico – Folha de São Paulo – Brasil – 28/02/2008

O Inpe afirmou ontem, por meio de sua assessoria de imprensa, que as evidências coletadas em campo sustentam, até agora, os dados obtidos em Mato Grosso pelo Deter (Detecção do Desmatamento em Tempo Real).

Segundo a assessoria, o órgão está preparado para um debate técnico com o governo em que dados sobre o desmatamento no Estado sejam discutidos.

O fórum deve acontecer em março e deve ter a participação de técnicos de Mato Grosso, do Inpe, do Ibama e outras entidades.

Segundo o Inpe, é preciso saber quais são os critérios utilizados pelo governo de Mato Grosso para comparar as informações obtidas em campo e as observadas por satélite.

O Inpe afirmou que não poderia comentar, ontem, os argumentos do governo estadual porque não tem informações técnicas sobre como os dados foram obtidos em Marcelândia.

Segundo a assessoria, o Inpe é um instituto técnico, mas o governo do Estado quer tratar o assunto como questão política. A assessoria diz ainda que o Inpe não considera apropriado discutir o assunto "por meio da imprensa".

Fracassa tentativa de apreensão de madeira – Fabio Guibu e Matheus Pichonelli – Folha de São Paulo – Brasil – 28/02/2008

As forças federais da Operação Arco de Fogo, de combate ao desmatamento na Amazônia, realizaram ontem em Tailândia (PA) uma ação que não alcançou o resultado esperado. Soldados da Força Nacional de Segurança, policiais federais e fiscais do Ibama entraram na mata em busca de um carregamento de madeira ilegal feito por balsa, mas nada acharam.

O comboio, formado por 13 carros, passou cerca de duas horas envolvido na operação. Viajou cinco quilômetros no asfalto e 16 quilômetros de estrada de terra até o rio Moju. Em vão. O grupo ficou 45 minutos parado no local, mas a embarcação que esperavam encontrar não estava lá. O helicóptero da PF, que podia ter sobrevoado antes a área, só apareceu após a chegada de policiais.

Por meio de um alto-falante instalado em um dos carros, o comboio foi avisado para dar meia-volta e retornar à rodovia PA-150. A cerca de três quilômetros da área urbana de Tailândia, as forças federais entraram em uma das madeireiras instaladas às margens da pista.

O Ibama deve informar apenas hoje se havia irregularidade no local. Segundo o órgão, há apenas indícios de irregularidades nas duas únicas empresas vistoriadas em dois dias.

A Justiça Federal no Pará determinou, em caráter liminar, que a madeira apreendida nas duas madeireiras de Tailândia não poderá ser leiloada até a conclusão do processo contra as empresas. O superintendente do Ibama no Estado, Aníbal Picanço, disse que o órgão -que espera obter R$ 4 milhões no leilão- já recorreu.

Buscar alternativa – O Globo – Opinião – editorial – 28/02/2008

Adiada da semana passada para esta, por causa de uma manifestação violenta organizada por madeireiros de Tailândia, a Operação Arco de Fogo começou segunda-feira na cidade, com uma demonstração de poderio policial e militar, como convinha. A entrada em comboio dos primeiros 300 homens da Força Nacional de Segurança, da Polícia Federal e do Ibama pelas ruas empoeiradas de Tailândia, localizada a 235 quilômetros de Belém, serviu para realçar a seriedade com que o governo federal resolveu enfrentar a aceleração do desmatamento na Amazônia.

Em Brasília, o diretor-geral da PF, Luiz Fernando Corrêa, avisou que a força ficará pelo menos um ano na região. Quebra-se, assim, a rotina de ações esporádicas, que rendem imagens para a imprensa e nada muito mais além disso.

Mesmo que a vigilância e a repressão se estendam por dois ou mais anos, o que acontecerá depois? Tudo tenderá a voltar à mesma, pois o problema central está em dar-se uma alternativa econômica à população da Amazônia, para eliminar sua dependência do desmatamento desenfreado.

Algumas reportagens do GLOBO publicadas nos últimos dias ajudam a dimensionar a complexidade da questão. Em Tailândia, apenas um plano de manejo florestal havia sido aprovado. O restante da atividade de derrubada de árvores e beneficiamento da madeira estava, portanto, fora da lei. De acordo com estimativa da Secretaria do Meio Ambiente do Pará, os agentes do governo encontraram nas serrarias da cidade cerca de 130 mil metros cúbicos de árvores cortadas ilegalmente, o suficiente para lotar 5 mil caminhões.

Por mais que os companheiros ligados aos movimentos de sem-terra tentem esconder, assentamentos do Incra também participam das frentes de devastação por motosseras.

No Norte de Mato Grosso, por exemplo, eles são visíveis protagonistas da destruição. De 27 caminhões com madeira ilegal apreendidos pelo Ibama recentemente, 18 haviam sido carregados nos assentamentos Mercedes I, II e V.

Há toda uma economia movida a madeira cortada clandestinamente, que emprega muita gente e gera renda. Até a governadora do Pará, Ana Julia Carepa, em entrevista ao GLOBO, deixou transparecer temor com a operação do governo federal, pelo fato de os negócios com madeira pesarem em 7% do PIB paraense.

Daí a ser contra a repressão precisa haver longa distância.

Mas é evidente que o imperioso choque de ordem na Amazônia não pode se resumir ao aspecto militar e policial.

Nas duas pontas – Míriam Leitão – O Globo – Economia – 28/02/2008

Um caminhão parado ontem de madrugada em São Paulo, vindo do Norte, levava madeira ilegal. Em São José do Rio Preto, a Polícia Ambiental encontrou uma madeireira com madeira sem documentação. No Pará, os caminhões e as balsas continuavam retirando a madeira apreendida em Tailândia. O cerco ao crime ambiental tem que ter duas pontas, mas, nos dois lados, o ilegal aparece misturado ao legal.

Tanto no caminhão quanto na madeireira, entre as madeiras sem origem, havia tábuas que pareciam ser de castanheira-do-pará, uma árvore cuja derrubada é proibida.

— Esta madrugada, a Polícia Ambiental de São Paulo fez o cerco em quatro rodovias que vêm do Norte.

A carga é notória. O problema é que a maioria dos caminhões tem os documentos legais de origem da madeira. Pode estar havendo um processo de esquentamento de madeira — disse-me o secretário de Meio Ambiente de São Paulo, Francisco Graziano.

Ele estava ontem de manhã com a mão na massa.

Quando falei com ele, o secretário estava em São José do Rio Preto visitando as madeireiras. Na Capema, encontrou irregularidades: — A madeira estocada no pátio não tinha documentação — contou.

Falei com o dono da madeireira, Carlos Alberto Lemes de Pontes, que diz que o Ibama esteve na empresa há uma semana, a chamado dele: — Vieram aqui o Renato e o Carlos Egberto. Vieram porque eu chamei, pois eles deveriam ter posto meu estoque no sistema, e não puseram.

Falei com ambos. Carlos Egberto, chefe do Ibama na região, disse que a empresa tinha sido notificada, mas não se lembrava exatamente o motivo. Afirmou que tinha sido "bloqueada", ou seja, não podia comercializar a madeira. Renato, subchefe, disse que parte da madeira estava com documento e parte sem; por isso ele foi notificado, mas garantiu que o estoque não estava bloqueado.

Num telefonema posterior, Egberto esclareceu: — Fomos lá a chamado do proprietário porque ele tinha cometido um erro no sistema e queria corrigir. Mas desconfiamos do estoque de madeira e notificamos para que ele mostre toda a documentação de venda de um ano. E ela foi bloqueada.

No Pará, o secretário de Meio Ambiente, Valmir Ortega, está animado com esta conexão com São Paulo e acha que apertar nas duas pontas é a forma de ter sucesso, mas também admite que há muita ilegalidade misturada na legalidade.

— O setor de madeira legal no Pará movimenta R$ 3 bilhões; mesmo assim, não se pode dizer que tudo é legal. Pode haver fraude nos planos de manejo. Há um percentual de ilegalidade na legalidade — assume.

Este caso, em que dos dois lados de um crime os governos de partidos diferentes fazem uma conexão e, ainda assim, a ilegalidade passa pelos dedos das autoridades, mostra que nada neste assunto é trivial.

— A governadora tem defendido que haja alternativas econômicas nos estados que combatem o desmatamento.

Do contrário, as ações não darão certo — diz Ortega.

No Pará, a operação estadual para cercar madeireiros começou antes da Arco de Fogo. Dos 30 carros que chegaram a Tailândia semana passada, 3 eram do Ibama, e 27 do estado.

— Só para retirar a madeira de lá estamos gastando R$ 1,8 milhão — contou Valmir Ortega.

Antes, os fiscais deixavam o criminoso, o dono da madeireira, como fiel depositário da madeira apreendida.

Agora ela está sendo retirada.

A vantagem é que, quando for vendida, pode-se apurar com só este primeiro carregamento de 20 mil metros cúbicos, algo como R$ 6 milhões a R$ 7 milhões que vão para um fundo de aparelhamento do combate ao desmatamento.

— É preciso parar a engrenagem que move o desmatamento.

Por isso os entendimentos com São Paulo são fundamentais. Lá é o maior centro consumidor do país — afirma Ortega.

O secretário Francisco Graziano disse que a operação em São Paulo começou em setembro e estão previstas várias etapas: — Fazemos cerco às rodovias, como nesta noite; estamos fazendo ações de fiscalização nas madeireiras. Já fomos a várias cidades. Estamos criando um cadastro das madeireiras. As cadastradas serão as únicas a fornecer para as obras públicas de São Paulo a partir do ano que vem.

Depois, vamos fazer uma campanha que vá até o consumidor, na ponta final, incentivando o consumo do produto legalizado. Por fim, vamos incentivar também o uso dos novos materiais, aglomerados, e madeira de floresta plantada. Como os preços da madeira vão subir, a madeira plantada ficará mais competitiva.

Tailândia, no Pará, é só um pontinho num mar de desmatamento.

— Mas tem importância simbólica, pois virou um entroncamento para onde escoam madeiras ilegais de todo o Baixo Amazonas — comenta Valmir Ortega.

A Operação Arco de Fogo vai para outras cidades e estados.

É de longa duração. Para dar certo, precisa desta conexão entre estados onde se desmata com aqueles onde se consome a madeira ilegal. Mas é preciso saber se o legal é mesmo legal.

— Estatísticas de madeira ilegal que vem para São Paulo do Imazon e do Greenpeace não batem com o que a política ambiental encontra na fiscalização. A maioria dos caminhões tem documento legal. Alguma coisa está errada — diz Graziano.

Para conter desmatamento, novas regras dificultam crédito rural - Fabio Graner – Estado de São Paulo – Vida & - 29/02/2008

CMN aumentou exigências para liberar financiamentos ao agronegócio e a assentados em áreas de floresta

Ficará mais difícil financiar o agronegócio dos grandes produtores e dos agricultores dos assentamentos rurais na região Amazônica. As exigências adicionais para a concessão de crédito rural na Amazônia, para ajudar no combate ao desmatamento desenfreado da floresta, foram criadas ontem pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

- Mapas e números do desmatamento

Segundo o secretário-adjunto de política econômica, Gilson Bittencourt, quando o produtor solicitar o financiamento terá de apresentar: número do cadastro do imóvel no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), documento que comprove a regularidade ambiental - por exemplo, certidão emitida por secretaria do Meio Ambiente ou protocolo de entrega de documentação para regularização ambiental - e ainda assinar um documento que ateste não haver embargo ambiental na região do empreendimento.

Bittencourt disse que a regra tem que ser cumprida por todos os bancos públicos e privados que trabalhem com crédito rural. Caberá aos bancos conferir, no sistema eletrônico do Estado em que é feito o pedido de crédito, a existência do número de inscrição no Incra e verificar se a licença ambiental está correta ou se o protocolo de entrega do pedido de regularização de fato existe.

Há, ainda, uma outra regra, que atinge os assentados rurais. Nesse caso, o Incra terá de dar uma declaração de regularidade ambiental. As medidas, segundo Bittencourt, são mais um instrumento para evitar a ampliação do desmatamento na Amazônia. “Estamos criando meios de verificar se a legislação está sendo atendida”, afirmou Bittencourt.

O assessor da Secretaria de Política Econômica (SPE), Aloisio Mello, disse que as medidas são um modo de fazer com que o financiamento agrícola não seja utilizado em áreas irregulares ou com irregularidade.

As medidas valem para as propriedades que estejam em área de floresta - bioma Amazônia. Serão obrigatórias a partir de 1º de julho. Em 1º de maio, as medidas já serão implementadas em caráter facultativo para que os bancos e os produtores se adaptem às novas regras.

Nos Estados de Roraima e Amapá, onde não há sistema eletrônico, os produtores terão de solicitar no órgão estadual a declaração de regularidade dos dados apresentados.

As novas regras terão duas exceções. Uma delas é para a agricultura familiar. Nesse caso, o produtor terá apenas de assinar uma declaração de que está em situação regular. Bittencourt explicou que a menor exigência para a agricultura familiar é porque,

inicialmente, o governo quer focar nos grandes produtores. A segunda exceção é para o Pronaf B, em que os produtores podem pegar financiamento de até R$ 1.500,00 por ano e ter renda de até R$ 4 mil por ano. Nesse caso, não haverá exigência alguma, pois não são esses produtores que estão devastando a Amazônia.

Estudos de órgãos oficiais e organizações não-governamentais mostram que as facilidades de crédito oferecidas, por exemplo, pelo Banco da Amazônia (Basa) para o setor de pecuária, tanto para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) como para produtores maiores, contribuíram para o desmatamento da Amazônia nos últimos cinco meses do ano passado. Estudo do cientista Paulo Barreto, pesquisador sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia, indica que isso está ocorrendo porque o Pronaf empresta recursos em todo o Brasil a taxas de juros que variam de 1% a 4% ao ano, além de descontos de 40% sobre o principal para valores até R$ 12 mil.

Posseiros ocupam 7,6% da Amazônia Legal - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 29/02/2008

Um estudo divulgado pelo Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), ONG com sede em Belém (PA), estima que as posses, imóveis sem documentação oficial e que nunca foram transferidas do poder público para o posseiro - portanto, legalmente terras públicas -, respondem por 7,6% da área da Amazônia Legal. São 400 mil quilômetros quadrados, o dobro das propriedades privadas reconhecidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que somam atualmente 200 mil km2, ou 4% da Amazônia Legal. “A posse é privatizar gratuitamente a terra”, diz o principal autor do estudo, o pesquisador do Imazon Paulo Barreto. “Os posseiros não pagam nada, então a conta hoje é mais atrativa para a informalidade.”

Até 2003, o Ibama aprovava a exploração madeireira por meio de projetos de manejo florestal nas posses. Em outubro daquele ano, mais de 30% das posses tinham mais de 20 km2. De acordo com Barreto, existem posseiros até mesmo dentro de áreas protegidas, especialmente em novas áreas criadas no Pará, como na Terra do Meio - uma tentativa de controlar a ocupação e a exploração ilegal nessas áreas.

O presidente do Incra, Rolf Hackbart, afirma que a situação dos posseiros é uma “teia jurídica”. Segundo ele, há desde populações tradicionais, como ribeirinhos, até imigrantes que foram para a região levados por empresas de colonização, com o estímulo da União, sem que sua situação tenha sido regularizada até hoje.

Em estudo, bolsa para demitidos por madeireiras – Estado de São Paulo – Vida & - 29/02/2008

Ministra diz em evento do 'Estado' que benefício será para baixa renda

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, disse ontem em São Paulo que o governo estuda criar um mecanismo de auxílio aos trabalhadores de baixa renda da Amazônia que hoje trabalham em atividades ilegais, como na extração de madeira sem autorização. "Estamos trabalhando na proposta de uma bolsa de serviços ambientais para os que ficarão desempregados saírem dessas práticas ilegais."

- Assista à íntegra do fórum

A ministra falou durante o fórum organizado pelo Estado no Museu Brasileiro da Escultura (MuBe), que abriu a exposição Amazônia Sem Retoques, com fotografias produzidas para a revista Grandes Reportagens - Amazônia, publicada no dia 25 de novembro e ainda à venda nas principais bancas da Grande São Paulo. A mostra é patrocinada pelo Bradesco.

Além de Marina, também participaram do evento o secretário do Meio Ambiente do Amazonas, Virgílio Viana, o ex-ministro do Desenvolvimento Luiz Fernando Furlan, o diretor de Conteúdo do Grupo Estado, Ricardo Gandour, e os jornalistas Paulo Sotero e Washington Novaes, colunista do Estado.

"Estamos criando um caminho de saída. O governo federal, com os governos estaduais, está trabalhando em uma espécie de defeso na floresta, a exemplo do que temos com o período de defeso na pesca e o seguro-desemprego, algo que possibilite renda para essas pessoas não dependerem dos postos de trabalho nessas práticas ilegais", afirmou Marina.

Segundo ela, o mercado não tem capacidade hoje para absorver os empregados que trabalham em serrarias ilegais na Amazônia. "Perguntei para um prefeito quantas serrarias havia ali. '700.' 'Quantas o senhor tem agora?' '270.' Perguntei para o pessoal da parte técnica: 'Há suporte para 270?' Não."

O plano é uma reação a conflitos ocorridos na semana passada em Tailândia (PA). Madeireiros autuados por extração ilegal mobilizaram a população para evitar a retirada da madeira pelo Ibama. "Aquelas pessoas são, na maioria das vezes, incitadas a se colocarem contra a fiscalização."

Para Virgílio Viana, é preciso criar mecanismos de valorização da árvore em pé, não derrubada. "Precisamos criar uma lógica econômica. A história da política ambiental é a de fazer regras, aplicar multas e fazer apreensões", diz. "O desafio é fazermos uma profunda revolução no conceito de desenvolvimento, valorizando economicamente a floresta."

SUSTENTABILIDADE - A ministra defendeu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que há 15 dias disse que a "Amazônia não é um santuário". Segundo ela, Lula defendia um modelo de desenvolvimento sustentável. "A visão retrógrada, que acha que se pode sacrificar os recursos de milhares de anos pelo lucro de apenas alguns anos, é ainda forte na Amazônia. Mas hoje você não tem mais a resistência", disse.

O erro de Marcelândia – Folha de São Paulo – Opinião – 29/02/2008

COMEÇA A contar segunda-feira o prazo de 30 dias para recadastramento de grandes propriedades rurais nos 36 municípios que mais desmatam na Amazônia Legal. Com a localização precisa desses imóveis, o governo federal planeja cotejá-los com imagens de satélite de áreas devastadas, para identificar responsáveis. É o Estado que chega, enfim, aos grotões do país, mas não sem encontrar resistência.

Marcelândia, em Mato Grosso, encabeça a lista. No Estado governado por Blairo Maggi (PR-MT), aliado de Lula, estão outros 18 municípios da relação. É o campeão. Não estranha, assim, que a Secretaria estadual de Meio Ambiente tenha saído em defesa de Marcelândia. Alardeou-se erro "de 100%" nas áreas ali desmatadas no período recente, segundo o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). As matas estariam todas de pé.

Ceticismo é o mínimo recomendável diante da alegação mato-grossense. Em primeiro lugar, o governo de Maggi não se queixava quando o Inpe ainda apontava queda no desmate, só após o recrudescimento flagrado por satélites. Depois, é sintomático acusar o erro crasso bem na véspera da exigência federal.

O Inpe tem duas décadas de aplicação do sensoriamento remoto em vigilância da floresta. Destaca-se como liderança mundial no setor. Não está isento de falhas, decerto, mas controvérsias metodológicas como essa se resolvem com dados escrutinados por especialistas independentes, não técnicos a mando do governador interessado.
A tarefa que se impôs o governo federal nada terá de pacífica. O Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) publicou relatório segundo o qual, em 2003, o Incra tinha 302 mil registros de posse -cerca de 42 milhões de hectares, ou 23,7% da área de imóveis rurais amazônicos cadastrados- sem documentação oficial.

São terras públicas ocupadas de modo indevido, em área equivalente aos territórios de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Paraíba. A coisa certa a fazer, ali, é retomar a terra ou exigir pagamento por ela. Impor a lei, enfim, como já se faz com a apreensão da madeira ilegal em Tailândia (PA).

Bancos restringem empréstimos a produtor ligado a desmatamento – Folha de São Paulo – Brasil – 29/02/2008

Os bancos privados e públicos deverão levar em conta critérios ambientais na concessão de empréstimos para o financiamento da safra agrícola nos 550 municípios da Amazônia Legal. O objetivo da medida, aprovada ontem pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), é impedir empréstimos para os produtores que realizam desmatamento ilegal.

Ao tornar mais rigorosa a concessão de financiamentos para a região, o governo adota medida para combater o desmatamento na área, que cresceu no final de 2007. Pelas regras aprovadas ontem, ao solicitar o empréstimo, os produtores rurais da região terão de apresentar certificados ou licença ambiental, do imóvel onde será implantado o projeto. Terão de apresentar ainda uma declaração de que não existe proibição de uso econômico de áreas desmatadas ilegalmente no imóvel.

As regras valem também para financiamento a parceiros, meeiros e arrendatários do mesmo imóvel. No caso das famílias com renda anual até R$ 4.000, será exigida declaração individual atestando a existência física de reserva legal e área de preservação, conforme previsto no Código Florestal.

O crédito rural para custeio ou investimento ficará restrito ao limite do financiamento do respectivo programa ou linha de crédito e ao valor compatível com a área passível de exploração, conforme previsto no Código Florestal para a localidade.

No caso de imóvel em processo de regularização, o potencial de uso da área será o definido no cronograma do projeto de recuperação de área degradada aprovado pelo órgão estadual de meio ambiente.

As regras foram acertadas no último dia 11, durante reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com os ministros Marina Silva (Meio Ambiente), Guido Mantega (Fazenda) e Miguel Jorge (Desenvolvimento).

Em nota, a pasta do Meio Ambiente disse que as restrições para financiamentos foram adotadas devido ao crescimento acelerado do setor agropecuário brasileiro nos últimos anos. É uma maneira, diz a nota, de garantir que o desenvolvimento das atividades no campo ocorra mediante uso sustentável dos recursos naturais.

No dia 11, Lula disse que não considerava correto financiar projetos que darão prejuízo ao país devido ao envolvimento dos proprietários com desmatamento ilegal na Amazônia.

Pela legislação, quem descumprir as regras está sujeito "à perda ou restrição de benefícios fiscais concedidos pelo poder público" e "à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento".

Madeireiros dizem que população reagirá a operação em Mato Grosso – Evandro Éboli e Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 29/02/2008

SINOP (MT) e TAILÂNDIA (PA). A poucos dias do início das ações dos agentes da PF e da Força Nacional de Segurança em Mato Grosso, o clima no estado é de apreensão e revolta. Os madeireiros prevêem reação da população, e anunciam que vão demitir funcionários quando a operação Arco de Fogo tiver início.

O empresário Rogério Luiz Rodrigues, que já foi autuado pelo Ibama acusado de extração ilegal de madeira, afirmou que as cenas vistas em Tailândia, com ataques a fiscais e policiais, podem se repetir em Mato Grosso.

Rodrigues disse que já preparou os avisos prévios para demitir 40 trabalhadores, dos 50 que emprega na Madevale, sua madeireira em Sinop.

— Aqui não vai ser diferente de Tailândia. A reação das pessoas pode ser da mesma forma.

O governo está impondo regras muito duras para a extração de madeira. Onde vai se colocar os funcionários que vão perder seus empregos? Espero que não ocorra violência — disse.

O empresário já foi autuado várias vezes pelo Ibama. A última multa, de R$ 90 mil, foi aplicada anteontem.

Em Tailândia, onde cerca de 2.000 trabalhadores foram demitidos, o prefeito Paulo Jasper (PSDB) distribuiu ontem cestas básicas aos desempregados pelas madeireiras.

Longas filas se formaram em frente à residência do prefeito.

A operação Arco de Fogo apreendeu ontem entre 800 a mil toras estocadas a 34 quilômetros do centro de Tailândia. A madeira teria sido depositada em dezembro nas terras do agricultor Samuel Barbosa por um madeireiro de Goianésia (PA), que prometeu retirá-la em semanas.

Em Brasília, o Conselho Monetário Nacional aprovou as regras mais rígidas para a concessão de crédito rural para donos de propriedades da Amazônia. A partir de agora, como já havia sido anunciado pelo governo, os fazendeiros terão de provar a regularidade ambiental das propriedades para obter recursos públicos. As medidas passam a ser obrigatórias no dia 1º de julho.

Mas os bancos podem aplicálas a partir de 1º de maio.

Recadastramento na Amazônia Legal – Sítio Eletrônico do MDA – 29/02/2008

O presidente do Instituto Nacional de Colonização Nacional e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, abre oficialmente nesta segunda-feira (3), em Cuiabá (MT), o recadastramento de médios e grandes imóveis rurais em 36 municípios da Amazônia Legal. Outras Superintendências Regionais do Incra na região também realizam eventos semelhantes com a presença de diretores e coordenadores nacionais do Instituto.

O diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária, Roberto Kiel, estará em Santarém (PA); a coordenadora-geral de Cadastro Rural, Lucimeri Selivon, estará em Belém (PA); o coordenador-geral de Regularização Fundiária, Richard Torsiano, abrirá os trabalhos em Marabá (PA); o coordenador-geral de Cartografia, Edaldo Gomes, acompanha o presidente

do Incra em Cuiabá (MT); e o coordenador-geral de Regularização de Territórios Quilombolas, Rui Santos, abre o recadastramento na cidade de Porto Velho (RO).

Os eventos serão realizados nas sedes das Superintendências Regionais do Incra. A seguir, os dirigentes do Incra estarão à disposição da imprensa para informações e esclarecimentos.

Evento: Abertura do recadastramento de imóveis rurais com o presidente do Incra
Data e hora: segunda-feira, 3 de março, às 11h30

Local: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Incra em Cuiabá/MT

Começa recadastramento de imóveis rurais na Amazônia – Sítio Eletrônico do MDA – 29/02/2008

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) inicia nesta segunda-feira (3) uma campanha de recadastramento de imóveis rurais de áreas maiores que quatro módulos fiscais (um módulo varia entre 60 e 80 hectares, conforme o município) e de seus detentores localizados nos 36 municípios da Amazônia Legal que mais desmataram em todo o País no ano passado. A campanha para grandes imóveis rurais ocorre até 1 de abril.

Depois de encerrado esse trabalho, o Incra começa uma ação de cadastro, demarcação e regularização fundiária nos imóveis com menos de quatro módulos fiscais, que somam 42,2 mil imóveis rurais nos 36 municípios. Esses imóveis representam quatro milhões de hectares. O resultado das duas fases do recadastramento será compartilhado com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e irá ajudar a combater o desmatamento na Amazônia.

A Instrução Normativa (IN) nº 44, que estabelece diretrizes para o recadastramento de imóveis rurais de que trata o Decreto nº 6.321, de janeiro de 2007, detalha a participação do Incra, com a definição dos procedimentos a serem realizados por proprietários e ocupantes da áreas.

Pela IN, os donos ou posseiros terão que levar ao Incra documentos que comprovem a titularidade ou posse pacífica da terra, além de plantas e memoriais descritivos com a correta localização geográfica dos imóveis rurais. A documentação poderá ser apresentada nas próprias Superintendências Regionais e nas Unidades Avançadas da autarquia; em Unidades Municipais de Cadastro (UMC), localizadas nas sedes dos municípios conveniados com o Incra; nos Escritórios dos Órgãos Estaduais de Terra; ou, ainda, em escritórios que serão instalados nas regiões cujos imóveis rurais sejam objeto de recadastramento.

Rotina da autarquia - Segundo o presidente do Incra, Rolf Hackbart, esse trabalho de recadastramento faz parte de uma rotina da autarquia e será realizado sem problema. “O que vamos fazer agora é centrar nosso trabalho nos 36 municípios, recepcionando dados dos grandes proprietários. Também vamos realizar o recadastramento dos pequenos, nos próximos dois anos. Como é um trabalho volumoso, precisamos de ajuda de governos estaduais e municipais, institutos de terras, sindicatos e movimentos sociais na cooperação com a mobilização dos proprietários rurais para que eles procurem o Incra. Isso, porque nosso grande objetivo é a regularização fundiária, pois sem ela não existe desenvolvimento sustentável, nem controle do desmatamento”, assegura Hackbart.

Os municípios - Os municípios onde serão realizados os recadastramentos são: Lábrea (AM); Alta Floresta, Aripuanã, Brasnorte, Colniza, Confresa, Cotriguaçu, Gaúcha do Norte, Juara, Juína, Marcelândia, Nova Bandeirantes, Nova Maringá, Nova Ubiratã, Paranaíta, Peixoto de Azevedo, Porto dos Gaúchos, Querência, São Félix do Araguaia e Vila Rica (MT); Altamira, Brasil Novo, Cumaru do Norte, Dom Eliseu, Novo Progresso, Novo Repartimento, Paragominas, Rondon do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Ulianópolis (PA); Nova Mamoré, Porto Velho, Machadinho DOeste e Pimenta Bueno (RO).

A área total dos 36 municípios alcança 77,9 milhões de hectares, incluindo áreas urbanas, indígenas e de preservação ambiental, além de terras devolutas da União e dos estados. O atual cadastro do Incra tem cerca de 15,4 mil imóveis rurais com mais de quatro módulos fiscais nos municípios da lista, o que representa 48 milhões de hectares.

Meio ambiente - A ação de recadastramento tem, entre outras atribuições, o objetivo de conhecer a realidade ambiental dos municípios, o domínio e propriedade dos imóveis. Vale ressaltar que o Cadastro de Imóveis Rurais possibilita o conhecimento da estrutura agrária e fundiária do País, permitindo aos órgãos públicos, ou mesmo a entidades privadas ligadas ao meio rural, a adoção de uma política agrícola eficaz, bem como permitir o levantamento das terras ociosas que são passíveis de incorporação ao processo de reforma agrária.

A legislação brasileira determina que os imóveis rurais na Amazônia só podem desmatar vinte porcento da área – o que passar disso é desmatamento ilegal, sendo os proprietários e ocupantes das áreas passíveis de penalidades legais, como perda da terra, multa e reflorestamento.

Os demais imóveis rurais do Brasil continuam sob as regras antigas, devendo atualizar seus cadastros quando houver alterações, como: inclusão de um novo imóvel rural; inclusão de imóvel rural originário de desmembramento; recadastramento de imóvel rural não cadastrado a partir de 1992; alteração por aquisição de área total; alteração por mudança de condomínio; alteração de exploração; alteração por desmembramento; alteração por remembramento; alteração por anexação de área não cadastrada; alteração por retificação de área; alteração de dados pessoais.

Atendimento - O Incra presta atendimento aos detentores a qualquer título de imóveis rurais. Esse atendimento é feito nas Superintendências Regionais localizadas em

todas as capitais dos estados, no Distrito Federal, e também em Marabá e Santarém, no Pará, e Petrolina (PE), bem como nas Unidades Avançadas, localizadas em municípios-pólo, em alguns estados da Federação, subordinadas às respectivas Superintendências.

O atendimento também é prestado nas Unidades Municipais de Cadastramento (UMCs), localizadas nas sedes dos municípios, em todo o País, por meio de Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Incra e as Prefeituras Municipais. Para a atualização cadastral do imóvel rural e do detentor no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), é necessária a apresentação de documentação nas UMCs e no Incra.

A partir da edição da Lei 10.267/2001 e de seus decretos regulamentadores, fica ainda obrigada à apresentação de planta e memorial descritivo georreferenciado, para detentores de imóveis rurais com área igual ou superior a mil hectares, em casos de desmembramento, remembramento e qualquer situação de transferência. Para os imóveis rurais com área inferior a mil hectares, essa obrigatoriedade passará a vigorar a partir dos prazos estabelecidos no Decreto 5.570/2005.

Mais informações sobre cadastro de imóveis rurais, documentação necessária e formulários, entre outras, podem ser conseguidas na página do instituto: www.incra.gov.br.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda

Apoio